

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: PRÁTICAS, POLÍTICAS E INOVAÇÃO



HELENA PORTES SAVA DE FARIAS
(ORGANIZADORA)


Editora

Helena Portes Sava de Farias

Organizadora

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE:
PRÁTICAS, POLÍTICAS E INOVAÇÃO

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação, sociedade e meio ambiente [livro eletrônico] : práticas, políticas e inovação / Organizadora Helena Portes Sava de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2021.
239p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87809-37-3

1. Educação. 2. Sociedade. 3. Meio ambiente. I. Farias, Helena Portes Sava de.

CDD 363.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda
Rio de Janeiro / RJ
contato@epitaya.com.br
<http://www.epitaya.com.br>


Epitaya
Editora

Helena Portes Sava de Farias

Organizadora

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE:
PRÁTICAS, POLÍTICAS E INOVAÇÃO



Rio de Janeiro – RJ

2021

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL	Bruno Matos de Farias
ASSESSORIA EDITORIAL	Helena Portes Sava de Farias
ASSISTENTE EDITORIAL	Milene Cordeiro de Farias
MARKETING / DESIGN DIAGRAMAÇÃO/ CAPA	Gercton Bernardo Coitinho Bruno Matos de Farias
REVISÃO	Autores

COMITÊ CIENTÍFICO

PESQUISADORES	Profa. Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Maria Lelita Xavier
	Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro
	Profa. Cleide Gonçalo Rufino
	Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira
	Prof. Thiago de Freitas França
	Prof. Daniel da Silva Granadeiro

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que lhes apresento o e-book intitulado “EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE: PRÁTICAS, POLÍTICAS E INOVAÇÃO”. Nele foi possível reunir quinze artigos de pesquisadores brasileiros nas diversas áreas do conhecimento como fruto de suas pesquisas acadêmicas, de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e dissertações de mestrado.

O capítulo 1 intitulado “Estudo do dimensionamento de instalações elevadas de reservatórios e sistemas de recalque de água fria em prédios residenciais, utilizando tabelas dinâmicas” tem como objetivo geral demonstrar um método alternativo para determinar o volume de reservatórios elevados e sistema de recalque. E objetivos específicos: Determinar o volume de água necessário para abastecimento predial, utilizando tabelas dinâmicas confeccionado e programadas no Excel; programar tabelas dinâmicas para realizar o dimensionamento de reservatórios elevados e sistemas de recalque e demonstrar a aplicação da metodologia de cálculo, por meio de um estudo de caso.

No capítulo 2 intitulado “O ESTIGMA MASCULINO RELACIONADO AO EXAME PREVENTIVO DO CÂNCER DE PRÓSTATA” tem por objetivo Identificar quais estigmas masculinos relacionados aos exames preventivos do câncer de próstata na literatura. Este problema de pesquisa é evidenciado uma vez que o estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata é o grande desafio para a detecção e tratamento precoce da doença, estando na resistência dos homens com relação ao toque retal, pois, para muitos, aviltaria a masculinidade.

O capítulo 3 “O FAZER PEDAGÓGICO DO COORDENADOR – ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA” os autores discutem as características do Coordenador Pedagógico e seu papel no contexto educacional. . O objetivo era poder identificar se teoria e prática andam juntas no contexto da Coordenação Escolar e apontar possíveis caminhos para essa aproximação caso não se fizesse presente.

No capítulo 4 “PAPEL DO ENFERMEIRO NA PROTEÇÃO E DETECÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR” os

autores buscam identificar e descrever sinais e sintomas e o papel do enfermeiro perante a uma consulta de enfermagem que aponta violência sexual infantil intrafamiliar, descrevendo as possibilidades de proteção à criança.

O capítulo 5 “REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS 4.0 NO BRASIL: DIRECIONAMENTOS ESTRATÉGICOS NO SÉCULO 21” os autores revisam a literatura disponível com foco em gestão para encontrar as quatro variáveis determinantes para que o revendedor de combustíveis possa desenvolver em seu negócio tornando-o mais competitivo e moderno.

No capítulo 6 “PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS GESTACIONAL NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA – PI, NO PERÍODO DE 2009 A 2016” as autoras investigam o perfil epidemiológico de gestantes com sífilis no Município de Parnaíba-Piauí, entre 2009 a 2016. Conclui-se que é relevante conhecer a situação da sífilis gestacional no local de atuação, para melhor elaborar estratégias de prevenção e controle dessa doença no âmbito dos serviços de pré-natal.

O capítulo 7 “DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA EM CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL” os autores investigam as dificuldades encontradas pelos alunos na leitura e na escrita, caracterizam as possíveis causas de interferência na aprendizagem e refletem sobre as práticas pedagógicas que estão sendo utilizadas para melhorar as habilidades de leitura dos alunos.

No capítulo 8 “VELHAS PRÁTICAS PARA NOVOS TEMPOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL” os autores investigam sobre a posição do professor frente à prática docente no processo de ensino aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo em vista a importância do docente na formação do educando para o exercício de sua cidadania, frente às concepções progressistas de ensino, recorrendo às teorias de John Locke, Paulo Freire, Selma Pimenta, Demerval Saviani dentre outros.

O capítulo 9 “A CONTRIBUIÇÃO DO CONHECIMENTO DIDÁTICO CRÍTICO FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO” contribui com a minimização de dúvidas sobre a prática

pedagógica mais eficaz das dificuldades da alfabetização com foco de abordagem voltado para crianças que apresentem Dificuldade de Aprendizagem (DA), ressaltando a relevância da contribuição do conhecimento didático crítico neste processo.

O capítulo 10 “PEDAGOGIA HOSPITALAR: OS DESAFIOS E A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ÁREA HOSPITALAR” apresenta por meio de uma pesquisa qualitativa com base bibliográfica, as precauções que o pedagogo hospitalar deve adotar quanto na educação e adaptação do estudante/paciente.

No capítulo 11 “A ESTIMULAÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA (SEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL” as autoras propõe-se a descrever sobre a estimulação da consciência fonológica no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA) na Educação Infantil.

O capítulo 12 “O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PARA MENORES INFRATORES: PAPEL DO PEDAGOGO” os autores lidam com o caso de menores infratores. Afirmam ainda que as instituições que possuem estudantes em conflito com a lei precisam zelar para que os adolescentes não sofram preconceito e assim possa ser reinseridos na sociedade.

No capítulo 13 “EDUCAÇÃO SOCIAL: O SISTEMA PRISIONAL E O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS” as autoras enfatizam que o estudo abordou o tema Educação Social com ênfase na educação prisional a fim de pesquisar a educação social no sistema prisional e o processo de ressocialização.

O capítulo 14 “RELAÇÃO ENTRE ABORTOS E PERDAS PRECOCES DA GRAVIDEZ E O COVID-19” afirma que o novo coronavírus, identificado em 2019 se apresenta clinicamente de diversas maneiras, sendo sintomatologia parecida com as formas da gripe, dentre eles hipertermia e acometimento respiratório, há casos assintomáticos e os que apresentam forma grave da doença, podendo inclusive evoluir a piora do quadro clínico e óbito. Identificando, por meio de revisão bibliográfica de literatura evidências científicas que possam ampliar horizontes quanto a perspectiva

sobre abortamentos fetais em mães acometidas pelo SARS-Cov-2 e a relação entre as gestações e o acometimento severo da doença.

Por fim, no capítulo 15 “TERCEIRIZAÇÃO NA ATIVIDADE-FIM: SEUS POSSÍVEIS EFEITOS E FLEXIBILIZAÇÃO NAS RELAÇÕES LABORAIS” visa refletir sobre o processo de terceirização dos serviços no âmbito da atividade privada e no âmbito da administração pública. A lei nº Lei 13.429/2017 trouxe relevantes mudanças no direito do trabalho, a qual inovou o instituto da terceirização no ordenamento jurídico, prevendo a possibilidade da contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços independente da natureza da atividade, ou seja, podendo ser utilizada tanto para atividade-meio quanto para atividade-fim.

Boa leitura!

Profa MSc Helena Portes Sava de Farias

Mestre em Desenvolvimento Local

Organizadora do E-book Educação, saúde e desenvolvimento sustentável:
investigações, desafios e perspectivas futuras

SUMÁRIO

<i>Capítulo 1</i>	11
ESTUDO DO DIMENSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES ELEVADAS DE RESERVATÓRIOS E SISTEMAS DE RECALQUE DE ÁGUA FRIA EM PRÉDIOS RESIDENCIAIS, UTILIZANDO TABELAS DINÂMICAS	
<i>Yan Silva da Cunha; Marivone Souza de Oliveira</i>	
<i>Capítulo 2</i>	43
O ESTIGMA MASCULINO RELACIONADO AO EXAME PREVENTIVO DO CÂNCER DE PRÓSTATA	
<i>Aline Machado Duarte Oliveira; Ellen Geovana Santos Carvalho; Josemara Gonçalves Leal da Silva; Mariana Rodrigues da Silva de Menezes</i>	
<i>Capítulo 3</i>	56
O FAZER PEDAGÓGICO DO COORDENADOR – ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
<i>Johnathan Moreno Liberato; Maria Rejane Lino Prado; Roberta Liana Damasceno Costa</i>	
<i>Capítulo 4</i>	66
PAPEL DO ENFERMEIRO NA PROTEÇÃO E DETECÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL INTRAFAMILIAR	
<i>Giovana Schreiner Ribeiro Rosa; Tiago Merlo; Leila Barroso Oliveira</i>	
<i>Capítulo 5</i>	89
REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS 4.0 NO BRASIL: DIRECIONAMENTOS ESTRATÉGICOS NO SÉCULO 21	
<i>Roberto Leite; Marisete Maria Welter; Laís Karla da Silva Barreto</i>	
<i>Capítulo 6</i>	105
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS GESTACIONAL NO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA – PI, NO PERÍODO DE 2009 A 2016.	
<i>Gislayne Vieira Almeida; Danielle Souza Silva Varela; Gracyanne Maria Oliveira Machado; Geane Xavier de Farias Santana</i>	
<i>Capítulo 7</i>	119
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DE LEITURA E ESCRITA EM CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Lucyara Cristina Pereira de Souza; Patrícia Ferreira de Menezes; Dálcio Rosário Alves</i>	
<i>Capítulo 8</i>	129
VELHAS PRÁTICAS PARA NOVOS TEMPOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	

Igor Alves Bento; Dálcio Rosário Alves

Capítulo 9..... 145
A CONTRIBUIÇÃO DO CONHECIMENTO DIDÁTICO CRÍTICO FRENTE ÀS
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO
Gabriella Oliveira de Araújo; Dálcio Rosário Alves

Capítulo 10..... 156
PEDAGOGIA HOSPITALAR: OS DESAFIOS E A IMPORTÂNCIA DA
ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NA ÁREA HOSPITALAR
Francinalva Barros Rodrigues; Gildevane Campos da Silva; Dálcio Rosário Alves

Capítulo 11..... 167
A ESTIMULAÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NO PROCESSO DE
APROPRIAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA (SEA) NA
EDUCAÇÃO INFANTIL
Bianca Ascencio Silva; Patrícia Batista; Angela Cristina C. B. Carlotto

Capítulo 12..... 179
O PROCESSO DE EDUCAÇÃO PARA MENORES INFRATORES: PAPEL DO
PEDAGOGO
Maria Luana Muniz; Maria Natachya Mendes; Dálcio Rosário Alves

Capítulo 13..... 194
EDUCAÇÃO SOCIAL: O SISTEMA PRISIONAL E O PROCESSO DE
RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS
Ana Paula Constantino da Silva; Brenda Ferreira Lima; Jussara Resende Costa Santos

Capítulo 14..... 212
RELAÇÃO ENTRE ABORTOS E PERDAS PRECOCES DA GRAVIDEZ E O
COVID-19
Camila Caroba de Sousa; Gisele da Silva Soares; Willian Emanuel Alves Correa; Erivelton Leandro Claudino

Capítulo 15..... 221
TERCEIRIZAÇÃO NA ATIVIDADE-FIM: SEUS POSSÍVEIS EFEITOS E
FLEXIBILIZAÇÃO NAS RELAÇÕES LABORAIS
Gabriela Lidianny Soares Fernandes

Yan Silva da Cunha

Engenharia Civil – FAMETRO e de Segurança do Trabalho – EDUCAMAIIS
Pós-graduado Lato Sensu em Engenharia Elétrica – UNIBF
Pós-graduado Lato Sensu em Engenharia de Avaliações e Perícias – UNIBF
Pós-graduado em MBA em Projetos Aplicados a Construção Civil e
Mestrado em andamento de Infraestrutura e Engenharia Civil pela
Fundação Universitária Ibero-americana – FUNIBER
Florianópolis/SC

Marivone Souza de Oliveira

Orientadora – FAMETRO
Tarauacá/Acre

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o dimensionamento de instalações hidráulicas em geral, executado de forma irregular ou sem auxílio de profissionais qualificados e habilitados, interferem de forma significativa no seu funcionamento e na vida útil da edificação. Propõem-se uma forma de dimensionar sistemas de armazenamento elevatórios de água e dos sistemas de recalque em edificações verticais residenciais. Contudo o desenvolvimento do trabalho e a confecção das tabelas, visam simplificar a complexidade que é o dimensionamento do sistema de recalque e de armazenamento de água.

Tendo ainda como parâmetro e diretrizes da (ABNT NBR 5626)¹. A norma estabelece os parâmetros mínimos para o perfeito dimensionamentos dos elementos constituintes de todo o sistema predial de água fria, porém o trabalho retrata somente as diretrizes e orientações relacionadas ao sistema de abastecimentos de água elevados e de recalques. A NBR 5626 estabelece que todas as suas orientações e padronizações devem ser seguidas de maneira adequadas. “Para que uma instalação predial de água fria seja considerada de acordo com esta Norma, é necessário que ela atenda a todas as exigências e recomendações nela constantes e não apenas parte ou itens dela” (ABNT-NBR 5626, 1998).

Dados apresentados pelo IPT² 1991 revelam que 22,3% de participação de falhas dos sistemas prediais hidráulicos e sanitários na incidência de manutenção predial. Textualmente apontando estes subsistemas do edifício como umas das suas maiores fontes de problemas. Tendo esses dados para a cidade de São Paulo, percebe-se que as

¹ Norma brasileira de instalações predial de água fria de 1998.

² Instituto de pesquisas tecnológicas do estado de São Paulo.

instalações devem ter uma atenção especial e de maior relevância dentro de uma edificação, Reis Ramos em sua obra afirma que:

As patologias registradas são características próprias dos sistemas hidráulicos prediais a sua complexidade funcional e a inter-relação dinâmica entre os seus diversos subsistemas, além da enorme variedade dos materiais, componentes e equipamentos [...] (2010, p.66).

Conforme o pensamento do autor, as anomalias em instalações aparecem nas maiores das edificações, contudo o objetivo do trabalho é realizar um dimensionamento de reservatórios elevados e sistema de recalque, almejando a mitigação de falta de água potável em edifícios residenciais. Com a forma de se calcular o volume de água suficiente para abastecimento de edifícios verticais residenciais, utilizando planilhas confeccionadas no (MS Excel)³,⁴ com fórmulas e parâmetro estabelecido pela norma brasileira 5626 de 1998. Tendo como finalidade ainda a determinação e dimensionamento dos sistemas de recalque predial.

O presente artigo tem por objetivo geral demonstrar um método alternativo para determinar o volume de reservatórios elevados e sistema de recalque. E objetivos específicos: Determinar o volume de água necessário para abastecimento predial, utilizando tabelas dinâmicas confeccionado e programadas no Excel; programar tabelas dinâmicas para realizar o dimensionamento de reservatórios elevados e sistemas de recalque e demonstrar a aplicação da metodologia de cálculo, por meio de um estudo de caso.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CONCEITOS DA INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

A palavra Hidráulica tem sua origem do grego: hydraulos que significa: hydor – água e aulos – tubo ou condução. Contudo o conceito de instalações hidráulicas pode ser designado como todos os elementos necessário criado ou modificado pelo homem, para garantir o abastecimento de água potável a edificações, dentre estes elementos se destacam-se as tubulações, reservatórios, conexões, aparelhos e ferragens, para Carvalho Júnior:

O conceito de instalação predial de água fria (temperatura ambiente) constitui-se no conjunto de tubulações, equipamentos, reservatórios e dispositivos,

³ É um editor de planilhas produzido pela Microsoft para computadores que utilizam o sistema operacional Microsoft Windows.

⁴ Visual Basic for Applications - É uma implementação do Visual incorporada em todos os programas do Microsoft Office

destinados ao abastecimento dos aparelhos e pontos de utilização de água da edificação (2013).

SISTEMAS DE ABASTECIMENTO

As fontes de abastecimento de água potável a edificações podem ser de fontes privadas (poços artesianos, mananciais etc.), e da rede pública, este último é sempre preferencial, pois tem-se a garantia da potabilidade da água em virtude dos tratamentos realizados e exames em laboratórios que garante o mínimo de potabilidade.

Conforme Creder (2012), é mais usual ser a rede de distribuição predial alimentada por distribuidor público, porém poderá ser feita por fontes particular (nascentes, poços, etc.), desde que garanta sua potabilidade por exames de laboratórios.

Já o sistema de abastecimentos de água potável é basicamente dividido em três tipos: direto, indireto e misto, a fonte que será utilizada na dissertação será o sistema indireto com bombeamento, por se tratar de instalações de água fria em edifícios verticais, necessitando de uma pressão superior, a disponível pela concessionária, e além da garantia da continuidade de abastecimento ao edifício. Contudo tem-se alguns pontos negativos, como o risco de contaminação é maior, que o direto, gastos elevados em sua instalação, sobrecargas a estruturas, por necessitar de reservatórios elevados.

Carvalho Júnior (2013), Cada um desses sistemas de abastecimento (direto, indireto e misto) apresenta vantagens e desvantagens, que devem ser analisadas pelo projetista, conforme a realidade local e as características do edifício em que esteja trabalhando.

SISTEMAS DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA

O sistema de armazenamento de água deve-se ter uma atenção especial, pois o mesmo é um fator crítico dentro do sistema de instalações hidráulicas prediais. Por depender de muitas variáveis, e dentro do sistema indireto com bombeamento, ele interfere diretamente no índice de potabilidade, tendo muito risco de contaminação da água, e além de interferir diretamente ou indiretamente em outros elementos da edificação, como a estrutura e nas fundações.

Atualmente está se tornando cada vez mais comum a utilização de reservatório, em virtude da não continuidade do abastecimento da rede pública, e por garantia de continuidade, regularidade e de pressão suficiente para abastecer os pontos de utilização predial. Conforme Carvalho Júnior (2013), os reservatórios domiciliares têm sido comumente utilizados para

compensar a falta de água na rede pública, devido às falhas existentes no sistema de abastecimento e na rede de distribuição.

Para Creder (2012), como em quase todas as localidades brasileiras há deficiência no abastecimento público de água, é pouco usual a distribuição direta, ou seja, com pressão do distribuidor público, então somos levados a construir reservatórios superiores.

Em prédios, quando o sistema de armazenamento de água é integrado ao prédio, há a necessidade de dividir o volume de água em duas partes, um ficando na parte superior e outro no inferior da edificação, chamamos assim de reservatórios inferiores e reservatório superior. Este fatiamento reduz de maneira significativa as cargas nas estruturas e consequentemente a fundações. Reservatório inferior é próprio dos prédios com mais de dois pavimentos. Até este limite, geralmente a pressão na rede é suficiente para o abastecimento do reservatório situado na parte superior do edifício.

Para Carvalho Júnior (2013), o reservatório inferior se faz necessário em prédios com mais de três pavimentos (acima de 9 m de altura), pois, geralmente, até esse limite, a pressão na rede pública é suficiente para abastecimento do reservatório elevado.

O fatiamento do volume de água deve ser realizado de maneira que seja garantido o abastecimento contínuo em todos os pontos da edificação. Segundo Carvalho Júnior (2013), na execução ou instalação do reservatório elevado, é importante prever a facilidade de acesso, como a utilização de escadas ou portas independentes.

Para Botelho (2014), a adequada localização dos reservatórios deve ser estudada, de modo a ser otimizada a sua utilização face suas características funcionais, tais como ventilação, iluminação, garantia da potabilidade da água, operação e manutenção.

SISTEMAS DE RECALQUES

O estudo enfatiza o sistema de abastecimento do tipo indireto com bombeamento, “pois é o sistema que se mais utiliza em edifícios” (BOTELHO, 2014). Em virtude de a pressão disponibilizada pela concessionária ser inferior a necessária para abastecer todos os pontos. O sistema de recalque é composto basicamente de tubulações de sucção e de recalque, bombas hidráulicas. Esta última pode ser de diversos tipos, porém neste trabalho trata-se apenas das Centrifugas, “por serem as mais utilizadas em edifícios residenciais” (BOTELHO, 2014).

METODOLOGIA

As metodologias utilizadas para realizar o estudo, foram por meio de pesquisas em literaturas brasileiras e internacionais em instalações hidráulicas de autores consagrados. Adotando meios simplificados, para demonstrar o seu objetivo, suas vantagens e desvantagens. Os métodos utilizados são: Programação e utilização de tabelas dinâmicas confeccionadas no MS Excel, o segundo método é demonstrar por meio de um estudo de caso criado didaticamente para o trabalho.

PROGRAMAÇÃO DAS TABELAS DINÂMICAS

As tabelas confeccionadas para o dimensionamento de instalações elevatórias e sistemas de recalque de água fria, conforme as tabelas 1 e 2. Utilizaram-se as diretrizes da Norma NBR 5626 - Norma brasileira de instalações predial de água fria de 1998, tornando o dimensionamento prático e de forma automático, reduzindo o tempo para se calcular, além de diminuir a possibilidades de erros que existiria se os cálculos fossem realizados na maneira convencional, ou seja, manualmente. Com mais detalhes nos anexos 1 e 2.

Tabela 1
Dimensionamento de reservatórios elevados em branco

DIMENSIONAMENTO DE RESERVATÓRIO ELEVADO			
Características do edifício:			
<input type="checkbox"/> Pavimento térreo	Padrão:	1	
<input type="checkbox"/> Pavimentos tipo	2a	3a	4a
<input type="checkbox"/> Pavimento cobertura	2b	3b	4b
<input type="checkbox"/> Quarto de serviço	2c		
(P) População			
Dormitório	C. unitário (l)	Nº de pessoas	
(CD) Consumo diário			
CD (l):		CD (m3):	
(Ri) Reserva de incêndio			
Ri (l):		Ri (m3):	
(VT) Reserva total			
VT (l)		5a	
(RS) Reservatório superior:			
RS (l):		RS (m3):	
<input type="radio"/> Res. Prismático		<input type="radio"/> Res. Cilíndrico	
6a		7a	
6b		7b	
<input type="radio"/> Calcular a altura		<input type="radio"/> Calcular altura	
<input type="radio"/> Calcular uma das bases		<input type="radio"/> Calcular o diâmetro	
C (m): 6c		d (m): 7c	
L (m): 6d		h (m): 7d	
h (m): 6e			
Dimensões finais:		Dimensões finais:	
c (m):		h (m):	
h (m):		d (m):	
L (m):			

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vide legenda abaixo:

- 1- Padrão do edifício: Deve optar por umas das opções da barra de seleção, contendo três padrões, o padrão luxo, médio e o popular.

- 2a- Quantidades de pavimentos tipos: Se o edifício for previsto de pavimentos tipos, deve-se indicar no campo 2a, a quantidade de pavimentos contido no prédio.
- 2b- Número de apartamentos por pavimentos tipos: Se o edifício for previsto de pavimentos tipos, deve-se indicar no campo 2b, a quantidade de apartamento contido em cada pavimento.
- 2c- Número de dormitório por apartamento tipo: Se o edifício for previsto de pavimentos tipos, deve-se indicar no campo 2c, a quantidade de dormitório contido em cada apartamento.
- 3a- Número de apartamentos no pavimento térreo: Se o edifício for previsto de pavimento térreo, deve-se indicar no campo 3a, a quantidade de apartamento contido no térreo.
- 3b- Número de dormitório por apartamento térreo: Se o edifício for previsto de pavimentos térreo, deve-se indicar no campo 3b, a quantidade de dormitório contido em cada apartamento térreo.
- 4a- Número de apartamentos no pavimento cobertura: Se o edifício for previsto de pavimento cobertura, deve-se indicar no campo 4a, a quantidade de apartamento contido na cobertura.
- 4b- Número de dormitório por apartamento cobertura: Se o edifício for previsto de pavimento cobertura, deve-se indicar no campo 4b, a quantidade de dormitório contido em cada apartamento cobertura.
- 5a- Geometria do reservatório: Se o reservatório elevado for do tipo prismático deve-se marcar o campo 5a.
- 5b- Geometria do reservatório: Se o reservatório elevado for do tipo cilíndrico deve-se marcar o campo 5b.
- 6a- Geometria do reservatório prismático: Caso opte por determinar a altura do reservatório elevado, deve-se marcar o campo 6a, tendo de inserir os valores em metros das bases nos campos 6c e 6d.
- 6b- Geometria do reservatório prismático: Caso opte por determinar uma das bases do reservatório elevado, deve-se marcar o campo 6b, tendo de inserir o valor em metro de uma das bases no campo 6c, e da altura no campo 6e.
- 7a- Geometria do reservatório cilíndrico: Caso opte por determinar a altura do reservatório elevado, deve-se marcar o campo 7a, tendo de inserir a dimensão da altura em metro no campo 7d.
- 7b- Geometria do reservatório cilíndrico: Caso opte por determinar as dimensões de uma das bases do reservatório elevado, deve-se marcar o campo 7b, tendo de inserir a dimensão do diâmetro em metro no campo 7d.
- Os demais campos são calculados automaticamente, após a inserção dos campos acima citados.

Tabela 2
Dimensionamento de sistemas de recalque em branco.

DIMENSIONAMENTO DE SISTEMA DE RECALQUE		
Vazão (Q)		
(CD) Consumo diário (m3)	<input type="text"/>	Funcionamento da bomba: <input type="text" value="8"/> ▼
(t) tempo (h)	<input type="text"/>	
(Q)Vazão (m3/h)	<input type="text"/>	
(Q)Vazão (l/s)	<input type="text"/>	
Diâmetro de recalque (Dr)		
(t)	<input type="text"/>	(Q)
Diâmetro de recalque (mm): <input type="text"/>		
Diâmetro de sucção (Ds)		
Diâmetro de sucção (mm): <input type="text"/>		
Perda de carga no recalque (jr)		
(lr) Comprimento real de recalque (m): <input type="text" value="9"/>		
9a <input type="checkbox"/> Joelho 90°	9d <input type="checkbox"/> Curva 45°	9g <input type="checkbox"/> Té saída lateral
9b <input type="checkbox"/> Joelho 45°	9e <input type="checkbox"/> Té passagem direta	9h <input type="checkbox"/> Valv. De retenção
9c <input type="checkbox"/> Curva 90°	9f <input type="checkbox"/> Té saída de lado	9i <input type="checkbox"/> Registro de gaveta aberto
		9j <input type="checkbox"/> Válvula de pé e crivo
(lv) Comprimento virtual de recalque (m):		
(Lt) Comprimento total de recalque (m):		
J		
Jr		
Perda de carga na sucção (Js)		
(lr) Comprimento real de Sucção (m): <input type="text" value="10"/>		
10a <input type="checkbox"/> Joelho 90°	10d <input type="checkbox"/> Curva 45°	10g <input type="checkbox"/> Té saída lateral
10b <input type="checkbox"/> Joelho 45°	10e <input type="checkbox"/> Té passagem direta	10h <input type="checkbox"/> Valv. De retenção
10c <input type="checkbox"/> Curva 90°	10f <input type="checkbox"/> Té saída de lado	10i <input type="checkbox"/> Registro de gaveta aberto
		10j <input type="checkbox"/> Válvula de pé e crivo
(lv) Comprimento virtual de recalque (m):		
(Lt) Comprimento total de recalque (m):		
J		
Js		
Altura manométrica (Hm)		
hr (m):	<input type="text" value="11"/>	
hs (m):	<input type="text" value="12"/>	
Hm (m):	<input type="text"/>	
Conjunto motobomba (P)		
η (%):	<input type="text" value="13"/>	
Q (m3/s):	<input type="text"/>	
Potência (cv)	<input type="text"/>	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Vide legenda abaixo:

- 8- Período de funcionamento da moto bomba: Deve-se escolher uma das opções da barra de seleção, as opções são, três períodos com 1 hora e meia cada, dois períodos de 2 horas cada e 3 períodos com 2 horas cada.
- 9- Comprimento da tubulação de recalque: Deve-se indicar no campo 9 o comprimento em metros da tubulação, isso mensurado no projeto.
- 9a- Número de joelhos 90° na tubulação de recalque: Se a caixa de seleção do joelho 90°, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de joelhos de 90°, presente na tubulação de recalque.
- 9b- Número de joelhos 45° na tubulação de recalque: Se a caixa de seleção do joelho 45°, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de joelhos de 45°, presente na tubulação de recalque.
- 9c- Número de curvas 90° na tubulação de recalque: Se a caixa de seleção da curva 90°, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de curvas de 90°, presente na tubulação de recalque.
- 9d- Número de curvas 45° na tubulação de recalque: Se a caixa de seleção da curva 45°, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de curvas de 45°, presente na tubulação de recalque.
- 9e- Número de TÊ de passagem direta, na tubulação de recalque: Se a caixa do TÊ passagem direta, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de TÊ passagem direta, presente na tubulação de recalque.
- 9f- Número de TÊ de saída de lado, na tubulação de recalque: Se a caixa do TÊ saída de lado, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de TÊ saída de lado, presente na tubulação de recalque.
- 9g- Número de TÊ de saída lateral, na tubulação de recalque: Se a caixa do TÊ saída lateral, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de TÊ saída lateral, presente na tubulação de recalque.
- 9h- Número de válvula de retenção, na tubulação de recalque: Se a caixa do válv. De retenção, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de válvula de retenção, presente na tubulação de recalque.
- 9i- Número de registro de gaveta aberto, na tubulação de recalque: Se a caixa do registro de gaveta aberto, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de registro de gaveta aberto, presente na tubulação de recalque.
- 9j- Número de válvula de pé e crivo, na tubulação de recalque: Se a caixa da válvula de pé e crivo, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja,

selecionado deve-se indicar a quantidade correta de válvula de pé e crivo, presente na tubulação de recalque.

- 10- Comprimento da tubulação de sucção: Deve-se indicar no campo 10 o comprimento em metros da tubulação de sucção, isso mensurado no projeto.

- 10a- Número de joelhos 90° na tubulação de sucção: Se a caixa de seleção do joelho 90°, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de joelhos de 90°, presente na tubulação de sucção.

- 10b- Número de joelhos 45° na tubulação de sucção: Se a caixa de seleção do joelho 45°, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de joelhos de 45°, presente na tubulação de sucção.

- 10c- Número de curvas 90° na tubulação de sucção: Se a caixa de seleção da curva 90°, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de curvas de 90°, presente na tubulação de sucção.

- 10d- Número de curvas 45° na tubulação de sucção: Se a caixa de seleção da curva 45°, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de curvas de 45°, presente na tubulação de sucção.

- 10e- Número de TÊ de passagem direta, na tubulação de sucção: Se a caixa do TÊ passagem direta, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de TÊ passagem direta, presente na tubulação de sucção.

- 10f- Número de TÊ de saída de lado, na tubulação de sucção: Se a caixa do TÊ saída de lado, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de TÊ saída de lado, presente na tubulação de sucção.

- 10g- Número de TÊ de saída lateral, na tubulação de sucção: Se a caixa do TÊ saída lateral, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de TÊ saída lateral, presente na tubulação de sucção.

- 10h- Número de válvula de retenção, na tubulação de sucção: Se a caixa do válv. De retenção, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de válvula de retenção, presente na tubulação de sucção.

- 10i- Número de registro de gaveta aberto, na tubulação de sucção: Se a caixa do registro de gaveta aberto, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de registro de gaveta aberto, presente na tubulação de sucção.

- 10j- Número de válvula de pé e crivo, na tubulação de sucção: Se a caixa da válvula de pé e crivo, estiver com um sinal de “cheque”, ou seja, selecionado deve-se indicar a quantidade correta de válvula de pé e crivo, presente na tubulação de sucção.

- 11- Altura da tubulação de recalque: Deve-se indicar no capô 11 a dimensão da altura em metros da tubulação de recalque, altura compreendida entre o eixo da motobomba e o nível da água do reservatório elevado.
- 12- Altura da tubulação de sucção: Deve-se indicar no capô 11 a dimensão da altura em metros da tubulação de sucção, altura compreendida entre o eixo da motobomba até aproximadamente 20 centímetros do nível da base do reservatório inferior. Caso a motobomba seja instalada em nível inferior ao da água do reservatório inferior, esta é dita como “afogada” tornando assim a altura da tubulação de sucção negativa.
- 13- Rendimento da motobomba: Deve-se indicar no campo 13 o índice de rendimento da motobomba em porcentagem, índice indicado na embalagem ou na própria motobomba, depende do modelo e do fabricante girando em torno de 70%.
- Os demais campos são expressos automaticamente após a introdução dos dados referenciados acima.

PARÂMETROS E MÉTODO DE DIMENSIONAMENTO ADOTADO

O dimensionamento realizado com o auxílio de tabelas dinâmicas, segue como parâmetros todas as recomendações da NBR 5626 - Norma brasileira de instalações predial de água fria de 1998.

Reservatório de água potável

Os reservatórios armazenam a água que será utilizada na edificação, inclusive para ingestão e produção de alimentos, entre outras finalidades. Podendo ser classificados quanto ao aspecto do material em concreto armado, metálico, polietileno, aço-inoxidável e outros. Já quanto à forma podem ser classificados em cilíndrico, prismático e outros. Porém este trabalho se limita apenas em reservatórios cilíndricos e prismáticos. A ABNT NBR 5626 estabelece algumas recomendações sobre os reservatórios, as principais e utilizadas neste trabalho, estão listadas abaixo:

- O volume de água acumulado no (s) reservatório (s) não poderá ser inferior ao volume consumido diariamente no prédio;
- Reservatórios com volume superior a 4000 litros devem ter dois compartimentos comunicantes por meio de uma tubulação com registro de manobra;
- Reservatórios enterrados devem possuir folga mínima de 0,60m entre as paredes laterais qualquer obstáculo lateral;
- Devem ser construídos com material estanque e de comprovada qualidade. Tais materiais e impermeabilizações eventuais não devem transmitir à água substâncias que venham a causar poluição;
- Não é permitida qualquer conexão das tubulações de limpeza e extravasor com esgotos ou qualquer outra fonte de contaminação;

- Devem ser providos de aberturas que permitam o fácil acesso ao seu interior, a fim de permitir inspeções e limpeza. A abertura deverá conter tampa que evite a entrada de insetos;
- A reserva total (R_t) deve ser menor que o triplo do consumo diário (C_d), evitando-se a reserva de grandes volumes: $R_t < 3 C_d$.
- A reserva total (R_t) deve ser maior que o consumo diário (C_d): $R_t > C_d$.
- O reservatório para residências deve ser no mínimo de 500 l.

Determinação do consumo de água em edifícios residenciais

O consumo de água em edificações verticais residências, depende de algumas variáveis, porém o padrão do edifício interfere de forma significativa na quantidade de consumo de água, quanto maior o conforto da edificação, maior o consumo de água.

O consumo de água pode variar muito, dependendo da disponibilidade de acesso ao abastecimento e de aspectos culturais da população, entre outros. Alguns estudos mostram que, por dia, uma pessoa no Brasil gasta de 50 litros a 200 litros de água. Portanto, com 200 litros/dia utilizados de forma racional, vive-se confortavelmente. (CARVALHO JÚNIOR, 2013, p. 43).

Com as características do edifício do estudo de caso definido, pode-se então calcular o consumo para prédio. O dimensionamento proposto no trabalho é de forma a utilizar tabelas, porém as tabelas necessitam de fórmulas, recursos avançados de formulários do MS Excel ou configurações (VBA do MS Excel)⁵, para calcular o consumo diário, requer a mescla dos três recursos, a equação utilizada será disseminada abaixo:

$$Cd = Cp * n \quad (3.1)$$

Em que:

- Cd = Consumo diário;
- Cp = Consumo por pessoa;
- n = Número de ocupantes.

O número de ocupantes (n) ou população, como algumas literaturas o nomeiam, depende do funcionamento do prédio, podendo ser residencial, comercial, hospitalar, escolar, entre tantos outros. Para isso deve-se consultar a taxa de ocupação do edifício, através de tabela abaixo:

⁵ Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio de 2000.

Tabela 3
Estimativa de população

LOCAL	TAXA DE OCUPAÇÃO
Residências e apartamentos	Duas pessoas por dormitório
Bancos	Uma pessoa por 5,00 m ²
Escritórios	Uma pessoa por 6,00 m ²
Pavimento Térreo	Uma pessoa por 2,50 m ²
Lojas – Pavimento superior	Uma pessoa por 5,00 m ²
Museus e bibliotecas	Uma pessoa por 5,00 m ²
Salas de hotéis	Uma pessoa por 5,50 m ²
Restaurantes	Uma pessoa por 1,40 m ²
Salas de operações (Hospitais)	Oito pessoas
Teatro, cinemas e auditórios	Uma pessoa por

Fonte: AZEVEDO NETO, p. 24, 2004.

Já o consumo de água unitário, é a quantidade de água que uma pessoa gasta em um dia, ou seja, é o consumo unitário, a norma sugere alguns consumos, listados abaixo na tabela 4.

Tabela 4
Consumo predial diário

TIPO DE CONSTRUÇÃO	UN	CONSUMO MÉDIO (LITROS/DIA)
Alojamento provisórios	Pessoa	80
Casas populares	Pessoa	120
Residências	Pessoa	150
Apartamentos	Pessoa	200
Hotéis (S/cozinhas e s/Lavanderia)	Hóspede	120
Escolas - internatos	Pessoa	150
Escolas - semi-internatos	Pessoa	100
Escolas - externatos	Pessoa	50
Quartéis	Pessoa	150
Edifícios públicos ou comerciais	Pessoa	50

Escritórios	Pessoa	50
Cinemas e teatros	Lugar	2
Templos	Lugar	2
Restaurantes e similares	Refeição	25
Garagens	Automóvel	50
Lavanderias	Kg de roupas secas	30
Mercados	m2	5
Matadouros - animais de grande porte	Cabeça abatida	300
Matadouros - animais de pequeno porte	Cabeça abatida	150
Postos de serviços p/ automóveis	Veículo	150
Cavaliças	Cavalo	100
Jardins	m2	1,5
Orfanato, asilo, berçário	Pessoa	150
Ambulatório	Pessoa	25
Creches	Pessoa	50
Oficinas de costuras	Pessoa	50

Fonte: AZEVEDO NETO, p. 25, 2004.

A reserva total é definida após a determinação do consumo diário, a qual já com as características pré-estabelecidas, no caso edificações residenciais, definem os tipos de reserva que o edifício deve dotar, dentre elas:

- Reserva mínima: Consumo diário (C_d) < Reserva total (R_{min}) < 3 C_d , portanto calcula-se a reserva mínima por meio da equação 3.2.

$$R_{min} = 2 * C_d \quad (3.2)$$

- Reserva técnica de incêndio (RTI): É em função das características do prédio e da (NBR 13714)⁶ sob o comando e normas do corpo de bombeiro.

A (lei complementar Nº 003)⁷ em seu capítulo II e inciso 2º “estabelece que as edificações com área construída igual ou maior que 750 m² devem ter anotações de responsabilidades técnicas de projetos de instalações de combate a incêndio aprovadas em corpo de bombeiros” (2014). Como o projeto de estudo é implantado hipoteticamente na cidade de Manaus, e não possuindo área construída igual ou maior de 750 m², não

⁶ Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio de 2000.

⁷ Código de obras e edificações do município de Manaus, de 16 de janeiro de 2014.

necessita de reserva de incêndio, proposta na (IT 22)⁸. Porém considerando para efeitos de cálculo o método utilizado por Creder afirma que devemos “prever uma reserva para incêndio estimada entre 15% e 20% do consumo diário do edifício” (2012). Adotou-se para este trabalho a reserva técnica de incêndio (R_{ti}) de 20% do consumo diário, calcula-se a reserva total (R_t), por meio da equação 3.3.

$$R_t = 2 * C_d + R_{ti} \quad (3.3)$$

$$R_{ti} = 0,2 * C_d \quad (3.4)$$

Com as principais características do prédio apresentado no item 3.3 e expresso nos anexos 2 e 3 deste trabalho. Introduzimos as principais características na tabela 1 - dimensionamento de reservatório elevado. Como mostra a seguir na figura 1. Temos:

Figura 1 - Introdução das características do edifício.

Características do edifício:	Padrão:	Residencial popular
<input type="checkbox"/> Pavimento térreo		
<input checked="" type="checkbox"/> Pavimentos tipo	4	Nº de aptos por pavimento.
<input type="checkbox"/> Pavimento cobertura	2	Nº de quartos por apto.
<input type="checkbox"/> Quarto de serviço	2	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme os dados indicados no item 3.3, o edifício é composto somente de pavimentos tipos, ou seja, todos os pavimentos contêm as mesmas características e dimensões, são semelhantes. Contudo é marcado somente a caixa de seleção do pavimento tipo, e nos campos indicados acima, deve-se indicar o número de pavimentos que contêm na torre – 4, número de aptos por pavimentos - 2, número de quartos por aptos - 2. Além de indicar o padrão - residencial popular.

Conforme o preenchimento das características do edifício na tabela 1 e demonstrado na figura 1, outros campos são calculados, como mostra abaixo na figura 2.

⁸ Instruções técnicas de sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio da cidade de São Paulo (2010).

Figura 2 - Resultados obtidos com a introdução das características do edifício.

(P) População		
Dormitório	C. unitário (l)	Nº de pessoas
16	150	32
(CD) Consumo diário		
CD (l):	4.800,00	CD (m3): 4,80
(Rti) Reserva de incêndio		
Rti (l):	960,00	Ri (m3): 0,96
(RT) Reserva total		
RT (l)	10.560,00	

Fonte: Elaborado pelo autor.

No cálculo de população, é realizado conforme a tabela 3, (em residências e apartamentos – 2 pessoas por quarto social), conforme a expressão abaixo.

$$n = N^{\circ}pav.* N^{\circ}apts.* N^{\circ}quartos * 2 \quad (4.1)$$

Em que:

N: Quantidade de pessoas no edifício;

Nº de pav: Quantidade de pavimentos por torre;

Nº apstos: Quantidades de apartamentos por pavimento;

Nº de quartos: Quantidade de quartos por apartamento;

2: Número de pessoas que deve ser considerado para apartamentos, segundo a tabela 3.

Substituindo os dados na equação 3.1, temos:

$$n = 4 * 2 * 2 * 2 = 32 \text{ pessoas.}$$

Já o consumo diário (CD) é calculado por meio da expressão 3.1, que substituindo os valores na mesma, temos:

$$CD = 150 * 32 = 4.800l \text{ ou } 4,8 m^3$$

A reserva técnica de incêndio adota-se as orientações dadas por Creder que afirma que devemos “prever uma reserva para incêndio estimada entre 15% e 20% do consumo diário do edifício” (2012). Calculada por meio da equação 2.4. Temos:

$$Rti = 20\% * 4800 = 960l \text{ ou } 0,96 m^3.$$

A reserva total (Rt) é a quantidade de água que devemos ter armazenada para que não falte água no edifício e nem tenha problemas com contaminação, a equação 3.3, considera-se um armazenamento para dois dias conforme a NBR 5626 - Norma brasileira de instalações predial de água fria de 1998. Aplicando os valores numéricos na fórmula 3.3, temos:

$$Rt = 2 * 4800 + 960 = 10.560l \text{ ou } 10,56m^3.$$

Volume e dimensões geométricas de reservatório elevados

Para determinar o volume dos reservatórios elevados em edificações residenciais, no sistema de abastecimento indireto com bombeamento, ou seja, sistema a qual sua alimentação precisa-se dos reservatórios elevados e inferior, e dos sistemas de recalque, adota-se na tabela método de Botelho, afirmando que “que para reservatórios domiciliares e de edifícios altos pode-se calcular a reservatório inferior como sendo 3/5 ou 60% da R_t e o superior como sendo de 2/5 ou 40% do R_t ” (2014). Então a equação 3.5 determina o volume do reservatório elevado (RS).

$$RS = 0,40 * R_t \quad (3.5)$$

Já para determina as dimensões dos reservatórios, devemos antes escolher a melhor forma para o reservatório, este trabalho se limita apenas em reservatórios prismático e cilíndrico. Caso o reservatório seja prismático, podemos encontrar as bases por meio da equação 3.6.

$$RS = b * L * h \quad (3.6)$$

Em que:

RS: Volume do reservatório superior em m^3 ;

b: Largura do reservatório em m;

L: Comprimento do reservatório em m;

h: Altura do reservatório em m.

Percebe-se que apenas uma das variáveis presente na equação é conhecida (RS), porém deve-se adotar valores para outras duas variáveis, e calcular a outra dimensão. Na tabela dinâmica é programa para encontrar a altura (h) ou o comprimento (L), expressas abaixo.

$$h = \frac{RS}{b * L} \quad (3.7)$$

$$L = \frac{RS}{b * h} \quad (3.8)$$

No caso de reservatório cilíndrico usamos a equação 3.9.

$$RS = \frac{\pi * d^2}{4} * h \quad (3.9)$$

Em que:

RS: Volume do reservatório superior em m^3 ;

d: Diâmetro do reservatório em m;

h: Altura do reservatório em m;

π : 3,1416.

Como o reservatório prismático, conhecemos apenas uma variável (RS), porém neste caso não necessita adotar dois valores, somente um, pois só temos duas variáveis que não conhecemos e necessitamos determiná-las.

A tabela dinâmica é programa para encontrar a altura (h) ou o diâmetro (d), expressas abaixo.

$$h = \frac{4 * RS}{\pi * d^2} \quad (3.10)$$

$$d = \sqrt{\frac{RS * 4}{\pi * h}} \quad (3.11)$$

SISTEMAS DE RECALQUE EM EDIFICAÇÕES VERTICAIS RESIDENCIAIS

Para dimensionar os sistemas de recalque é necessário saber alguns de seus principais componentes, para Azevedo fazem parte do sistema “o conjunto motobomba, canalização de sucção e de recalque” (2004).

A priori é necessário fazer um traçado do sistema elevatório ou do sistema de recalque. O traçado da canalização deve ser o mais racional possível, a fim de que não sejamos obrigados a utilizar motobombas com potências cada vez maiores, o que gera um custo mensal alto com o consumo de energia elétrica, pois o sistema de motor mais bomba hidráulica do estudo é do tipo centrífugas e elétricas, como já citado no trabalho. Existe inúmeras possibilidade de ser traçar o sistema, chegou ao consenso que o mais econômico e viável, para a edificação está representado abaixo, por meio do anexo 5.

Os dados extraídos do traçado demonstrado na figura 13, necessários para determinar as perdas de cargas, são relacionados abaixo:

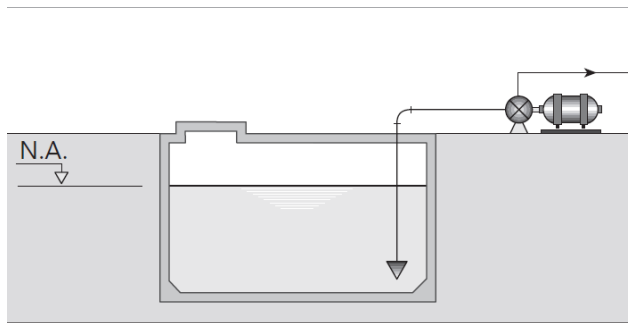
- Comprimento real de recalque: $Lr = 1,70 + 12,00 + 6,40 + 2,50 = 22,60 m$.
- Comprimento real de sucção: $Lr = 1,55 + 0,63 = 2,18 m$.
- Quantidades e tipos de conexões na tubulação de recalque: três curvas 90° com diâmetro nominal de 20 mm, um registro de gaveta aberto de ¾ polegadas, uma válvula de retenção do tipo leve de ¾ polegadas.
- Quantidades e tipos de conexões na tubulação de sucção: uma curva 90° com diâmetro nominal de 25 mm, uma válvula de pé dotada de crivo de 1 polegada.
- Altura de recalque: $hr = 12,00 + 2,50 = 14,50 m$.
- Altura de sucção: $hs = 1,55 m$.

Conjuntos motobombas

Existem muitos tipos de bombas, como centrífugas, de embolo (pistão), injetoras, a ar comprimido, carneiro hidráulico etc. Porém a mais utilizada, atualmente nos sistemas prediais é a bomba centrífuga, que será objeto desde estudos, tratando na tabela dinâmica sobre o seu dimensionamento. Devem ser previstas dois conjuntos motobombas, ficando

um de reserva, para eventuais emergências. A figura 1 mostra o conjunto motobomba e a tubulação de sucção.

Figura 3 - Sistema de motobombas e tubulação de sucção.



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, p. 42, 2013.

A determinação da potência (P) do motor da bomba é definida por meio da equação abaixo:

$$P = \frac{\gamma * Q * Hm}{75 * \eta} * h \quad (3.12)$$

$$Q = \frac{CD}{t} \quad (3.13)$$

$$Hm = Hs + Hr + Js + Jr \quad (3.14)$$

Em que:

P: Potência do motor em CV;

γ : Peso específico do líquido bombeado, para água 1000 kg/m³;

Q: Vazão em m³/s, definida pela equação 3.13;

Hm: Altura manométrica em metro, encontrada através da equação 3.14;

Hr: Altura de recalque em metro;

Hs: Altura de sucção em metro, podendo ser negativa ou positiva, dependendo de a bomba estar afogada ou não.

Js: perda de carga total na sucção, em metros;

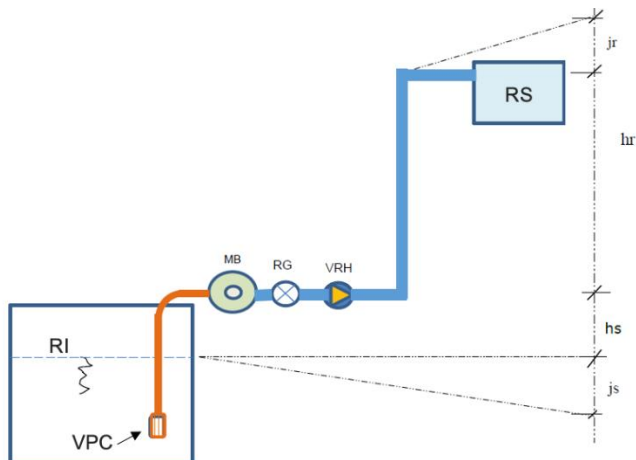
Jr: perda de carga total no recalque, em metros;

η : Rendimento do conjunto motobombas \cong 70%;

t: Tempo de funcionamento da motobomba em horas.

Todos os cálculos são realizados automaticamente na tabela após introduzir os dados necessários, expressos no item 3.1 deste trabalho.

Figura 4 - Esquema de sistemas de recalque



Fonte: Elaborado pelo autor

Vide legenda abaixo:

- MB: Motobomba;
- RG: Registro de gaveta;
- VRH: Válvula de retenção horizontal;
- RI: Reservatório inferior;
- VPC: Válvula de pé com crivo;
- RS: Reservatório superior;
- — Tubulação de recalque;
- — Tubulação de sucção.

As perdas de cargas são de extrema importância para determinar a potência do motor da bomba, são divididas em duas dentro do sistema de recalque, perda de carga na tubulação de recalque (J_r) e perda de carga na tubulação de sucção (J_s).

Canalização de recalque

Compreende a tubulação que conduz a água da bomba ao reservatório superior, também dotada de uma válvula de retenção e todas as conexões requisitadas. Calcula-se o diâmetro da tubulação de recalque por meio da equação 3.15, ou por meio do ábaco 2, ambos disponibilizados na NBR 5626.

Tubulação de recalque por meio da equação 3.15, ou por meio do ábaco 2, ambos disponibilizados na NBR 5626.

$$Dr = \left(1,3 * \sqrt[4]{\frac{t}{24}} * \sqrt{Q} \right) * 1000 \quad (3.15)$$

Em que:

Dr: Diâmetro da tubulação recalque em mm;

t: Número de horas de funcionamento da bomba por dia;

Q: Vazão em metros cúbicos por segundo ou metros cúbicos por hora.

A perda de carga na tubulação de recalque (Jr) é calculada por meio da expressão abaixo a seguir:

$$Jr = J * Lt \quad (3.16)$$

Em que:

J: Perda de carga unitária (m/m); expressa pelo ábaco 1 ou pela equação 3.17;

Lt: comprimento total de recalque em metros (m) – determinada pela fórmula 3.18;

Ir: comprimento real de recalque em metros (m) – medição direta no projeto;

Iv: comprimento virtual de recalque em metros (m) – obtenção na tabela 5;

Dr: Diâmetro da tubulação recalque em metros (m);

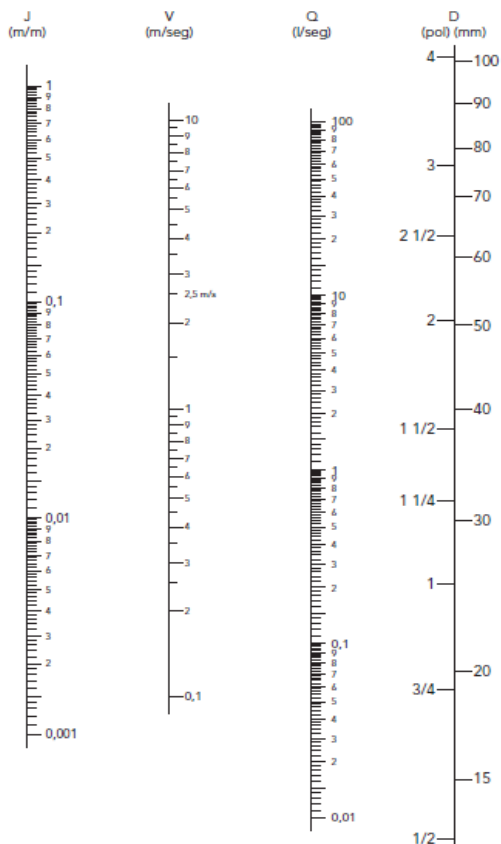
Q: Vazão em metros cúbicos por segundo (m³/s).

$$J = \sqrt[0,571]{\frac{Q}{55,934 * Dr^{2,714}}} \quad (3.17)$$

$$Lt = Ir * Iv \quad (3.18)$$

A perda de carga unitária(J) pode ser encontrada por meio do ábaco da figura 3 para tubos plásticos e de cobre, com o cruzamento de alguns dados. Como o material da tubulação, o diâmetro em milímetros e a vazão em litros por segundo (l/s), com estes dados encontramos o J.

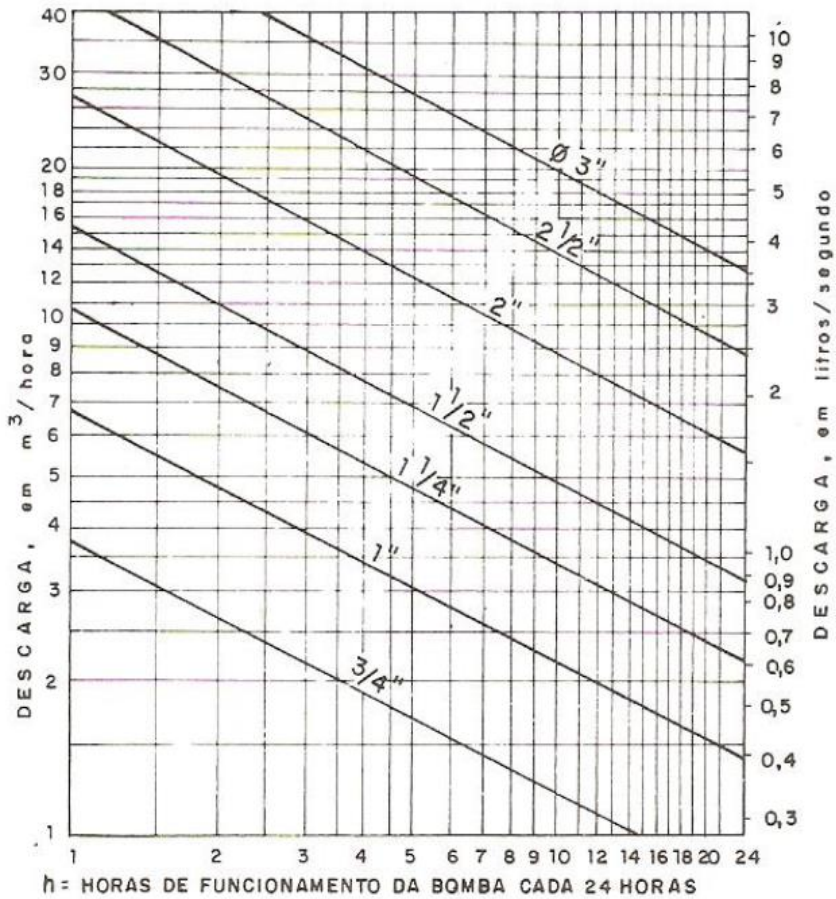
Figura 5 - Ábaco de Fair-Whipple-Hsiao para tubulações de cobre e plástico



Fonte: CARVALHO JÚNIOR, P. 87, 2013

Para encontrar o diâmetro de recalque utilizando o ábaco 2, é necessário a vazão em metros cúbicos por hora (m^3/h) e o tempo de funcionamento da motobomba em 1 dia, em horas (h).

















Figura 6 - Ábaco para determinar o diâmetro econômico de recalque de uma bomba



Fonte: AZEVEDO NETO, p. 32, 2004.

O comprimento virtual de recalque em metros (l_v) é dada através da tabela 5, sendo a perda de carga localizada, ou seja, é a perda de energia nas conexões, a qual deve-se indicar o diâmetro e o tipo da conexão, cruzando esses valores, encontra-se o valor em metros na tabela abaixo.

Tabela 5
Perdas de carga localizados – sua equivalência em metros de tubulação de PVC

		DIÂMETROS								
DN mm		20	25	32	40	50	60	75	85	110
Ref. pol.		1/2	3/4	1	1 1/4	1 1/2	2	2 1/2	3	4
Joelho 90°		1,1	1,2	1,5	2,0	3,2	3,4	3,7	3,9	4,3
Joelho 45°		0,4	0,5	0,7	1,0	1,0	1,3	1,7	1,8	1,9
Curva 90°		0,4	0,5	0,6	0,7	1,2	1,3	1,4	1,5	1,6
Curva 45°		0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0
TE 90° passagem direta		0,7	0,8	0,9	1,5	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6
TE 90° saída de lado		2,3	2,4	3,1	4,6	7,3	7,6	7,8	8,0	8,3
TE 90° saída bilateral		2,3	2,4	3,1	4,6	7,3	7,6	7,8	8,0	8,3
Entrada normal		0,3	0,4	0,5	0,6	1,0	1,5	1,6	2,0	2,2
Entrada de borda		0,9	1,0	1,3	1,8	2,3	2,8	3,3	3,7	4,0
Saída de canalização		0,8	0,9	1,3	1,4	3,2	3,3	3,5	3,7	3,9
Válvula de pé e crivo		8,1	9,5	13,3	15,5	18,3	23,7	25,0	26,8	28,6
Válvula de re- tenção tipo leve		2,5	2,7	3,8	4,9	6,8	7,1	8,2	9,3	10,4
Válvula de re- tenção pesado		3,6	4,1	5,8	7,4	9,1	10,8	12,5	14,2	16,0
Registro globo aberto		11,1	11,4	15,0	22,0	35,8	37,9	38,0	40,0	42,3
Registro gaveta aberto		0,1	0,2	0,3	0,4	0,7	0,8	0,9	0,9	1,0
Registro ângulo aberto		5,9	6,1	8,4	10,5	17,0	18,5	19,0	20,0	22,1

Fonte: CARVALHO JÚNIOR, p.88, 2013.

Canalização de sucção

Compreende a parte da tubulação que conduz a água do reservatório inferior, ou cisterna, até a bomba. Possuindo em sua extremidade inferior uma válvula de retenção chamada válvula de pé dotada de crivo para impedir a entrada de sujeira sólida na tubulação, como mostra a figura 2.

O diâmetro da tubulação de sucção (D_s), é considerado neste estudo um diâmetro nominal imediatamente superior ao do diâmetro da tubulação de recalque. As perdas de cargas ou perdas de energia na tubulação de sucção é encontrada da mesma forma que o descrito para tubulação de recalque no item 2.2.2.2.

ESTUDO DE CASO

Tendo em vista a aplicação do método alternativo para dimensionar e determinar os elementos citados acima, buscou-se apresentar de maneira prática em um projeto criado didaticamente para o estudo, vide o anexo 3 e 4. Seque abaixo algumas características do projeto.

- Projeto: Residencial Multifamiliar;
- Padrão: Popular;
- Local de implantação: Implantado hipoteticamente na região metropolitana de Manaus;
- Tipo: Edificação residencial vertical;
- Pavimentos: 4 pavimentos tipos;
- Dormitórios: 2 dormitórios por apartamentos;
- Apartamentos: 2 apartamentos por pavimento.

RESULTADOS



Os resultados são apresentados de forma direta, aplicando as características do estudo de caso na tabela programada.

DIMENSIONAMENTO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA ELEVADO

Partido para determinar as dimensões e o volume do reservatório superior, deve-se indicar a tabela alguns dados de partida, como o tipo de reservatório - se cilíndrico ou prismático, caso opte por um reservatório do tipo cilíndrico, deve-se indicar na tabela a dimensão que deve ser encontrado, entre diâmetro e sua altura como mostra abaixo nas figuras 7 e 8.

A tabela a seguir, mostra uma possibilidade que temos para calcular as dimensões do reservatório. Esta primeira possibilidade é configurada para reservatório do tipo cilíndrico, encontrando a altura e sugerindo o seu diâmetro em metros.

Figura 7 - Resultados obtidos com a introdução das características do edifício.

(RS) Reservatório superior:		<input type="radio"/> Res. Prismático	<input checked="" type="radio"/> Res. Cilíndrico
RS (l):	4.224,00	RS (m3):	4,22
<input type="radio"/> Calcular a altura		Res. cilíndrico	
<input type="radio"/> Calcular uma das bases		<input checked="" type="radio"/> Calcular altura	
		<input type="radio"/> Calcular o diâmetro	
	C (m): L (m): h (m):		d (m): 2,00 h (m): 1,40
Dimensões finais:		Dimensões finais:	
	c (m): h (m): L (m):		h (m): 1,70 d (m): 2,00



Fonte: Elaborado pelo autor.

A tabela 8 mostra além do cálculo das dimensões do reservatório elevado; o cálculo da parcela de água no reservatório elevado, utilizando a expressão 3.5,

A determinação da altura é realizada por meio da equação 3.10, porém, a mesma é feita de maneira automatizada por meio da tabela dinâmica 1.

Percebe-se que temos as dimensões finas, com o diâmetro replicado como o sugerido, já para a altura adota-se 30 centímetros a mais, pois a altura calculada é somente a do fluido (água), e altura final é a do reservatório e não a do líquido. A tabela abaixo indica outra possibilidade para o cálculo das dimensões de reservatório cilíndricos.

Figura 8 - Opção de calcular o diâmetro do reservatório cilíndrico.

(RS) Reservatório superior:		<input type="radio"/> Res. Prismático	<input checked="" type="radio"/> Res. Cilíndrico
RS (l):	4.224,00	RS (m3):	4,22
<input type="radio"/> Calcular a altura <input type="radio"/> Calcular uma das bases		Res. cilíndrico <input type="radio"/> Calcular altura <input checked="" type="radio"/> Calcular o diâmetro	
	C (m): L (m): h (m):		d (m): 1,70 h (m): 2,00
Dimensões finais:	c (m): h (m): L (m):	Dimensões finais:	h (m): 2,30 d (m): 1,70

Fonte: Elaborado pelo autor.

A determinação da altura é realizada por meio da equação 3.11, porém, a mesma é feita de maneira automatizada através da tabela dinâmica 1. Como a tabela 8, a altura aparece maior que a adotada, nos valores finais das dimensões, pela mesma questão explicada anteriormente para a figura 7.

Encerrando as possibilidades presente na tabela dinâmica para reservatório cilíndrico, parte para as duas possibilidades programadas na tabela para reservatórios prismáticos, como mostra nas figuras 9 e 10.

Figura 9 - Opção de calcular a altura do reservatório prismático.

(RS) Reservatório superior:		<input checked="" type="radio"/> Res. Prismático <input type="radio"/> Res. Cilíndrico	
RS (l): 4.224,00		RS (m ³): 4,22	
Res. Prismático <input checked="" type="radio"/> Calcular a altura <input type="radio"/> Calcular uma das bases		Res. cilíndrico <input type="radio"/> Calcular altura <input type="radio"/> Calcular o diâmetro	
	C (m): 1,00 L (m): 2,00 h (m): 2,20		d (m): h (m):
Dimensões finais:		Dimensões finais:	
c (m): 1,00 h (m): 2,50 L (m): 2,00		h (m): d (m):	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Caso opte pela geometria do reservatório do tipo prismático, deve-se marcar a opção “Res. Prismático”, tendo ainda de indicar qual dimensão deve ser calculada, entre a altura e umas das bases.

A determinação da altura é realizada por meio da equação 3.7, porém, a mesma é feita de maneira automatizada por meio da tabela dinâmica 1.

Percebe-se que temos as dimensões finas, com o diâmetro replicado como o sugerido, já para a altura adota-se 30 centímetros a mais, pois a altura calculada é somente a do fluido (água), e altura final é a do reservatório e não a do líquido. A tabela abaixo indica outra possibilidade para o cálculo das dimensões de reservatório cilíndricos.

Figura 10 - Opção de calcular uma das bases do reservatório prismático.

(RS) Reservatório superior:		<input checked="" type="radio"/> Res. Prismático <input type="radio"/> Res. Cilíndrico	
RS (l): 4.224,00		RS (m ³): 4,22	
Res. Prismático <input type="radio"/> Calcular a altura <input checked="" type="radio"/> Calcular uma das bases		Res. cilíndrico <input type="radio"/> Calcular altura <input type="radio"/> Calcular o diâmetro	
	C (m): 1,00 L (m): 2,20 h (m): 2,00		d (m): h (m):
Dimensões finais:		Dimensões finais:	
c (m): 1,00 h (m): 2,30 L (m): 2,20		h (m): d (m):	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A determinação da base (L) é realizada por meio da equação 3.8, porém, a mesma é feita de maneira automatizada por meio da tabela dinâmica 1.

DIMENSIONAMENTO DOS SISTEMAS DE RECALQUE

O dimensionamento dos sistemas de recalque em prédios residenciais consiste em determinar o diâmetro das tubulações de recalque e de sucção, e a potência do conjunto de motobombas.

Determinar a vazão de recalque

Para determinar a vazão de recalque, utiliza-se a equação 3.13, com necessidade de alguns dados, como o consumo diário (Cd) e o tempo de funcionamento da bomba hidráulica. A vazão é determinada na tabela abaixo.

Figura 11 - Determinação da vazão de recalque.

DIMENSIONAMENTO DE SISTEMA DE RECALQUE		
Vazão (Q)		
(CD) Consumo diário (m3)	4,80	
(t) tempo (h)	4	Funcionamento da bomba: 2 períodos de 2,0 horas
(Q)Vazão (m3/h)	1,20	
(Q)Vazão (l/s)	0,34	

Fonte: Elaborado pelo autor.

O consumo diário presente na figura 11, está ligado ao consumo diário calculado na tabela de dimensionamento de reservatório, já o período de funcionamento da bomba hidráulica, deve ser selecionado entre períodos, as opções são: 2 períodos de 2:00 hora cada, 3 períodos de 1:30 horas cada, 3 períodos de 2 horas cada. A vazão é dada através da relação entre o consumo diário e o tempo total de funcionamento da bomba hidráulica em 24:00 horas, conforme a equação 3.13.

Diâmetro da tubulação de Tubulação de recalque e sucção

Os diâmetros são determinados conforme a NBR 5626 - Instalação predial de água fria de 1998. Para o cálculo do diâmetro da tubulação de recalque, utilizou-se a equação 3.15 deste trabalho, como mostra a figura 12. Já o cálculo do diâmetro tubulação se sucção é determinada de forma análoga, considerando o diâmetro imediatamente superior ao da tubulação de recalque.

Figura 12 - Determinação dos diâmetros da tubulação de sucção e recalque.

(CD) Consumo diário (m ³)	4,80	Funcionamento da bomba:	2 períodos de 2,0 horas
(t) tempo (h)	4		
(Q)Vazão (m ³ /h)	1,20		
(Q)Vazão (l/s)	0,34		
Diâmetro de recalque (Dr)			
(t)	4	(Q)	1,20
Diâmetro de recalque (mm):	20		
Diâmetro de sucção (Ds)			
Diâmetro de sucção (mm):	25		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como o consumo diário da edificação é considerável baixa, conseqüentemente os diâmetros nominais das tubulações de sucção e recalque serão baixos e econômicos.

Perdas de carga ou perda de energia

Perda de energia na tubulação de recalque

Com a introdução retirado do traçado no anexo 5, obtivemos os seguintes resultados, demonstrado abaixo.

Figura 13 - Perda de energia na tubulação de recalque.

Perda de carga no recalque (jr)			
(lr) Comprimento real de recalque (m):	22,60		
<input type="checkbox"/> Joelho 90°	<input type="checkbox"/> Curva 45°	<input type="checkbox"/> Té saída lateral	
<input type="checkbox"/> Joelho 45°	<input type="checkbox"/> Té passagem direta	<input checked="" type="checkbox"/> Valv. De retenção	2,7
3 <input checked="" type="checkbox"/> Curva 90°	1,5	<input type="checkbox"/> Té saída de lado	<input checked="" type="checkbox"/> Registro de gaveta aberto
			0,2
		<input type="checkbox"/> Válvula de pé e crivo	
	NENHUMA		
(lv) Comprimento virtual de recalque (m):	4,4		
(lt) Comprimento total de recalque (m):	27		
	j	Resultados obtidos	
	Jr	0,07	
		1,89	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura acima mostra os campos para introduzir o comprimento de recalque retirado do traçado, além do tipo e quantidade de conexões. Já nos campos de resultados obtidos são detalhados abaixo:

- Comprimento virtual de recalque: É a soma das perdas de energia de cada conexão presente na tubulação de recalque, $1,50 + 2,70 + 0,2 = 4,40\text{m}$.
- Comprimento total de recalque: É a soma do comprimento real de recalque e o comprimento virtual de recalque, $22,60 + 4,40 = 27,00\text{m}$.

- Perda de carga unitária (J): É calculada por meio do ábaco expresso na figura 3, ou por meio da equação 3.17.
- A perda de carga na tubulação de recalque (jr): É o produto entre a perda de carga unitária e o comprimento total de recalque.

Perda de energia na tubulação de sucção

Com a introdução retirado do traçado no anexo 5, obtivemos os seguintes resultados, demonstrado abaixo mostra que alguns campos devem ser introduzidos, dentre eles:

- Comprimento virtual de sucção: É a soma das perdas de energia de cada conexão presente na tubulação de sucção, $0,60 + 13,30 = 13,90\text{m}$.
- Comprimento total de sucção: É a soma do comprimento real de sucção e o comprimento virtual de sucção, $2,18 + 13,90 = 16,08\text{m}$.
- Perda de carga unitária (J): É calculada por meio do ábaco expresso na figura 3, ou por meio da equação 3.17.
- A perda de carga na tubulação de sucção (jr): É o produto entre a perda de carga unitária e o comprimento total de sucção.

Figura 14 - Perda de energia na tubulação de sucção.

Perda de carga na sucção (Js)

(lr) Comprimento real de Sucção (m):

Joelho 90°
 Curva 45°
 Tê saída lateral
 Joelho 45°
 Tê passagem direta
 Valv. De retenção
 1 Curva 90° 0,6
 Tê saída de lado
 Registro de gaveta aberto
 Válvula de pé e crivo 13,3

NENHUMA

(lv) Comprimento virtual de sucção (m):
 (Lt) Comprimento total de sucção (m):
 J:
 Js:

Resultados obtidos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Altura Manométrica

A altura manométrica (Hm) é altura geométrica acrescida das perdas de carga no recalque e na sucção. Sendo providencial no cálculo da potência do motor da bomba hidráulica introduzindo a altura de recalque (hr) e a altura de secção (hs), encontrasse a altura manométrica, como mostra a figura abaixo.

Figura 15 - Determinação da altura manométrica.

Altura manométrica (Hm)	
hr (m):	14,5
hs (m):	1,55
Hm (m):	18,342

Fonte: Elaborado pelo autor.

Potência da motobomba

Para estimar a potência do motor que aciona a bomba hidráulica é realizada pela equação 3.12 deste estudo. Porém calculado na tabela 2, de maneira simples e prática, bastando indicar os dados expressos nos subitens acima. Demonstrando abaixo.

Figura 16 - Determinação da Potência da motobomba

Conjunto motobomba (P)	
η (%):	70%
Q (m ³ /s):	0,00034
Potência (cv)	0,2
Motobomba de 0,5 CV OU Motobomba de 372,85 W	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como mostra a figura acima, a potência calculada é muito baixa, pois o consumo diário é consideravelmente baixo, a altura manométrica não é tão alta. Para chegar no resultado final, sendo a potência da motobomba é necessário da indicação e cálculos dos subitens acima e a indicação do desempenho da bomba hidráulica, para a mesma utilizou-se um desempenho de 70%.

O valor obtido através da equação 3.12 demonstra um valor de 0,2 cv, porém não existe no mercado uma motobomba com potência de 0,2 cv. Com isso arredondamos a potência para ½ cv.

Tabela 6: Resumo dos resultados

Part. do sistema	CD	Vazão	J	Hm	Ø Nominal	Potência
Tub. de recalque	4,8 m ³	1,2 m ³ /h	1,89m	-	20 mm	-
Tub. de Sucção	4,8 m ³	1,2 m ³ /h	0,4m	-	25 mm	-
Motobomba	4,8 m ³	1,2 m ³ /h	-	18,3 m	-	372,85 w

Fonte: Elaborado pelo autor.

CONCLUSÃO

Com o término do estudo e análise do dimensionamento de instalações elevatórias de água potável, considera-se que o método de dimensionamento utilizado é bastante eficiente e prático, desde que sejam introduzidos os dados de maneira correta.

Porém este método é limitado por alguns fatores, como: realiza apenas dimensionamento em prédios residenciais e com gabarito máximo de altura de 40 m, ou o que equivale aproximadamente 13 pavimentos.

Com os resultados obtidos demonstrados na seção resultados e discussões, e expressa em resumo na tabela 6 mostram que a programação e análise do sistema foi como o esperado, reduzindo o tempo gasto com eventuais dimensionamentos manuais, e evitando um superdimensionamento ou subdimensionamento dos sistemas analisados no estudo.

Pode-se ainda aprimorar e acrescentar elementos às tabelas programadas, como calcular e determinar elementos hidráulicos em outros edifícios que não sejam residenciais, e ainda realizar dimensionamento de reservatórios elevados, dimensionamentos de ramais e sub-ramais, deixando assim as tabelas dinâmicas com maior amplitude e diminuindo suas limitações.

Conclui-se que com o estudo realizado, obteve-se os resultados esperados, chegando ao volume de água necessário para abastecimento residencial predial e determinação dos elementos dos sistemas de recalques.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5626: Instalação predial de água fria.** Rio de Janeiro, 1998.

AZEVEDO NETO, José Martiniano de; MELO, Vanderley de Oliveira. **Instalações Prediais Hidráulico-Sanitárias.** São Paulo: Blucher, 2004.

AZEVEDO NETO, José Martiniano de; FERNANDEZ, Miguel Fernandez y. **Manual de hidráulica.** 9.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1998.

BOTELHO, Manoel Henrique Campos; RIBEIRO JUNIOR, Geraldo de Andrade. **Instalações hidráulicas prediais utilizando tubos plásticos.** 4.ed. São Paulo: Blucher, 2014.

CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações hidráulicas e o projeto de arquitetura.** 7.ed. São Paulo: Blucher, 2013.

CREDER, Hélio. **Instalações hidráulicas e sanitárias.** 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

REIS RAMOS, Helder dos. **Manutenção de sistemas hidráulicos prediais.** Porto. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Porto, 2010.

SANTOS, Sérgio Lopes dos. **Bombas e instalações hidráulicas.** São Paulo: LCTE editora, 2007.

Aline Machado Duarte Oliveira

Bacharel em Enfermagem
Centro Universitário do Distrito Federal - UDF Brasília/DF (2020)

Ellen Geovana Santos Carvalho

Bacharel em Enfermagem
Centro Universitário do Distrito Federal - UDF, Brasília/DF (2020)

Josemara Gonçalves Leal da Silva

Pós-graduanda em Ginecologia e Obstetrícia-Práticas Integradas
Unyleya Brasília/DF (2021 a 2022)

Pós-graduanda Docência do Ensino Superior e Enfermagem
Faculdade Única, Ipatinga/MG (2021 a 2022)

Bacharel em Enfermagem
Centro Universitário do Distrito Federal - UDF, Brasília/DF (2020)

Técnica em Enfermagem
Escola Técnica Estadual Petrônio Portela - PREMEN, Picos/PI (2006)

Técnica em Saúde Bucal
Centro Avançado de ortodontia Paulo Picanço, Fortaleza/CE (2007)

Mariana Rodrigues da Silva de Menezes

Bacharel em enfermagem com obtenção do título pela Universidade da Amazônia (2011)

Pós-graduanda lato sensu de enfermagem em cardiologia pelo FIP/FHCGV (2013)

Pós-graduação em oncologia e cuidados paliativos
modalidade residência multiprofissional em saúde pela Universidade do Estado do Pará (2015)

Mestre em saúde, ambiente e sociedade pela UFPA (2017)

Aluna especial do doutorado em saúde coletiva da UNB (2019)

Nível avançado em inglês pela escola de idiomas Aslan English Course

RESUMO

Introdução: O estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata é o grande desafio para a detecção e tratamento precoce da doença, estando na resistência dos homens com relação ao toque retal, pois, para muitos, aviltaria a masculinidade. No Brasil, o câncer de próstata é o primeiro mais comum entre os homens, atingindo cerca de 65,840 novos casos na região centro-oeste, esse valor corresponde a um risco estimado de 62,95 casos novos a cada 100 mil homens¹. Para detecção, utiliza-se a dosagem de biomarcadores de alteração prostática; antígeno prostático específico (PSA) e exames complementares, quando alterados indicam a necessidade de biópsia transretal do tecido prostático guiada por ultrassonografia, método padrão-ouro para diagnosticar o CaP². **Objetivos:** Identificar quais estigmas masculinos relacionados aos exames preventivos do câncer de próstata na literatura. **Metodologia:** Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL), em caráter exploratório, com abordagem qualitativa dos dados, realizada através de artigos científicos, publicados no

período de 2015 a 2020. **Resultados:** Após análise e interpretação dos dados escolhidos, pôde-se averiguar a aversão da população masculina em relação ao exame preventivo do câncer de próstata, sinalizamos a elevada porcentagem de diagnósticos de neoplasia prostática nesses indivíduos. **Conclusão:** Foram identificadas que ações relacionadas à saúde do homem são de suma importância, em especial nas situações que objetivam o rastreamento e diagnóstico precoce de neoplasias prostáticas, buscando reduzir a mortalidade populacional, que historicamente não possui o hábito da procura aos serviços de saúde, aumentando a incidência das doenças e agravos e através da educação em saúde alcançar maior número de indivíduos conhecedores e praticantes de saúde preventiva com abordagens facilitadoras em quebrar esse estigma enraizado devido ao histórico cultural da sociedade brasileira.

Palavras-chave: neoplasia prostática, saúde do homem, preconceito, exame do toque retal (ETR).

INTRODUÇÃO

Estudos do Ministério da Saúde (MS), referentes ao ano de 2020 mostram que o câncer de próstata (CaP) é um tumor que afeta a próstata, glândula localizada abaixo da bexiga e a uretra, canal que liga a bexiga ao orifício externo do pênis. O câncer de próstata é o mais frequente entre os homens, depois do câncer de pele. Ele se manifesta quando as células da próstata passam a se dividir e multiplicar-se de forma desordenada, podendo se espalhar para outros órgãos e levar a morte (BRASIL, 2020; BRASIL, 2019 (2)).

Pesquisas do Instituto Nacional de Câncer (INCA) revelam que, no Brasil, o câncer de próstata é o primeiro mais comum entre os homens, cerca de 75% dos casos no mundo ocorrem a partir dos 65 anos. Diante dessa realidade, estima-se que para o ano 2020/2022, sejam diagnosticados 65,29/100 mil novos casos de câncer de próstata relativos à região centro oeste (BRASIL, 2019 (2)).

TURRI e FARO (2018) ressaltam que, embora ainda persistam algumas dúvidas acerca das causas do CaP, as medidas conhecidas e indicadas de detecção precoce ocorrem por meio da realização do exame físico (ETR) e pela dosagem do Antígeno Prostático Específico (PSA). Ainda que a população masculina seja conscientizada sobre a importância de realizar os exames preventivos, é constatada forte rejeição ao exame toque retal, especialmente por ser um exame que exige contato corporal entre o médico e a região anal do homem. Por tais motivos, o exame toque retal tem sido alvo de preconceitos, resistência e, conseqüentemente, pouca adesão.

De acordo com o protocolo de regulação de consultas urológicas na rede SES/DF elaborado pela comissão permanente de protocolos de atenção à saúde da SES-DF, CPPAS/2019; no exame físico o médico avalia tamanho, forma e textura da próstata, introduzindo o dedo, protegido por uma luva

lubrificada, no reto. Este exame permite palpar as regiões posterior e lateral da próstata. O PSA é um exame de sangue que detecta a quantidade de proteína produzida pela próstata - Antígeno Prostático Específico (PSA). Níveis altos dessa proteína podem significar câncer, mas também doenças benignas da próstata. Os exames preventivos constituem a melhor forma de diagnosticar o câncer de próstata. Esses exames preventivos podem ser realizados gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), porém ainda há baixa procura da população masculina (TURRI; FARO, 2018; BRASIL, 2019 (2))

Moraes et al. 2017 afirma ainda existir uma enorme dificuldade dentre os homens em aceitar suas vulnerabilidades, fator este relacionado à representação sociocultural. O grande desafio para a detecção precoce da doença parece estar na resistência dos homens com relação ao exame de toque retal. Para muitos, o exame aviltaria a masculinidade (MORAES; OLIVEIRA; SILVA, 2017). Existe um estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata? Qual a relação na desistência de realizar exame físico do toque retal (ETR), para a detecção precoce?

METODOLOGIA

Ressaltam os autores BOTELHO, CUNHA e MACEDO (2011), que uma revisão integrativa de literatura (RIL) é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica, para fornecer uma abrangente compreensão de um fenômeno particular. Essa técnica de pesquisa tem o objetivo de idealizar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas sobre um assunto determinado e possibilita a síntese de vários estudos publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados embasados cientificamente.

ERCOLE et al. (2014) destaca que sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente, se denomina integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. Deste modo, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular.

Na revisão de literatura desenvolve-se a capacidade argumentativa do autor. O pesquisador deve atentar para o fato que: “A revisão é, sobretudo, um percurso crítico que deve ter mira a pergunta que se quer responder” (SANTAELLA, 2001).

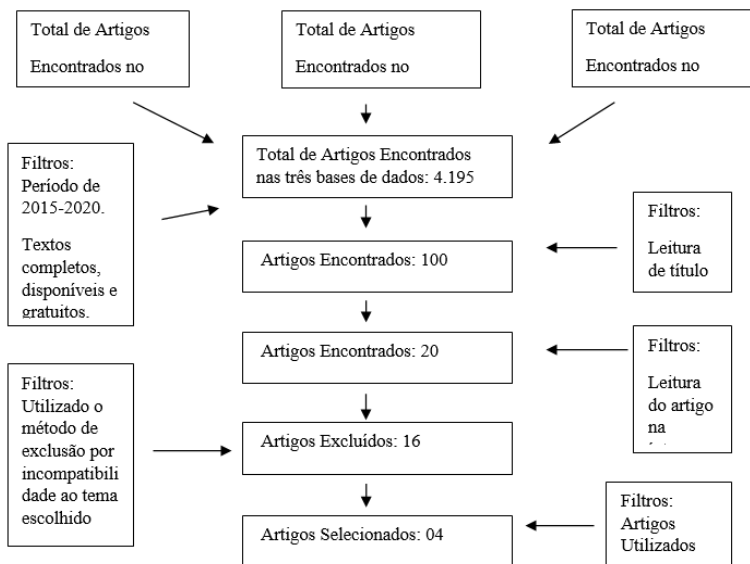
Refere-se a uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL) desempenhada de janeiro a novembro de 2020, fundamentada em pesquisas de artigos científicos, agregada a compreensão dos autores através da revisão integrativa que é usada como ferramenta para promover a justaposição de entendimento e aplicação das relutâncias de pesquisas consideráveis na prática, elaborado a partir de uma revisão da literatura nas

bases de dados Biblioteca Virtual de Saúde - BVS, LILACS e SCIELO, utilizando os descritores: Neoplasia Prostática, Saúde do Homem, Preconceito, Exame do Toque Retal (ETR). Os critérios para a seleção dos artigos utilizados foram: Artigos em português, relacionadas ao câncer de próstata, preconceito ao exame do toque retal, referenciando os anos de 2015 a 2020. Foram descartados pelo método de exclusão os artigos que abordavam o manejo e tratamento da doença, pois não faziam referência à temática de prevenção e desmistificação dos estigmas relacionados ao exame preventivo do toque retal (ETR), foram descartados também os artigos de revisão sistemática que não faziam referência ao tema.

A metodologia PICO foi usada neste estudo, pois é uma metodologia voltada para pesquisas clínicas. Essa metodologia auxilia na construção de uma pergunta de pesquisa “Existe um estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata? Qual a relação na desistência de realizar exame físico do toque retal (ETR), para a detecção e tratamento precoce da doença?” e a resposta na busca de evidências, representa um acrônimo para Paciente, Intervenção, Comparação e "Outcomes" (desfecho), sua estratégia pode ser utilizada para construir questões de pesquisa de naturezas diversas, dentre elas a busca de instrumentos para avaliação, entre outros. Pergunta bem construída, possibilita a definição correta de que informações que são necessárias para a resolução da questão revisada, evita a realização de buscas desnecessárias. A palavra pico significa: P: população, paciente (idade, raça, sexo, medicação que utiliza status de saúde) ou problema; I: intervenção, indicação ou interesse; C: procedimento padrão, intervenção da comparação, placebo ou não intervenção; O: out come desfecho, resultado esperado: efetividade, mortalidade SANTOS, PIMENTA e NOBRE (2007).

Na figura 01 a seguir veremos a identificação dos artigos separados por quantidade encontrada em base de dados, período e ano de seleção, leitura de título e resumo, leitura do artigo na íntegra, método de exclusão e artigos utilizados.

Figura 1 – Organograma de identificação e seleção de artigos para revisão integrativa sobre o estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata utilizando todas as palavras-chave.



RESULTADOS

Após análise dos artigos escolhidos, foram selecionados quatro para interpretação e examinada a questão em estudo. Diante desta pesquisa, pode-se averiguar a aversão que a população masculina tem em relação ao exame preventivo do câncer de próstata. Sinalizamos a elevada porcentagem de diagnósticos de neoplasia prostática nesses indivíduos, em uma frequente faixa etária. Bem como responder qual o papel e atitudes que a enfermagem pode estar realizando frente a essa problematização (MORAES; OLIVEIRA; SILVA, 2017). Os artigos foram exibidos quanto ao autor, ano de publicação, título, objetivos do estudo, metodologia e resultados conforme quadro um, sendo retirados do quadro os artigos de Revisão Integrativa da Literatura (RIL).

Quadro 01 – Demonstra as características dos estudos realizados e seus achados principais referentes ao estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata.

QTD	AUTOR/ANO/ TÍTULO	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADO

01	<p>OLIVEIRA <i>et al.</i> 2019.</p> <p>Câncer de próstata: Conhecimentos e interferências na promoção e prevenção da doença.</p>	<p>Este estudo objetivou descrever a percepção dos homens sobre o câncer de próstata e os fatores de prevenção relacionados.</p>	<p>Qualitativo do tipo ensaio comunitário.</p>	<p>Os dados evidenciaram que ainda há uma barreira física e social a ser ultrapassada diante dos estigmas masculinos e existe uma carência de conhecimentos sobre a prevenção deste câncer.</p>
02	<p>TURRI E FARO, 2018.</p> <p>Crenças em saúde acerca do exame do toque retal.</p>	<p>Identificar as principais crenças de homens acerca do exame do toque retal (ETR), comparando homens que o fizeram (G1), dos que não fizeram (G2).</p>	<p>Estudo comparativo do tipo pesquisa de campo</p>	<p>Os dados encontrados sugerem que fazer o ETR podem reforçar alguns esterótipos em relação aos aspectos negativos do exame, porém não anula os positivos levando em consideração a relação paciente-profissional, bem como a condução do profissional durante a realização do exame, já que barreiras podem estar sendo reforçadas nessa situação. Apontase para a necessidade de trabalhar a temática da busca pelo ETR não só com a população alvo, mas também com os profissionais de saúde.</p>

03	<p>MORAES <i>et al.</i> 2017.</p> <p>Uma questão masculina: Conhecendo possíveis entraves para realização dos exames de detecção do câncer de próstata.</p>	<p>Determinar se os homens realizam o exame para detecção do câncer de próstata e desvelar as dificuldades para realizá-lo</p>	<p>Estudo exploratório e transversal.</p>	<p>75% dos indivíduos já realizaram algum tipo de exame, o que indicou uma importante mudança no cenário masculino. Contudo, foi possível observar aspectos peculiares da masculinidade; entre os respondentes, apenas um explicitou a realização do exame de toque retal. O Tabu, preconceito, vergonha e medo ainda são perigosos dados de realidade, os profissionais e os serviços devem estar preparados para receber e acolher este público. A desmistificação é promoção de saúde.</p>
04	<p>BENICIO E NASCIMENTO 2015.</p> <p>Cuidados de enfermagem: Pacientes portadores de câncer de próstata</p>	<p>Analisar os resultados obtidos das intervenções de enfermagem em pacientes oncológicos prostáticos e como objetivos específicos, discutir sobre a fisiopatologia, investigar fatores condicionantes e agravantes desta patologia e citar as implementações</p>	<p>Pesquisa de caráter qualitativa com análise de dados.</p>	<p>Esclarecer atitudes dos profissionais da saúde sobre as assistências a serem aplicadas no paciente portador de câncer de próstata, além de avaliar os procedimentos disponíveis e seus efeitos sobre a patologia; além disso, apresenta</p>

		necessárias para traçar planos de cuidados em enfermagem.		métodos preventivos de enfermagem que podem ser implementados, ressaltando importância da educação continuada e constante atualização do profissional de saúde sobre o câncer da próstata.
--	--	---	--	--

Através do estudo identificou-se na Atenção Primária à Saúde - APS a necessidade de implantação de estratégias preventivas no que se diz respeito aos profissionais de enfermagem e o atendimento dos indivíduos com câncer de próstata e casos suspeitos, como por exemplo, o acompanhamento por telefone de pacientes submetidos à cirurgia de prostatectomia que se mostrou uma forma muito interessante de continuidade do cuidado. É importante destacar a necessidade de mais estratégias de cuidado e novos estudos que privilegiam a temática do câncer de próstata e desmistificação desse estigma que se torna um relevante entrave para o diagnóstico e tratamento precoce da doença.

Observou-se ainda, que a resistência masculina em realizar o exame do toque retal, está diretamente ligada aos estigmas, preconceitos e tabus existentes na sociedade, fortalecendo-os na desistência em procurar um tratamento e detecção precoce, afastando-os do acesso ao serviço de saúde, causando assim sérios danos em longo prazo. Notou-se ainda que em alguns artigos evidenciam pacientes com medo de serem expostos em situações que abalem a sua masculinidade de forma constrangedora e preconceituosa pelo fato de realizar o exame preventivo do toque retal (ETR).

DISCUSSÃO

Através desta revisão foram identificadas as principais crenças, tabús e estigmas de homens acerca do Exame do Toque Retal (ETR) e sua influência direta na desistência da busca pela assistência em saúde referente a esse tema.

Conforme TURRI e FARO (2018), comparando as respostas de homens que o fizeram (G1) e dos que ainda não o fizeram (G2). Aplicou-se um questionário sociodemográfico e clínico, além da técnica de evocação de palavras. O estudo foi realizado na cidade de Aracaju (SE), contando com uma amostra de 174 homens com faixa etária entre 45 e 68 anos no G1, as evocações relacionadas à suscetibilidade, gravidade e benefícios do exame foram mais enfatizadas. Já no G2, destacaram-se as crenças voltadas à

suscetibilidade e aos benefícios de realizar o exame. Os dados encontrados sugerem que fazer o ETR pode fortalecer alguns estereótipos em relação aos aspectos negativos do exame, porém não anula os aspectos positivos.

Com base na investigação são apontados métodos que possam conscientizar e orientar quanto à importância da saúde preventiva, através de rodas de conversas, discussões em grupo, palestras e campanhas para que haja maior compreensão e adesão aos tratamentos preventivos, o Ministério da Saúde visualiza os serviços públicos como unidades de atendimento do Sistema Único de Saúde, em trabalharem em prol da saúde e obter mais qualidade de vida e longevidade sem precisar de intervenções terapêutica (BRASIL, 2020).

“Assim evidencia-se a importância da participação ativa dos profissionais de saúde diante dessa questão”.

Instituída pelo Ministério da Saúde a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH, através da Portaria GM/MS nº 1944, em 27 de agosto de 2009 destaca a enfermagem como ciência que possui competência em utilizar ferramentas necessárias e alcançar resultados positivos destacando esses profissionais com participantes fundamentais, por terem qualificações e abordagens facilitadoras de lidar contra esses preconceitos e tabus enraizados devido a um histórico cultural da sociedade brasileira (BRASIL, 2008).

A política possui eixos que são eles: o acesso e acolhimento; paternidade e cuidado; doenças prevalentes na população masculina; prevenção de violência e acidentes; e saúde sexual e reprodutiva, objetivando com que a população masculina esteja cada vez mais integrada e incluída na gestão das campanhas de saúde do SUS, para maior acesso e participação nos programas de saúde com a finalidade de obter indivíduos conhecedores e praticantes de saúde preventiva, tornando-os agentes de promoção e prevenção à saúde. Inúmeros métodos terapêuticos podem ser abordados e implementados como exemplo; acompanhamento periódico, radioterapia, cirurgia, hormonioterapia ou quimioterapia, assim cada vez mais as pesquisas vão avançando, é de suma importância à educação continuada sobre os avanços da patologia que vem se expondo de forma crescente (CHAKORA, 2014; BRASIL, 2008).

MORAES et al. (2017) ressalta a melhor forma de tratamento como a prevenção, para isso é necessário com que a população saiba identificar sinais e sintomas da doença e assim conseguir um prognóstico de maiores chances de resultado positivo e conseqüentemente a cura.

Entretanto pode-se utilizar um método para classificação do câncer de próstata no sistema TNM de 2002. A apresentação mais utilizada para estadiar histologicamente o adenocarcinoma de próstata é o escore de Gleason, o sistema é graduado de dois a dez, sendo dois os menos agressivos e dez os mais agressivos.

Nos casos sintomáticos as primeiras manifestações que os pacientes relatam são dificuldade ao urinar, jato urinário fraco, e sensação de não esvaziar totalmente a bexiga, a patologia também se caracteriza por se

apresentar assintomática, o que dificulta seu diagnóstico prévio, porém existem fatores predisponentes que são eles: Hereditariedade, idade, alimentos, hábitos de vida, cor de pele, histórico família e obesidade. Por isso, atividades físicas e alimentação saudável contribuem de forma significativa (DAMIÃO et al. 2015).

Os estudos mostram que 95% dos casos a sintomatologia são evidenciados em estágio avançado e neste estágio o câncer de próstata pode provocar dor óssea, sintomas urinários ou, quando mais grave, infecção generalizada ou insuficiência renal. O paciente diagnosticado se enquadra em uma nova rotina com obstáculos para enfrentar, são procedimentos invasivos como prostatectomia radical e entre outros. E conseqüentemente isso gera conflitos desde uma continência urinária a uma impotência sexual. Por isso a psicoterapia também é ofertada visando um cuidar biopsicossocial (DAMIÃO et al. 2015).

Diante dessa questão QUIRINO et al. (2017), acentua o apoio familiar, que auxilia e contribui de forma positiva ao enfrentamento da doença. Vasconcelos et al. 2019 reforça que é papel da enfermagem atuar no cuidado integral e contínuo ao usuário e à sua família. A assistência deve ser centrada na promoção da saúde, prevenção da doença e aumento da qualidade de vida e conforto para os pacientes principalmente no que se refere à atenuação da sintomatologia e o suporte das necessidades psicossociais e espirituais dos mesmos.

O Ministério da Saúde (MS) destaca ainda que o enfermeiro contribui com estratégias na atenção primária de forma preventiva e de detecção precoce através do desenvolvimento de atividades educativas e informativas à comunidade, incluindo escolas e universidades, centrando-se na promoção de saúde e qualidade de vida; realização de ações preventivas, através da busca ativa, visando rastrear novos casos dessa neoplasia, através de visitas domiciliares; mantê-los informados sobre os fatores de riscos; promover orientação sobre a importância da realização dos exames preventivos, oferecer apoio para elaborar e atualizar condutas a serem seguidas; realizar grupo de homens, cujo tema seja saúde do homem; identificar fatores de riscos através de abordagens em linguagem clara e objetiva; realizar buscas de sinais e sintomas, que possam apontar alterações relacionadas; planejar estratégias de ação para que seja aberta exceção no horário de atendimento, onde, durante o expediente dos homens que trabalham, possa haver maior acessibilidade a consultas e informações sobre o câncer de próstata (BRASIL, 2020; CHAKORA, 2014).

CONCLUSÃO

O presente estudo busca aviltar com a resistência do homem em submeter se o exame do toque retal (ETR) ou ao menos abrandar esse índice crescente na população masculina devido aos fatores já expostos, através da desmistificação desse estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata.

Fortalecendo-os em aprimorar os seus conhecimentos quanto aos exames preventivos, fazendo-os entender que o ato de ir ao médico é fundamental para salvar sua própria vida, implementando assim as ações de promoção, prevenção e proteção da saúde, aumentando o estímulo ao acesso dos homens à atenção básica de saúde, entre outras ações como: abrangência, readequação e alcance da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH, com execuções que objetivem melhorar e quebrar os paradigmas, estigmas, tabus e medos no cuidado e atendimento continuado desses pacientes desmistificando-os, sendo estes pacientes sintomáticos, assintomáticos, grupo de risco, acometidos ou não pelo Câncer de Próstata (CaP), buscando de maneira preventiva ampliar cada vez mais o acesso à educação em saúde nesse contexto.

“Para isso precisamos de profissionais cada vez mais capacitados de forma técnica e científica.”

Em contrapartida este estudo nos mostrou o medo dos pacientes em serem expostos a situações que avilta sua masculinidade de forma constrangedora e preconceituosa, alavancada por estes valores primitivos e enraizados durante séculos na sociedade, fatores estes que transcendem o tempo e acabam gerando esse estigma existente.

Conclui-se, portanto, que há sim um estigma masculino relacionado ao exame preventivo do câncer de próstata, bastante significativo que é o fator considerável é bastante preocupante evidenciado nos aumentos de casos já expostos no decorrer do trabalho, esse contexto é bastante amplo, complexo e há deficiência de estudos relacionados a essa temática.

Por fim podem-se descrever algumas estratégias para diminuir esse crescimento e aumento de casos, como também quebrar essa barreira relacionada ao estigma, tabu, medo e preconceito que seria a expansão da educação em saúde na rede pública e também privada de forma mais abrangente, maior qualificação profissional para um olhar mais holístico no atendimento a esse público em específico, alertar esse público sobre a importância do exame, incentivar o apoio moral dos homens entre si, revisão e readequação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem – PNAISH, incluindo maior alcance, atualizações e continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, ed. 11, p. 121-136, 2011. Disponível: <http://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso: 22 mai. 2020.

(1) BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Permanente de Protocolos de Atenção à Saúde da SES-DF- CPPAS. **Protocolo de Regulação de Consultas Urológicas na rede SES/DF, 2019**. Disponível: http://www.saude.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/04/CPPS___Ambulat

orio_de_Urologia___FINAL.pdf. Acesso: 22 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Câncer de Próstata. Tipos de Câncer**, [S. l.], p. 21-21, 21 ago. 2020. Disponível: <https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-prostata>. Acesso: 22 abr. 2020.

(2) BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Estimativa 2020: Incidência de Cancer no Brasil**, [S. l.], 17 dez. 2019. ISBN: 978-857318-389-4. Disponível: <https://www.inca.gov.br/estimativa>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem. Brasília, DF, 2008**. Disponível: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf. Acesso: 30 mai. 2020

CHAKORA, Eduardo Schwarz. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Brasília, v. 18, ed. 4, p. 559-561, 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/1414-8145-ean-18-04-0559.pdf>. Acesso: 30 jun. 2020

DAMIÃO, Ronaldo et al. **Câncer de próstata: artigo de revisão**. Revista HUPE, Rio de Janeiro, v. 14, p. 80-86, 2015. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistahupe/article/view/17931/13463>. Acesso: 30 jun. 2020.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. **Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática**. Rev Min Enferm, Belo Horizonte, v. 18, ed. 1, p. 1-260, 2014. Disponível: <https://cdn.publisher.gn1.link/remem.org.br/pdf/v18n1a01.pdf>. Acesso: 22 out. 2020.

MORAES, Maria Cecília Leite de; OLIVEIRA, Robson da Costa; SILVA, Maria de Jesus. **Uma questão masculina: conhecendo possíveis entraves para a realização dos exames de detecção do câncer de próstata**. Rev Med Hered, [s. l.], v. 28, p. 230-235, 2017. Disponível: <http://www.scielo.org.pe/pdf/rmh/v28n4/a03v28n4.pdf>. Acesso: 22 out. 2020.

QUIRINO, Áurea Fabrícia Amâncio et al. O tabu masculino relacionado à prevenção do câncer de próstata. Revista Mundi Saúde e Biológicas, Curitiba, ano 13, v. 2, ed. 1, 2017. Disponível: <http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSB&page=article&op=view%20&path%5B%5D=318&path%5B%5D=105>. Acesso: 30 mai. 2020.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa: Para Mestrados e Doutorados**. São Paulo: Hacker, 2001. 171 p. ISBN 85-86199.29-9.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andruciolli de

Mattos; NOBRE, Moacir Roberto Cuce. **A estratégia pico para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, São Paulo, v. 15, ed. 3, 2007. Disponível: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n3/pt_v15n3a23.pdf. Acesso: 20 out. 2020.

TURRI, Geovanna Santana de Souza; FARO, André. **Crenças em saúde acerca do exame do toque retal.** Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, n. 2, ed. 70, p. 49-64, 2018. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/331211172_Health_beliefs_about_the_digital_rectal_exam. Acesso: 22 mai. 2020.

VASCONCELOS, Lucicleide Inácio et al. **Atuação do enfermeiro na prevenção do câncer de próstata: revisão integrativa.** Revista Brasileira de Educação e Saúde, Pernambuco, v. 9, ed. 2, p. 21-26, 2019. Disponível: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/6384>. Acesso: 30 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. NBR 6022.** Rio de Janeiro: ABNT, 2018. Disponível: <https://www.unoeste.br/site/biblioteca/documentos/Manual-Normalizacao.pdf>. Acesso: 16 nov. 2020.

Johnathan Moreno Liberato

Graduado em Letras – Inglês pela Universidade Federal do Ceará – UFC
Especialista em Gestão e Coordenação Escolar pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ
Pós-graduando em Práticas na Educação Bilíngue pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante
Mestrando em Linguística Aplicada ao Ensino de Inglês como Língua Estrangeira pela Universidade Europeia do Atlântico – Espanha.

Maria Rejane Lino Prado

Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri – URCA.
Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.
Especialista em Gestão e Coordenação Escolar pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

Roberta Liana Damasceno Costa

Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ / Orientadora da Pesquisa.
Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.
Mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.
MBA em Gestão de Instituições de Ensino Superior - FVJ.
Doutoranda em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

RESUMO

Neste texto discute-se as características do Coordenador Pedagógico e seu papel no contexto educacional. Foi realizado um levantamento bibliográfico, pesquisa de cunho qualitativa por meio da exploração e confronto de teorias de estudiosos e pesquisadores da área, tais como Freire (1996), Placco (2016), Cunha (2005), Vasconcelos (1996), entre outros. O objetivo era poder identificar se teoria e prática andam juntas no contexto da Coordenação Escolar e apontar possíveis caminhos para essa aproximação caso não se fizesse presente. Concluiu-se que não existe uma clareza do papel do coordenador pedagógico nas escolas e este, por sua vez, acaba exercendo funções mais administrativas e afastando de sua função primordial: a formação continuada da equipe pedagógica. Para que o coordenador pedagógico consiga exercer com propriedade é necessário um maior entendimento de sua real função dentro do contexto escolar por parte da comunidade escolar e do próprio sujeito. Além disso, é preciso que o coordenador pedagógico seja protagonista no processo de formação docente.

Palavras-chaves: coordenador pedagógico; contexto escolar; formação continuada.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o cargo de coordenação pedagógica sofreu inúmeras mudanças por conta da estrutura política da época. No Brasil, “a coordenação pedagógica surgiu como função no ano de 1920, cuja tarefa...

[era] de ‘conferir’ as práticas pedagógicas” das escolas de toda uma rede (Silva, 2019). Somente a partir de 1969, esse profissional passou a atuar em uma única escola como os então conhecidos inspetores escolares e encontra solo fértil de suas práticas de “fiscalização” no período da ditadura militar (Silvia, 2019). Tais inspetores, contratados pelo governo, estavam nas escolas para fiscalizar, no real sentido da palavra, se o professor não tentaria ir contra o sistema político da época. Com o fim do regime autoritário, o cargo ganha um novo nome, Supervisor Pedagógico, mas, mantém ainda a ideia de ser uma pessoa que está ali para supervisionar o trabalho de alguém, saber se o está fazendo direito. Com o passar do tempo essa nomenclatura muda para o que entendemos hoje como “coordenador pedagógico”.¹¹

Ainda assim, tem-se observado que a papel do Coordenador Pedagógico alterna de uma escola para outra. Professores que migram de uma escola a outra sentem por vezes o impacto na diferenciação de funções do mesmo cargo. Ora um profissional focado em resolver problemas e apagar “incêndios”, ora alguém inteiramente focado em questões burocráticas e em alguns casos, alguém que acompanha de perto o trabalho dos professores, ministra reuniões e provê feedbacks.

Além disso, a figura do coordenador pedagógico em algumas escolas tem sido vista não como de um líder, mas de chefe de uma equipe de professores que muitas vezes age de forma autoritária. Dentre tantas atribuições que vêm sendo impostas ao cargo de coordenação pedagógica, quais são, de fato, as funções da coordenação pedagógica e qual deve ser a principal delas? Que postura um coordenador pedagógico deve exercer ao lidar com professores, alunos e demais integrantes da comunidade escolar? A partir dessas questões buscamos traçar os caminhos investigativos para respondê-las. Nossa escrita dialoga com estudiosos da temática como: Freire (1996), Placco (2016), Cunha (2015), Vasconcelos (1996), entre outros. A trajetória desta escrita traz não só a discussão sobre o papel do coordenador pedagógico, suas atribuições, seu perfil, mas os desafios atuais do exercício da função em experiências de relatos apresentados pelas teorias que se fazem presentes no texto.

DESENVOLVIMENTO

COORDENADOR PEDAGÓGICO – BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU PAPEL NA ESCOLA

Sabemos que a função da coordenação pedagógica é desempenhada por um professor, que a diferir dos demais, assume uma posição de liderança e, conseqüentemente, possui maiores responsabilidades. Estas giram em

¹¹A função do coordenador pedagógico tem raízes da supervisão escolar, com atribuições ligadas à fiscalização, e o objetivo da pessoa que exercia tal cargo era controlar as ações do professor em sala de aula. (Silva, Fernanda M. et al. Atuação do coordenador pedagógico no município de Lagoa do Ouro – Pernambuco, IV Conedu. 2017). Somente com o avanço dos estudos em educação, que a profissão do coordenador começa a ser estudada e discutida.

torno do trabalho de exercer uma supervisão e assessoria para os membros do núcleo escolar, e ainda, avaliar as atividades pedagógicas e curriculares em desenvolvimento (Silva, 2019). O coordenador que é responsável pela manutenção e do fluido funcionamento dos processos escolares, deve, portanto, prestar auxílio aos professores em suas rotinas e formas de ensino, promovendo sempre uma reflexão acerca de sua prática.

Entretanto, sabe-se que dentre todas as funções da coordenação pedagógica, a formação contínua do corpo de professores é a mais importante, tendo em vista que, a mesma se faz necessária para contornar os desafios apresentados no contexto escolar de forma assertiva (Silva, 2019).

Para Oliveira (2016), o professor que passa a ocupar função de coordenação possui uma missão demasiadamente delicada, levando em consideração que muitas situações que podem ser provenientes do contexto escolar não são abarcadas pela formação que o profissional adquiriu em sua vida acadêmica, pois os processos de âmbito escolar são dinâmicos e instáveis. Sendo assim, dentre as características do coordenador pedagógico está a flexibilidade de lidar com situações adversas que possam surgir e ser um mediador delas.

Ademais, o coordenador deve possuir grande experiência em sala de aula, já que sua função é ser o suporte necessário para a superação dos desafios escolares, ou seja, a manutenção de uma boa qualidade de ensino. (Silva, 2019). Para além das atribuições citadas acima, o coordenador também é um comunicador, responsável por conduzir os processos de comunicação interna e externa da escola, sendo assim, ele não deve se tornar um profissional “individualista, alienado e desarticulado com a realidade e a necessidade do professor e do aluno” (Silva, 2015). Assim, uma vez que o coordenador age como elo entre sociedade e corpo docente, este precisa saber expressar-se com clareza.

O lugar que a coordenação pedagógica deve ocupar é trabalhando lado a lado com o corpo de professores, com o foco de manter uma boa qualidade do processo educativo, fomentando reflexões acerca da prática de ensino, assumindo um compromisso junto ao professor e ao núcleo escolar de trabalhar para contornar as dificuldades apresentadas no contexto educativo e, assim, aprender com as mesmas (Farias; Farias; Silva; Magalhães; 2017, p. 2).

Para Vasconcelos (2009, p.91), os coordenadores devem acolher o professor e sua realidade, reconhecendo suas necessidades e dificuldades, sendo esse acolhimento fundamental para o professor, devido ao seu trabalho com os alunos. Cabe aos coordenadores fazer críticas que ajudem a compreender a participação do professor, buscando caminhos alternativos e contribuindo para o processo de transformação do ambiente escolar.

Percebe-se assim, que coordenador desempenha as funções de articulador, comunicador, supervisor e orientador do trabalho pedagógico que se desenvolve no interior da escola, trabalhando na perspectiva da construção de um espaço escolar que proporcione um desenvolvimento da aprendizagem, nos diversos conhecimentos e valores, como por exemplo: o

da cidadania, fortalecendo assim, o ensino (Gomes, 2016, p.16).

Para que o coordenador pedagógico consiga fazer esse trabalho de reflexão crítica com seu grupo de professores, é necessário, segundo Silva (2019), manter uma relação estável com os professores, para que ele possa ter a possibilidade de abordar *de forma pública* as dificuldades que surgem no ambiente escolar. Sua atuação deve estar diretamente ligada à intervenção (David, 2017).

Cabe ao coordenador, saber ouvir com paciência as resistências dos professores em relação aos processos de mudança e intervenção, sendo assim flexível, visando a construção de uma relação de respeito e confiança com suas equipes. (Cunha, 2005). Para tanto, é necessário que o mesmo possua grande habilidade em relações humanas e comunicação interpessoal, uma vez que ele atuará como consultor e líder em diversas situações (Gomes, 2016, p.18).

Entretanto, o que se tem observado atualmente é que o coordenador, está se distanciando do seu verdadeiro e autêntico papel na escola, que é o apoio pedagógico junto aos professores e desempenhando mais funções burocráticas, ligadas ao caráter administrativo (David, 2017). Este fator acarreta na deformação da figura do coordenador pedagógico e na falta de clareza do seu papel, que por sua vez, resulta na sobrecarga do coordenador em atividades burocráticas.

Como aponta Placco, Almeida e Souza (2016) em sua pesquisa, os diretores escolares compreendem que o coordenador pedagógico é um gestor, assim como ele e seus assistentes. Contudo, ao atribuir ao coordenador a figura de um gestor, acaba atribuindo-lhe funções estritamente administrativas e organizacionais que são devidas a gestão escolar e afastando assim, o coordenador da sua função e dimensão pedagógica. As mesmas ainda afirmam em sua pesquisa que, apesar dos diretores afirmarem que valorizam as funções pedagógicas dos coordenadores, eles constantemente acreditam que, na realidade, os mesmos devem atender às diversas necessidades cotidianas da rotina escolar. Acarretando, assim, uma sobrecarga e um distanciamento da formação dos professores e do acompanhamento pedagógico das aprendizagens. E isso tem resultado em um trabalho pesado, como podemos observar no texto a seguir contemplando o pensamento de Marx (*apud* Penteado e Gomboeff, 2019, p.11):

Diante das exigências e responsabilidades impostas ao Coordenador Pedagógico, tanto pela legislação quanto pela significação do diretor em relação ao papel desse profissional e das relações de poder repressoras que circulam por muitas escolas, *não é difícil sentir tristeza e dor*, já que os sujeitos fazem a sua história, porém não a fazem sob uma conjuntura de sua escolha.

Tal fato, sem dúvidas, resulta em desmotivação dos próprios coordenadores pedagógicos. Aliado a isso, esse distanciamento de suas funções pedagógicas junto aos professores, criam na equipe pedagógica,

uma sensação de estarem abandonados e perdidos em meio ao processo de docência.

Portanto, é necessário que os diretores compreendam que o papel do coordenador dentro da equipe gestora, deve girar em torno do âmbito escolar e das práticas formativas docentes, porém que não se limitem apenas a tal compreensão, mas também apoiem e reconheçam a relevância da formação continuada (Penteado e Gomboeff, 2019).

Esta breve exposição do papel do coordenador pedagógico, será melhor explorado na próxima seção deste artigo, que tratará sobre o perfil do coordenador pedagógico e qual o papel deverá desempenhar dentro das escolas.

QUAL DEVE SER O PERFIL DO PROFISSIONAL QUE ATUA NA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA?

Liderança é uma qualidade essencial que deve ser desenvolvida em todos os sujeitos que passam a exercer cargo de gestão em qualquer âmbito de trabalho. Nas escolas não é diferente. O coordenador pedagógico como líder de um corpo de professores deve saber conduzir sua equipe de forma leve, comunicativa e com eficácia. Mas o que isso, de fato, demanda de tal profissional?

A própria etimologia da palavra “coordenador” traz consigo uma ideia da principal característica que deve ser cultivada nessa função. Coordenar vem do latim “*coordinare*” e significa dispor em ordem, organizar, ligar. Observando a etimologia “*co + ordenar*”, o prefixo “*co*” significa juntamente, mutuamente, parceria (Santana, 2010). Dessa forma, coordenar é ordenar em parceria, organizar mutuamente. Assim, é esperado que um coordenador trabalhe em parceria com sua equipe de professores e demais membros da comunidade escolar.

Além de ser esperado que o profissional saiba desenvolver um trabalho coletivo, espera-se que este tenha bastante conhecimento de como ocorre o processo de ensino e aprendizagem, que seja alguém experiente. A palavra “pedagógico” se refere à pedagogia, ciência que se dedica ao processo de educação de sujeitos, estudando os problemas que se relacionam com o seu desenvolvimento. Tanto é que na própria LDB (1996), artigo 64 menciona que a formação dos profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, deve ser feita por meio dos cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós graduação.

Assim sendo, apenas pela etimologia e significado da palavra, compreende-se que o coordenador pedagógico deve ser alguém que trabalhe lado a lado com o professor e que tenha bastante conhecimento do processo de ensino e aprendizagem para que consiga apoiá-los em suas dificuldades.

Para que o coordenador pedagógico consiga trabalhar em coletivo auxiliando os agentes do processo educativo, ele precisa saber expressar-se com clareza. A falta da habilidade de comunicação prejudicaria o trabalho

colaborativo. E isso tem sido observado em algumas escolas. Assim sendo, gritar, alterar a voz, falar de forma agressiva, atacar e até humilhar são atitudes inadequadas. (Penteado, Gomboeff, 2019).

Embora seja um cargo de gestão, o coordenador pedagógico não deve assumir posição autoritária perante seu grupo. A imposição de ideias aticaria na equipe docente desânimo, descontentamento e muitas vezes a execução de ações improdutivas, uma vez que não foram dialogadas, o fazer por fazer. E o pior, talvez ainda almejando que dê errado por parte da equipe para mostrar uma opinião a quem deu a ordem. A escola não deve ser esse local de competição de ideias, mas de desenvolvimento dos sujeitos, de formulação de pensamento e raciocínio.

Cunha (2005) descreve que para conseguir a transformação de uma realidade escolar precisa primeiro mudar as crenças dos professores, pois são eles os principais agentes responsáveis por tal mudança junto a seus alunos. Portanto somente através de um trabalho de diálogo será possível desenvolver a consciência crítica da equipe docente.

Como mencionam Souza, Petroni e Dugnani, (*apud* Penteado, Gamboeff, 2015, p. 55), “o trabalho na escola só faz sentido no coletivo”. Tendo essa ideia em mente e sabendo que o trabalho do coordenador se concretiza, de fato, no trabalho em parceria, cabe ao gestor pedagógico cativar sua equipe de professores, mostrando-lhes respeito e segurança para eventuais situações que surjam no âmbito escolar. Habilidades de relacionamento interpessoal – o olhar atento, o ouvir ativo, o falar autêntico precisam ser desenvolvidos. (Cunha, 2005)

Além disso, visto que ele é o formador dos professores deve sempre estar antenado à atualidade e aos novos rumos que a educação está tomando com o passar do tempo, de forma que consiga não apenas orientar sua equipe, mas proporcionar momento de reflexão crítica da própria prática docente entre os professores. Ele jamais deve abdicar de sua função primordial, a saber, a formação continuada dos professores.

Para que esse processo ocorra de forma harmoniosa nas escolas, o coordenador pedagógico precisa ter tempo hábil para planejar suas formações, conversar com professores, observar o processo educativo e dar feedback aos envolvidos. Somente com suporte de toda a equipe escolar será possível que o mesmo exerça com maestria e brilhantismo sua função. E o resultado, sem dúvidas, será o bom andamento dos processos e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

QUAIS AS PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ATUALIDADE?

O cargo de coordenação pedagógica traz consigo inúmeros desafios. Conforme já mencionado em nosso texto, um dos principais desafios é a própria falta de clareza da função real que esse profissional desempenha no cotidiano escolar, o que acarreta numa desconfiguração da figura desse profissional. Entretanto, ainda que haja uma conscientização por parte da comunidade escolar sobre o trabalho efetivo da coordenação pedagógica,

outros desafios são inseparáveis da função.

Entendendo que coordenar implica direcionar os processos de um grupo, é preciso que a equipe esteja em harmonia e alinhada para que todos trabalhem em sintonia em prol de um único objetivo. Para tanto, faz-se necessário que o coordenador pedagógico conheça com propriedade sua equipe de professores, não apenas seus pontos fortes e de melhoria, mas que saiba suas crenças, no que realmente sua equipe acreditava, a partir daí trabalhar a consciência crítica dos indivíduos. Afinal, as decisões dos professores no processo de ensino e aprendizagem são influenciadas, sobretudo, pelos seus credos, escala de valores, ideologia, rotinas, estilo pedagógico e relações pessoais. (Sadalla *et al.*, 2002).

Conversas abertas e também individuais com a equipe de professores podem dar esse *feedback* ao coordenador sobre suas convicções pessoais. É fato que a escola sempre será um lugar de diversidade, inclusive de pensamentos. Entretanto, o conhecimento coletivo deve ser cultivado mais do que crenças pessoais. Assim sendo, mudar posturas, dentro desse contexto, implica trabalhar com tais crenças individuais e estimular à conscientização crítica à luz de estudos teóricos sobre o assunto. Tais temas não só podem como devem fazer parte do repertório da formação continuada que o coordenador pedagógico promove com sua equipe. Os assuntos devem ser trazidos como estudo em grupo e levados à discussão por todos. Motivá-los a pensar sobre, os instigará à mudança, uma vez que necessário.

Como resposta aos entraves que são somados à valorização de suas convicções pessoais que se sobrepõem aos interesses coletivos da comunidade escolar e do próprio papel da escola, é necessário a interferência do CP com a elaboração de uma formação continuada para os professores e para a comunidade escolar. Entretanto, dentro da formação continuada, o coordenador pedagógico não deve apenas propor temas baseados em observações do dia a dia dos professores. Este profissional deve estar atento aos rumos da educação, perceber o que de novo está sendo discutido atualmente e trazer reflexões sobre esses assuntos, caso sejam relevantes para o fazer pedagógico dos mesmos. Toda formação continuada deve focar no desenvolvimento da equipe, seja no âmbito pessoal ou profissional.

Temas propostos para a formação continuada devem ter objetivos muito claros e expostos ao grupo. Cada professor precisa entender o papel desta formação como complemento à formação inicial que receberam na graduação. Nessa direção, o professor precisa estar ciente que aprender a ser professor se constitui como um processo complexo, também permanente, de descobertas e reconhecimento, durante toda a vida profissional. Portanto, o adulto professor é aquele que está inserido em um processo de formação para a docência objetivando a apropriação de saberes e a constituição identitária. Ou seja, é um ser incompleto, um aprendiz que está em uma constante busca pelo conhecimento pedagógico e pelo autorreconhecimento como um sujeito professor (Placco e Souza, 2006).

Toda profissão é fundamentada pelo conhecimento teórico e também

pelo saber da experiência que se constrói na reflexão sobre a própria experiência profissional. Através dessa fundamentação, o profissional enriquece sua reflexão por meio de estudos teóricos que lhes permitem desenvolver a pesquisa didática que torna sua prática mais embasada e refletida, com impacto na formação de seus alunos. A experiência se constrói no contexto vivenciado, num movimento reflexivo do que acontece e com a forma que acontece. Assim sendo, tornar-se um profissional da docência requer trilhar um percurso em construção permanente, permeado por constantes aproximações concretas com o contexto de ensino.

Fundamenta-se nas palavras do educador Paulo Freire,

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro a tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre prática (FREIRE, 1996, p.58).

O coordenador, portanto, como professor de um grupo de professores, precisa antes de mais nada reconhecer essa necessidade em si mesmo e procurar desenvolver no seu grupo essa ânsia pela leitura e estudo, com foco no aprimoramento escolar. E tal incentivo só será, de fato, efetivado na equipe se o coordenador for exemplo nesses mesmos quesitos. O grupo precisa sentir tal apreço no próprio líder.

Uma vez desenvolvida a vontade pelo aprendizado constante na equipe, o coordenador precisará ainda estabelecer um *rappor*t (convívio de sintonia e empatia) nessa relação professor- coordenador. Quando os professores sentirem que podem realmente confiar no coordenador pedagógico, o trabalho escolar fluirá com maior destreza e eficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, portanto, que o coordenador pedagógico muitas vezes não sabe sua real função dentro do contexto escolar e também não é compreendido por parte dos outros participantes desse processo, o que sempre demonstra um desafio fundamental a ser superado. Tal constatação está ligada à própria história da coordenação pedagógica, conforme apresentado no início deste texto, e que se reflete ainda hoje e tem ofuscado o sentido real do coordenador. Ainda assim, pode-se concluir que durante os anos, na história da educação no Brasil, houve muitos progressos na caminhada do coordenador pedagógico. Função antes exercida com o papel de ser um investigador do governo, e passou a ser um elo e um mediador nas escolas, trabalhando para contornar as dificuldades apresentadas no contexto educacional e facilitar a comunicação entre as partes envolvidas, agindo enquanto mediador dos processos pedagógicos. Entretanto, embora tenha havido muitos avanços, muitas funções ainda são atribuídas erroneamente ao cargo de coordenação pedagógica.

O coordenador pedagógico deve atuar fazendo reflexões críticas e necessárias com seu grupo de docentes para melhor fluidez do processo de

ensino e aprendizagem. Ele é o responsável direto pela formação continuada do seu grupo. De modo que a escuta afetiva é primordial no seu trabalho. Fica evidente que o mesmo deve saber ouvir e dialogar com sua equipe em busca de estratégias de ensino.

Assim, o coordenador pedagógico é uma “peça” fundamental no ambiente escolar. E é necessário que haja uma maior compreensão por parte de toda a equipe docente da escola de modo a dar espaço e tempo para que o coordenador pedagógico exerça sua função de forma eficaz. A coordenação pedagógica deve promover a democracia, o diálogo e a escuta, na construção de um ambiente educacional com habilidades e desenvoltura para lidar com o dia a dia dos seus contribuintes e seus alunos, garantindo qualidade no ensino e na educação.

O coordenador deve se atentar a todas essas problemáticas, e também respeitar a noção de espaço do outro, sentindo quando será necessário diálogo, e quando intervir, sem causar grandes danos, levando sempre em consideração o ponto de vista e perspectiva do outro, para que se sintam ouvidos e acolhidos.

O equilíbrio e cautela são cruciais para esse desenvolvimento, além da autorreflexão do coordenador para com ele mesmo e com seu trabalho, para ter prudência e sensatez nas tomadas de decisões, desde a parte burocrática, uma vez inerente ao posto ocupado, até à mediação com alunos e professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Renata C. O. B. **O Coordenador Pedagógico e suas crenças.** Educação Unisinos, vol. 9, n. 3, 2005. pp.197-202. Disponível:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6319>. Acesso: 26 jul, 2021.

DAVID, Ricardo Santos. **O papel do coordenador pedagógico em diferentes contextos.** Scientific Journal, 2017. Disponível:

https://redib.org/Record/oai_articulo1448129-o-papel-do-coordenador-pedag%C3%B3gico-em-diferentes-contextos. Acesso: 26 jul 2021.

FARIAS, Susanne Messias de; FARIAS, Carla Emanuele Messias de; SILVA, Chysomara Rowsy Tenório da; MAGALHAES, Elizângela Aureliano de. **O papel do coordenador pedagógico no contexto da educação ambiental e suas contribuições para facilitar o trabalho na escola.**

ENCONTRO REGIONAL DE AGROECOLOGIA DO NORDESTE, 2017. Disponível: <http://www.seer.ufal.br/index.php/era/article/view/3830/2916>. Acesso: 26 jul. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Rita de Cássia. **O papel do coordenador pedagógico na escola: uma análise das ações e práticas.** 2016, p. 39. São Luís: UFMA 2016.

Disponível: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/1916>. Acesso: 26 jul 2021.

LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso: 08 set 2021.

OLIVEIRA, Rejane Glória. **O papel do coordenador pedagógico na mediação das novas tecnologias na prática pedagógica**. 2016. p.47 Universidade Federal do Maranhão. Disponível: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/1915>. Acesso: 26 jul. 2021.

PENTEADO, Maria Emiliana Lima. GOMBOEFF, Ana Lúcia Madsen. **A falta de clareza do papel do coordenador pedagógico e como isso afeta o cotidiano da escola**. 2019. Disponível: <https://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/download/242/186#:~:text=Diante%20das%20exig%C3%AAs%20e%20responsabilidades,hi st%C3%B3ria%2C%20por%C3%A9m%20n%C3%A3o%20a%20fazem>. Acesso: 26 jul 2021.

PLACCO, V. M. N. de S.; SOUZA, V. L. T. de. **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de Souza. ALMEIDA, Laurinda ramalho de. **Legislado versus executado: Análise das atribuições formativas do coordenador pedagógico**. 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3647>. Acesso em: 26 jul, 2021.

SADALLA, A,M.F.A.; SARETTA, P. e ESCHER, C.A. 2002. **Psicologia e formação docente: desafios e conversas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 93-112.

SANTANA, Poliana Marina Mascarenhas de. **Enodam-se os nós: o real, o simbólico e o imaginário no fazer do coordenador pedagógico**. O declínio dos saberes e o mercado do gozo, 8., 2010, São Paulo. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000032010000100057&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 28 July, 2021.

SILVA, Eliene Farias. **O Papel do Coordenador Pedagógico no Contexto Escolar e suas contribuições à prática docente**. Revista de Gestão e Avaliação Educacional, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/36808>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SILVA. Lenine Ferreira da. **Professores Alfabetizadores e coordenação pedagógica: um olhar diferente?** 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11589247-Professores-alfabetizadores-e-coordenacao-pedagogica-um-olhar-diferente.html>. Acesso em: 26 jul. 2021.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Sobre o Papel da Supervisão Educacional, Coordenação Pedagógica**. In: Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 10ª ed. São Paulo, 2019.

Giovana Schreiner Ribeiro Rosa

Discente do Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos

Tiago Merlo

Discente do Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos

Leila Barroso Oliveira

Docente de Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos

RESUMO

Objetivos gerais: identificar e descrever sinais e sintomas e o papel do enfermeiro perante a uma consulta de enfermagem que aponta violência sexual infantil intrafamiliar, descrevendo as possibilidades de proteção à criança. Os fatores principais na atuação do enfermeiro são: presença de evidências relacionadas ao abuso sexual, tempo de experiência profissional, incerteza, falta de treinamento do enfermeiro e equipe, idade da vítima, variáveis cognitivas, orientação sexual do autor da violência e crenças religiosas. **Metodologia** trata-se de uma revisão de literatura, com análise de artigos científicos nas bases de dados GOOGLE ACADEMICO, SCIELO e periódicos CAPES, utilizando descritores “Violência Sexual”, “Abuso sexual” e “Atuação do Enfermeiro na consulta”. No período de busca compreendido de 2016 a 2021, foram identificados 130 artigos e destes, 75 foram selecionados para leitura. Dos 75 estudos selecionados, somente 25 traziam o contexto da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infantil intrafamiliar. A revisão contou com leitura e análise do conteúdo sob a seguinte questão: qual o papel da equipe de enfermagem no reconhecimento precoce da violência sexual infantil intrafamiliar? **Considerações:** É necessária a realização da formação/educação permanente no processo de atuação do enfermeiro frente às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, complementando um caminho para a sua qualificação. O papel do enfermeiro é de suma importância para conceituar violência contra criança e adolescentes. **Conclusão:** é possível concluir que os enfermeiros encontram dificuldades para acolher crianças e adolescentes vítimas de violência de qualquer contexto.

Palavras-chave: violência sexual infantil; enfermagem; papel do enfermeiro.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza a violência que acomete crianças e adolescentes como todas as maneiras de maus-tratos emocionais e/ou físicos, agressão sexual, negligência ou tratamento negligente, comercial ou outras formas de opressão, com probabilidade de resultar em danos potenciais ou reais à saúde das crianças, sobrevivência, incremento ou dignidade no contexto de uma relação de culpa, confiança ou poder (ENGRY *et al.*, 2016).

Originária do latim ‘violentia’, a palavra “violência” se refere a uma forma de violar alguém ou a si, como todo tipo de atitude de força, poder, atos de intimidação contra o próprio indivíduo, com diferentes pessoas ou grupos, tendo como resultado o sofrimento (SALGADO, 2018).

A violência sexual infantil é uma das maiores causas de morbidade e letalidade em crianças e adolescentes no mundo e é considerada crime que constitui um grave problema de saúde pública (FONTAN; SILVA, 2019).

Em meio a violência sexual infantil existem duas facetas. A primeira é a intrafamiliar que consiste em pessoas limitadas ao núcleo familiar como por exemplo o pai, padrasto e tio. A segunda é a extrafamiliar que engloba todas as pessoas que não se incluem na primeira (LAWDER; TAKAHASHI; OLIVEIRA, 2016).

As principais consequências na vida do indivíduo que é abusado sexualmente no ambiente intrafamiliar são as emoções de culpa, resistência para trocar ou tirar a roupa, hiper sexualização precoce, comportamento violento, vergonha, desamor, depressão, dispareunia e inferioridade. Estas podem perdurar em todo decorrer da vida adulta das vítimas de abuso durante a infância. É possível apontar como efeitos orgânicos: lesões físicas gerais, lesões genitais, lesões anais, gestação, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), disfunções sexuais, hematomas, contusões e fraturas (FONTAN; SILVA, 2019).

A OMS qualifica a violência infantil em quatro tipos: abuso físico, sexual, emocional ou psicológico e negligência (RODRIGUES *et al.*, 2019).

Segundo o Código Penal, os crimes de violência sexual incidem em: estupro, violência sexual mediante fraude, chateação sexual, assédio sexual, registro não autorizado da intimidade sexual, adulteração de menores, satisfação da lascívia mediante a presença de criança ou adolescente, divulgação de cena de estupro ou pornografia, bem como o alento de casa de prostituição, a prática de rufianismo (exploração de prostituição) e o tráfico internacional de pessoas para conclusão de exploração sexual (OLIVEIRA, 2019).

A enfermagem e a equipe multidisciplinar precisam estar

familiarizadas com o contexto da violência contra crianças e também com a forma de prevenir as situações vivenciadas pelas mesmas. A criança possui atenção especial na Estratégia de Saúde da Família (ESF), focando em seu desenvolvimento e qualidade da saúde. O acompanhamento tem em evidência as consultas de puericultura, realizadas pelo enfermeiro, com o objetivo de avaliar sua evolução e desenvolvimento, é a ferramenta fundamental para a manutenção da saúde da criança (FASSARELLA *et al.*, 2020).

No acolhimento à violência infantil, os enfermeiros devem perceber a problemática de maneira objetiva e não só a partir dos sinais de violência física, otimizando o reconhecimento das vulnerabilidades e identificação da violência de maneira que se possa intervir (COUTINHO *et al.*, 2020).

A equipe de enfermagem precisa dispor de protocolos, Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) e a Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva (CIPESC) para a execução de uma assistência que garanta a continuidade da integralidade da tarefa juntamente à equipe multiprofissional, atuando na orientação e acolhimento dos familiares. É importante ressaltar que os profissionais que prestam atenção à criança neste período precisam passar por treinamentos específicos, tanto científico quanto técnico (LOPES, 2020).

A enfermagem é responsável por participar de programas de prevenção à violência infantil, tendo como principal foco estratégias de prevenção primária para diminuição da incidência e prevalência dos casos de violência (COSTA, 2019).

O conselho tutelar, ao tomar conhecimento do fato, adotar as providências cabíveis para promover a proteção do menor envolvido. No campo da enfermagem, a notificação consiste em informar determinado setor ou órgão como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) sobre os maus-tratos, abuso sexual ou outras formas de violência envolvendo menores. O maior de todos os problemas deste agravo é o temor dos abusadores e a falta de resolução dos casos denunciados na justiça. Perante o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), assim que a suspeita é confirmada, a notificação torna-se obrigatoriedade dos responsáveis legais dos estabelecimentos de saúde e educação (PIRES; FILHO, 2017).

A notificação tornou-se obrigatória para os profissionais da saúde por meio da Lei Federal, Portaria nº 1968/2001. Entretanto, a subnotificação das situações de violência ainda é uma realidade e raramente é justificada por força maior (MACEDO; FOSCHIERA, 2019).

Diante disso, este estudo teve como objetivo identificar e descrever sinais e sintomas e o papel do enfermeiro perante a uma consulta de enfermagem apontando a violência sexual infantil intrafamiliar, descrevendo as possibilidades de proteção à criança.

Este estudo se torna relevante por mostrar diversas formas de solucionar o assunto principal de maneira científica e comprovada.

Este estudo se trata de revisão de literatura, a partir do levantamento de artigos científicos nas bases de dados GOOGLE ACADÊMICO, SCIELO e periódicos CAPES, utilizando os descritores violência, intrafamiliar, abuso sexual, leis referentes a criança. No período de busca compreendido de 2016 a 2021, foram identificados 130 artigos. Destes, 75 foram selecionados para leitura. A revisão contou com leitura e análise do conteúdo sob a seguinte questão: identificar e descrever o papel do enfermeiro na consulta de enfermagem com vistas em violência sexual infantil intrafamiliar.

DESENVOLVIMENTO

Ao decorrer desses capítulos será abordada a ocorrência da violência sexual infantil intrafamiliar e de como ela é detectada e solucionada pelo enfermeiro, dando ênfase na promoção e prevenção a esse crime que constitui a saúde pública.

Como ocorre a violência sexual infantil intrafamiliar?

A violência caracteriza-se como o emprego da força física capaz de imobilizar, dificultar e até impossibilitar a vítima de resistir, podendo ser direta quando empregada no próprio sujeito passivo ou indireta quando empregada a terceiros ligados à vítima (SOUZA; MELLO; PAZÓ, 2016).

A violência sexual intrafamiliar se refere a quando a agressão ocorre dentro da família, ou seja, a vítima e o agressor estão relacionados. A maioria dos abusadores sexuais são homens, mas em alguns casos o agressor é do sexo feminino, sendo que este último ocorre em menor grau (FONTAN, SILVA; 2019).

A violência intrafamiliar se traduz de maneira complexa, já que envolve afinidades de poder (subordinação e dominação) e de afeto (pais, mães, filhas e filhos). A diferença de poderes é o principal determinante para que se vincule. Segundo os Direitos e Garantias do livro ECA (1990), a criança e adolescente vítima ou testemunha de violência tem direito a contrariar, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da agressão (SAKATA *et.al.*, 2016).

O abuso sexual intrafamiliar é considerado grave, podendo causar várias decorrências para a criança. Por ocorrer no meio familiar, torna-se difícil o seu reconhecimento, precisando de atenção específica da parte dos profissionais da saúde para a investigação da ofensa. Os principais fatores

etiológicos no abuso sexual infantil são: apresentação de conflitos conjugais, pais com algum transtorno psiquiátrico, consumo de álcool e drogas, quebras de laços afetivos, relações irregulares de poder nos relacionamentos familiares, falta de comunicação, segredos, advertências, baixa conexão familiar e altos níveis de conflitos são usualmente observados nas famílias abusivas (TEIXEIRA, 2019).

Reconhecida como um desafio social, a violência infantil intrafamiliar cursa com consequências físicas e emocionais, como o estresse pós-traumático. Constata-se transtornos difíceis de serem reformados no indivíduo vítima da violência, já que pode causar comprometimentos no comportamento e desenvolvimento cognitivo e psicossocial (FONTAN; SILVA, 2019).

Dentre os sinais e sintomas clínicos que aparecem na infância ou na adolescência como consequência da violência doméstica é possível citar o edema ou lesões em região genital sem justificativa superficial para doenças ou traumas evidenciáveis; lesões de palato decorrente da força movida no sexo oral; sangramento e dor vaginal em adolescentes na fase pré-púberes; fissuras, dilatação, flacidez ou marcas anais sem causas ou doenças agudas e crônicas aparentes; rompimento himenial; infecções sexualmente transmissíveis, infecção constante do trato urinário, dor à micção; gravidez precoce e aborto espontâneo (PIRES; FILHO, 2017).

Além dos sinais físicos, também podem ser constatados efeitos psicológicos como fobias, desconfiança de pessoas, desânimo com a história, infantilização, depressão, isolamento, déficit na aprendizagem e síndrome do pânico. (MENEZES; GONÇALVES, 2019).

Alguns sintomas se sobressaem a curto prazo em vítimas de abuso na faixa etária de 11 meses a 12 anos, comprometendo seus comportamentos e transformando-os em indicativos para inadequações. Pode-se citar: choros frequentes, irritabilidade, apatia, atraso no desenvolvimento, distúrbios do sono, vômitos e dificuldades na alimentação/amamentação, desconforto no colo, dificuldade no desenvolvimento da fala, agressividade acentuada, ansiedade, medo de pessoas, pesadelos, tiques, manias, distúrbio alimentares, enurese e encoprese, tendência ao isolamento, ansiedade e medo, comportamentos obsessivos, automutilação, déficit de atenção, hiperatividade e uso de drogas (SALGADO, 2018).

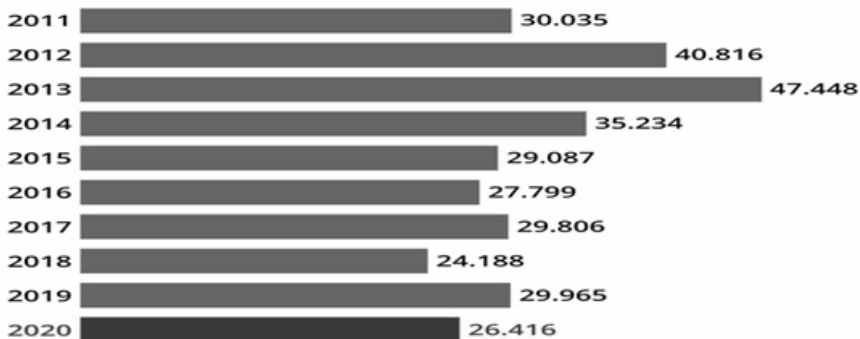
O problema da violência sexual contra crianças e adolescentes é complicado e árido. Estima-se que a prevalência de agressão sexual na população mundial seja de 11,8%, além disso a prevalência foi 30 vezes maior nos estudos que envolviam auto relato do que nos fundamentados em dados estatísticos oficiais. Diante disso, a violência sexual possui repercussão mundial, convertendo-se num problema de saúde pública cujo enfrentamento torna-se amplo desafio para a sociedade. Estima-se que 1 em cada 10 criança sofre algum tipo de abuso sexual durante sua infância. Estes dados

são livres de etnia, cultura, idade ou classe social, sendo que na maior parte das vezes é cometido por uma pessoa de convivência da criança, na qual ela confia e tem emoções de afeto (TEIXEIRA, 2019).

Conforme dados da Secretaria de Direitos Humanos, 37 mil casos de denúncias de violência sexual de idades compreendidas entre 0 a 18 anos foram recebidos pelo “Disque 100”. Dessas acusações, cerca de 67,7% das crianças que sofrem abuso e exploração sexuais são meninas, enquanto os meninos concebem 16,52% dos casos denunciados e em 15,79% o sexo da criança não foi avisado. Em relação à faixa etária, 40% dos fatos são referentes a crianças de 0 a 11 anos. Na faixa etária entre 12 a 14 anos retribui 30,3% e de 15 a 17 anos representa 20,09% das denúncias (CAMPOS; ROCHA; MENDES, 2019).

O número de denúncias de violência contra crianças e adolescentes no Brasil diminuiu 12% durante o período de pandemia em 2020 em comparação ao mesmo período do ano passado. Segundo dados do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, foram registradas 26.416 denúncias pelo canal “Disque 100” entre março e junho deste ano, contra 29.965 no mesmo período de 2019. O número de registros em 2020 é o segundo menor para o período em toda a série histórica iniciada em 2011. Somente superou as 24.188 denúncias que foram feitas em 2018 (BRASIL, 2020).

Gráfico 01: Denúncias de violência contra a criança e adolescentes. Entre 1º de março e 30 de junho.



Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020.

É válido ressaltar que a violência sexual é considerada um crime no Brasil, conforme a Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, sendo a pena de 6 a 10 anos de reclusão ao criminoso, aumentando para 8 a 12 anos se houver lesão corporal da vítima ou se a vítima possui entre 14 a 18 anos de

idade e para 12 a 30 anos se a conduta resulta em morte (RIBEIRO, 2019)

No atual Código Penal Brasileiro, o estupro é definido no artigo 213 como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Categoriza-se ainda a “penetração – mesmo que superficial – fisicamente forçada ou por meio de coação, da vulva ou ânus, usando um pênis, outra parte do corpo ou um objeto”. O estupro é uma forma de violência sexual (FREITAS; MORAIS, 2019).

O papel da equipe de enfermagem no reconhecimento da violência precoce

O papel do enfermeiro ao realizar o acolhimento à vítima e efetivar as notificações é de suma relevância para que não aconteçam erros e agravos à proteção da vítima e familiares (TEIXEIRA, 2019).

O enfermeiro que fará a assistência ao abuso perante a criança, criará um vínculo demonstrando nos cuidados atitudes sinceras e zelosas para com ela, habituando-as ao ambiente hospitalar. Além disso, deve sempre explicar sobre as rotinas e os procedimentos que serão feitos, suas necessidades e a possibilidade de demora e/ou dor. O profissional deve estar a todo momento atento em passar e manifestar confiança e afeto conciso. De um modo geral, deve haver acolhimento em vários aspectos a quem busca ajuda, auxílio e solução de alguma dificuldade. No que se menciona à agressão sexual infantil, o enfermeiro terá que responder com atitudes suficientes ao atendimento integral (PIRES; FILHO, 2017).

Além da prevenção de insultos à saúde infantil, o enfermeiro auxilia a melhorar o entendimento da família quanto à seriedade dos cuidados preventivos e permite realizar ações mais precoces para rever anomalias do crescimento e desenvolvimento. Os profissionais da saúde que zelam por crianças devem estar certificados psicologicamente e emocionalmente. Tais profissionais que realizam atividades nas unidades de atendimento devem obter além do treinamento específico, uma educação permanente atenta ao autoconhecimento, que requer o mínimo de suas próprias emoções e conhecimento de seus limites e suas probabilidades (FASSARELLA *et. al*, 2020).

A anamnese e exame físico são importantes para concluir que houve a violência sexual na criança, sendo este o primeiro passo para começar os cuidados com a criança. Assim, se tornam um meio de luta a este crime ao adicionar as competências e habilidades exclusivas que lhe são atribuídas com a sua capacidade. Ao inseri-las em abordagem da equipe multiprofissional relacionada à complexidade da ocorrência, possibilita-se a intervenção estratégica na precaução e reabilitação da saúde dos indivíduos

envolvidos. Destaca-se a importância de detalhes minuciosos, que na maioria das vezes acontecem nas análises físicas e ginecológicas. Ao se verificar a violência sexual se faz eficaz o exame pericial, como meio de resguardo para que se explique um ocasional processo de investigação criminal (PIRES; FILHO, 2017).

O colaborador deve sempre procurar promover esclarecimentos a respeito do atendimento e rotinas a serem realizados, necessitando estar sempre atento quanto ao repasse e demonstração de afeto e certeza (LOPES, 2020).

A equipe de enfermagem deve estar preparada para enfrentar essa problemática e agir de forma a prevenir a violência contra crianças. É de extrema importância aprimorar o conhecimento do enfermeiro e demais profissionais de saúde para o enfrentamento e a promoção do cuidado integral à criança e ao adolescente. O educador em saúde deve ter em objetivo a intervenção de alguns maus-tratos infantis, tendo o papel de intervir, prevenir, proteger e impedir qualquer recorrência contra a criança (COSTA, 2019).

O exame pericial após constatada a agressão sexual, se faz necessário para que se tenha a instrução de um rotineiro processo para a investigação criminal. É imprescindível descrever a higienização e a remoção de secreções e roupas, já que pode haver um comprometimento dos indícios de crime. Além deste cuidado, o enfermeiro necessita realizar o registro total, informando fatos como alguma marca que se tenha a indicação do abuso sofrido pela vítima, tendo como modelo manchas de sangue e calcinha rasgada (LOPES, 2020).

Decorrente de uma violência sexual podem advir gravidez não planejada, aborto inseguro, disfunção sexual, contaminações sexualmente transmissíveis, fístula traumática, depressão, confusão por estresse pós-traumático, ansiedade, dificuldade para dormir, sintomas somáticos, ideação suicida e transtorno de pânico (CAMPOS; ROCHA; MENDES, 2019).

O cuidado direcionado à criança vítima de violência sexual, diferencia-se do cuidado prestado ao adulto, já que contém especificidades e particularidades que precisam ser abordadas de maneira individual, diante de cada fase de seu desenvolvimento e crescimento (LOPES, 2020).

Um estudo realizado no Brasil apontou que como decorrências da violência sexual, 40,7% das vítimas adolescentes apresentaram estresse pós-traumático e 8,7% mostrou como consequência a gravidez indesejada (RIBEIRO, 2019).

Os enfermeiros possuem a Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva (CIPESEC®) e a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), como um instrumento de sistema para

auxiliar, visibilizar, organizar e documentar a sua investigação ajudando na detecção de violência. Têm ainda o papel de acolher e assegurar a proteção imediata a criança ou adolescente, sempre se atentar aos sinais de violência durante o exame físico e anamnese, identificar e avaliar índice de violência no comportamento, relações interpessoais e psicológicas da vítima e avaliação do aumento e desenvolvimento da criança. Em ocorrências suspeitas ou identificação de violência, precisará ser acionado o Conselho Tutelar, e realizar o encaminhamento para a equipe dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que contam com o psicólogo, médico e assistente social. Também é função do enfermeiro preencher a notificação compulsória (COSTA, 2019).

Quadro 1- Sistematização de Assistência de Enfermagem aplicada a criança em situação de violência sexual intrafamiliar.

Código dos Diagnósticos	Diagnóstico	Resultados	Intervenções
00142 Domínio: 09 Classe: 1	1-Síndrome do trauma de estupro -Agressão -Choque -Confusão -Constrangimento -Humilhação -Depressão -Desamparo -Trauma físico -Vergonha	Detecção rápida de sinais e sintomas e encaminhamento para poder superior.	1.1 Registrar qualquer evidência de traumatismo 1.2 Encaminhar para atendimento clínico 1.3 Notificar ao conselho tutelar
00060 Domínio: 07 Classe: 2	2- Processos familiares interrompidos -Mudança na intimidade -Mudança na resolução de conflito familiar -Mudança no padrão de comunicação -Mudanças nos padrões de relacionamento	Melhora da correlação familiar e de entendimentos dos danos para trabalho no bloqueio psíquico.	2.1 Encaminhar para profissional psicólogo 2.2 Solicitar visita domiciliar de Agentes Comunitários 2.3 Realizar consultas de enfermagem

Fonte: Os Autores; Baseado em livros NANDA, NIC e NOC, 2020.

Dificuldades encontradas pela equipe de enfermagem no acolhimento da criança em que a família foi identificada como sendo o agressor.

O papel do enfermeiro ao realizar o acolhimento à vítima e efetuar as notificações necessárias é de grande relevância para que não aconteçam erros ou danos à proteção da vítima e seus familiares. A enfermagem precisa de métodos mais inclusivos e treinamentos, a fim de efetivar um melhor atendimento às crianças e adolescentes submetidos à violência sexual e que serão recebidos no sistema de saúde, desde as unidades básicas até as unidades de emergência hospitalar. Na atualidade, os profissionais

encontram dificuldades na efetivação da notificação em todo o território brasileiro; além disso, a ausência de respaldo da Unidade de Saúde da Família (USF) para com o profissional que realiza a notificação, gera insegurança e descrédito nas redes de acolhimento, pois estas encontram-se desarticuladas (SILVEIRA, 2020).

Os profissionais passam por dificuldades como a carência de capacitação e medo para atuar na prevenção e na notificação; despreparo em lidar com o abuso; a falta de apoio e sigilo do conselho tutelar; falta de empenho; desconhecimento; interferência de sentimentos entre o profissional e a vítima; a incerteza; medo do agressor; acompanhamento das vítimas e a sobrecarga de tarefas; não saber para onde encaminhar a vítima. Estas dificuldades provocam o abandono de protocolar as notificações compulsórias e a busca anônima das autoridades (COSTA, 2019).

Dos empecilhos que tornam a assistência falha, ressaltam-se a falta de conhecimento teórico sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) quanto ao fluxo e instrumentos de notificação, a carência de sensibilidade para identificar sinais de alerta e situações de risco como também o receio de retaliação por parte do agressor e até mesmo da família ou comunidade na qual o réu da notificação está inserido. Compreende-se que a enfermagem, enquanto uma prática social, deve se apropriar de máximo conhecimento sobre a temática em estudo e estabelecer no seu processo de trabalho a dimensão cuidadora na perspectiva do atendimento individual e coletivo, por meio da sua ação clínica, educacional e administrativa/gerencial, respondendo a uma dimensão plural de necessidades e demandas (SILVEIRA, 2020).

Os estudos apontam a falta de aprendizagem para lidar em situações de violência infantil, destacando uma visão evidenciada em sinais clínicos deixados pelo corpo após alguma agressão. Assim, deixa-se de avaliar o comportamento e o estado mental da vítima, originando uma falha no atendimento decorrente a ausência de informação para diagnosticar (RIBEIRO, 2019).

O enfermeiro precisa de um treinamento no serviço de atendimento à saúde, composto de aulas de capacitação e direcionamento especializado para o cuidado adequado de situações que sujeitam a vítima e a família. Lamentavelmente, muitas ocorrências não chegam ao conhecimento das equipes multiprofissionais, tornando difícil a intervenção (SILVEIRA, 2020).

Uma equipe de enfermagem pode perceber, documentar, abordar e acompanhar boa parte dos casos de violência infantil. E para isso, é necessário capacitação de forma continuada, para que possam se munir dos conhecimentos acerca da temática. Os direitos da criança e os aspectos legais que envolvem os procedimentos judiciais, são de suma importância para que atuem de uma forma mais compreensiva, evitando intervir unicamente sob o enfoque do atendimento clínico (LOPES, 2020).

É imprescindível que o profissional da saúde, especialmente o enfermeiro, tenha conhecimento e habilidades para a identificação da violência sexual contra crianças e adolescentes, a fim de ser capaz de determinar os planos de cuidados prioritários à vítima. Vários profissionais não se sentem treinados para esse tipo de acolhimento, o que provoca a carência de transmissão de segurança para a vítima, dificultando a conexão tanto com ela quanto com sua família. Sendo assim, é recomendado que toda equipe de enfermagem realize capacitação nesse sentido (SILVEIRA, 2020)

A dificuldade é saber que as autoridades competentes não dão o significativo suporte para minimizar esse drama social. É de grande valia a promoção de campanhas, projetos em escolas e reuniões de pais, no propósito de evidenciar os índices dessa violência e torná-la mais falada ao invés de omitir sua existência. No âmbito intrafamiliar, muitas vezes os próprios familiares que escondem a problemática de maus-tratos, tentando contornar a história a fim de proteger o agressor, até mesmo induzindo o psicológico da criança (RODRIGUES *et. al*, 2019)

Para desespero de muitos, não existe comunicação efetiva entre a organização de proteção à criança/adolescente em situação de violência, com a equipe de enfermagem da rede primária. A maioria se quer conhece o fluxograma de atendimento a casos suspeitos ou comprovados de violência sexual. Isso ocorre pois o fluxograma não é padronizado (SILVEIRA, 2020).

O silêncio do profissional é encarado pelo paciente como um novo método de violência, portanto, há necessidade de educar e treinar o profissional para que ele possa proporcionar uma melhor assistência àquele que depende de seus serviços. Neste sentido, nota-se a predominância de um atendimento profissional enfraquecido pela deficiência de análise e qualificação, o que contribui para quebrar a realidade familiar e comunitária. Desse modo, é indispensável que o enfermeiro esteja contextualizado com as ocorrências de abusos desde sua formação, uma vez que nos contatos com crianças ele se depara com essa realidade. É preciso que a ciência colabore para uma abordagem satisfatória da causa e do diagnóstico da violência sexual sofrida (SALGADO, 2018).

O papel do enfermeiro perante as medidas de proteção à criança.

Desde 1996, quando a OMS considerou a violência como um problema de saúde pública, o Brasil criou leis e políticas públicas no combate à violência a crianças e adolescentes. Também implementou a Norma de Vigilância de Violência e Acidentes (VIVA) e Serviços Sentinela, focados na vigilância e investigação por meio da notificação em ficha própria (Anexo-1) e a Linha de Cuidado para Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Violências. O enfermeiro deve estar

apto a cuidar da criança com apoio nas leis que os protegem, sendo imperativo o envolvimento dos serviços de saúde, das entidades de classe e das universidades (SILVEIRA, 2020).

As Políticas de proteção à criança e ao adolescente foram consolidadas no Brasil pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente -1990. No 5º artigo fica claro que “nenhuma criança ou adolescente será artifício de qualquer maneira de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, apenado na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, mirando também que é “dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (SALGADO, 2018).

Particularmente no Brasil, com o surgimento do ECA em 1990, a população passou a apresentar maior consciência em relação aos episódios de violência sexual. A repercussão disso é evidenciada no número de acusações recebidas pelo Disque 100, uma das ferramentas do governo que aceita o contato da população vítima e/ou denunciante com os aparelhos da rede de assistência. Fica evidente a importância do envio da notificação, em todos os casos comprovados ou suspeitos. Trata-se de um contexto urgente, onde as crianças e adolescentes estão em perigo. As ações públicas só aparecerão, em caso das notificações (SILVEIRA, 2020).

Portaria de nº 1.968, de 25 de outubro de 2001: Art. 1º Define-se que os responsáveis técnicos de todas as entidades de saúde integrantes ou participantes, a qualquer título, do Sistema Único de Saúde (SUS) terão que notificar, ao Conselho Tutelar da região, todo caso de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes, por elas atendidos. Art: 2º Definir que a notificação de que trata o Artigo 1º deverá ser feita mediante a aplicação de formulário próprio, constante do Anexo desta Portaria, observadas as instruções e cautelas nele indicadas para seu preenchimento. Parágrafo único. O formulário objeto deste Artigo deverá ser preenchido em duas vias, sendo a primeira encaminhada ao Conselho Tutelar e a segunda anexada à ficha de atendimento ou prontuário do paciente atendido, para os encaminhamentos necessários ao serviço (PIRES,2017; BRASIL, 2001).

Na maioria dos casos de agressão sexual crônico em crianças, estas são submetidas a práticas diferentes da penetração vaginal, anal ou oral, que não as sujeitam ao contato contaminante com o agressor. Nestes casos, a profilaxia não está preconizada, porém o ciclo de violência deve ser interrompido e o contexto deve ser avaliado e individualizado. No Quadro 2 está a profilaxia enfatizada para crianças.

Quadro 2- Cuidados profiláticos e tratamento para a violência sexual a criança. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Infecções Sexualmente Transmissíveis Relatório de Recomendação.

Profilaxia das ISTs Não Virais em Vítima de Violência Sexual			
IST	Medicação	Posologia	
Sífilis	Penicilina G benzatina	Adultos e adolescentes com mais de 45 kg, incluindo gestante	Criança e adolescentes com menos de 45g
Gonorreia	Ceftriaxona	2,4 milhões UI, IM, (1,2 milhão UI em cada região)	50 mil UI/Kg, IM, dose única (dose máxima total: 2,4 milhões UI)
Infecção por Clamídia	Azitromicina	500 mg, 2 comprimidos, VO, dose única	125 mg, IM, dose única
Tricomoniase	Secnidazol*	1g, 2 comprimidos VO, dose única (dose total 2g)	15 mg/Kg/dia, divididos em 3 doses/dia, por 7 dias (dose diária máxima 2g)

Fonte: BRASIL, 2018.

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) tem como foco trabalhar alternativas de proteção e junto à enfermagem praticar a prevenção, promoção e reabilitação da saúde. Por isso, é de suma importância que Unidade de Saúde (US) realize de forma mensal turmas de espera, reuniões e palestras na clínica e em escolas de seu campo adstrito, visando o autocuidado e também o cuidado coletivo, amenizando impactos no futuro dessa população (FASSARELLA *et. al*, 2020).

O enfermeiro tem que trabalhar com a equipe multidisciplinar na promoção de encontros com o grupo, fornecendo debates com familiares em uma tentativa de conscientização e combate à agressão ao menor e adolescente (COSTA *et al.*, 2020).

Estratégias para realizar o treinamento com a equipe e a prevenção e promoção na ESF

Os profissionais de enfermagem tendem a passar mais tempo com as crianças e seus familiares, assumindo um espaço para identificar os sinais de agressão e prevenir ou reduzir maiores consequências na evolução dos indivíduos. O atendimento especializado beneficia as crianças, adolescentes e familiares em situações de violência sexual, mas ainda há questões, tanto na área da saúde como na área social, de máximos investimentos, reestruturação e qualificação. Os destaques encontrados mostram que há uma grande necessidade de qualificação profissional para que haja melhor atuação no contexto da violência sexual (SILVERA, 2020).

É de extrema importância que o enfermeiro seja calmo, hábil e de raciocínio rápido, adequando-se repentinamente a cada caso que se apresente a ele. O enfermeiro deve estar pronto para o enfrentamento de alternâncias emergentes, carecendo, para isso, de entendimento científico e capacidade clínica (PIRES; FILHO, 2017).

O Ministério da Saúde preconiza as seguintes orientações técnicas para o cuidado da violência e abuso sexual: Enaltecer nas famílias a importância de avaliar a criança e o adolescente; Enriquecer os recursos de comunicação das famílias apontando disciplinar sem violência; Garantir o direito a singularidade e personalidade de cada família e de cada vítima; Oferecer suporte e orientação para que a vítima possa compreender mais diretamente o processo que está vivendo; Confirmar que você absorveu o que ela quis dizer, de modo simples também; Analisar, junto a equipe multidisciplinar, quais as soluções possíveis; Refletir, junto com a equipe multiprofissional, em qual andamento (durante o atendimento) deve-se avisar ao Conselho Tutelar e avisar a vítima sobre o que será feito (SILVEIRA, 2020).

O processo de acolhimento é muito importante para a assimilação da violência e a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). A SAE divide-se em fases, as quais, atingidas de forma articulada, permitem a realização do cuidado de configuração científica e integral. São elas: o histórico de enfermagem, que resulta em entrevista e exame físico; o diagnóstico de enfermagem, o qual harmoniza a seleção das intervenções de enfermagem visando ao alcance dos efeitos pelos quais o enfermeiro é responsável; a prescrição de enfermagem, a qual irá classificar a ação da equipe de enfermagem na execução dos cuidados adequados a recepção das necessidades da criança e familiar/responsável; e a evolução de enfermagem, em que o mesmo avalia as respostas do paciente e analisa se as metas e os objetivos foram atingidos (CARMO, 2016).

Um método garantido é a escuta qualificada, oferecendo suporte e direção para que a vítima possa compreender mais inteiramente o que está

vivenciando. Essa técnica inclui ouvir atentamente a vítima, sem interrupções, fazendo com que ela compreenda que está ali exclusivamente para ouvi-la, não pressionar a vítima ou familiares, deixar que a criança/adolescente se expresse com suas próprias palavras, acatar o ritmo da vítima, utilizar linguagem simples para que a criança/adolescente entenda o que lhe está sendo explanado, confirmar que você entendeu o que ela quis dizer, expressar apoio e solidariedade por meio de contato físico, apenas se ela/ele assim o permitir, traduzir para a vítima o que será feito a seguir, quais procedimentos serão necessários e sempre ressaltar que ela/ele estará protegida (o) (SILVEIRA, 2020).

A violência sexual infantil é um problema de saúde, visto que esta ocorrência poderá causar sérios riscos para a condição emocional, físico e psicológico da criança, gerando efeitos irreparáveis. Por se tratar de um assunto delicado, pois envolve justiça, paciente, agressor e família, é complexa a identificação desses acontecimentos, no entanto, quando o caso aborda ao ambiente da saúde profissional, é dever do enfermeiro fazer uma notificação e transmitir documentos informativos para os demais profissionais de saúde, visando um melhor acolhimento. Tais profissionais que realizam atividades nas unidades, necessitam obter além do treinamento específico, uma educação constante inclinada ao autoconhecimento que requer deles o mínimo de seus próprios sentimentos e conhecimento de limites e suas possibilidades, se atentar aos sinais característicos (TEIXEIRA, 2019).

A identificação dos casos de violência contra a criança e adolescente é um processo que necessita das habilidades dos profissionais de saúde, portanto, é imprescindível que fiquem atentos e saibam reconhecer sinais e comportamentos incriminados. Também se faz de suma importância que se saiba enfrentar o problema de forma coerente, tomando uma postura profissional e de responsabilidade social, objetivando dividir o mesmo interesse da sociedade em acabar com a violência à criança e ao adolescente. Se capacitados, os profissionais terão condições de identificar famílias em perigo e elaborar estratégias para acompanhá-las, promovendo meios para que o ato de violência não se efetive (SILVEIRA, 2020).

Algumas características vinculadas ao acolhimento eficaz são: tratar o cliente com respeito e atenção, oferecer escuta e acolhimento humanizado, proporcionar privacidade, não emitir juízo de importância e garantia do sigilo das informações. Na hora do atendimento o profissional necessita estar atento às lesões apresentadas, pois o diagnóstico da agressão pode ser confundido com outras patologias orgânicas, como síndrome hemorrágica, infecção de pele e urina, trauma acidental, confusão de conduta e personalidade, demência e outros (CARMO, 2016).

Na perspectiva do cuidado holístico, percebe-se que a equipe de enfermagem, ainda do primeiro impacto ao receber a criança vítima de violência sexual, precisa controlar suas emoções e sentimentos para poder transmitir segurança e certeza para a criança. Devem observar o

comportamento dos familiares que seguem a vítima (SILVEIRA, 2020).

O medo é um dos principais agravos para interrupções das denúncias, perante isso, outras intervenções devem ocorrer, estabelecendo acesso para o atendimento como um todo. Se faz necessário que a rede multidisciplinar existente atue em conjunto, integrando a equipe de saúde às outras áreas cabíveis no propósito de garantir suporte adequado à criança (PIRES; FILHO, 2017).

A família, assim como os profissionais de saúde, deve conhecer e distinguir os indicadores apresentados pelas crianças e adolescentes que sofrem violência sexual. Geralmente esses indicadores são manifestados através de: Falta de confiança em adultos; Comportamento arreadio; Comportamento sexual impróprio para a faixa etária; Fugas; Regressão para fases precedentes do desenvolvimento; Recreação sexual agressiva; Constrangimento excessivo; Conhecimento de situação de abuso; Idealização/tentativa de autoextermínio; Idealização/prova de autoagressão (SILVEIRA, 2020).

Diante da suspeita de violência sexual, pode ser feito pelo enfermeiro ou sua equipe esses questionamentos para ajudar no atendimento: A lesão está de acordo com o que está sendo relatado? Ela verdadeiramente pode ter ocorrido desta forma? A relação temporal está certa, comparada com a lesão? Poderia ter sido provocado por violência proposital? A postura da família está adequada com a gravidade do acontecido? Existiu retardo na busca por auxílio? Existem dados contraditórios na vida da lesão? Existe história anterior semelhante? (CARMO, 2016).

O trabalho de educação continuada é importante para além dos documentos sobre prevalência, pois envolve o conjunto da violência sexual infanto-juvenil e sua abordagem, otimizando discussões sobre a extensão de fatores subjetivos na tomada de decisão, como preconceitos, assunto de gênero e crenças prévias dos profissionais. Nesses termos, ressalta-se complexidade envolvida no processo de a tomada de decisão dos profissionais em circunstância de violência sexual infanto-juvenil, já que o mesmo é uma pessoa em andamento, inserida em um contexto que influencia e pelo qual é influenciado (SILVERA, 2020).

É preciso enfrentar o problema de forma coerente, adotando uma atitude profissional de responsabilidade social, objetivando compartilhar o mesmo empenho da sociedade em acabar com a violência contra a criança. Se capacitados, os profissionais terão condições de identificar famílias de risco e elaborar estratégias para acompanhá-las, promovendo meios para que o ato de violência não se consolide (FREITAS et. al, 2019)

Em todos os casos de violência sexual infantil, é imprescindível que os profissionais envolvidos, em específico o enfermeiro por estar mais tempo com a vítima, estejam qualificados para o manejo clínico e psicológico, amparados pelo conhecimento da legislação específica. Para isso, é necessário sensibilidade, disponibilidade e experiência (TEIXEIRA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir através desta pesquisa que o abuso sexual infantil, conforme já explanado, causa rigorosas consequências na vítima podendo afetar o seu crescimento e desenvolvimento pessoal e social. Trata-se de uma realidade mais recorrente do que se idealiza, entretanto não há um preparo equivalente à sua seriedade por parte dos profissionais de saúde e da sociedade de maneira geral. De acordo com o presente trabalho, percebeu-se o enfoque da figura do enfermeiro dentro deste contexto, especialmente no que tange ao combate e a prevenção do abuso. Demonstrou-se sua importância dentre os profissionais da saúde, já que entre suas funções destacam-se a de acolher, identificar, intervir e denunciar, além de prestar assistência à vítima e a sua respectiva família.

Percebemos também que a identificação do abuso sexual se dá por execução da anamnese e exame físico, onde se coletam os dados indispensáveis para que o enfermeiro embase o infortúnio. Diante da presente situação, o enfermeiro além de contar com a suas competências acadêmicas deve estar abastecido de habilidades para passar confiabilidade e criar um vínculo mais intenso com a vítima, pois os casos de abuso infantil exigem um pacto de silêncio e cuidado ao se comunicar e ouvir as partes envolvidas.

Exaltamos a nítida importância da qualificação do enfermeiro, não somente no âmbito acadêmico, mas também na esfera emocional e psicológica frente a estes casos, já que há comoção dos profissionais envolvidos por se tratar de seres incapazes e por vezes indefesos. Dessa forma, é necessário que a equipe desenvolva um trabalho humanizado e reconheça a necessidade de se preparar melhor para esta triste realidade.

Assim podemos afirmar que a redução dos abusos está também diretamente ligada a capacidade do enfermeiro e demais profissionais, sendo essencial a presença de instrumentos e diretrizes claras para que se possa combater de forma eficiente esse crime. Conclui-se que esse é um grande desafio dentro da vida profissional do enfermeiro, pois sua proporção é ainda muito maior dentro da sociedade que precisa quebrar tabus e conscientizar-se que o abuso sexual infantil é real, acontece onde menos se espera e tem consequências devastadoras, muitas vezes irreparáveis e eternas.

Ao se encarar a amplitude dessa infeliz realidade abre-se uma porta para mudá-la, possibilitando a criação de novos meios, instrumentos, condutas e políticas que simulem um verdadeiro impacto nos dados referentes a estes abusos. Esses métodos são necessários, pois apenas boas intenções não são suficientes para garantir o presente e o futuro que os menores atingidos merecem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Denúncias de Violência Contra Crianças e Adolescentes Caem 12% no Brasil Durante a Pandemia**. Denúncias de violência contra crianças e adolescentes caem 12% no Brasil durante a pandemia. G1. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/10/denuncias-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-caem-12percent-no-brasil-durante-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 16 jun. 2021. (A).

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministério. **Portaria nº 1.968, de 25 de outubro de 2001**. Brasília, 2001. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt1968_25_10_2001_r ep.html. Acesso em: 13 Mar. 2021. (B).

CAMPOS, A.C.F; ROCHA, V.R.L; MENDES, M.C, 2019, Percepções dos Profissionais do Pronto Socorro de um Hospital Público Sobre o Atendimento a Criança e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual, **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, ONLINE, 2019. Disponível em: <<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1514/1478>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CARMO, L.P. **violência sexual**: atuação do enfermeiro no atendimento à criança e ao adolescente, FAEMA, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.faema.edu.br/bitstream.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

COUTINHO MT *et al.*, Considerações frente a violência infantil e as ações do enfermeiro: um ensaio da literatura, **SCIELO**, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6712/6578>. Acesso em: 15 jan. 2021.

COSTA, L.G; COSTA, V.S; SILVA, N.M; FREITAS, F.M. Considerações frente a violência infantil e as ações do enfermeiro: um ensaio da Literatura, UCB, Brasil, 2020 (View of Considerations regarding child violence and nurses' actions: an essay of the literature). **Rsdjournal.org**. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6712/6578>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

COSTA, N.C. **Atuação do Enfermeiro Frente a Criança e Adolescentes Vitimizados a Violência Sexual**. centro universitário de goiás uni-anhanguera curso de enfermagem atuação do enfermeiro frente a crianças e adolescentes vitimizados a violência sexual natália carvalho de costa goiânia. 2019. Disponível em: <<http://repositorio.anhanguera.edu.br:8080/bitstream/123456789/183/1/TCC%20-%20Natha%cc%81lia%20-%20Final.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

adolescentes no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 487–496, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VVYZWH4qZc7ynkCpMNwczhv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 de jul. 2021.

MENEZES FM; GONÇALVES HS, **Estupro nas relações de intimidade: uma violência invisível**, UFRJ, 2019. Disponível em: <http://alternativas.me/attachments/article/191/3.%20Estupro%20nas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20intimidade.pdf>. Acesso em: 21 de Jan. 2021

OLIVEIRA, K.V.B. A subnotificação enquanto característica marcante do estupro no contexto brasileiro, **Revista de Filosofia do Direito**, do Estado e da Sociedade, 2019. Disponível em: <http://revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/400/458>. Acesso em: 16 de fev. 2021.

PIRES A.C; FILHO E.C.O; **Papel do Enfermeiro Frente ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**, GOOGLE ACADEMICO PDF, UNICEUB, BRASILIA – DF, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/11756/1/21707060.pdf>. Acesso em: 14 de abr. 2021.

RIBEIRO, M.G. **Violência Sexual e Adesão ao Protocolo de Atendimento de um Hospital do Sul do Brasil**, Universidade do Sul de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, 2019. [s.l.]: , [s.d.]. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/8741/Disserta%20a7%20a3o%20Maria%20Gabrielle%20Ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

RODRIGUES et. Al. **Assistência de enfermagem à criança vítima de violência sexual**: relato de experiência, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/artic/e/view/88/70>. Acesso em: 23 de mai. 2021.

SALGADO, I.T. **Abuso Sexual Infantil**: Consequências para Saúde Mental de Crianças e Adolescentes, Google acadêmico, 2018. Disponível em: <http://45.4.96.19/bitstream/aee/1134/1/ABUSO%20SEXUAL%20INFANTIL-%20CONSEQU%20PARA%20SAUDE%20MENTAL%20DE%20CRIAN%20AS%20ADOLESCENTES.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2021.

SILVEIRA, M.D. **Revisão de literatura sobre a atuação da enfermagem na identificação e no combate aos danos causados pela violência sexual contra a criança e o adolescente**; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DEPARTAMENTO DE

ENFERMAGEM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/220252/Manuela%20Dara%20da%20Silveira._Finalizado-convertido%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 de abr. 2021

SO, KNS; EGRY, EY; APOSTÓLICO, MR; *et al.* Vídeos institucionais podem contribuir ao debate para o enfrentamento da violência doméstica infantil? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2347–2356, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/KSxjvXmjTrqWvkXH9Grc7JP/abstract/?lang=p>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SOUZA, A.L.M; MELLO, S.P.M.P; PAZÓ, C.G. **A Pós-vitimização nos casos de estupro**: As Consequências de Utilização da Teoria da Vítima Provocadora na Vitimodogmática [s.l.]: , [s.d.], REVISTA JurES - v.8, n.17, 2016. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/juresvitoria/article/viewFile/6318/47965453>>. Acesso em: 06 de jun. 2021.

TEIXEIRA, S.O, **Atuação de Enfermagem Frente ao Abuso de Crianças e Adolescentes**: PESQUISA INTEGRATIVA, REVISTA EFERMAGEM PDF, UNICEPLAC, BRASILIA – DF, 2019. Disponível em: https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/317/1/Shirmiara_Teixeira_003424.pdf. Acesso em: 02 de mar. 2021.

ANEXO 1

ANEXO- Ficha de Notificação



República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde
Secretaria de Vigilância em Saúde

FICHA DE NOTIFICAÇÃO/ INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

VIOLENCIA DOMESTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLENCIAS INTERPESSOAIS

Nº

Definição de caso: Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e autoridades competentes (Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente e Ministério Público da localidade), de acordo com o art. 13 da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta ficha atende ao Decreto-Lei nº 5.099 de 03/06/2004, que regulamenta a Lei nº 10.778/2003, que institui o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e o artigo 19 da Lei nº 10.741/2003 que prevê que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra idoso são de notificação obrigatória.

Dados Gerais	1 Data da Notificação	2 UF	3 Município de Notificação	Código (IBGE)
	4 Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora)			Código (CNES)
Dados da Pessoa Atendida	5 Data da Ocorrência do Evento	6 Hora da ocorrência (0 - 24 horas)		
	7 Nome	8 Data de Nascimento		
	9 Idade	10 Sexo	11 Gestante	
	12 Cor	13 Escolaridade	14 Ocupação	
	15 Situação conjugal	16 Relações sexuais		
	17 Possui algum tipo de deficiência?	18 Número do Cartão SUS		
	19 Nome da mãe		20 UF	
	21 Município de residência		22 Bairro de residência	
	23 Logradouro (rua, avenida,...)		24 Número	
	25 Complemento (apto., casa, ...)		26 Ponto de Referência	
Dados da Residência	27 CEP		28 (DDD) Telefone	
	29 Zona		30 País (se residente fora do Brasil)	
	31 Local de ocorrência		32 UF	
	33 Município de Ocorrência		34 Bairro de ocorrência	
	35 Logradouro de ocorrência (rua, avenida,...)		36 Número	
	37 Complemento (apto., casa, ...)		38 Zona de ocorrência	
	39 Ocorreu outras vezes?		40 A lesão foi autoprovocada?	
	41 Meio de agressão		42 Tipo de violências	
	43 Arma de fogo		44 Negligência/ Abandono	

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais

SVS 28/06/2006

Violência Sexual	43 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2 - Não 3 - Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Assédio sexual <input type="checkbox"/> Pornografia infantil <input type="checkbox"/> Estupro <input type="checkbox"/> Exploração sexual <input type="checkbox"/> Atentado violento ao pudor <input type="checkbox"/> Outros _____		44 Se ocorreu penetração, qual o tipo? 1- Sim 2 - Não 3 - Não se aplica 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Oral <input type="checkbox"/> Anal <input type="checkbox"/> Vaginal	
Dados do provável autor da agressão	45 Número de envolvidos <input type="checkbox"/> 1 - Um 2 - Dois ou mais 9 - Ignorado	46 Relação com a pessoa atendida 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Pai <input type="checkbox"/> Ex-Cônjuge <input type="checkbox"/> Cuidador <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Namorado(a) <input type="checkbox"/> Patrão/chefe <input type="checkbox"/> Padrasto <input type="checkbox"/> Ex-Namorado(a) <input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional <input type="checkbox"/> Madrasta <input type="checkbox"/> Amigos/conhecidos <input type="checkbox"/> Cônjuge <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Outros _____	47 Sexo do provável autor da agressão <input type="checkbox"/> 1 - Masculino 2 - Feminino 3 - Ambos os sexos 9 - Ignorado	48 Suspeita de uso de álcool <input type="checkbox"/> 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado
Em caso de violência sexual	49 Consequências da ocorrência detectadas no momento da notificação 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Aborto <input type="checkbox"/> Gravidez <input type="checkbox"/> DST <input type="checkbox"/> Tentativa de suicídio <input type="checkbox"/> Outros _____			
	50 Procedimento indicado 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Profilaxia DST <input type="checkbox"/> Coleta de sangue <input type="checkbox"/> Contracepção de emergência <input type="checkbox"/> Profilaxia HIV <input type="checkbox"/> Coleta de sêmen <input type="checkbox"/> Comunicação de Acidente de Trabalho <input type="checkbox"/> Profilaxia Hepatite B <input type="checkbox"/> Coleta de secreção vaginal <input type="checkbox"/> Aborto previsto em lei			
Evolução e encaminhamento	51 Evolução do Caso 1 - Alta 2 - Encaminhamento ambulatorial 3 - Encaminhamento hospitalar 4 - Evasão / Fuga 5 - Óbito pela agressão 6 - Óbito por outras causas 9 - Ignorado		52 Se óbito pela agressão, data _____	
	53 Encaminhamento da pessoa atendida para outros setores 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado <input type="checkbox"/> Conselho tutelar (criança/adolescente) <input type="checkbox"/> Delegacia Especializada da Mulher <input type="checkbox"/> Centro de Referência da Assistência Social/CRAS <input type="checkbox"/> Vara da infância / juventude <input type="checkbox"/> Delegacia de Prot. da Criança e do Adolescente <input type="checkbox"/> Casa de proteção / abrigo <input type="checkbox"/> Outras delegacias <input type="checkbox"/> IML <input type="checkbox"/> Programa Sentinela <input type="checkbox"/> Ministério Público <input type="checkbox"/> Outros _____			
	54 Circunstância da lesão (confirmada) CID 10 _____	55 Classificação final 1 - Suspeito 2 - Confirmado 3 - Descartado		
Informações complementares e observações				
TELEFONES ÚTEIS				
Disque-Saúde 0800 61 1997		Central de Atendimento à Mulher 180		Disque-Denúncia - Exploração sexual a crianças e adolescentes 100
Notificador	Município/Unidade de Saúde		Cód. da Unid. de Saúde/CNES	
	Nome		Assinatura	
	Função			

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais

SVS 28/06/2006

Roberto Leite

Universidade Potiguar

Marisete Maria Welter

Doutora em Psicologia pela Universidade de Kaiserslautern, Alemanha
Psicóloga Instituto Nostrum de Psicologia e pesquisadora associada do Programa de
Pós-graduação em Psicologia Cognitiva e do Desenvolvimento no Centro de Ciências
Cognitivas da Universidade de Kaiserslautern, na Alemanha

Laís Karla da Silva Barreto

Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É
editora da revista Connexio. Pesquisas em Comunicação Organizacional, Mídias digitais,
Linguagens e Educação.

RESUMO

O objetivo deste ensaio é revisar a literatura disponível com foco em gestão para encontrar as quatro variáveis determinantes para que o revendedor de combustíveis possa desenvolver em seu negócio tornando-o mais competitivo e moderno. Realizou-se uma revisão bibliográfica recente utilizando estudos publicados entre 2012 a 2020, foram pesquisados artigos publicados em língua portuguesa, usando bases de dados como Scielo, Capes, Science Direct, Ebsco, Repositório Edunp, e BVS, assim como também sites especializados no mercado de revenda de combustíveis de língua portuguesa. Essa busca eletrônica foi feita em julho de 2020. Os principais resultados encontrados foram gestão do conhecimento, inovação, desenvolvimento de novos produtos e gestão de pessoas por serem os quatro atributos de gestão mais relevantes para o negócio da revenda de combustíveis do século 21. Este artigo contribui para a literatura voltada a gestão de postos de combustíveis trazendo aspectos de gerenciamento organizacional e direcionamentos estratégicos para o debate da melhor forma de se preparar um revendedor de combustíveis para a concorrência acirrada e as mudanças constantes nos aspectos de consumo. Este estudo trouxe, para a literatura do mercado de combustíveis, contribuições inéditas na identificação dos pontos estratégicos de gestão de forma direcionada ao setor.

Palavras-chave: postos de combustíveis, revendedor 4.0, mercado de combustíveis, posto de gasolina, revenda de combustíveis.

INTRODUÇÃO

Inovação é a palavra de ordem desde quando a indústria tomava seus primeiros passos ainda na primeira revolução industrial (DATHEIN, 2003). O mundo está em veloz e continua mudança nas relações comerciais. As modificações são visíveis nas relações entre consumidor e empresas, nas formas de comprar, nas formas de produção, logística e vendas. Um levantamento feito pelo Google Brasil mostra que no ano de 2019 as compras *on line*, no *black friday*, devem igualar as compras físicas pela primeira vez na história no Brasil (Uninter, 2019). A indústria está cada dia mais, avançando em seus métodos de produção com a utilização da Inteligência Artificial (IA) e trazendo inúmeros benefícios para a produtividade, transformando a forma de produzir e tornando-a “mais eficiente, mais flexível e mais confiável” (Siemens, 2019). A forma de comprar, de produzir, de vender e transportar estão se transformando e a questão é: O empresário, conhecido como revendedor no mercado de combustível, está acompanhando essa transformação?

O mercado de revenda de combustível sofreu recentemente diversas mudanças decorrentes das políticas do setor de combustíveis implementadas pelo governo que trouxeram incertezas e movimentaram o setor de forma impactante. A principal mudança foi a política de preços flutuantes adotada pela Petrobras, empresa controladora do monopólio do refino de gasolina no Brasil (Slatter & Nogueira, 2019). Essa nova política de variação de preço de compra nas refinarias caiu no mercado revendedor de combustíveis como de paraquedas devido a decisões políticas que, de forma acertada, equipararam os preços de combustíveis nacionais as cotações internacionais.

O setor da revenda de combustíveis não estava preparado e parece não estar atento as mudanças e muitos postos revendedores ainda não estão aptos a lidar com essa flutuação dos preços de compra. Um fator atípico do mercado de combustíveis foi aumento da quantidade de postos revendedores sem contrato de fidelidade com distribuidores de combustíveis que são chamados contratos de bandeira e isso influenciou nesse processo conturbado de gestão sobre como agir em relação a essa alteração volátil nos preços de compras e se adaptar ao mercado atual.

Segundo Carvalho:

De acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2016, 41,1% dos postos estavam trabalhando

desembandeirados. Hoje, 48% dos mais de 40 mil postos brasileiros estão desvinculados de uma distribuidora específica, e essa movimentação tem um motivo: em um ambiente volátil e incerto, é preciso ter flexibilidade para se tornar mais competitivo (Carvalho, 2019, p. 1).

O baixo índice de competitividade é expresso por diversos fatores tais como a falta de gestão mercadológica, contratos mal negociados com fornecedores, desconhecimento de políticas fiscais concernentes ao setor, controle das variáveis de custos e formação do preço de venda. Importante ressaltar que os fatores de competitividade nem sempre são descritos e fixados em contratos com fornecedores, eles estão conectados com variações na economia, aparecimento de mais concorrentes, abundância ou escassez de produtos, poder de compra dos clientes entre outros (Porter, 1992).

O mercado de revenda de combustíveis está acostumado com uma política de preços estagnada com reajustes anuais, assim como adotada pelos governos em anos anteriores (Gazeta do Povo, 2018) e com isso falta planejamento, orçamento, previsibilidade e uma gestão de negócios mais profissional e engajada. Os revendedores do mercado de combustíveis se acostumaram com o padrão de estabilidade existente no setor e não dispuseram uma agenda de inovação da sua gestão. Falta estratégia ao setor de revenda de combustíveis.

A visão estratégica está diretamente ligada a revolução da indústria 4.0 (Fundação Instituto de Administração, 2019), sem ela não tem como entrar nessa seara de inovações onde os conceitos de gestão são questionados, modificados e adaptados para atender o mais exigente consumidor já visto na história mundial. Nas vendas de combustíveis é comum, principalmente em algumas cidades de interior dos estados, o revendedor “bodegueiro”. Essa palavra é comumente usada pelos operadores do setor de combustíveis e remete ao comerciante que vende seus produtos através de uma bodega, onde os produtos são expostos de forma bagunçada, não existe uma organização, também representa o indivíduo desleixado (Dicionário Online de Português, 2019). Essa expressão é apresentada neste estudo para representar o revendedor de postos de combustíveis que controla seu negócio de forma arcaica, sem processos e uso correto das tecnologias disponíveis no mercado.

Este artigo busca definir os pontos fundamentais que sustentam uma gestão inovadora e que possam ajudar o revendedor de postos de combustíveis a ultrapassar as dificuldades mercadológicas, que hoje são vivenciadas e fazem parte do objeto de estudo proposto. O mundo passa por uma grande mudança com pressões por competitividade e sustentabilidade alterando a forma de concorrer das empresas entre si (Magalhães & Vendramini, 2018). O desenvolvimento da revolução industrial 4.0 trouxe consigo inovações tecnológicas nos sistemas de informações, comunicações e gestão que geram oportunidades de novas aplicações nas mais variadas áreas (Couto, 2018). Inovações, essas, que inclusive já se encontram disponíveis para o mercado de revenda de combustíveis. As empresas que não utilizarem as ferramentas de inovações podem se afastar e perder espaço para novos empreendimentos. Soma-se a isso, também, a alta qualificação do consumidor que tem exigido mais e, com grande conhecimento, está selecionando melhor seus fornecedores.

Os postos de revenda de combustíveis vivem um momento peculiar e de muitas mudanças no setor e, portanto, a adaptação dos gestores a essas mudanças, pode definir o sucesso ou fracasso da organização. Desta forma, para se manter neste mercado competitivo, o revendedor de combustíveis, precisa agregar valor ao negócio adaptando-se a esse novo mercado e modo de gestão denominado por esse estudo de: revendedor 4.0. Portanto, este estudo tem o propósito de entender os principais aspectos e atributos que os revendedores de combustíveis automotivos precisam desenvolver em seus negócios, para que consigam se sobressair às mudanças mercadológicas. Servindo, assim, como fonte de conhecimento e orientação guiando os revendedores de combustíveis em sua busca de aprimoramento por uma gestão mais eficiente e eficaz, que os leve a superar os seus concorrentes e os desafios do mercado atual.

Visando atingir este objetivo, este estudo, apresenta de uma revisão bibliográfica, realizada em julho de 2020, utilizando uma abordagem qualitativa e considerando estudos publicados entre 2012 a 2020. O primordial objetivo desta metodologia é proporcionar um apanhado do conhecimento atualizado produzido sobre o tema realizado no Brasil. Para a busca eletrônica foram utilizados os seguintes bancos de dados: Scielo, Capes, Science Direct, Ebsco, Repositório Edunp, e BVS, assim como também sites especializados no mercado de revenda de combustíveis de língua portuguesa.

Ensaio Teórico

A revolução 4.0, hoje utilizada em diversos setores como marketing, serviços e indústria, são desconhecidos no setor de revenda e quase inexistente na maioria da cadeia que atende esse mercado, até mesmo por que é tudo muito recente (IPB, 2018). A gestão baseada no modelo 4.0 exige alguns pontos importantes a serem considerados na gestão do negócio para que o posto de combustível possa entrar nessa nova era.

O mercado de combustíveis tem sofrido diversas mudanças nos últimos 30 anos. Como explicado por D'Oliveira:

A composição do preço da gasolina ao consumidor brasileiro passou por inúmeras mudanças no passar dos anos. Até meados de 1990 o Estado brasileiro interferia na distribuição e revenda de combustíveis automotivos, controlando os preços, margens de comercialização e fretes. Contudo, iniciou-se o processo de liberação de preços em toda a cadeia produtiva do petróleo (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2016). Assim, em 1996 houve a liberação dos preços de gasolina automotiva e etanol hidratado combustível nas unidades de comércio atacadista e varejista, bem como das margens de comercialização dos postos revendedores e das distribuidoras nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Já em 1997 foi feita a publicação da Lei do Petróleo (Lei nº 9.478/97), que criou a Agência Nacional do Petróleo (ANP), cuja função, atualmente, é regularizar o mercado de combustível do Brasil; além disso, ela permitiu que entrasse em vigor um novo modelo, deixando de existir o monopólio do setor petróleo, até então exercido pela Petrobras S.A, e tornando aberto o mercado de combustíveis no país (BRASIL, 1997) (D'Oliveira, 2017, p. 7).

A partir de 2002 o mercado foi aberto para importações como forma de tentar melhorar sua competitividade e trazer mais opções nessa cadeia logística de abastecimento (D'Oliveira, 2017). No momento de hoje as

diversas alterações mercadológicas são feitas por influência política e proporcionadas pela principal produtora e refinadora de petróleo do Brasil, a Petróleo Brasil S/A, mais conhecida como Petrobras (Polito, 2019). Esse mercado, que antes era de certa forma estável e previsível, criou uma cultura bodegueira no trato com o negócio de postos de gasolina, transformando a relação comercial no simples ato de compra e venda como se nada mais fosse necessário. Com o crescimento do setor refletido no aumento de postos de combustíveis, mais qualificação do consumidor e assim aumento da competitividade do setor o revendedor precisa desenvolver características inovadoras na gestão de seu negócio.

Segundo Magalhães e Vendramini:

Embora a adoção de tecnologias digitais esteja ainda em ritmo lento, há oportunidades para o país. Para aproveitá-las, são necessárias mudanças nos sistemas de gestão. Inovação e sustentabilidade devem estar integradas em processos como os de gestão de risco, desenvolvimento de produtos, gestão de fornecedores e desenvolvimento de pessoas (Magalhães & Vendramini, 2018, p. 43).

Observa-se quatro pontos importantes que os revendedores de postos de combustíveis precisam desenvolver para se adaptar a alta competitividade que já bate à porta do mercado de varejo de combustíveis: (1) Mudar os sistemas de gestão ou gestão do conhecimento; (2) Melhorar a inovação, sustentabilidade e gestão de riscos; (3) Desenvolvimento, prospecção e foco em produtos novos; e (4) Gestão de fornecedores e desenvolvimento de pessoas (Magalhães & Vendramini, 2018). Essas quatro variáveis podem diferenciar e trazer o revendedor bodegueiro para o século XXI onde a IA (Inteligência Artificial) será cada vez mais um diferencial para o mercado de varejo.

Para desenvolver melhor o estudo este artigo vai abordar essas quatro variáveis, citadas no parágrafo anterior, que são pontos fundamentais no processo de desenvolvimento de gestão do negócio que são indispensáveis para que o revendedor de combustíveis possa se tornar um revendedor de combustíveis 4.0 e possa entrar no mercado de combustíveis do século 21.

Gestão do conhecimento

Gerenciar uma empresa depende de muitas formas de controle de gestão em várias frentes necessárias para o comando direcionado do empreendimento. Os setores financeiro, comercial, fiscal/tributário e logística são os principais pontos que devem ser gerenciados de forma equilibrada em uma empresa de varejo. O conhecimento deve ser utilizado como um recurso essencial para que a empresa tenha uma vantagem competitiva sustentável, por isso a empresa deve adotar práticas de controle que antecipem os desafios do mercado (Contreras-Pacheco, 2018). Esses desafios devem ser mensurados e acompanhados via sistemas eficientes de gestão.

A gestão do conhecimento abrange o cuidado da organização em alinhar os pontos fundamentais que gerem o negócio focando nos objetivos estratégicos identificando, desenvolvendo, capturando e disseminando conhecimento útil e ao utilizar as ferramentas tecnológicas de informação gerando o aperfeiçoamento de gestão do negócio (Aires, Moreira, & Freire, 2018). Nesse aspecto é imprescindível que a revenda de combustíveis utilize seus sistemas de gestão para agregar valor à sua organização.

O processo de agregar valor à empresa tende a propiciar maior e melhor capacidade competitiva ao negócio. Buscar os mecanismos e ferramentas importantes para desencadear esse processo de mudança de gestão do conhecimento faz parte do caminho árduo de modernização da gestão (Abreu, 2018). Este ponto não está passível de negociação, o revendedor de combustíveis que quiser permanecer neste mercado competitivo tem que agregar valor ao negócio. Atender as expectativas do cliente é a mola principal dessa nova engrenagem na administração dos negócios. O posto de combustível precisa interagir de forma coordenada, unindo os setores de forma gerenciada, buscando soluções e atendimento diferenciado ao principal chefe da empresa: o cliente (Gonçalves, 2019). O mercado da revenda precisa sair do século XX.

Inovação

Nesse mercado de competitividade tão acirrada a inovação é um dos atributos do revendedor 4.0 em seu modelo de gestão que mais será exigido durante o processo de ultrapassar a sua concorrência. A importância do resultado do varejo vem crescendo e se tornando um ponto importante do PIB brasileiro, fazendo com que o tema gestão da inovação seja um ponto fundamental na forma de conseguir maior competitividade frente aos concorrentes (Araújo, Ferreira, Lisboa, & Gagliardi, 2017). É preciso aceitar essa mudança no micro e macro ambiente, com a chegada de novos concorrentes, novas ferramentas e novas formas de se conectar com o cliente.

A inovação através de uma inteligência competitiva mais direcionada ao foco do negócio pode então, aliada com as estratégias adotadas pelos tomadores de decisão da empresa, promover a eficiência dos processos do negócio tornando assim a organização mais competitiva (Abreu, 2018). Tem que fazer o novo diferente para se destacar num mercado em que todos os seus concorrentes vendem o mesmo produto. Segundo Araújo *et al* (2017, p. 2):

“Entende-se a gestão da inovação como um tipo de gestão que impulsiona o crescimento e desenvolvimento das empresas. É por meio dela que é possível encontrar formas de adquirir a inovação de maneira prática e econômica”.

Manter uma empresa, neste ambiente altamente concorrido, nos moldes de gestão do século passado é o mesmo que contar as horas para seu fim. Essa dificuldade de inovação não está restrita ao varejo ou ao mercado de combustíveis, grandes empresas já passaram por isso segundo Kotler *et al* (2017, p. 17): “Grandes corporações também encontraram dificuldade para cultivar a inovação dentro de suas organizações exclusivas. Empresas como Microsoft e Amazon acabaram precisando adquirir empresas menores, porém mais inovadoras, como Skype e Zappos”

Inovar é estar sempre atento ao que está por vir e não deixar o canal fechado com o cliente, o maior beneficiário da inovação. O revendedor de combustíveis 4.0 tem que estar à frente do negócio inovando.

Produtos novos

As empresas precisam ser capazes de inovar nesse mundo globalizado e cada vez mais competitivo de forma a criar e comercializar novos produtos e processos tecnológicos que derrubem barreiras nessa guerra comercial com a concorrência (Camfield, et al., 2012). Estar sempre a frente da concorrência significa entender o que o consumidor quer e trazer os produtos que eles desejam. O futuro do marketing é criar produtos, serviços e culturas organizacionais que adotem e reflitam valores humanos de forma a atender o cliente em sua época de maior autoconhecimento (Kotler, Kartajaya, & Setiawan, 2017). Novos produtos e serviços são capazes de proporcionar experiências cativantes ao consumidor e suprir necessidades que criam fidelização.

Apesar do mercado de combustíveis não ter trazido à tona, nos últimos 50 anos, produtos novos e impactantes de grande relevância, existem possibilidades que devem ser abordadas como as variações dos produtos revendidos pelo setor assim como os serviços agregados que geram valor ao negócio. Os postos de combustíveis são bastante conhecidos pela grande variedade de produtos e serviços agregados ao ponto de venda.

Segundo Elias & Camargo Jr.:

Os varejistas percebem, pois, uma necessidade de criação de novos modelos de negócios e novos modelos de produtos com maior frequência. Preço e produto são grandes preocupações tornando difícil cada vez mais as diferenciações entre os varejistas, dada a consolidação, acesso e avanço logístico dos fabricantes, o que abre espaço para a disputa na segmentação, promoção e distribuição. A segmentação de vendas para atendimento mais próximo dos clientes com maiores potenciais de vendas se torna muito importante na estratégia de diferenciação e crescimento (Elias & Camargo Júnior, 2008, p. 1).

Trazer para o negócio novos produtos demonstra visão de futuro e preocupação com o consumidor que a organização entende. Num ambiente

de grande competição e pequena variação de mix de produtos, o novo é cada vez mais essencial para o descolar da concorrência. Mesmo que esteja se tratando de nova roupagem, nova aplicação de produtos ou serviços ou até mesmo novas formas de comercialização.

Desenvolvimentos de pessoas

Cuidar de pessoas é cuidar dos negócios. A forma como o mercado de trabalho tem reagido as modificações externas, propiciadas pela revolução industrial 4.0, a intensificação da concorrência e a necessidade de flexibilidade, exigiu das organizações que buscassem um modelo mais adequado para lidar com essa situação (Filho & Barbosa, 2019). O principal objetivo é potencializar o capital humano de forma a se diferenciar dos concorrentes. Conforme dito por Couto (2018, p. 17): “As pressões competitivas obrigam as empresas a rever processos e maneiras de trabalhar, forçando-as a buscar alternativas de ganho de produtividade, redução de custos e diferenciação de produtos e serviços”. Assim a organização abre espaço para um crescimento e desenvolvimento das pessoas diretamente relacionadas a produção do bem ou serviço.

A revolução industrial 4.0 deixou claro que a capacitação humana tem que evoluir em padrão elevado como forma de ajudar a organização a se manter competitiva. Para se ter melhor proveito desses novos modelos de gestão é preciso que a organização entenda que o aumento da qualidade e da produtividade está ligado diretamente a satisfação dos clientes e funcionários (Cavalcante & Almeida, 2018). Isto mostra a importância que a organização tem que ter com a capacitação e desenvolvimento de pessoas. Os novos conceitos indústria 4.0 demonstram que essa capacitação e aperfeiçoamento dos conhecimentos, e práticas do dia a dia, devem ser substituídos pela melhoria contínua da qualificação profissional dos membros da organização (Filho & Barbosa, 2019). Treinar sempre e qualificar continuamente são pontos essenciais para que o revendedor de combustíveis 4.0 possa ter uma equipe com competência num nível mínimo de competitividade comparando com seus concorrentes e garantir sua sobrevivência no mercado.

Considerações finais

Este momento, em que a revenda de combustíveis se encontra parada no tempo, demonstra uma fragilidade extrema justamente quando se precisa

retomar o caminho da competitividade. A quantidade de revendedores de postos de combustíveis que abandonam seus negócios demonstra que o desenvolvimento de capacitação humana, tecnológica e inovadora não estão presentes na gestão atual da organização para contribuir com o enfrentamento de crises mercadológicas (Osvaldo Jr, 2017; Klein, 2018; Arruda, 2016; Apolinário, 2019; Paula, 2019 e Guillen, 2020) . As facilidades trazidas por tecnologias novas, novos modelos de negócios assim como a IA (Inteligência Artificial) trouxeram ao ambiente mercadológico uma competitividade mais acirrada aumentando a quantidade de participantes dessa seara mercadológica (Magalhães & Vendramini, 2018). Este cenário mostra que se adaptar a esse novo mercado é condição impar para determinar sua sobrevivência.

As estimulações envolvidas no desenvolvimento da revolução industrial 4.0 jogaram no mercado inovações tecnológicas nos sistemas de informações, comunicações e gestão que geram oportunidades de novas aplicações em diversas áreas (Couto, 2018). Essas inovações já chegaram ao mercado de revenda de combustíveis. Novas formas de pagamento, produtos customizados, uma busca por padrões de atendimento e visual, enfrentamento direto de concorrência no quesito de preço e ainda novas formas de comercialização como a recente aprovação do delivery de gasolina, tem influenciado o mercado de revenda de combustíveis e tem mudado a forma de se enxergar o consumidor e do consumidor enxergar o negócio.

Se um revendedor de combustíveis não entender que os quatro pontos abordados neste estudo, são condicionantes indispensáveis para enfrentar a concorrência, a tendência apresentada pelo mercado é a extinção de sua empresa. É preciso que a organização invista nos sistemas de gestão da empresa e também valorize a gestão do conhecimento, buscando estratégias e conhecimento para se qualificar de forma sustentável agregando novos conhecimentos e ferramentas de gestão. O revendedor precisa focar em inovação, inovar é indispensável para o varejo; não se pode ficar parado enquanto todas as relações comerciais se transformam a cada ciclo comercial. É preciso estar atento as mudanças, identificar os pontos importantes e relevantes para o consumidor e se adaptar rapidamente, nenhum empreendimento pode ficar toda sua vida focada em um produto ou serviço. Os carros elétricos estão surgindo para mostrar que nenhum negócio, por mais antigo, firme, sustentável ou rentável que seja, está imune a mudanças ou extinção. Para se adaptar e estar sempre a frente é preciso

focar em desenvolvimento, prospecção de produtos novos focados no consumidor exigente que a cada dia se qualifica mais; e por fim, um dos principais fatores de perda de qualidade e competitividade é a falta de gestão de fornecedores, a falta de conhecimento das relações jurídicas assim como entendimento das relações comerciais vigentes no mercado deixam a mostra uma fraqueza que pode complicar e até influenciar na queda de produtividade da organização. Outro ponto que é primordial no controle de qualidade e competitividade é o desenvolvimento de pessoas como fator indispensável para qualquer empresa se destacar em frente a sua concorrência; equipes treinadas constantemente, mais prestação de contas focado nos controles das variáveis mais relevantes de produtividade e uma supervisão achegada, próxima e disponível aos colaboradores são essenciais neste quesito. O revendedor de combustíveis 4.0, neste cenário atual, precisa se qualificar nestes quatro pontos listados como condição essencial para sua sobrevivência (Magalhães & Vendramini, 2018). E assim colher os frutos de uma empresa mais competitiva e dentro do cenário do século XXI.

Este estudo mostrou a importância dos quatro pontos estratégicos fundamentais para que o revendedor de postos de combustíveis possa se destacar, melhorar o desempenho e se sobressair aos demais concorrentes são eles: (1) Mudar os sistemas de gestão ou gestão do conhecimento; (2) Melhorar a inovação, sustentabilidade e gestão de riscos; (3) Desenvolvimento, prospecção e foco em produtos novos; e (4) Gestão de fornecedores e desenvolvimento de pessoas (Magalhães & Vendramini, 2018). Esses pontos estratégicos não são garantia de sucesso no negócio, mas sim um referencial mínimo para que o revendedor de combustíveis deixe de ser “bodegueiro” e passe a comandar um negócio do século XXI.

Dentre os quatro pontos abordados que referenciam o Revendedor 4.0 é importante ressaltar que a sequência ou a importância de cada ponto no negócio está ligado diretamente ao mercado em que o posto de combustíveis está inserido levando-se em conta também aspectos mercadológicos e culturais locais. Este estudo serve como uma bússola para guiar os revendedores e orientar na busca por uma gestão eficiente e eficaz e buscar a superação junto a seus concorrentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, P. H. (2018). Perspectivas para a gestão do conhecimento no contexto da indústria 4.0. *South American Development Society Journal*, 126-145.

Aires, R. W., Moreira, F. K., & Freire, P. d. (2018). Indústria 4.0: desafios e tendências para a gestão do conhecimento. *E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial*, 67 - 87.

Apolinário, P. (21 de julho de 2019). *Revide*. Acesso em 2020 de julho de 26, disponível em *Revide*: <https://www.revide.com.br/noticias/economia/donos-de-postos-de-combustivel-falam-em-crise-no-setor-em-ribeirao-preto/>

Araújo, I. P., Ferreira, L. B., Lisboa, E. d., & Gagliardi, M. (2017). *A GESTÃO DA INOVAÇÃO EM EMPRESAS VAREJISTA: um estudo de múltiplos casos com empresários MPES de São Paulo*. São Paulo: FEAUSP.

Arruda, D. (6 de junho de 2016). *Correio do Estado*. Acesso em 26 de julho de 2020, disponível em *Correio do Estado*: <https://correiodoestado.com.br/economia/crise-derruba-consumo-e-15-postos-fecham-as-portas-em-campo-grande/280859/>

Camfield, C. E., Polacinski, É., Godoy, L. P., Benitti, D., Godoy, T. P., & Siluk, J. C. (2012). Gerenciamento de marketing para micro e pequenas empresas. *Revista Espacios*, 1-16.

Carvalho, S. (21 de novembro de 2019). <https://www.brasilpostos.com.br/>. Fonte: Brasil postos: <https://www.brasilpostos.com.br/noticias/bandeira-branca/novo-espaco-no-mercado-para-postos-bandeira-branca/>

Cavalcante, C. G., & Almeida, T. D. (2018). Os benefícios da Indústria 4.0 no gerenciamento das empresas. *JOURNAL OF LEAN SYSTEMS*, 125-152.

Contreras-Pacheco, O. E. (2018). Gerenciando o conhecimento dos trabalhadores do conhecimento: uma exploração de seu comprometimento afetivo. *Revista Espacios*, 1 -14.

Couto, C. A. (2018). *Integração entre os sistemas balanced scorecard e enterprise resource planning na industria atual e na industria 4.0*. São Paulo: Universidade Paulista.

DATHEIN, R. (2003). *Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX*. Porto alegre: DECON/UFRGS.

Dicionário Online de Português. (21 de novembro de 2019). *dicio.com.br*. Fonte: Dicio, Dicionário Online de Português: <https://www.dicio.com.br/bodegueiro/>

D'Oliveira, R. B. (2017). *QUAIS SÃO OS DETERMINANTES DO PREÇO DE REVENDA DO COMBUSTÍVEL GASOLINA NO MERCADO BRASILEIRO?* São Paulo: Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Economia de São Paulo.

Elias, D. A., & Camargo Júnior, A. S. (6 de Setembro de 2008). Segmentação, Localização e Área de Influência de Lojas no Varejo. *XXXII Encontro da ANPAD*, pp. 1 - 16.

Filho, N. C., & Barbosa, M. A. (2019). Gestão por competências e industria 4.0 em uma empresa alagoana. *Cadernos de gestão e empreendedorismo*, 56-69.

Fundação Instituto de Administração. (21 de novembro de 2019). <https://fia.com.br/>. Fonte: FIA Fundação Instituto de Administração: <https://fia.com.br/blog/industria-4-0/>

Gazeta do Povo. (30 de Julho de 2018). Fonte: Gazeta do Povo: <https://www.gazetadopovo.com.br/opinioao/editoriais/a-politica-de-precos-da-petrobras-4bnlar7tv9b7z2k74kajdxmaz/>

Gonçalves, D. (25 de abril de 2019). *CIO FROM IDG*. Acesso em 4 de julho de 2020, disponível em [cio.com.br](https://cio.com.br/gestao-4-0-o-que-todo-gestor-precisa-saber/#:~:text=Essas%20habilidades%20no%20entanto%20n%C3%A3o,tomar%20decis%C3%B5es%20em%20tempo%20real): [https://cio.com.br/gestao-4-0-o-que-todo-gestor-precisa-saber/#:~:text=Essas habilidades%2C no entanto%2C não,tomar decisões em tempo real](https://cio.com.br/gestao-4-0-o-que-todo-gestor-precisa-saber/#:~:text=Essas%20habilidades%20no%20entanto%20n%C3%A3o,tomar%20decis%C3%B5es%20em%20tempo%20real)

Guillen, F. (27 de março de 2020). *Gmc on line*. Acesso em 26 de julho de 2020, disponível em [Gmc on line](https://gmconline.com.br/noticias/cidade/postos-de-combustiveis-fecham-as-portas-por-falta-de-clientes/): <https://gmconline.com.br/noticias/cidade/postos-de-combustiveis-fecham-as-portas-por-falta-de-clientes/>

IPB. (16 de março de 2018). *IPB.ORG.BR*. Fonte: INSTITUTO DE PETRÓLEO GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS BRASILEIRO: <https://www.ibp.org.br/noticias/industria-4-0-tem-papel-central-no-setor-de-petroleo-e-gas-dizem-especialistas/>

Klein, J. (5 de novembro de 2018). *Jornal do Comercio*. Acesso em 26 de julho de 2020, disponível em [Jornal do comercio: o jornal de economia e negócios do RS](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2018/11/655378-em-um-ano-120-postos-gauchos-fecham-as-portas.html): https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/economia/2018/11/655378-em-um-ano-120-postos-gauchos-fecham-as-portas.html

Kotler, P., Kartajaya, H., & Setiawan, I. (2017). *Marketing 4.0*. Rio de Janeiro: Sextante.

Magalhães, R., & Vendramini, A. (2018). OS IMPACTOS DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. *GVEXECUTIVO*, 41 - 43.

Osvaldo Jr. (30 de novembro de 2017). *Campo grande news*. Acesso em 26 de julho de 2020, disponível em Campo grande news: <https://www.campograndenews.com.br/economia/com-consumo-em-queda-tres-postos-fecham-as-portas-por-mes-em-ms>

Paula, R. d. (10 de novembro de 2019). *Jcnet.com.br*. Acesso em 26 de julho de 2020, disponível em Jcnet: <https://www.jcnet.com.br/noticias/geral/2019/10/701777-em-1-ano--8-postos-fecham-em-bauru.html>

Polito, R. (15 de fevereiro de 2019). *VALOR ECONÔMICO*. Fonte: Valor econômico: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/02/15/petrobras-estudaficar-com-50-do-mercado-de-refino-diz-presidente.ghtml>

Porter, M. E. (1992). *Estratégia: Em busca da vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus.

Siemens. (21 de novembro de 2019). <https://new.siemens.com>. Fonte: siemens engenhosidade para a vida: <https://new.siemens.com/br/pt/empresa/stories/industria-4-0/ai-in-industries.html>

Slatter, G., & Nogueira, M. (21 de novembro de 2019). *br.reuters.com*. Fonte: Reuters: <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1SD1ML-OB RTP>

Uninter. (21 de novembro de 2019). <http://pg1com.com/>. Fonte: Pag1 comunicação: <http://pg1com.com/black-friday-2019-deve-revelar-equilibrio-inedito-entre-as-compras-on-e-off-line/>

Gislayne Vieira Almeida

Enfermeira. Especialista em Urgência e Emergência. Especialista em Gestão em Saúde.
Enfermeira plantonista da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI. UESPI.
Parnaíba, Piauí

Danielle Souza Silva Varela

Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da
Faculdade Maurício de Nassau – Departamento de Enfermagem. Parnaíba, Piauí

Gracyanne Maria Oliveira Machado

Enfermeira. Mestre em Saúde da Família. Enfermeira da Atenção Básica de Parnaíba – PI.
Universidade Estadual Vale do Acaraú. Parnaíba, Piauí

Geane Xavier de Farias Santana

Enfermeira. Licenciatura e Bacharelado em Enfermagem pela UEPB.
Especialista em Saúde da Família. Parnaíba, Piauí

RESUMO

Objetivou-se investigar o perfil epidemiológico de gestantes com sífilis no Município de Parnaíba-Piauí, entre 2009 a 2016. Pesquisa documental do tipo descritiva, retrospectiva com abordagem quantitativa, desenvolvida a partir da análise de fichas de investigação disponíveis no banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A coleta de dados ocorreu em dezembro de 2017 e os critérios de inclusão estabelecidos foram casos notificados e confirmados de Sífilis Gestacional entre 2009 e 2016. Constatou-se 84 casos de sífilis gestacional no município pesquisado, a maioria residia na zona rural, na faixa etária de 20 a 34 anos, parda, ensino fundamental incompleto, segundo trimestre da gestação, e classificação clínica de sífilis primária. Duas gestantes não seguiram o tratamento. Quanto ao tratamento do parceiro, 1/3 teve o preenchimento do item ignorado. Conclui-se que é relevante conhecer a situação da sífilis gestacional no local de atuação, para melhor elaborar estratégias de prevenção e controle dessa doença no âmbito dos serviços de pré-natal. A análise do banco de dados do SINAN expõe a necessidade de aprimoramento quanto ao preenchimento da ficha de investigação da sífilis gestacional, visto o expressivo número de variáveis com preenchimento ignorado, que, inclusive, limitou a análise desta pesquisa.

Palavras-Chave: Sífilis; Gestação; Pré-natal; Perfil de Saúde.

INTRODUÇÃO

A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST), de evolução crônica, causada por uma bactéria denominada *Treponema pallidum*, cuja transmissão se dá por via sexual, vertical, por transfusão de sangue e contato com sangue contaminado. Se adquirida durante a gestação, a sífilis se torna ainda mais preocupante e requer intervenção imediata, pois pode ser transmitida ao feto em qualquer fase da gestação ou na hora do parto ⁽¹⁾.

Durante a gestação a sífilis pode ter como consequência abortamentos, óbito fetal, nascimentos de fetos prematuros ou até mesmo nascimentos seguidos de morte. Uma sífilis gestacional não tratada ou inadequadamente tratada pode ocasionar à sífilis congênita, que consiste no resultado da transmissão por via placentária do *Treponema pallidum*, da gestante para o seu filho.

A transmissão da sífilis para o feto depende do estágio da doença em que a gestante se encontra (primário, secundário, terciário ou latente). Quanto mais recente a infecção, maior será o comprometimento fetal ⁽²⁾. Por isso, o controle e a prevenção da sífilis congênita estão diretamente ligados ao comprometimento dos serviços de atenção básica em relação à qualidade do atendimento pré-natal oferecido as gestantes. Nessa oportunidade, deve ser garantido o diagnóstico precoce e o tratamento adequado da sífilis gestacional, evitando a transmissão vertical da doença ⁽³⁾.

A notificação a vigilância epidemiológica e o tratamento do parceiro também são muito importantes neste sentido ⁽⁴⁾. A Portaria nº 33, de 14 de julho de 2005, incluiu a Sífilis em Gestante na lista de agravos de notificação compulsória no Brasil, com o intuito de controlar a transmissão vertical dessa doença e acompanhar o comportamento da infecção nas gestantes para planejar e avaliar medidas de tratamento, prevenção e controle ⁽⁵⁾.

A gestante deve ser encorajada a realizar o Pré-natal desde o início da gravidez, pois através dele é possível detectar a sífilis precocemente através do exame Venereal Disease Research Laboratory, o VDRL, que é ofertado durante este acompanhamento. O recomendado é que sejam solicitados no pré-natal no mínimo três VDRL, um no início da gestação, o seguinte no início do terceiro trimestre e o último no momento da internação, seja para o parto ou para curetagem em casos de abortamento ⁽¹⁾, permitindo a identificação e o tratamento em tempo hábil para evitar a transmissão vertical.

O exame para a detecção da Sífilis, o Venereal Disease Research Laboratory (VDRL) é realizado durante essa assistência. O recomendado é que sejam solicitados no pré-natal no mínimo três VDRL, um no início da gestação, o seguinte no início do terceiro trimestre e o último no momento da internação, seja para o parto ou para curetagem em casos de abortamento ⁽¹⁾. Por isso, a gestante deve ser encorajada a realizar o Pré-natal desde o início da gravidez, pois através dele é possível detectar a sífilis gestacional precocemente, permitindo o tratamento em tempo hábil e assim evitando sua transmissão vertical.

É válido, pois, ressaltar que a melhor e mais eficaz forma de profilaxia da Sífilis ainda é o uso de preservativo nas relações sexuais. Orientações sobre DST, que envolvam sinais e sintomas, diagnóstico, tratamento e prevenção, aconselhamento de mulheres e homens com uma vida sexualmente ativa a realizar VDRL periodicamente, assim como mulheres que planejam engravidar, são estratégias importantes neste sentido.

Acredita-se que verificar a situação da sífilis gestacional em dadas localidades é de extrema significância, para conhecer o perfil dos acometidos por esta doença no município, possibilitando a elaboração de medidas de prevenção e controle da doença e ainda uma assistência diferenciada a essa população, conforme sua realidade.

A preocupação com a incidência das DST, à persistência de relações sexuais desprotegidas e as consequências negativas da sífilis gestacional para gestantes e fetos são fatores motivadores para a realização desta pesquisa que apresenta como questões norteadoras: Qual a incidência da Sífilis gestacional nos últimos anos no município de Parnaíba-Piauí? Qual o perfil epidemiológico das gestantes notificadas? Acredita-se que as respostas a essas perguntas auxiliem num direcionamento mais preciso das ações epidemiológicas sobre sífilis no município, além de contribuir para discussão da literatura especializada sobre o tema, colaborando com a construção do conhecimento.

O objetivo do presente estudo é investigar o perfil epidemiológico de gestantes com sífilis no Município de Parnaíba-Piauí, entre 2009 a 2016.

METODOLOGIA

Para conhecer e assimilar o conhecimento sobre o perfil epidemiológico das gestantes com Sífilis adotou-se uma pesquisa documental do tipo descritiva, retrospectiva com abordagem quantitativa.

A pesquisa foi desenvolvida na Vigilância Epidemiológica do Município de Parnaíba, que fica na região Norte do estado do Piauí, localizado a 366 km da capital, Teresina. Parnaíba conta com uma população estimada para 2017 de 150.547 habitantes em uma área territorial de 435,573 km², segundo dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ⁽⁶⁾.

A análise dos dados foi a partir das Fichas de Investigação de Sífilis Gestacional, disponíveis no banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Ocorreu em dezembro de 2017 e os critérios de inclusão estabelecidos foram: casos notificados e confirmados de Sífilis Gestacional entre 2009 e 2016, através do SINAN pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e/ou pelo Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS) do município de Parnaíba. A finalidade foi investigar somente os casos confirmados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram excluídos os casos não confirmados de Sífilis Gestacional e os que não residiam no município de Parnaíba, seja em área urbana ou rural.

Os dados foram tabulados no banco de dados do Microsoft Excel 2013, e foram processados através de uma manipulação descritiva com cálculos de frequência absoluta e percentual apresentados em tabelas e gráficos.

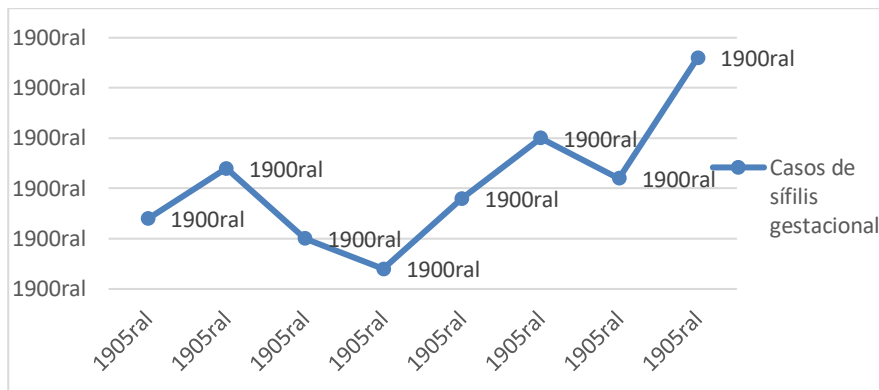
A pesquisa seguiu a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que aborda estudos com seres humanos, sendo requerida a autorização ao setor de vigilância epidemiológica por meio da Solicitação de Autorização para Pesquisa Acadêmico-científica e adquirida autorização para coleta de dados.

RESULTADOS

Esta pesquisa permitiu identificar o Perfil Epidemiológico da Sífilis Gestacional, no município de Parnaíba, no período de cinco anos (2009-2016), através dos registros do banco de dados do SINAN.

O gráfico a seguir evidencia o total de casos confirmados de Sífilis Gestacional, notificados entre 2009 a 2016 (n=84) distribuídos por ano (Gráfico 01).

Gráfico 01. Número de casos confirmados de sífilis gestacional por ano, entre 2009 e 2016. Parnaíba, Piauí, 2009-2016 (n=84)



Conforme demonstrado nas fichas de investigação constatou-se que 80,9% dos casos confirmados de Sífilis Gestacional ocorreram na zona urbana de Parnaíba, 14,2% na zona rural e 4,7% na zona peri urbana. Quanto à faixa etária, 4,7% dos casos ocorreram em menores de 15 anos; 26,1% entre 15 a 19 anos; 65,4% entre 20 a 34 anos e apenas 3,5% ocorreram na faixa etária de 35 a 49 anos. Quanto à escolaridade, 1,1% são analfabetos; 39,2% possuem o ensino fundamental incompleto; 4,7% possuem o ensino fundamental completo; 14,2% possuem o ensino médio incompleto; 21,4% possuem o ensino médio completo; 0,0% possuem ensino superior incompleto; 0,0% possuem ensino superior completo e 19,0% com nível de escolaridade ignorado. Quanto a raça/cor, 14,2% das gestantes são brancas; 5,9% pretas; 0,0% amarela; 75,0% são pardas; 0,0% indígena e 4,7% ignorado (Tabela 01).

Tabelas 01- Distribuição dos casos notificados de sífilis gestacional segundo a zona de residência, faixa etária, escolaridade e raça. Parnaíba, Piauí, 2009-2016 (n=84)

Variáveis	N	%
Zona de Residência		
Urbana	68	80,9
Rural	12	14,0

Peri urbana	4	4,7
Faixa Etária (em anos)		
Abaixo de 15	4	4,7
15 a 19	22	26,1
20 a 34	55	65,4
35 a 49	3	3,5
Escolaridade		
Analfabeto	1	1,1
Ensino Fundamental Incompleto	33	39,2
Ensino Fundamental Completo	4	4,7
Ensino Médio Incompleto	12	14,2
Ensino Médio Completo	18	21,4
Educação Superior Incompleta	-	-
Educação Superior Completa	-	-
Ignorado	16	19,0
Raça/Cor		
Branca	12	14,2
Preta	5	5,9
Amarela	-	-
Parda	63	75,0
Indígena	-	-
Ignorado	4	4,7

Quanto à idade gestacional (trimestre) em que as mulheres foram notificadas com sífilis gestacional, 8,3% ocorreram no primeiro trimestre; 51,1% no segundo trimestre; 39,2% no terceiro trimestre e 1,1% tiveram a idade gestacional ignorada. Da classificação clínica da sífilis, 28,5% possuíam sífilis primária; 3,5% sífilis secundária; 11,9% sífilis terciária; 9,5% estavam no período de latência e 46,4% dos casos foram ignorados quanto a classificação clínica da doença. Em relação ao esquema de tratamento da gestante, 45,2% foram tratadas com Penicilina G Benzatina 2.400.000 UI; 14,2% com Penicilina G Benzatina 4.800.000 UI; 30,9% com Penicilina G Benzatina 7.200.000 UI; 3,5% utilizaram um esquema de tratamento diferente dos citados anteriormente; 2,3% das gestantes não realizaram nenhum tipo de tratamento e 3,5% foram ignorados ou não souberam informar o esquema de tratamento. O tratamento do parceiro foi outro dado investigado, 32,1% realizaram o tratamento; 34,5% não realizaram tratamento e 33,3% tiveram o preenchimento do item tratamento ignorado (Tabela 02).

Tabela 02- Distribuição dos casos notificados de sífilis gestacional segundo a idade gestacional, classificação clínica, esquema de tratamento e tratamento do parceiro. Parnaíba, Piauí, 2009-2016 (n=84).

Variáveis	N	%
Idade Gestacional (Trimestre)		
1º Trimestre	7	8,3
2º Trimestre	43	51,1
3º Trimestre	33	39,2
Ignorado	1	1,1
Classificação Clínica		
Primária	24	28,5
Secundária	3	3,5
Terciária	10	11,9

Latente	8	9,5
Ignorado	39	46,4
Esquema de Tratamento		
Penicilina G Benzatina 2.400.000 UI	38	45,2
Penicilina G Benzatina 4.800.000 UI	12	14,2
Penicilina G Benzatina 7.200.000 UI	26	30,9
Outro Esquema	3	3,5
Não Realizado	2	2,3
Ignorado	3	3,5
Tratamento do Parceiro		
Sim	27	32,1
Não	29	34,5
Ignorado	28	33,3

DISCUSSÃO

A Sífilis Gestacional foi inserida como infecção sexualmente transmissível de notificação compulsória em consequência das altas taxas de prevalência e de transmissão vertical, as quais não apresentam tratamento ou tiveram um tratamento inadequado ⁽⁷⁾. Nos últimos anos, houve um aumento gradual no número de notificações de Sífilis Gestacional na rede de atenção Pré-Natal, provavelmente relacionado ao fortalecimento desses serviços na atenção básica por meio da Rede Cegonha, o que assegurou um aumento nas testagens de gestantes e o acompanhamento dos casos ⁽⁸⁾.

Através desta pesquisa foi possível constatar o total de casos de Sífilis Gestacional notificados durante o período de 2009 a 2016, que totalizou 84 casos. No ano de 2009, foram notificados sete casos; no ano seguinte, ocorreu um aumento, sendo registrados 12 casos; nos anos de 2011 e 2012, verificou-se uma gradual redução desses casos, sendo que em 2012 houve apenas dois casos notificados (o que leva a questionar a existência de possíveis subregistros, devido à diferença quanto à média de casos registrados nos outros anos analisados na pesquisa); em 2013, o número de casos voltou a aumentar, 2014 foram notificados quinze casos, em 2015 teve uma redução em relação ao ano anterior, sendo registrados onze casos, e 2016 foi o ano que obteve mais casos, totalizando vinte e três ocorrências.

Acredita-se que o aumento no número de notificações se deu em virtude de uma melhora nos serviços de pré-natal oferecidos na Atenção Básica, onde contam com testagens sorológicas para as principais doenças que possam acometer a gestação. Como os exames de pré-natal em papel de filtro, realizado nas próprias UBS, a partir de 2014, cuja coleta de sangue é através de punção digital e posterior transferência para o papel de filtro, não havendo necessidade de a gestante está em jejum. As amostras são analisadas pelo Laboratório Central (LACEN) do Piauí e dentro de dez dias já é possível obter o resultado, sendo Rubéola IgM, Toxoplasmose IgG e IgM, Citomegalovírus IgG e IgM, Hepatite B, Sífilis e HIV.

Observou-se a partir dos dados coletados que a maioria dos casos de Sífilis Gestacional reside na área urbana. Este resultado foi semelhante ao encontrado por Pires ⁽⁹⁾ em estudo realizado na cidade de Santarém, no estado do Pará, que também foi analisado a área de residência das gestantes com Sífilis. Possivelmente, a maioria dos casos notificados eram oriundos da zona urbana devido os serviços de saúde serem mais acessíveis que nas áreas rurais e peri urbanas, o que facilita a proximidade e o diagnóstico de agravos.

No presente estudo, a maior parte dos casos de Sífilis Gestacional ocorreu na faixa etária de 20 a 34 anos. Este resultado foi semelhante ao encontrado por Campos ⁽¹⁰⁾ em estudo realizado na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, o qual também analisou a faixa etária das gestantes com Sífilis. Supostamente, a maioria dos casos ocorridos nessa faixa etária esteve interligado com a faixa etária de vida sexual ativa, que, de acordo com estatísticas, 28,5% das pessoas entre 20 e 29 anos são sexualmente ativas (BRASIL, 2003). Segundo o Ministério da Saúde ⁽⁸⁾, na série histórica de 2005 a 2017, foi observado um considerável aumento nas notificações de Sífilis Gestacional em todas as regiões do país, em relação aos anos anteriores e, mais da metade dos casos ocorreram em mulheres na faixa etária de 20 a 29 anos. Também foi significativo o número de gestantes com sífilis na faixa

etária de 15 a 19 anos, sendo que a adolescência é um fator de risco para as DST devido ao início precoce da atividade sexual e por não estarem bem informados para tal.

Quanto ao nível de escolaridade, verificou-se que a maior parte das gestantes com Sífilis possuem Ensino Fundamental incompleto, havendo apenas um caso de analfabetismo, tendo ainda uma percentagem significativa com o nível de escolaridade ignorado. Quanto a isso, o Ministério da Saúde expõe que no ano de 2016 mais de ¼ dos casos de Sífilis Gestacional tiveram o nível de escolaridade da gestante ignorado, e retirando os casos com escolaridade ignorada, mais da metade das mulheres não tinham o ensino médio completo ⁽⁸⁾. Nessa pesquisa, de acordo com os dados obtidos, é possível perceber que o nível de escolaridade das gestantes portadoras de Sífilis continua baixo, ou seja, a doença ainda está relacionada a baixos níveis de escolaridade. O que mostra a importância de trabalhar atividades educativas sobre infecções sexualmente transmissíveis e a adoção de métodos de prevenção com a população sexualmente ativa.

Quanto à idade gestacional das mulheres no momento da notificação da Sífilis, obteve-se que mais da metade dos casos foram notificados no segundo trimestre da gestação, tendo ainda uma porcentagem significativa registrada no terceiro trimestre, uma pequena quantidade no primeiro trimestre de gestação e apenas uma gestante teve a idade gestacional ignorada. Esse dado sugere a possibilidade de um início tardio do acompanhamento Pré-natal, o que leva a demora do diagnóstico da Sífilis e consequentemente do tratamento e de um acompanhamento adequado a essa gestação, mas também não se descarta uma possível demora na solicitação do exame laboratorial que confirma tal patologia, assim como na entrega e/ou apresentação dos resultados ao profissional de saúde competente, situações que também podem atrasar o diagnóstico.

Quanto a isso, a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, elaborada pelo Ministério da Saúde, institui que o VDRL deve ser realizado em dois momentos, um na primeira consulta de pré-natal e outro próximo na trigésima semana gestacional. Também expõe que deve haver uma captação precoce da gestante para que a primeira consulta de pré-natal seja realizada em até 120 dias de gestação ⁽¹¹⁾. Esses cuidados são essenciais para se obter a detecção precoce da Sífilis na gestante, e consequentemente instituir o tratamento adequado a fim de não trazer malefícios a mãe e ao feto.

No presente trabalho foi observado ainda que mais de 3/4 dos casos de Sífilis Gestacional notificados ocorreram em mulheres da raça/cor parda e uma escassa parcela teve o item raça/cor ignorado no preenchimento na ficha de investigação. Não foi registrado nenhum caso de raça/cor amarela nem

indígena. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Sífilis 2017, a maioria dos casos notificados no Brasil é de gestantes da raça/cor parda ⁽⁸⁾. Dessa maneira, percebe-se que no geral a raça/cor parda é a mais notificada com Sífilis Gestacional no Brasil, não só no município de Parnaíba.

No vigente estudo, identificou-se que quase metade dos casos tiveram o item classificação clínica ignorada no preenchimento do questionário. Dentre a parcela que teve a identificação clínica da doença registrada, 28,5% dos casos foram de Sífilis Primária. Segundo o Ministério da Saúde ⁽¹²⁾, a transmissão vertical da Sífilis se dá em 70% a 100% em gestantes que não foram tratadas nas fases primária e secundária, já nas fases latente tardia e terciária essa porcentagem diminui para cerca de 30%. O que indica que caso estas gestantes com infecção primária não forem tratadas adequadamente, as chances de transmissão vertical da doença serão bastante altas, se baseado na afirmativa do Ministério da Saúde.

Foi registrada a prescrição de um esquema de tratamento para Sífilis em todas as gestantes notificadas. No período estudado, apenas duas gestantes não seguiram o esquema de tratamento e também duas tiveram o item de preenchimento sobre este assunto ignorado. Um dado que ainda é preocupante, pois o não tratamento da gestante implica em transmissão da doença ao feto, ocasionando a Sífilis Congênita. Segundo o Ministério da Saúde ⁽¹²⁾, uma das medidas de controle da desse tipo de Sífilis é a instituição do tratamento e seguimento adequados tanto da gestante quanto do parceiro.

Em relação ao tratamento do parceiro, 1/3 teve o preenchimento do item ignorado. 32,1% realizaram o tratamento e a maioria não o realizaram. Esses achados foram semelhantes ao estudo de Rocha ⁽¹³⁾ no qual mais da metade dos parceiros não se adequou ao tratamento. Uma das metas do Plano Operacional para a redução da transmissão vertical do HIV e da Sífilis no Brasil é ter um aumento da cobertura de tratamento adequado às gestantes com Sífilis, incluindo também o adequado tratamento dos parceiros sexuais da gestante ⁽⁴⁾. O tratamento do parceiro deve ser simultâneo ao da gestante e com o mesmo esquema terapêutico, caso contrário, o tratamento da gestante será considerado inadequado, e, conseqüentemente, o feto será considerado caso de sífilis congênita, pois o parceiro não tratado implica em reinfecção da gestante, mesmo que ela tenha realizado o tratamento corretamente.

CONCLUSÃO

Evidenciou-se um aumento dos casos de Sífilis Gestacional no decorrer dos anos de 2009 a 2016 no município pesquisado. Este aumento,

supostamente se deu em razão de uma melhora nos serviços de pré-natal oferecidos na Atenção Básica do município, sobretudo, com relação às notificações/investigações, embora a qualidade dessas notificações/investigações ainda deixe muito a desejar quanto à integridade das informações apresentadas, pois uma parte significativa dos itens notificados foi ignorada no preenchimento das fichas.

No decorrer deste estudo foi possível identificar a notificação de 84 casos de Sífilis Gestacional no município de Parnaíba. Destaca-se que desses, mais da metade foram notificados no segundo trimestre de gestação, o que sugere uma possível adesão tardia da gestante ao pré-natal e/ou uma demora na solicitação/apresentação do resultado diagnóstico da doença, entre outros fatores que podem ter atrasado o diagnóstico/notificação do caso.

Houve prescrição de tratamento para a maior parte dos casos, mas duas mulheres não realizaram o tratamento instituído. Constatou-se que a maioria dos parceiros não realizaram o tratamento, e uma parcela relevantemente alta teve o item quanto ao tratamento do parceiro ignorado, o que não permitiu concluir se esses casos obtiveram a cura.

É de extrema relevância conhecer a situação da Sífilis Gestacional no cotidiano, para assim elaborar estratégias de prevenção e controle dessa doença no âmbito dos serviços de pré-natal oferecidos nas Unidades Básicas de Saúde. Sem ter conhecimento em relação à forma de transmissão, fica inviável a adoção de medidas de prevenção⁽¹⁴⁾. A análise das notificações do banco de dados do SINAN expõe a necessidade de um aprimoramento quanto ao preenchimento da ficha de investigação da Sífilis Gestacional, visto o grande número de variáveis com preenchimento ignorado, que inclusive limitou a análise desta pesquisa. Faz-se essa recomendação para que o Sistema de Vigilância Epidemiológica possa obter dados mais consistentes que permitam uma análise/intervenção adequada.

Desta maneira sugere-se a realização de capacitação aos profissionais que têm contato diretamente com essas gestantes sífilíticas, para aprimoramento tanto da assistência física quanto burocrática (preenchimento das fichas de investigação) com o intuito de diminuir os casos de transmissão vertical da Sífilis. Ademais, recomenda-se a realização de outras pesquisas para investigar a qualidade da assistência oferecida a essas gestantes e o motivo de falhas no preenchimento das fichas de investigação de sífilis gestacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ministério da Saúde (BR) Coordenação de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids. Sífilis: estratégias para diagnóstico no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.
2. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Normas e Manuais Técnicos.. Atenção ao pré-natal de baixo risco - Caderno de Atenção Básica, nº32. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.
3. Mesquita OK, Lima GK, Filgueira AA, Flôr SMC, Freitas CAS, Linhares MSC, et al. Análise dos Casos de Sífilis Congênita em Sobral, Ceará: Contribuições para Assistência Pré-natal. SANARE. 2012; 11(1): p. 13-17.
4. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Protocolo para prevenção de transmissão vertical HIV e sífilis - manual de bolso. 1ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.
5. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Curso básico de vigilância epidemiológica em sífilis congênita, sífilis em gestante, infecção pelo HIV em Gestantes e crianças expostas. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
6. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Online].; 2016 [cited 2017 Dezembro 22. Available from: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba/panorama>>.
7. Oliveira DR, Figueiredo MSN. Abordagem conceitual sobre a sífilis na gestação e o tratamento de parceiros sexuais. Enfermagem em Foco. 2011; 2(2): p. 108-11.
8. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Boletim Epidemiológico Sífilis 2015. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.
9. Pires ON, Pimentel ZN, Santos MVS, Santos WA. Vigilância epidemiológica da sífilis na gravidez no centro de saúde do bairro Uruará-Área Verde. Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis. 2007; 19(3-4): 162-5.

10. Campos ALDA, Araujo MAL, Melo SP, Gonçalves MKC. Epidemiologia da sífilis gestacional em Fortaleza, Ceará, Brasil: um agravo sem controle. *Cadernos de Saúde Pública*. 2010; 26(9): 1747-55.
11. Ministério da Saúde (BR). Portaria nº 1.067, de 4 de Julho de 2005. Institui a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal. 2005.
12. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. Diretrizes para o controle da sífilis congênita - manual de bolso. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
13. Análise do perfil epidemiológico de sífilis nas gestantes e crianças, em Tangará da Serra, de 2007 a 2014. Rocha, Roseany Patricia Silva, et al. 2016, *Revista Norte Mineira de Enfermagem*, p. 03-21.
14. Silva, MAM, et al. Sentimentos de gestantes com diagnóstico de sífilis. *Rev Enferm UFPI*. 2015 Abril-Junho;4(2):84-91.

Lucyara Cristina Pereira de Souza

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Patricia Ferreira de Menezes

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Dálcio Rosário Alves

Mestre em Educação - Políticas Públicas e Gestão Educacional PPGE – UNB
Técnico Pedagógico da Gerência da Educação Profissional – SEDUC- TO

Especialista Inspeção Escolar – FERLAGOS

Especialista em Orientação Educacional – FAFIMA – MG

Especialista em Supervisão Escolar – FIJ

Especialista em Pedagogia Empresarial – FIJ

Membro do Grupo de Pesquisa em Materialismo Histórico-dialético - Consciência

Membro do Programa de Extensão da UnB Pós-Populares

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar as dificuldades encontradas pelos alunos na leitura e na escrita, caracterizar as possíveis causas de interferência na aprendizagem e refletir sobre as práticas pedagógicas que estão sendo utilizadas para melhorar as habilidades de leitura dos alunos. No decorrer dessa trajetória, com base na busca bibliográfica, mostrar que é evidente como os alunos do ensino fundamental já chegam a escola possuindo dificuldade de leitura, seja palavras escritas ou explicações sobre o que leem e ouvem, e quase não conseguem expressar seus pensamentos por meio da ortografia ou ainda não possuem o domínio de interpretar texto. São vários os motivos que levam a dificuldade de leitura e escrita, as mais conhecidas e que vem tendo grande repercussão na atualidade é a dislexia, porém, é necessário estarmos atentos a outros sérios problemas: disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia e o TDAH. O professor, com auxílio de seu coordenador pedagógico, deve passar a identificar as habilidades do aluno e as áreas que precisam mais atenção, além de recomendar aos pais que auxiliem no acompanhamento e desenvolvimento do estudante.

Palavras-Chave: aprendizagem; dificuldade; leitura; escrita.

INTRODUÇÃO

As dificuldades de leitura e escrita no cotidiano escolar afetam todos os tipos de estudantes, tornam-se um problema enfrentado por educadores,

responsável e outras pessoas que mantêm contato com essas crianças. Conhecer, identificar e buscar solucionar as dificuldades da leitura e escrita, essencial para qualquer professor, principalmente na primeira etapa do ensino fundamental, pois quando o professor não conhece esses problemas. Buscar um trabalho interdisciplinar para resguardar toda a turma de forma sistemática que visa trazer a compreensão dos alunos. Segundo Soares (2020):

A aprendizagem inicial da língua escrita, a alfabetização, o ensinar a ler e escrever, é atribuição de um profissional que conheça, como disse, o processo linguístico e cognitivo de apropriação da língua escrita por crianças no início de seu processo de escolarização, (o que considero ser a pré-escola e os dois anos iniciais do ensino fundamental) (SOARES, 2020).

As ações do professor os estudantes aprenderam a produzir textos de vários gêneros, ser capaz de compreender e utilizar diversos gêneros textuais presentes em situações de interação social e ser capaz de compreender e interpretar textos.

Muitas crianças aprenderão a ler e não encontrarão nenhum problema com o método utilizado, mas algumas crianças necessitarão de alguma ajuda especial para conseguir sucesso na mesma atividade. Suas dificuldades ficam óbvias quando tentam realizar uma tarefa: param e recomeçam frequentemente, pronunciam para si mesmas algumas palavras, buscam encontrar sentido na palavra que tentam decodificar e soletram, talvez numa busca de significação. Por que crianças ou têm sucesso ou fracassam em alguma atividade? Como tem sido abordada a questão do fracasso escolar pelos pesquisadores? O que a escola, enquanto instituição social tem realizado por essa questão?

Portanto, dessa pesquisa refere a leitura e escrita da língua portuguesa através da interdisciplinaridade que pode envolver os estudantes de forma coletiva e construir diversos saberes. Faraco (2002) diz que:

Já é tempo de a escola assumir que, capacitar o aluno para bem escrever e ler não é preocupação exclusiva do professor de português. É uma tarefa que deve envolver todas as disciplinas, deve fazer parte de todos os planejamentos e ser prioridade no projeto pedagógico da escola (FARACO, 2012).

A capacidade de se comunicar por meio de códigos e símbolos permite que o indivíduo exponha seus pensamentos e emoções. Antes de falar, os gestos devem preparar as palavras, e antes da comunicação, necessita de emoções. A comunicação não verbal provoca a comunicação oral. Ciasca (2003) apud Leite (2012) fala que:

As dificuldades de aprendizagem correspondem a uma categoria ampla de fenômenos que podem influenciar

negativamente o aprendizado. Abrangem os problemas de aprendizagem e os problemas escolares, isto é, o modo como a escola lida com o processo de ensino-aprendizagem. Enquanto os problemas de aprendizagem concentram o peso da dificuldade no aluno, as dificuldades de aprendizagem incluem os fatores externos ao aluno. No caso da escola, são os problemas de origem pedagógica. (CIASCA, 2003, p. 31 apud LEITE, 2012, p. 16).

Desta forma o objetivo da pesquisa é investigar as dificuldades encontradas pelos alunos na leitura e na escrita, caracterizar as possíveis causas de interferência na aprendizagem e refletir sobre as práticas pedagógicas que estão sendo utilizadas para melhorar as habilidades de leitura dos estudantes. Também possui como objetivo investigar como professores do ensino fundamental entendem a dificuldade de aprendizagem; demonstrar quais estratégias de ensino aprendizagem que os professores podem desenvolver com os alunos com dificuldade de aprendizagem; conhecer as principais características das dificuldades de aprendizagem;

O estudo das dificuldades de aprendizagem é um tema relacionado ao fracasso escolar na busca de interpretações para os dados. Essa questão se torna relevante na medida em que a maior parte das pesquisas realizadas sobre a escrita concentra-se na ortografia, isto é, sobre a capacidade de recordar e reproduzir cadeias de letras aceitas como ortografia correta de determinada palavra, ficando a leitura em segundo plano.

É importante ficar sempre atento, e que todos os envolvidos de alguma forma no processo educativo possam observar quais são essas dificuldades, presenciando-se as mesmas são momentâneas ou se persistem há algum tempo, por isso a importância da comunicação entre família e escola.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

O termo dificuldades de aprendizagem possui perspectivas e nuances que podem ser causadas por vários comportamentos que levam os alunos ao fracasso. Existem duas dificuldades principais encontradas: linguagem e comportamento (PEREIRA, 2009)

Essas dificuldades são características da dificuldade de aprendizagem que possui várias influências, tanto biológicas, quanto psicológicas, mas por não ter diagnóstico certo, muitas vezes acaba por ser entendida como um mau funcionamento fisiológico. São vários os fatores que interferem na aprendizagem dos alunos e o professor deve estar preparado para lidar com dificuldades que surgem no ambiente escolar (YAMANKA, GONÇALVES, 2017).

Quando os alunos têm dificuldade de se comunicar, haverá barreiras de idioma, e a forma de falar irá interferir na comunicação, o que pode ser causado por fatores como emoções, ou atitudes interferentes. Entre as

dificuldades inerentes e obstáculos dos estudantes no processo de educação, podemos citar distúrbios de atenção, como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), desordem de déficit de atenção (DDA) e transtorno obsessivo-compulsivo (TOC)). Dentre as dificuldades de processamento da informação, podemos citar dislexia, disgrafia, disortografia e dislalia (LEITE, 2012).

TRANSTORNOS DE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

TDAH/DDA - O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade (ABDA, 2021).

TOC - O Transtorno Obsessivo Compulsivo é um transtorno mental caracterizado pela presença de obsessões, compulsões ou ambas. As **obsessões** são pensamentos, impulsos ou imagens indesejáveis e involuntários, que invadem a consciência causando acentuada ansiedade ou desconforto e obrigando o indivíduo a executar rituais ou **compulsões** que são atos físicos ou mentais realizados em resposta às obsessões, com a intenção de afastar ameaças (contaminação, a casa incendiar), prevenir possíveis falhas ou simplesmente aliviar um desconforto físico. (CORDIOLI, 2014)

DISGRAFIA - Segundo Garcia (1998), “a disgrafia é uma dificuldade no desenvolvimento da escrita, mas só se classifica como tal quando, por exemplo, a qualidade da produção escrita mostra-se muito inferior ao nível intelectual de quem a produz. Quanto às outras dificuldades a escrita ruim vem associada a um baixo nível intelectual.”

DISLEXIA - “É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam tipicamente de um déficit na componente fonológica da linguagem que é frequentemente imprevisível em relação a outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que podem impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais” (TELES 2019).

DISORTOGRAFIA - “Perturbação que afeta as aptidões da escrita e que se traduz por dificuldades persistentes e recorrentes na capacidade da criança em compor textos escritos. As dificuldades centram-se na organização, estruturação e composição de textos escritos; a construção frásica é pobre e geralmente curta, observa-se a presença de múltiplos erros ortográficos e [por vezes] má qualidade gráfica.” (PEREIRA, 2009, P. 9).

DISLALIA - Na dislalia surge uma alteração na fala, em que há imprecisão articulatória afetando padrões de produção de sons da língua, relacionados às fases de programação e ou execução neuro-motora. Esta

ocorre quando a criança está começando a falar. (EBERHART e CAUDURO 2013, p.10)

EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DE APRENDIZAGEM

Nos primeiros estágios do ensino fundamental, este é um período de propiciar aos alunos novas descobertas e mudanças entre a vida familiar e escolar e, finalmente, proporcionar uma perspectiva mais ampla para o aluno e sua cognição.

Para Ferreiro (2011, p. 38), “a criança recebe informação dentro, mas também fora da escola, e essas informações extraescolares se parecem com a informação linguística geral que utilizou quando aprendeu a falar.”

Portanto é durante o ciclo de alfabetização, as crianças são incentivadas a reconhecer letras e símbolos e surgem dificuldades nesse processo de reconhecimento. Neste ciclo, o processo de ensino vivenciou um paradigma complexo, envolvendo a interação entre professores e alunos, e essas interações podem ser benéficas para o processo de aprendizagem. Aprender a ler durante o ciclo de alfabetização é um desafio para os alunos, e os educadores precisam incentivá-los a desenvolver habilidades de leitura e escrita (GARCIA, 1998). Ferreiro (2011, p. 40),

É preciso mudar os pontos por onde nós fazemos passar o eixo central das nossas discussões. Temos uma imagem empobrecida da língua escrita: é preciso reintroduzir, quando consideramos a alfabetização, a escrita como sistema de representação da linguagem. Temos uma imagem empobrecida da criança que aprende: a reduzimos a um par de olhos, um par de ouvidos, uma mão que pega um instrumento para marcar e um aparelho fonador que emite sons. Atrás disso há um sujeito cognoscente, alguém que pensa que constrói interpretações, que age sobre o real para fazê-lo seu.

Quando encontrarmos um aluno que não sabe ler e escrever, e o aluno estiver esgotado os recursos didáticos aparecerão as “dificuldades de aprendizagem”, principalmente devido à dislexia. Saber ler e escrever significa saber ler e escrever em qualquer gênero, ler revistas, escrever cartas, usar a linguagem adequada e utilizá-la na sociedade. Quando uma criança tem esse campo, ela será alfabetizada e letrada, porque alfabetizada é saber ler e escrever, é uma pessoa alfabetizada, são aquelas que podem usar a leitura e a escrita socialmente e praticar a leitura e a escrita (FARACO, 2012).

Brum (2013) afirma que os pais têm se omitido da vida escolar de seus filhos, e estão cada vez mais terceirizando sua educação, jogando essa responsabilidade para a escola. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art. 2º).

A família tem um papel importante na vida escolar dos filhos, logo sua atuação é extremamente necessária para obter-se um bom rendimento escolar.

Segundo Cunha (2009), o elo entre o professor e o aluno é a metodologia utilizada – quando o professor acredita nas potencialidades de seu aluno e está preocupado com sua aprendizagem, acaba tendo boas práticas de ensino. Além disso, o autor afirma que alunos relatam que seus melhores professores são aqueles cujas aulas são mais atrativas, que estimulam a sua participação, que se expressam de forma que todos entendem o conteúdo e que procuram sempre formas diversificadas para desenvolver sua aula, induzindo à crítica e à curiosidade.

O professor pode utilizar de alguns recursos para auxiliar seus alunos a destravar possíveis bloqueios. Pode ser utilizado: Notícias, Vídeos, Texto, Desenho de placas, material para produção gráfica e textual (papel para impressão, papel-cartão, cartolina, lápis de cor, tinta guache, fotos do cotidiano, cola, etc.), laboratório de Informática com editores de texto e gráfico, computadores, serviço de cópias (xerox), biblioteca para pesquisa, jornais e revistas para pesquisa (TELES, 2019).

METODOLOGIA

Para esse estudo, será realizado o uso da técnica da pesquisa bibliográfica, utilizando as fontes bibliográficas do tipo de publicações, encontradas em livros, artigos e publicações avulsas. Buscas por meio de buscas nos sites Google Acadêmico e SciELO. Materiais pesquisados entre os anos de 2015 a 2021, todos publicados em revistas ou sites de estudo científicos. Os descritores de pesquisa foram: dificuldade de aprendizagem, transtornos de aprendizagem.

A pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois é elaborada com fundamentação em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos, não necessitando, portanto, ser submetida ao CEP – Comitê de Ética em Pesquisa. Sobre pesquisa documental, vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, ou recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização.

A presente pesquisa também se trata de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, explicativa, que tem como principal finalidade o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chaves,

utilizando para isto várias técnicas como pesquisas, leitura de formulários, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da pesquisa realizada percebeu que dentre os problemas existentes no ambiente escolar estão presentes as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental.

O conhecimento da leitura e da escrita é um aspecto importante para o desenvolvimento do ser humano. Sabe-se que durante o processo de aprendizagem das crianças, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, em que a mesma inicia sua vida no ambiente escolar, pode vir a apresentar dificuldades em fazer a correspondência entre as letras e os sons, mostrando muita dificuldade ao ler e escrever. Ao perceber essas dificuldades o professor deve dar uma maior atenção a essa criança e saber lidar com elas, não só nas dificuldades de ler e escrever, mas em qualquer dificuldade que a criança apresente, pois a um leque vasto dessas dificuldades.

As dificuldades de leitura e escrita resultam em diversas formas, uma vez que as de leitura se caracterizam quando a criança não foi bem alfabetizada, apresentando atraso na aquisição ou no desenvolvimento e na utilização da linguagem, que vem acompanhado com um escasso nível verbal, com pobreza de vocabulário, confusão de letras e dos sons, troca e omissões de palavras, e outros diversos motivos sociais, familiares, dentre outros.

Já as dificuldades na escrita geralmente são erros de gramática e na pontuação dentro de frases, falta de organização dos parágrafos, vários erros de ortografia, erros na percepção, tanto visual como auditiva, desvio de atenção, dentre outras características.

Afim de ajudar as crianças a superarem as dificuldades de ler e escrever, o profissional da educação precisa saber como o processo de aprendizagem da leitura e da escrita ocorre. Leva-se em consideração também que cada criança aprende de uma maneira diferente e não há como exigir de todas as crianças o mesmo desenvolvimento, ou até mesmo, nível de aprendizado. Uma forma de tentar minimizar essas dificuldades, é elaborar atividades que atendam às necessidades dos alunos com dificuldades.

O professor ao perceber os problemas de aprendizagem em sala de aula, deve comunicar os pais e apontar sobre a importância do auxílio deles para orientar seus filhos na hora de ler e escrever. Com isso os pais dão suporte aos filhos para lerem vários tipos de livros, jornais e revistas, estimulando-os, pois não adianta englobar a leitura como um aspecto importante se os próprios pais não leem e escrevem. Não é só os professores que devem ajudar essas crianças, os pais também, afim de propiciar uma base de conhecimento com mais eficácia para o educando.

Nem sempre o desenvolvimento de uma criança em sua fase escolar acontece de acordo com o esperado e desejado pelas partes que envolvem

a criança. Quando isso acontece é necessário agir de maneira cautelosa, de modo a não levar a criança a se sentir questionada ou cobrada, fazendo com que a problemática emergida venha a piorar e não melhorar. No entanto, para ajudar uma criança com essas dificuldades é preciso ter um conjunto de pessoas que trabalhem juntas em prol de um único objetivo: tentar diminuir os problemas de dificuldades na aprendizagem.

É de suma importância o apoio da família no processo de aprendizagem dos estudantes, devido fato dos pais desses alunos não quererem na maioria das vezes aceitar que o mesmo apresente alguma dificuldade de aprendizagem. Sem a contribuição da família no processo escolar da criança o risco que ela corre é bem maior, pois além de problemas escolares terá na vida como um todo.

Sabe-se que cada estudante é único e possui um desenvolvimento diferente do outro, podendo aprender com facilidade enquanto outros aprendem com mais dificuldade. É aí que entra o papel indispensável e fundamental do professor e de um psicopedagogo, pois é de grande importância que seja tratado como único, para poder suprir a necessidade de cada um conforme sua dificuldade.

As crianças com dificuldades de aprendizagem não podem viver mergulhadas no stress, e nem ter envolvimento com algum tipo de humilhação. Pois antes de mais nada a criança com dificuldade precisa de respeito. Diante desta pesquisa os autores relatam que os problemas neurológicos mais comuns entre as crianças e adolescentes na escola são: dislexia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), déficit de processamento auditivo (DPA) e as chamadas discalculias que interferem na capacidade de calcular e no raciocínio lógico da criança.

CONSIDERAÇÕES

Quando juntamos dificuldades, é quando não precisamos entender para compreender por meio do aprendizado, isso é tudo que um indivíduo pode obter, ou modificar um termo que encontramos amplamente discutido, principalmente por professores, psicopedagogos, pedagogos, como objetivo básico no campo, encontrar essas dificuldades dentro do aluno e interferir junto a eles.

De forma que o estudante apresente algum tipo de transtorno, como a discalculia, a dislexia, entre outros, não se sinta inferior a outras pessoas do seu convívio que não apresentam dificuldades de aprendizagem. Com isso, mostrou que neste processo da pesquisa é necessário contar não só o professor, mas também com o auxílio da família, da sociedade, da instituição de ensino em que estuda a criança.

Com fundamentação teórica em tudo que foi estudado até aqui, é de suma importância o envolvimento de todos, dando suporte para o portador de transtorno, a fim de transportar as barreiras e problemas existentes. Este trabalho foi de suma importância para apresentar que há várias as dificuldades que as crianças podem enfrentar na educação infantil, e que se

faz necessário estudos e levantamentos sobre este assunto afim de esclarecer cada vez mais, as dificuldades também enfrentadas pelos professores e ensiná-los como lidar com esta situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDA. **Associação Brasileira do Déficit de Atenção. 2021 Disponível em:** <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/> **acesso em: 20/04/2021**

BRASIL. Congresso. **Senado. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96.** Brasília, 1996.

BRUM, W. P. **Crise no ensino de matemática: amplificadores que potencializam o fracasso da aprendizagem.** São Paulo: Clube dos Autores, 2013.

BESSA, K. P. **Dificuldades de aprendizagem em matemática na percepção de professores e alunos do ensino fundamental.** Universidade Católica de Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/22007/KarinaPetriBessa.pdf>>. Acesso em: **20/04/2021**

CORDIOLI, A. V. **TOC.** Editora Artmed. Porto Alegre, 2014.

CUNHA, M. I. **A relação professor-aluno.** In: VEIGA, I. P. A. (Org.). Repensando a didática. 27. ed. Campinas: Papirus, 2009.

EBERHART, D.; CAUDURO, M. T. **Aspectos Relevantes Para Trabalhar Com O Transtorno Da Dislalia.** In: Educação física e pedagogia [ebook]: um encontro possível/Organizadoras: Maria Teresa Cauduro, Eliberto Lanza Cavalheiro. –Frederico Westphalen, RS: URI – Frederico Westph, 2013. Disponível em: <http://www.fw.uri.br/NewArquivos/publicacoes/publicacoesarquivos/171.pdf#page=1_0> Acesso em: 20/04/2021.

FARACO, C. A. **Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin.** São Paulo, Parábola, 2012.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** 24 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GARCIA, J. N. **Manual de dificuldade de aprendizagem. Linguagem, leitura, escrita e matemática.** Porto Alegre. Artmed 1998.

LEITE, V. A. M. **Dimensões da Não Aprendizagem.** Curitiba, PR: IESDE, 2012.

PEREIRA, R. S. **Dislexia e Disortografia – Programa de Intervenção e Reeducação** (vol. I e II). Montijo: You!Books. 2009.

TELES, P. **Dislexia: Método Fonomímico - Abecedário e Silabário.** Lisboa: Distema. 2019.

TOCANTINS. **Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins**. 2009. Disponível em: <<https://seduc.to.gov.br/publicacoes/publicacoes/documento-curricular-do-tocantins---educacao-infantil-e-ensino-fundamental/>> acesso em: 20/04/2021.

YAMANAKA, M. A. C; GONÇALVES, J. P. O professor e sua prática frente às dificuldades de aprendizagem em sala de aula. **Cadernos da FUCAMP**, v. 16, n. 25, 2017.

Igor Alves Bento

Graduando de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Dálcio Rosário Alves

Mestre em Educação - Políticas Públicas e Gestão Educacional PPGE – UNB
Técnico Pedagógico da Gerência da Educação Profissional – SEDUC- TO

Especialista Inspeção Escolar – FERLAGOS

Especialista em Orientação Educacional – FAFIMA – MG

Especialista em Supervisão Escolar – FIJ

Especialista em Pedagogia Empresarial – FIJ

Membro do Grupo de Pesquisa em Materialismo Histórico-dialético - Consciência

Membro do Programa de Extensão da UnB Pós-Populares

RESUMO

O artigo trata-se da posição do professor frente à prática docente no processo de ensino aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo em vista a importância do docente na formação do educando para o exercício de sua cidadania, chamo atenção nas concepções progressistas de ensino, recorrendo às teorias de John Locke, Paulo Freire, Selma Pimenta, Demerval Saviani dentre outros. Tendo como objetivo discutir a construção do saber em sala de aula compreendendo a construção social e histórica que influencia diretamente a educação. A metodologia do estudo tem como base a pesquisa qualitativa com análise dos materiais de diversos autores do campo educacional. Espera-se com o artigo uma contribuição sobre a ação docente, que seja capaz de ressignificar estas práticas, tornando-as mais eficazes e assim garantir uma educação de maior qualidade que gere uma aprendizagem significativa e de real valor para o sujeito aprendiz. Conclui-se que as mudanças paradigmáticas de aprendizagem tornaram o educando um sujeito ativo no processo de ensino, não sendo mais possível o uso de velhas práticas nesse novo tempo.

Palavras-Chave: aprendizagem significativa; concepção de ensino; ensino de qualidade; velhas práticas; criticidade novos tempos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é denominado “Velhas Práticas Para Novos Tempos Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental”, um estudo acerca do trabalho docente frente a novas demandas educacionais, a escolha deste tema se firmou a partir de dados levantados pela Avaliação Nacional da Alfabetização

(ANA), que em 2014 mostrou necessidade do país progredir nos índices de alfabetização dos mais de 20% dos estudantes que estão no nível 1 (alunos provavelmente capazes de ler palavras com estrutura silábica canônica) e dos 35% que ainda não conseguem escrever textos. Em uma nova pesquisa feita pela ANA em 2016 mostraram que os níveis de alfabetização dos brasileiros são praticamente os mesmos que em 2014, não havendo uma melhora significativa entre esses 2 anos.

Com o avanço das gerações vem consigo as novas demandas no campo educacional, essas mudanças paradigmáticas de aprendizagem, torna o aluno protagonista do seu aprendizado e o professor contribui como mediador desse processo. A maneira que as informações são distribuídas e facilmente acessadas, tem atingido diretamente a educação dos estudantes, expondo que algumas estratégias pedagógicas super valorizam a teoria. Pensando nesse contexto, Zeichner (1993) e Elliott (1993) diz que “[...] o problema do distanciamento e estranhamento entre os saberes científicos, praticados/produzidos pela academia, e aqueles praticados/produzidos pelo professor na prática docente, parece residir no modo como os professores e os acadêmicos mantêm relação com esses saberes”, segundo esses autores, essa realidade decorre de uma formação racional super valorizada, e nesse contexto de práticas significativas, essa supervalorização da teoria impossibilita essa práxis transformadoras.

Behrens (1996) afirma que precisamos de profissionais que tenham habilidades e saiba trabalhar em grupo, que invistam em seu conhecimento de formação continuada e tenham um pensamento crítico em todos os âmbitos, nesse sentido, o professor atuará como mediador do estudante como sujeito ativo desse processo. E é nesse sentido que a tecnologia que já está tão presente na nossa vida cotidiana, ainda mais, no momento de pandemia em que nos encontramos, favorecerá a autonomia e facilitará a elaboração de práticas pedagógicas mais dinâmicas e pensadas no estudante e sua realidade.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as contribuições de teóricos da educação sobre o fazer docente nos anos iniciais do ensino fundamental, contextualizando as tendências pedagógicas, seu contexto histórico e social até a prática docente em sala de aula, expor o conceito epistemológico partindo de um princípio empírico de educação, essa prática que tanto nos vislumbra, e que é uma problemática antiga que se transforma em discussão principalmente em meios acadêmicos onde a teoria e prática são estudadas.

Portanto, esse trabalho se justifica nesse atual cenário de mudança paradigmática, onde não admite professores resultantes da formação tradicional, embora a aprendizagem possa ser feita dentro das velhas práticas, não são suficientes para o ensino-aprendizagem de forma significativa.

EPISTEMOLOGIA DE APRENDIZAGEM

Há várias teorias da aprendizagem que buscam compreender a forma utilizada no processo de ensino-aprendizagem, tendo como primícia, a evolução cognitiva do homem, vendo a relação do conhecimento pré-existente e o novo. Filósofos como John Locke (1988), um dos principais representantes do empirismo britânico, explanou sobre o conceito de aprendizagem que surgiu a partir do pressuposto de que o conhecimento provém unicamente da experiência, e esse tipo de conhecimento é denominado como empirismo, isso significa que o sujeito é visto como uma folha em branco, onde o conhecimento é adquirido por meio da sua vivência, de modo que, quanto mais vasta for a sua experiência, mais conhecimento é absorvido.

No estudo da aprendizagem humana, temos duas vertentes que estão na base das teorias educacionais, o “objetivismo” no qual diz que a realidade existe independentemente do que temos como interpretação, onde a resposta não é múltipla e sim única, e por isso ela pode ser investigada e descoberta, já no “interpretativismo” diz que tudo depende do ponto de vista do indivíduo, ele interpreta a realidade de acordo com sua própria experiência de vida, em outras palavras, a verdade é uma questão de interpretação. Skinner (1972) diz que o sujeito aprende através das modificações do ambiente, isso significa que algo que foi ensinado foi colocado em prática e conseqüentemente, causando um efeito que resultava da resposta, tendo assim a fixação do mesmo.

A escola da vida não é bem uma escola, não porque ninguém nela aprende, mas porque ninguém ensina. Ensinar é o ato de facilitar a aprendizagem: quem é ensinado aprende mais rapidamente do que quem não é. O ensino é, naturalmente, muito importante, porque do contrário o comportamento não apareceria (SKINNER, 1972, p. 4).

A aquisição de conhecimento em uma sala de aula tem que ser gradativo, sendo adequado a cada estágio de desenvolvimento do indivíduo, o professor é o principal responsável no ambiente escolar para criar situações de aprendizagem que fomentem a curiosidade da criança para que ela participe ativamente desse processo, e isso inclui a adaptação do sujeito à sua realidade, isso é compreendido por dois conceitos: “Acomodação” e “Assimilação”, o primeiro refere-se ao momento em que ocorre a adaptação do sujeito aos objetos da sua realidade, exercendo assim modificações na sua estrutura. O segundo, ao contrário, refere-se ao momento em que o sujeito exerce a ação sobre os objetos da sua realidade. Embora sejam conceitos distintos, são indissociáveis (Coutinho, 2001, p. 176).

Segundo Piaget (1973), todo ser vivo procura manter um estado de equilíbrio com o seu meio, esse estado de equilíbrio é mantido através de

resoluções de problemas, e é nesse processo de desequilíbrio e equilíbrio que ocorre o desenvolvimento cognitivo. De acordo com Piaget (1973) o desenvolvimento cognitivo é dividido em estágios, e esses estágios são:

Período sensório-motor, que vai do nascimento aos 2 anos de idade, na qual, os comportamentos não passam de reflexos, são basicamente respostas biológicas, necessárias para a amamentação. Com um ano de vida os comportamentos voluntários entram em ação, onde as ações do mesmo passam a serem repetidas várias vezes usando como material o próprio corpo ou materiais externos, e ao final do primeiro ano de vida, o bebê percebe as consequências que o ambiente causa, dessa modo, o conhecimento é adquirido a partir da “causa e efeito” do mundo que o cerca, a partir disso, os comportamentos são feitos com intuito em algo, e por essa época os bebês percebem a permanência dos objetos, assim construindo uma realidade simbólica ainda limitada (PIAGET 1973).

No período pré-operatório, que ocorre dos dois aos sete anos de idade, encontra-se a habilidade de representar objetos e eventos mentalmente, e é nessa fase que a linguagem aflora, é aqui que os pensamentos são repassados adiante, mas, os sentimentos e o egocentrismo aparecem, por isso que Piaget considerava que a interação é tão importante nesse período (PIAGET 1973).

No período das operações concretas, que ocorre dos sete aos onze anos de idade, encontram-se as operações lógicas, o egocentrismo já não existe, mas conceitos abstratos como hipóteses e reflexão ainda não são dominados nessa fase (PIAGET 1973).

No período das operações formais que ocorre a partir dos doze anos de idade, aproximadamente, as operações abstratas já são dominadas e é por coincidência, o ponto mais alto da criança no período de desenvolvimento, é aqui que o pensamento reflexivo, lógico, social é dominado, levando em consideração, que esse é o ponto de inserção integral dela no mundo (PIAGET 1973).

OS SABERES DOCENTES NECESSÁRIOS PARA AÇÃO EDUCATIVA

Segundo Tardif (2002) a prática docente, envolve algumas vertentes, os saberes específicos, práticos, e pedagógicos didáticos. Os saberes específicos são aqueles que adquirimos durante a formação acadêmica, através de pesquisas, análises e discussões. Conforme Pedro Demo (2006) não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, e é nesse processo que o conhecimento é concretizado e internalizado. Na vertente prática, os saberes são adquiridos através do trabalho prático em sala de aula, vivenciando diferentes situações que corroboram para a sua formação profissional, é o que explica Tardif (2002) esses saberes “[...] não provém das instituições de formação nem dos currículos. [...] não se encontram sistematizados em doutrinas ou teorias”. A partir do momento que o professor adquire bagagem dos conhecimentos práticos, ele acaba transformando sua bagagem específica curricular em saberes transformadores, macetes, algo

mais subjetivo que conseqüentemente, acaba melhorando seu desempenho em sala de aula.

[...] a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem através do qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de uma maneira ou de outra. A experiência provoca, assim, um efeito de retomada crítica (retroalimentação) dos saberes adquiridos antes ou fora da prática profissional. (TARDIF, 2002, p. 53)

Na vertente pedagógica didática, vem dizer que é preciso ter domínio também das metodologias diversas, é saber aplicar e transmitir o conteúdo de acordo com a realidade do estudante, não apenas reproduzir técnicas já existentes. A prática em sala de aula tem que ser aplicada e posteriormente analisada, é preciso pensar fora da “caixinha” para que ela possa realmente ser significativa no processo, na vertente pedagógica didática, é basicamente a junção de ideias adquiridas na prática e conhecimentos específicos, com o objetivo de contribuir com a realidade em questão, que facilite o processo de ensino-aprendizagem. Esse ponto de vista é muito defendido por Pimenta (2000) onde os saberes pedagógicos podem colaborar com a prática docente, quando forem mobilizados a partir dos problemas que a prática propicia, portanto, há uma dependência entre ação e reflexão. TARDIF (2002) diz que, “no exercício cotidiano de sua função, os condicionantes aparecem relacionados a situações concretas que não são passíveis de definições acabadas e que exigem improvisação e habilidade pessoal”.

[...] o trabalho docente está impregnado de intencionalidade, pois visa a formação humana por meio de conteúdos e habilidades, de pensamento e ação, o que implica escolhas, valores, compromissos éticos etc. Significa então introduzir objetivos de natureza conceitual, procedimental e valorativa, em relação aos conteúdos da matéria que ensina; transformar o saber científico ou tecnológico em conteúdos formativos; selecionar e organizar conteúdos de acordo com critérios lógicos e psicológicos, em função das características dos alunos e das finalidades do ensino; utilizar métodos e procedimentos de ensino específicos, inserindo-os em uma estrutura organizacional em que participe de decisões e ações coletivas. Por isso, para ensinar, o professor necessita de conhecimento e práticas que ultrapassem o campo de sua especificidade (PIMENTA; ANASTACIOU, 2002, p.16).

O conhecimento por si só, não é algo de fácil absorção, por isso, professores têm o papel de facilitar esse processo. Adquirir conhecimento vai muito além de saber ler ou falar sobre, exige domínio do que se fala e lê.

Docentes além de ter a responsabilidade de dominar o conhecimento específico tem que saber como transmiti-la. García (1992, p. 3), enfatiza que é preciso prestar maior atenção conceitual e empírica à forma em que os professores 'transformam' o conhecimento que possuem em conhecimento ensinável e compreensível para os alunos.

Freire (1992) diz que existem saberes que são indispensáveis na prática docente de educadores críticos progressistas, e que devem ser conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente, tendo eles como: ensinar não é transferir conhecimento, e sim, criar as possibilidades para sua produção, ensinar exige rigorosidade metódica reforçando a capacidade crítica do estudante, ensinar exige pesquisa, no sentido da busca contínua, ensinar exige que haja respeito aos conhecimentos socialmente construídos pelos alunos na prática comunitária, ensinar exige ética, o ensino do conteúdo não pode ficar alheio à formação moral do educando.

AS RELAÇÕES DIDÁTICAS NUMA PERSPECTIVA TRADICIONAL DE EDUCAÇÃO

De acordo com Libâneo (1994) na perspectiva tradicional, predomina a autoridade do professor que exige atitude receptiva por parte dos alunos, formando assim, uma relação vertical, sendo o professor considerado o único detentor do saber, fechado ao diálogo, autoritário e o aluno um ser passivo, sem oportunidade de participar ativamente do processo, levando em consideração que a disciplina imposta é a forma mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio.

Por isso, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p.45).

A anos a educação vem sendo discutida, e várias perspectivas já foram expostas, mesmo assim, a perspectiva tradicional de cunho religioso e denominada como ultrapassada por vários autores, continua sendo uma das tendências pedagógicas mais utilizadas por docentes em todo o Brasil. De acordo com Freire (1979) esse método é cansativo, chato e de difícil entendimento, o que acaba afastando os discentes da sala de aula, e os que permanecem, não se interessam pelo conteúdo tornando-os analfabetos funcionais.

[...] conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixar docilmente “encher”, tanto melhores

educandos serão (FREIRE, 1987, p.58).

Podemos perceber que o ensino tradicional vai além da transmissão de conhecimento, o método rigoroso de julgamento, tratamento hierarquizado e falta de diálogo, tem como objetivo a opressão e alienação e formação de cidadãos obedientes e não críticos. De acordo com Freire (1979) o educador alienado a ignorância não é flexível a novas visões de mundo, ele sempre será o detentor do saber absoluto e os educandos, garrafas vazias desprovidas de qualquer conteúdo. Vemos que essa posição tradicional de educação adotada em instituições de ensino ou por alguns docentes, nega o conhecimento como um processo de busca.

O PORQUÊ DAS VELHAS PRÁTICAS NESSE NOVO TEMPO

A docência requer vários conhecimentos científicos adquiridos no ambiente acadêmico e no profissional, e dependendo da qualidade dos conhecimentos adquiridos neste processo, conduzirá de forma efetiva o exercício da profissão.

"o exercício da profissão docente se caracteriza pela pluralidade de saberes e experiências para seu desempenho. [...]." Sendo assim, a formação do professor é cercada de saberes, que provêm de contextos diversos e singulares, tanto do âmbito acadêmico quanto das experiências equalizadas no exercício do magistério, que contribuem, indubitavelmente, com o seu desempenho e crescimento profissional. O domínio desses saberes é vital para a constituição de sua identidade e profissionalização, em razão da complexidade, função social e natureza de suas atividades no âmbito educacional, porque "a docência é um trabalho de humano e com humano na mediação de saberes: ou seja, é essencialmente um processo de interação entre 3 pólos: o docente, os alunos e a matéria de ensino." (PASSOS, 2004, p.80 apud CASTRO, 2013, p.80)

Todo aprendizado que começa em sala de aula deve ser uma ponte para o conhecimento, permeando, assim, a vida do estudante em todos os sentidos, enxergando a importância de entender o percurso, tempo e o ritmo de alfabetização trilhado por cada criança, porém, além das dificuldades relacionadas ao processo pedagógico, existem crianças que possuem necessidades educativas diferenciadas por conta de distúrbios de aprendizagem, a heterogeneidade do processo de ensino aprendizagem, revelará a variação quanto a absorção do estudante ao conteúdo ensinado em sala de aula, desse modo, diferenciando os níveis de aprendizagem de cada um. Os distúrbios mais comuns são: discalculia, disgrafia, dislexia, entre outros que afetam as crianças em idade escolar e que precisam de uma

atenção diferenciada, contudo, diante disso, não podemos culpar os distúrbios pelos índices baixos de alfabetização na idade certa.

Uma boa parte dos professores baseiam suas práticas pedagógicas no que virou senso comum (LIBÂNEO, 2003, p.3), entretanto, essas práticas limitam o processo, as novas concepções de educação estão à disposição, por que não colocar em prática? Vemos que professores capazes de enxergar o sentido mais amplo do processo terão sucesso em sua ação (LIBÂNEO, 1994 p.03). Estudantes que geralmente não conseguem aprender são diagnosticados com falta de interesse por professores que não entendem o contexto amplo de sua ação, às vezes o problema é mais simples do que se imagina: os métodos utilizados para a alfabetização não foram adequados ou não respeitaram o seu tempo ou ritmo. “Alguns professores desconhecem o caminho que os alunos vêm percorrendo no processo de alfabetização, classificam as dificuldades encontradas como problemas que a escola não pode sanar e os encaminham para um psicólogo ou fonoaudiólogo, quando na verdade os problemas de alfabetização podem ser sanados pela própria escola.

“Às vezes, a criança não aprende a ler e escrever como e quando a escola espera que ela aprenda, mas é bom refletir sobre o momento em que ela se encontra, talvez não tenha superado algum estágio que faz parte de todo o processo, mas com certeza se alfabetizará”. O fato de não estar escrevendo ou lendo como a escola e a família desejam, não significa que a criança tenha um distúrbio, mas pode estar ainda em uma fase anterior à esperada, construindo o processo de escrita e de leitura. “Até porque cada criança tem seu tempo e seu ritmo de aprender. Nem todos aprendem ao mesmo tempo e da mesma forma. Entender os estágios de desenvolvimento e como se dá a aquisição da leitura e da escrita, são fatores importantes para os professores”, ressalta a especialista (CENTRAL PRESS, 2019)

Os tempos são outros, devido a isso, as exigências educacionais também, a escola de hoje não pode se igualar a escola de alguns anos atrás, mas sim, evoluir e enfrentar os desafios subsequentes. As práticas, ferramentas, metodologias passadas já ficaram defasadas e não supre as necessidades do atual cenário educacional, não tem como negar que as informações estão cada vez mais acessíveis e o imaginário dos nossos estudantes está cada vez mais ativo, e como consequência os estudantes estão mais autônomos, por isso é preciso que haja novas práticas de ensino que estimulem a aprendizagem e desafie o sistema educacional público brasileiro. (VIEGAS, 2018)

Na visão de Paulo Freire, o conhecimento é produto das relações dos seres humanos entre si e com o mundo. Nestas relações, homens e mulheres são desafiados a encontrar soluções para situações para as quais é

preciso dar respostas adequadas. Para isto, precisam reconhecer a situação, compreendê-la, imaginar formas alternativas de responder e selecionar a resposta mais adequada (BARRETO, 1998, p.56).

Atualmente, muito se discute sobre a indisciplina em sala de aula, que acaba por afastar vários profissionais que terminam a graduação como docente, do exercício da função. De onde vem a indisciplina? De onde vem o baixo rendimento escolar? Por que a escola se tornou um lugar maçante psicologicamente para os alunos e desgastante para muitos professores? Antônio Nóvoa (1995) diz que, “As escolas são instituições de um tipo muito particular, que não podem ser pensadas como fábrica ou oficina, a educação não tolera a simplificação do humano, que a cultura da racionalidade empresarial sempre transporta”, os pontos de indagação exposto acima tem sua responsabilidade baseados em ambientes escolares que busca avanços quantitativos, pensados meramente no mercado de trabalho totalmente competitivo, e baseado na repetição, deixando de lado o ser humano que faz parte desse processo, assim, a forma que o professor conduz seus trabalhos em sala de aula seja de forma rígida e hierarquizada ou participativa, reflete nos alunos.

A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA SE CHEGAR ÀS NOVAS PRÁTICAS

Para muitos, a palavra “crítica” parece se referir a uma atitude ruim, e isso é muito corroborado pela sua etimologia, o que é uma visão deturpada, pois na verdade o propósito da abordagem se pauta na visão racional e inteligente do todo e não apenas de partes fragmentadas. Nos dias atuais, pensar na educação de uma forma crítica se tornou questão de necessidade, por permitir uma visão panorâmica do conhecimento a todos os envolvidos na ação, e quando falamos de uma visão crítica na área da educação, temos que nos atentar a Paulo Freire, um dos pioneiros nessa linha de pensamento e que fez história na educação brasileira dos anos 60 a 80 no Brasil com a pedagogia libertadora e transformadora, sendo conhecido no mundo todo. Paulo Freire (1996) nos mostrou que o conhecimento é o resultado de tudo aquilo que foi adquirido através do acúmulo de diversos contextos históricos e sociais, e a sociedade é uma resposta desses conhecimentos acumulados, assim, o conhecimento que são repassados nas escolas vem de uma vertente científica, mas, antes do professor repassar esses conhecimentos para o estudante, esse conhecimento tem que se tornar algo ensinável, esse conteúdo não é ensinado da forma original divulgada pelos estudiosos, passa por uma fase de fragmentação, contextualização, tendo como finalidade, tornar algo descontextualizado em algo contextualizado, como afirma Chevallard (1991). Ensinar exige criatividade e imaginação, mesmo que o conhecimento esteja contextualizado na cabeça do professor. Muitos desses conhecimentos são repassados seguindo orientações definidas por gestores e órgãos educacionais, mas, somente o professor saberá como adaptar os conteúdos ao contexto específico de sua sala de aula.

Ao mesmo tempo em que os conhecimentos prévios dos alunos são problematizados, deve-se fazer a contextualização histórica dos problemas que originaram o conhecimento científico e culminaram nas teorias e modelos que fazem parte do programa de conteúdos escolares a ser aprendido pelo aluno. (BRASIL, 2006, p.51)

A inclusão é um dos fatores que pode contribuir para um ensino significativo, o docente que leciona em uma sala de aula formada por alunos de diferentes características, que precisa entender que a didática usada para mediar o ensino pode ser de difícil absorção para alguns e fácil para outros, classificar entre “bons” e “fracos” dificulta a aprendizagem, vendo que, estereótipos são formas de limitar indivíduos sobre alguma coisa, e isso, é claramente o despreparo do professor que não consegue administrar uma sala de aula, e recorre a exclusão como método de ensino, por isso, Sole (2004) reitera que:

De tal modo, os professores estão condicionados a prepararem suas aulas para os alunos bons, que compreendem os conteúdos, apresentam os trabalhos e tarefas em dia, tiram notas boas, estão bem classificados nas escalas de proficiência, enquanto os alunos tidos como “fracos” ficam a mercê do sistema, sofrem com a evasão, a repetência, a discriminação, o estereótipo, ou até mesmo a com a promoção automática. Muitos profissionais até proclamam que a formação destes alunos tem que ser para a vida e basta, no sentido de que se conseguirmos formar homens de bens e não criminosos e/ou marginais a escola já cumpriu muito bem seu papel, sua parcela de responsabilidade para com a sociedade.

Com a LDB (2013) conseguimos vislumbrar uma educação brasileira de mais qualidade, porém, esse processo de mudanças é complexo, pois exige dos educadores uma reaprendizagem da própria prática, moldando-se para uma prática articuladora e transformadora. A LDB (2013) contém normas de âmbito nacional, respaldada na flexibilidade e autonomia para que possam fazer seus projetos políticos pedagógicos de acordo com sua realidade. Sendo assim, cabe à escola a ousadia para fomentar a mudança que a LDB (2013) exige no ato de educar. Valores enraizados são um impasse característico de mudanças necessárias, mas, quando os professores tomam consciência dessa nova perspectiva e o quanto necessário ela é, dão o primeiro passo para a mudança e se tornam agentes transformadores.

Diálogo entre professor e aluno é uma das principais filosofias de Paulo Freire, sendo a forma mais eficaz de transformar o aprendiz em um sujeito ativo, capaz de modificar o ambiente em sua volta a partir de suas próprias convicções. Em seu livro *Pedagogia do oprimido*, temos o vislumbre

da consciência crítica, surgindo da educação como uma prática de liberdade, tornando a educação um ato político, sendo essa uma ferramenta de transformação social e como forma de reconhecer e reivindicar direitos.

Não existe tal coisa como um processo de educação neutra. Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a 'prática da liberdade', o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo. (Paulo Freire 2000 p.15)

A Educação crítica de Paulo Freire, é muito discordada pelos conservadores de direita, principalmente pelos que seguem as doutrinas de Olavo de Carvalho, um ideólogo brasileiro, um dos maiores críticos da teoria de Paulo Freire, onde a teoria freireana é vista como uma doutrinação marxista, tendo em vista que em muitos dos trabalhos de Freire, há referência a esquerdistas como Karl Marx, além de figuras públicas como Fidel Castro e conceitos marxistas, mas, independentemente dos opositores aos pensamentos de Freire, que não concordam com a relação política relacionado a pedagogia, foi a forma que ele conseguiu despertar a consciência de opressão e injustiças na sociedade.

Paulo Freire foi, com certeza, um dos nossos maiores educadores, entre os poucos que conseguiram reconhecimento internacional. Sua figura carismática provocava adesões, por vezes de caráter pré-crítico, em contraste com o que postulava sua pedagogia. Após sua morte, ocorrida em 1997, a uma maior distância, sua obra deverá ser objeto de análises mais isentas, evidenciando-se mais claramente o seu significado no nosso contexto. Qualquer que seja, porém, a avaliação a que se chegue, é irrecusável o reconhecimento de sua coerência na luta pela educação dos deserdados e oprimidos que no início do século XX, no contexto da "globalização neoliberal", compõem a massa crescente dos excluídos. Por isso, seu nome permanecerá de uma pedagogia progressista e de esquerda (SAVIANI, 2008, p. 336).

Outro ponto questionado pelos conservadores é a concepção de educação horizontal, a falta de autoridade que a sala de aula pode ter, ocasionando assim, em uma baderna sem precedentes, porém Freire, em Pedagogia da Esperança diz que "os professores não são iguais aos alunos", não interfere o ensino, o respeito gera respeito, uma postura democrática não anula o professor como mediador do processo, havendo assim, a conservação de sua identidade.

O diálogo entre professores ou professores e alunos ou

alunas não os torna iguais, mas marca a posição democrática entre eles ou elas. Os professores não são iguais aos alunos por razões entre elas porque a diferença entre eles os faz ser como estão sendo. [...] O diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem, não nivela e assim crescem um com o outro (FREIRE, 1992, pp.117-118).

Não podemos negar que a escola ocupa um lugar fundamental na vida das crianças no processo de formação, tanto intelectual quanto moral e de descoberta dos próprios valores. Trata-se de um espaço formal e de convivência social, essa ação imersiva abre possibilidades para que os estudantes deixem o âmbito exclusivo do contexto familiar, marcado muitas vezes, por relações verticais, definidas pela hierarquia e autoridade, e passem para um outro contexto, abrindo relações entre pares, que são iguais e permitem a construção de valores fundamentais como amizade, companheirismo, cooperação, respeito etc. (Freire, 1987, p.87)

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaia uma experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...] (FREIRE, 1996, p.41).

Dessa forma, o ensino remoto dificulta esse elemento fundamental no ensino que é as relações sociais, onde, aprender não necessita apenas de um bom professor e de materiais adequados, mais também, são necessários os encontros e as trocas entre as pessoas, às interações em sala de aula, através de uma pergunta, por exemplo, fazem todos aprenderem de forma coletiva, mesmo que isso também possa ocorrer em aulas remotas, não terá aquela complexa relação pessoal. Além disso, no ambiente escolar, o currículo oculto é aplicado, pontos importantes para a formação do estudante como aspectos éticos e morais que não são vinculados a um conteúdo específico. (FREIRE, 1996)

Ideias inovadoras de ensino são essenciais para auxiliar os alunos no seu dia a dia, levando em consideração sua vida fora da escola, sua singularidade, estar preocupado com o desenvolvimento dos alunos, repensar o porquê ensinar, como ensinar, o que ensinar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) está cheia de propostas pedagógicas, que delimitam os conteúdos mínimos que os currículos escolares precisam disponibilizar. Durante a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) havia uma grande preocupação na adequação do documento normativo, em relação à realidade das escolas, suas diversidades demográficas, sociais, culturais, históricas e econômicas. Por isso, o contexto

e a realidade local ganharam papéis relevantes no processo de desenvolvimento do documento.

CONSIDERAÇÕES

Durante a produção do artigo ficou claro o quão importante é o papel do docente, compreender os métodos de como ensinar o que ensinar, não apenas pela concepção que o professor é o detentor do conhecimento, mais, principalmente, se apoiar que a reflexão sobre a teoria ajuda fomentar uma prática transformadora. Acredita-se que pesquisas como essa que tragam o protagonismo do discurso aos educadores, contribuem com a valorização do trabalho do professor, ou seja, traz o reconhecimento que o educador precisa e norteia sua prática. É preciso mais pesquisas sobre a ação docente, pesquisas em campo que gerem discussão, visibilidade, que por consequência, tragam ensinamentos que agreguem o meio educacional como um todo.

O professor não pode estar alheio às questões sociais, dependendo da realidade daquele estudante, que muitas das vezes, não tem como se alimentar de forma correta por causa do baixo poder aquisitivo da família ou não tem meio de transporte, materiais adequados, vestimenta, moradia, relação familiar saudável, tudo isso torna o processo de ensino comprometido. A função do professor é de mediar o conhecimento e explorar a capacidade daquele estudante ao máximo, no entanto, para que isso seja possível nesse contexto tão comum em muitos lugares, o professor tem que compreender esses contextos sociais, o aluno não deve ser visto como problema e sim como uma intersecção dessas instituições tão importantes: família e escola. E a cada mudança paradigmática, o método deve progredir a altura, sempre com o objetivo de formar um cidadão ético e capaz de contribuir de forma significativa para a sociedade.

Estamos na era da informação, nossos estudantes que estão nos anos iniciais do ensino fundamental não estão aptos ao ensino tradicional, portanto, o importante na escola, atualmente, é saber o que fazer com tantas informações que estão ao alcance da maioria dos educandos de forma rápida e fácil, como estabelecer relações e a aplicabilidade para que essas informações deixem de serem apenas informações e passem a ser um novo conhecimento, para isso, é necessário outro olhar do educador sobre o processo de aprendizagem, em que o professor não é mais o detentor do saber, não transmite conhecimento e muito menos, é o centro do processo. A passividade do aluno no desenvolvimento escolar passa a ter cada vez menos resultados concretos na sua formação. Um ótimo exemplo de ferramentas motivadoras são as “metodologias ativas”, que tem como princípio e objetivo estimular a autoaprendizagem, a curiosidade do estudante e a reflexão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base 2017.**

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio. Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias.** Brasília. SEB/MEC. 2006

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para educadores.** São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação Continuada e a Prática Pedagógica.** Curitiba: Champagnat, 1996.

CASTRO, Mirtiel Frankson Moura. **Práticas Pedagógicas E Saberes Docentes: Perspectivas E Implicações Para O Trabalho E Para A Formação De Professores.** Fortaleza. 2013

CENTRAL PRESS. **Demora na alfabetização não deve ser confundida com distúrbio de aprendizagem.** Agência de Reputação e Comunicação Corporativa. In: Central Press. São Paulo. 2019.

CHEVALLARD, Yves. **A transição didática:** Do conhecimento sábio ao conhecimento ensinado. Editora Aique: Buenos Aires. 1991.

COUTINHO, M., T., C; MOREIRA, M. **Psicologia da Educação: Um Estudo dos Processos Psicológicos.** Belo Horizonte: 2001.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ELLIOT, J. **Mudança educacional a partir da pesquisa-ação.** Madrid: Morata, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas a outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a Pedagogia do oprimido São Paulo: Paz e Terra 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Paz e Terra, 1987.

_____. **Ação cultural para liberdade e outros escritos**. 14 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

GARCÍA, C. M. **A formação de professores**: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (Org.) Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 11ª ed. Ministério da Educação, 1996. **Plano Nacional de Educação** 2013.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIBÂNIO, José Carlos, **Didática**. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

NÓVOA, Antônio. (org). Para uma análise das instituições escolares. In: **As organizações escolares em análise**, Lisboa, dom Quixote, 1995 - 2 Ed.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber – esboço de uma problemática do saber docente. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 4, 1991.

TARDIF, Maurice; GAUTHIER, Clermont. O saber profissional dos professores - fundamentos e epistemologia. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA SOBRE O SABER DOCENTE, 1996, Fortaleza. Anais Fortaleza: UFCE, 1996.

PIAGET, J. A psicologia. 2. Ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1973.

PIMENTA, S. G.; **Formação de professores**: saberes e a identidade da docência. In:

_____, S. G. (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, S.G. e ANASTACIOU, L. G.C. Docência no Ensino Superior. São Paulo; Cortez 2002.

VIEGAS, Amanda. Os desafios da escola no mundo contemporâneo. Plataforma Educacional, São Paulo, 19 de julho de 2018.

SOLÉ, Isabel. **Das capacidades à prática educativa.** (Org) Aprender conteúdos & Desenvolver capacidades. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SKINERS B.F. (1972). Tecnologia do Ensino. São Paulo: E. P. U (Tradução de Rodolpho Azzi / Edição original de 1968.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil** 2008.

ZEICHNER, Kenneth. M. A formação reflexiva de professores: idéias e práticas. Lisboa: Educa, 1993. p.12-52.

Gabriella Oliveira de Araujo

Graduada de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Dálcio Rosário Alves

Mestre em Educação - Políticas Públicas e Gestão Educacional PPGE – UNB

Técnico Pedagógico da Gerência da Educação Profissional – SEDUC- TO

Especialista Inspeção Escolar – FERLAGOS

Especialista em Orientação Educacional – FAFIMA – MG

Especialista em Supervisão Escolar – FIJ

Especialista em Pedagogia Empresarial – FIJ

Membro do Grupo de Pesquisa em Materialismo Histórico-dialético - Consciência

Membro do Programa de Extensão da UnB Pós-Populares

RESUMO

A presente pesquisa intitulada: A contribuição do conhecimento didático crítico frente às dificuldades de aprendizagem no ciclo da alfabetização de cunho bibliográfico, tem como objetivo contribuir com a minimização de dúvidas sobre a prática pedagógica mais eficaz das dificuldades da alfabetização com foco de abordagem voltado para crianças que apresentem Dificuldade de Aprendizagem (DA), ressaltando a relevância da contribuição do conhecimento didático crítico neste processo. Assim, o embasamento teórico respaldou-se em autores que abordam estas temáticas, como: Gomes e Sena, Smith e Strick, Loureiro, Veiga, Faria, Freire e Pimenta. Desta forma este artigo buscou, de forma sucinta, esclarecer a necessidade da adoção de uma didática permeada pela criticidade em sala para que haja uma aprendizagem contextualizada, igualitária e significativa para todos os alunos, dando oportunidades reais para aquelas crianças que se encontrem em dificuldade de aprendizagem.

Palavras-Chave: crítico; didática; dificuldade de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Ao longo do processo da criação e encerramento desta pesquisa, foi abordado temas pouco correlacionados quando pesquisados, fazendo com que lacunas sejam criadas ao se discutir sobre o ciclo de alfabetização com uma abordagem da didática crítica focando em estudantes que apresentem dificuldades de aprendizagem, e a suas contribuições neste processo de suma relevância para o discente em todo o seu processo de aprendizagem. Pois quando se pensa mais profundamente sobre este assunto fica mais claro a sua grande importância no cotidiano do estudante,

devido ser este o seu primeiro contato com a sua autonomia em relação a sociedade.

Seguindo esta linha de pensamento busca-se desenvolver uma pesquisa com embasamento teórico, estruturado nas pesquisas de Gomes e Sena, Smith e Strick, Loureiro, Veiga, Faria e Freire e nos documentos oficiais do Sistema Educacional Brasileiro: Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC), focando em como a didática crítica pode ajudar no desenvolvimento da alfabetização de crianças que apresentam algum tipo de dificuldade de aprendizagem.

Em vista disso essa pesquisa procura mostrar de forma clara a necessidade de se desenvolver práticas com a perspectiva crítica para que o estudante consiga trazer significado aos ensinamentos propostos em aula, porque a ação docente, embasada nesta concepção de educação, faz com que ele aprenda fazendo relação a sua realidade, vivências e conhecimentos adquiridos antes de adentrar a escola.

Assim buscou-se mostrar de forma concisa a necessidade de uma real transposição didática, trazendo uma nova visão para práticas tradicionais no ambiente educativo, e também à didática crítica, para se obter eficácia em relação ao aprendizado, correlacionando-as de forma contextualizada com o ciclo de alfabetização e as dificuldades de aprendizagem do sujeito aprendiz nesta etapa de formação.

A atual pesquisa ao perceber o olhar do docente ainda voltado em sua maioria para uma didática tradicional, e por sua vez utilizando de metodologias que não chama a atenção dos estudantes, por ser uma prática repetitiva e sem atrativos que motivem seus estudantes a aprender assim os desmotivando. Quando se menciona isso pode se levar a acreditar que se os alunos que não apresentam dificuldades não se sentem motivados os que apresentam alguma DA se sentem ainda menos. Portanto, acredita-se que essa pesquisa, possa contribuir com a ressignificação do olhar do educador em relação ao seu fazer docente, uma vez que a aprendizagem significativamente o estudante interdepende da sua visão educativa.

CICLO DA ALFABETIZAÇÃO

O ciclo de alfabetização está contemplado no 1º ao 3º anos do ensino fundamental, do qual entende-se que a criança deve, ao final, conseguir ler e escrever, ou seja, ter apropriação da lecto-escrita.

Então a criança deve se encontrar plenamente alfabetizada com seus 8 anos,. Então no 1º e 3º ano todas as ações e propostas pedagógicas devem ter um enfoque na alfabetização, para que ao final deste período a criança esteja plenamente alfabetizada, conseguindo atribuir significado ao que foi aprendido, afirma Gomes e Sena (2000, p. 23): “Aprender a ler e escrever, por exemplo, é muito mais de que adquirir habilidades básicas. É principalmente construir, obter e atribuir sentido e significado à aprendizagem.” Pois a alfabetização tem um grande papel na construção dos saberes dos

educandos, este é o marco inicial para a criança ingressar no “mundo da escrita e leitura”. Mas para que isso ocorra precisa-se de uma boa didática, de ainda mais cuidadosa aquisição destes conhecimentos para que a criança não se sinta pressionada nesta fase tão importante, um bom planejamento com a equipe pedagógica, dentre outros fatores que podem surgir ao longo do processo.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Dificuldade de Aprendizagem (DA) é quando o indivíduo não consegue aprender efetivamente o que lhe é passado, este problema apresenta diversos fatores tais como: metodologia, concepção didática, meio social, hereditariedade, dentre outros fatores diversos, assim também traz Smith e Strick (2001, p.15):

Raramente elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os problemas psicológicos dessas crianças frequentemente são complicados, até certo ponto, por seus ambientes domésticos e escolar, além de por fatores como temperamento e estilo de aprendizagem.

Dessa forma como é mostrado existem inúmeros fatores que podem causar algum tipo de DA.

Transtornos de aprendizagem e dificuldade de aprendizagem possuem inúmeras características e peculiaridades, e apresentando diferentes graus de agravamento, para Rotta e col. (2016) transtorno é:

Os transtornos da aprendizagem compreendem uma inabilidade específica, como de leitura, escrita ou matemática, em indivíduos que apresentam resultados significativamente abaixo do esperado para seu nível de desenvolvimento, escolaridade e capacidade intelectual.

Então como Rotta e col. (2016) afirma a criança que tem algum dos diversos transtornos que existem, pois são inúmeros, apresenta uma capacidade intelectual diferente das que não apresentam nenhum tipo de transtorno, e este por sua vez não tem cura apenas tratamento que irão auxiliar o aluno ao longo do seu processo de aprendizagem.

As informações são processadas de forma diferentes no cérebro, fazendo sua aquisição de conhecimento relativamente lenta em comparação com uma pessoa que não possuem tal dificuldade.

As crianças com DA apresentam algumas peculiaridades tais como: não aprender normalmente, não tem deficiências sensoriais (auditivas ou visuais), não apresentam qualquer tipo de deficiência mental, sem distúrbios

graves, não surgiu de um contexto de privação tanto ambiental como sócio-cultural ou da falta de continuidade de assistência escolar ou mudanças frequentes de escola, mas essas circunstâncias podem favorecer o desencadeamento ou até mesmo agravar um problema na área de dificuldade de aprendizagem, mas também podem estar relacionadas a problemas neurológicos, pois cada indivíduo é único.

Então como o surgimento das DAs que possuem inúmeras causas o processo para desenvolver o aprendizado deve ser diferente para cada tipo de dificuldade encontrada ou seja, é preciso metodologias específicas.

DIDÁTICA TRADICIONAL

A didática tradicional tem um enfoque voltado apenas para a memorização, ou seja, em fazer os alunos decorarem o que é repassado por seus professores. Estas crianças, em sua maioria, não tem um desenvolvimento crítico trabalhado, pois neste tipo de ensino o aluno não tem espaços para manifestar suas opiniões e assim seu conhecimento não é construído de forma significativa e sim como meio de obter notas altas, pois este método não tem um enfoque no aprendizado, mas em notas.

Dessa forma os estudantes são padronizados em uma só linha de pensamento, sendo este o que a escola definir como correto, sem abertura às opiniões diversas, então nos traz um currículo engessado e inflexível.

Este tipo de didática apresenta características que atualmente não são bem vindas para o ensino, pois o professor é considerado o detentor do saber, é autoritário e seus alunos são concebidos como seres passivos, apenas observadores do processo de ensino, a avaliação é apenas classificatória, com pontuação em provas, a relação professor-aluno é nula, pois aqui o professor é conteudista e não dá espaço para o aluno argumentar sobre o que lhes é transmitido, o contexto social que é apresentado nesse ensino trás exemplos muito distante das realidades de muitos alunos, desvalorizando assim os conhecimentos prévios destas crianças, visto que suas realidades não são relevantes para o ensino, e dessa forma o ensino se torna desconectado e sem sentido para o aluno. Loureiro (2005, p.55) enfatiza:

A aprendizagem, desconectada da realidade dos educandos, trabalha apenas com o cérebro. Não abrange os sentimentos ou os significados pessoais, os interesses, gostose experiências de vida. Não tem nenhuma relevância para a pessoa como um todo.

Então pode-se observar claramente que não irá acontecer um estudo significativo visto que este não irá ter relevância para o aluno como sujeito histórico. Mesmo sendo uma das formas de ensino mais utilizadas historicamente no decorrer do desenvolvimento do ensino no Brasil, este tipo de ensino ainda tem muitas questões das quais nos fazem desacreditar desta concepção, uma delas é a comunicação do professor com o aluno, uma vez que aqui não tem oportunidades para o estudante falar o que pensa e assim

não ter espaço para fazer questionamentos que sanem suas dúvidas em relação aos objetos de conhecimentos, assim também afirma Libâneo (2013):

Atividade de ensinar é vista, comumente, como transmissão da matéria aos alunos, realização de exercícios repetitivos, memorização de definições e fórmulas. O professor “passar” a matéria, os alunos escutam, respondem o “interrogatório” do professor para reproduzir o que está no livro didático, praticam o que foi transmitido em exercícios de classe ou tarefas de casa e decoram tudo para a prova. Este é o tipo de ensino existente na maioria de nossas escolas, uma forma peculiar e empobrecida do que se costuma chamar de ensino tradicional.

O educador, centralizador do processo não mostra interesse na fala ou nos questionamentos que poderiam surgir em relação ao que este está sendo abordado, pois para ele o silêncio é prazeroso, é um sinal que os alunos o obedecem como sujeito detentor de todo o saber, desconsiderando o aprendiz como sujeito histórico ao qual ele está meramente repassando conteúdos, dado que cada criança chega a escola com um conhecimento adquirido de suas experiências, então porque não utilizar isso para fazer atividades pedagógicas que se torne interessantes e façam surgir curiosidade em ambas as partes, pois todos estarão vivenciando atividades novas, mas esta didática se torna ainda mais duvidosa ao não pensar nos seus alunos e sim em estabelecer uma relação vertical e hierárquica, baseada em dados classificatórios, desfocando seu objetivo para a nota em detrimento da aprendizagem, sem de fato se importar se houve ou não aprendizado significativo, ou seja, a ênfase desta concepção de ensino está relacionada à memorização e não à aprendizagem.

Traz-se uma citação de Loureiro (2005), para fechar a ideia desta concepção: “O processo de aprendizagem se resume em dar aos educandos conteúdo para ser memorizados, é o ensino tradicional.” Então fica claro que a metodologia empregada nessa didática não se apoia em aprendizado mas em memorização.

DIDÁTICA CRÍTICA

A didática crítica é atualmente a mais indicada para se ter um ensino significativo, pois neste tipo de ensino o foco é o aluno e sua construção do saber, esta didática traz uma abordagem no desenvolver do pensamento crítico do aluno fazendo com que este busque pesquisar e correlacionar o conhecimento científico com suas vivências pessoais. Para tanto, o educador lança mão de metodologias diversificadas a partir do diagnóstico da realidade e estabelece uma relação dialógica com o educando. Veiga (2004, p. 75) diz que:

A didática crítica busca superar o intelectualismo formal do enfoque tradicional evitar os efeitos do espontaneísmo escolanovista, combater a orientação desmobilizadora do tecnicismo e recuperar as tarefas especificamente pedagógicas, desprestigiadas a partir do discurso reprodutivista.

Ao trazer esta fala fica ainda mais evidente o quanto este ensino tenta buscar ao máximo atividades pedagógicas que fortaleça o conhecimento significativo das crianças, portanto ao explanarmos sobre esta concepção didática estamos citando um ensino lógico-histórico, que se faz por meio de pesquisas.

Aqui o professor é articulador e neste caso mediador do saber, o aluno é valorizado como sujeito histórico, então seu conhecimento empírico é considerado um fator importante na hora de desenvolver metodologias para aprendizagem, e assim seus conhecimentos tem base em pesquisas e diálogos, seus conteúdos são baseados na -LDB 9.3.94/96, nas DCNs, e na BNCC, para se ter um ensino de qualidade e linkado com a concepção de educação adotada pelo Sistema Educacional Brasileiro. Sua forma de avaliação não envolve apenas provas periódicas, mas uma avaliação contínua e processual.

A relação professor-aluno se respalda no respeito mútuo e se tem espaço para diálogos e questionamentos. Assim todo o ensino que envolve a didática crítica é significativo pois o conhecimento foi construído e não apenas memorizado.

A Eficácia da didática crítica, como qualquer outra área de pesquisa, trouxe dúvidas e resistências durante o seu processo de integração no ensino, mas com o passar do tempo desde sua implementação, pelo Sistema Educacional, em meados de 1985 e a sua contínua evolução, visto que está sempre em construção pois como as crianças evoluem, suas metodologias ao basear -se nas mudanças também evoluem para que cada período possa ser aproveitado plenamente por todos, independente da época, visto que o foco do ensino é a aprendizagem significativa, sendo que todos os sujeitos do processo educativo são importantes e históricos. Pois o ensino é uma ação conjunta entre professor estimulador e aluno, confirma Libânio (2013).

Compreende ações conjuntas do professor e dos alunos pelas quais estes são estimulados a assimilar, consciente e ativamente, os conteúdos e os métodos, de assimilá-los com suas forças intelectuais próprias, bem como aplicá-los, de forma independente e criativa, nas várias situações escolares e na vida prática.

O aluno é concebido como um sujeito ativo que traz para a sala de aula, aqui entendida como expressão nuclear do processo educativo, novas experiências, portanto esta forma de ensino preza a contínua evolução de seus métodos, de forma que possa trazer sempre propostas pedagógicas que

eliminam as lacunas do ensino. Por essa razão se empenha ao máximo em relacionar a parte teórica com a prática, gerando uma práxis efetiva, porque nós aprendemos fazendo posto que assim interiorizamos o que estamos fazendo, então ao se reconstruir continuamente e nos mostrar um currículo flexível percebemos que há uma grande preocupação na aprendizagem significativa, por estas razões e outras citadas acima, entende-se que esta concepção didática, por ter em mente objetivos e bases sólidas para se chegar a uma finalidade, que no caso do ensino significativo, mostra sua eficácia, pois a “arma” do professor para conseguir superar os diversos problemas na educação é o conhecimento didático e se esta for a que busca construir o conhecimento junto com o sujeito aprendiz irá ser, ainda, mais proveitoso, assim afirma Faria (2011):

Partimos do entendimento segundo o qual a didática crítica, a partir de suas bases ontológicas e gnosiológicas, nos oferece as possibilidades e os instrumentos heurísticos mais eficazes para a compreensão da educação escolar, da aprendizagem, do ensino, da docência na contemporaneidade.

Ao evidenciarmos a fala de Faria (2011), fica mais explícito o quanto relevante é a didática crítica para o ensino significativo de cada educando, visto que esta se fundamenta em instrumentos mais eficazes para uma aprendizagem concreta.

A AÇÃO DOCENTE ESTRUTURADA PELO CONHECIMENTO DIDÁTICO CRÍTICO E SUA REAL CONTRIBUIÇÃO PARA A SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO CICLO DA ALFABETIZAÇÃO.

Durante muito tempo tenta-se encontrar uma concepção didática que faça com que os alunos tenham uma aprendizagem significativa, de real valor e que impacte no seu processo como indivíduo pertencente a uma sociedade e que consiga colocar em prática o que foi aprendido na escola ao longo do seu processo de aquisição de conhecimento.

Então depois de diversas pesquisas relacionadas a esta área ficou cada vez mais evidente a eficácia da didática crítica no ensino, para reforçar ainda mais a sua importância Freire (1996) afirma: “uma prática docente desprovida de criticidade e da rigorosidade metódica que deve caracterizar a construção do conhecimento produz um saber ingênuo”.

Assim quando um professor está baseando a sua ação docente na perspectiva da didática crítica, a sua práxis privilegiará metodologias diversificadas e contextualizadas à realidade do educando, mas fica uma dúvida: será que esta concepção didática também é indicada para crianças que apresentem alguma DA? atestamos que sim, porque uma criança que apresenta alguma dificuldade tem mais facilidade em aprender com metodologias que correlacionem o saber ao seu cotidiano, porque o que a crianças sentirem dúvidas em relação a parte teórica, além de poder

questionar seu professor, ela irá conseguir vivenciar e assim compreender de forma concreta, e além do mais uma criança que apresenta alguma dificuldade, ao aliar esta metodologia com a assistência pedagógica, terá maior chance de aprender significativamente, pois o ensino que consegue formar cidadãos capazes de construir opiniões críticas é um estudo significativo, assim também afirma Marin e Pimenta (2015):

Abre-se caminho para compreender que o ensino de qualidade será aquele que resulte em qualidade formativa; portanto que ensinar é organizar intencionalmente as condições para sua realização de modo que desenvolva o exercício da crítica para a transformação das condições sociais vigentes, com vistas a superar as desigualdades e gerar a emancipação social e humana.

Dessa forma o ensino que coloque seus educando para pensarem e correlacionar com o seu cotidiano para que haja uma formação crítica é o ensino que fará maior diferença na hora da aquisição de conhecimento, então quando pensamos em um método tradicional, visto que esta irá apenas memorizar logos percebemos que não há uma grande formação crítica, fazendo que uma aula com essa didática não se torne atraente, e uma criança que apresenta alguma DA tem mais dificuldade de se concentrar quando algo não se mostra interessante. Mas isto, se buscarmos um aprofundamento teórico maior, vale para qualquer pessoa que está aprendendo, mas ao colocarmos o peso da dificuldade de aprendizagem se torna ainda mais complexo para a criança o processo de aquisição do conhecimento.

Por fim, após citar diversos motivos para a utilização da didática crítica na ação docente, este artigo mostra que um professor que estrutura seus ensinamentos na didática crítica pode conseguir resultados muito superiores a outras formas de didática tanto em crianças com DA como em crianças que não apresentem dificuldades, por estabelecer uma metodologia de se adequar ao sujeito e suas necessidades para conseguir um ensino de qualidade, eficaz e igualitário.

METODOLOGIA

Pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e com o que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Conforme Salomon (2004), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em conhecimentos proporcionados pela Biblioteconomia e Documentação, entre outras ciências e técnicas empregadas de forma metódica envolvendo a identificação, localização e obtenção da informação, fichamento e redação

do trabalho científico. Esse processo solicita uma busca planejada de informações bibliográficas para elaborar e documentar um trabalho de pesquisa científica.

Buscando então por livros e artigos científicos que abordam as temáticas da pesquisa: Alfabetização, Didática e Dificuldades de Aprendizagem, em contra partida excluímos os livros e artigos científicos que não abordam as temáticas necessárias para o bom desenvolvimento do mesmo.

A pesquisa utiliza de técnicas de análises qualitativas, analisando os conteúdos explorados, a abordagem do autor e buscando comprovar a veracidade dos fatos citados por meio de diversas pesquisas em outros artigos que apresentem tema semelhantes.

A presente pesquisa não necessitará ser submetido para aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a resolução CNS 466/2012, pois se trata de uma pesquisa cujas informações serão obtidas em materiais já publicados e disponibilizados na literatura, não havendo, portanto, intervenção ou abordagem direta junto à seres humanos. Dessa forma, a pesquisa não implicará em riscos ao sujeito. A relevância da pesquisa se justifica por trazer à tona os benefícios da ação docente permeada pela criticidade como grande aliada no processo de superação de eventuais dificuldades de aprendizagem no ciclo de alfabetização, contribuindo com a reflexão sistêmica do educador leitor.

RESULTADO

A comunidade escolar necessita deixar as velhas práticas voltadas somente para os resultados quantitativos, onde o que se busca é uma nota alta e não uma aprendizagem significativas para os estudantes, assim focando apenas em crianças que não apresentem dificuldades, favorecendo ainda mais aqueles cujo resultados são considerados melhores.

Dessa forma as escolas continuam a incentivar os alunos tidos como “excelentes” e esquecer e punir os alunos “preguiçosos” porque não aprendem visto que os outros conseguem, mas neste ato começa a exclusão e a desmotivação dos estudantes que sem saber sofrem com algum tipo de DA.

Por este motivo é necessário uma didática que abra espaço para todos, porque assim abre espaço para um desenvolvimento uníssono e também facilita a observação e indicação dos pedagogos para a coordenação sobre suspeitas de crianças que podem apresentar alguma DA.

A partir disso mostra a real necessidade de uma prática respaldada na didática crítica, pois essa abre espaço para diferentes manifestações de aprendizagem. Porque como o próprio Libâneo (2003) afirma práticas pedagógicas voltadas para o tradicionalismo focam apenas em criar sujeitos para trabalhar e não para buscar e questionar.

DISCUSSÃO

As escolas com toda a sua comunidade necessitam um enfoque maior na qualidade educacional e em uma aprendizagem qualitativa, para que os estudantes busquem sempre desenvolver seu ensino não focado em apenas notas, mas se o que foi passado em sala ele realmente conseguiu aprender.

Quando uma escola foca primeiramente na qualidade e não na quantidade e de praxe que devido o bom aprendizado resulte em notas excelentes, porque houve uma aprendizagem então não importa o momento quando for necessário realizar alguma atividade avaliativa os estudantes irão conseguir ter sucesso.

Para que isso continue sempre acontecendo é preciso o abandono de uma

abordagem tradicional e a abertura do espaço para a criticidade, pois essa desenvolve atividades, e novas formas de ensinar e que condizem com a realidade dos estudantes, fazendo assim como traz Gauthier et al (1998) uma saber desenvolvido aos poucos e

com a mescla da vivências de cada participante ativo do processo de ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES

Com base em tudo que foi mostrado essa pesquisa teve o intuito de esclarecer a necessidade de uma prática pedagógica respaldada pela didática crítica como método eficaz para superar barreiras referente as dificuldades de aprendizagem na alfabetização, pois no decorrer dessa pesquisa foi claramente mostrado a falta de resultados e abordagens que busquem sanar dúvidas referente a metodologias que sejam eficazes na aquisição de um conhecimento estruturado e de qualidade para estudante que apresentem dificuldades de aprendizagem ao longo da sua alfabetização. Inicialmente houve inquietações a respeito das didáticas aplicadas para ensinar os alunos que apresentassem alguma DA, pois como neste trabalho buscou mostrar a necessidade de uma abordagem critica para um bom desenvolvimento da criança em uma fase muito importante em seus anos escolares e sociais.

Fica claro a grande necessidade de uma abordagem respaldada na criticidade, para que se tenha um saber concreto e relevante para o desenvolvimento desses estudantes diante ao seu desenvolver educacional e ativo socialmente, pois no decorrer da sua vida escolar há uma grande aquisição de conhecimento em que o estudante irá dar seus primeiros passos rumo a independência, com essa pesquisa aponto a necessidade de uma didática fundamentada na criticidade e no desenvolvimento do estudante em contexto na sua inserção, para que assim estes consigam ser sujeitos proeminentes na sociedade.

Por fim reforço a necessidade de que as escolas junto com toda a

comunidade fiquem atentos em como desenvolver uma aula que se baseia em feitos concretos e que sempre busquem atividades inovadoras para estar estimulando um desenvolver e aprendizagem significativa, assim proporcionando um ensino igualitário para todos independentes das suas dificuldades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Base Nacional determina alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental. **Portal Mec.** Ministério da Educação 2018. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/ultimasnoticias/211218175739/47191-base-nacional-determina-que-criancas-sejam-alfabetizadas-ate-o-segundo-ano-do-fundamental>>. Acesso: 08 nov. 2020.

FARIA, Lenilda Rego Albuquerque de. **A validade científica da didática crítica.** –GEPEFE/FEUSP e UFAC Agência Financiadora: CAPES, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25 ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

GOMES, M.F.C; SENA, M. G. C. **Dificuldade de Aprendizagem na alfabetização.** Autêntica, 2000.

GAUTHIER, Clermont et al. Por uma teoria da Pedagogia. Ijuí: Unijuí, 1998.

LIBÂNIO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar.** 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** 2 ed. São Paulo: Cortez 2013.

LOUREIRO, Stefânie Arca Garrido. **Alfabetização- uma perspectiva humanista e progressista.** Belo Horizonte- Autêntica, 2005.

MARIN, A. J; PIMENTA, S. G. **Didática. Teoria e pesquisa.** Junqueira e Marin, 2015.

ROTTA, Newra Tellechea e col. **TRANSTORNOS da APRENDIZAGEM ABORDAGEM NEUROBIOLÓGICA E MULTIDISCIPLINAR.** Artmed, 2016.

SMITH, C. STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

VEIGA, Ilma. P. A. **Didática: uma retrospectiva histórica.** (Coord.) Repensando a Didática. Campinas, SP: Papirus, 2004.

Francinalva Barros Rodrigues

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Gildevane Campos da Silva

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Dálcio Rosário Alves

Mestre em Educação - Políticas Públicas e Gestão Educacional PPGE – UNB
Técnico Pedagógico da Gerência da Educação Profissional – SEDUC- TO

Especialista Inspeção Escolar – FERLAGOS

Especialista em Orientação Educacional – FAFIMA – MG

Especialista em Supervisão Escolar – FIJ

Especialista em Pedagogia Empresarial – FIJ

Membro do Grupo de Pesquisa em Materialismo Histórico-dialético - Consciência

Membro do Programa de Extensão da UnB Pós-Populares

RESUMO

Dentre as diversas áreas da pedagogia podemos citar a Pedagogia Social caracteriza-se como um fazer pedagógico capaz de suprir as necessidades educacionais da sociedade como um todo, uma vez que o aprendizado não acontece apenas em instituições escolares, mas também em ONGs, hospitais, abrigos, dentre outros. Este artigo tem como objetivo apresentar por meio de uma pesquisa qualitativa com base bibliográfica, as precauções que o pedagogo hospitalar deve adotar quanto na educação e adaptação do estudante/paciente. Para a busca de material foi utilizado a pesquisa em periódicos acadêmico como Google Acadêmico, Scielo, Science utilizando os seguintes descritores: pedagogia hospitalar, metodologia, história da pedagogia e outros termos que envolvem esta área. A modalidade de ensino hospitalar é uma modalidade de ensino de educação especial, sua finalidade é a atuação dos educadores dentro do ambiente hospitalar no atendimento às crianças com necessidades temporárias de educação especial. Os hospitais têm a responsabilidade de encontrar métodos alternativos e qualificados para que os pacientes possam usar métodos educacionais por um período de tempo. Concluiu-se que a pedagogia hospitalar leva o ensino e a aprendizagem a crianças e adolescentes impedidos de frequentar a escola por motivos de saúde. Tendo como objetivo que os alunos não sejam prejudicados nos estudos.

Palavras-Chave: pedagogia social, inclusão, hospital.

INTRODUÇÃO

A Pedagogia começou a surgir, quando os filósofos começaram a se questionar sobre qual seria a melhor maneira de repassar o conhecimento e a educação na antiga Grécia (ARANHA, 2006). Durante muito tempo os pedagogos, sempre estiveram à mercê de quem estava no poder, na Idade Média este poder estava nas mãos da igreja Católica, logo suas práticas pedagógicas eram voltadas para um homem cristão e não para o ser crítico.

Na Idade Moderna, a burguesia é quem mantinha este poder, então a pedagogia tentou passar o ensino sem querer derrubá-la. Diante disso, surgem as ideologias de que as massas não podem alcançar a elite, sendo que tais ideias no mundo contemporâneo continuam a existir, só que em pouca escala (BALLEN, 2019).

No Brasil durante o período imperial, a educação não era uma prioridade e, por este motivo, não havia a necessidade de nenhum modelo pedagógico específico, mas mesmo com este descaso pela educação, o governo criou a Escola Normal de Niterói (1835), tendo como objetivo formar professores que pudessem repassar os conteúdos escolares por meio do método lancasteriano do ensino mútuo. O país não possuía uma pedagogia nacional e, por isso, baseava seus projetos nos pensamentos e ideias dos europeus e norte-americanos, desta forma conseguiam fazer escolas e desenvolver projetos (ARANHA, 2006).

Em 1939 foi criado o primeiro curso de Pedagogia no Brasil. O curso foi instituído por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, através do Decreto Lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939.

O profissional da Pedagogia pode atuar em vários ramos da educação formal e não formal, ramos esses que podem ser ampliados com cursos completos, habilitando os profissionais para que possam ser pedagogos que trabalhem em empresas, hospitais, e em escolas como professores ou gestores, ou até mesmo profissionais que atuem com crianças com alguma necessidade educacional especial.

O estudante de Pedagogia durante sua formação precisa ser inserido em um contexto que o conduza o mais próximo possível da realidade social, uma vez que o conhecimento adquirido é essencial para uma formação significativa, o contato social é primordial, pois permite que o sujeito se torne capaz de enxergar sobre o ponto de vista do outro, ou seja, possua a capacidade de se colocar no lugar do próximo.

Dentre as diversas áreas da Pedagogia, a Pedagogia Social caracteriza-se como um fazer pedagógico capaz de suprir as necessidades educacionais da sociedade como um todo, uma vez que o aprendizado não acontece apenas em instituições escolares, mas também em ONGs, sindicatos, hospitais, empresas, institutos carcerários, abrigos, igrejas, editoras, dentre outros.

A rotina hospitalar é complicada, pois altera toda a rotina de qualquer indivíduo principalmente de crianças, que são acostumadas com uma vida de

brincadeiras, contato com familiares e amigos, objetos e até mesmo locais que frequentavam. Estas acabam perdendo estes contatos e ainda, passando por procedimentos dolorosos e invasivos, sofrendo com o medo da morte, e a resposta sentimental de seus familiares. Assim, o Pedagogo se torna mais um para ouvi-los de forma diferenciada, visando a compreensão de seus pensamentos e sentimentos, sem deixar expor seus próprios, buscando o desenvolvimento através de uma troca de informações e vivências, capaz de propiciar a formação integral e continuada mesmo estando hospitalizados, garantindo a não estabilização de suas vidas.

Pedagogia hospitalar é um elo entre estudante e a escola, onde acontece o ensino-aprendizagem de significância, para os estudantes hospitalizados que estão afastados das suas escolas em função de tratamento de saúde. O trabalho do profissional da Pedagogia Hospitalar nesse espaço é garantir que as crianças/adolescentes continuem aprendendo, para tanto, é de extrema necessidade um bom diálogo para que estes não sejam prejudicados nos estudos.

Este estudo tem como objetivo apresentar por meio de uma pesquisa qualitativa com base bibliográfica, as precauções que o pedagogo hospitalar deve adotar quanto na educação e adaptação do estudante/paciente. Para tanto foi observado: identificar a pedagogia hospitalar no contexto social; compreender a pedagogia hospitalar como processo de humanização; determinar as metodologias de ensino recorrentes para a pedagogia hospitalar.

Portanto, a relevância de uma melhor compreensão da função do pedagogo hospitalar ao zelar pela dignidade e qualidade de vida estudante/paciente, tencionou a averiguar como o ensino e aprendizado dignos em que o atendimento se adequa às condições dos estudantes/pacientes, respeite suas limitações, e supra suas necessidades no estado de doença.

PEDAGOGIA HOSPITALAR

Atualmente, a Pedagogia Hospitalar como processo pedagógico é uma realidade, um vasto leque de atuação do pedagogo na sociedade contemporânea. Na maioria dos casos funciona como parceria entre hospitais e universidade através dos estagiários e a instituição escolar em que o paciente é oriundo, preservando a continuidade do desenvolvimento da aprendizagem, através de metodologias diferenciadas, flexíveis e vigilantes que respeitem o quadro clínico (WOLF, 2007).

A vivência do pedagogo atuando na Pedagogia Hospitalar pode ocorrer em ações inseridas nos projetos e programas nas seguintes modalidades do âmbito pedagógico e formativo: nas unidades de internação; na ala de recreação do hospital; para as crianças que necessitem de estimulação essencial e também no atendimento ambulatorio (GIL; DE PAULA, 2009).

A Pedagogia Hospitalar também pode promover assessoria e

atendimento emocional humanístico tanto para o paciente como para o familiar que muitas vezes apresentam problemas de ordem “psico/afetiva” que podem afetar na adaptação no espaço hospitalar, mas de forma bem diferente do psicólogo. No entanto esta área da pedagogia busca modificar situações e atitudes junto ao enfermo, as quais não podem ser confundidas com o atendimento à sua enfermidade. Isso requer um cuidado especial no desenvolvimento das atividades (SOUZA; ROLIM, 2019).

A PEDAGOGIA HOSPITALAR DENTRO DE UM CONTEXTO SOCIAL

O corpo docente hospitalar tem papel fundamental na educação, pois visa acompanhar crianças ou jovens em hospitais durante as faltas escolares, e auxiliar crianças com necessidades educacionais especiais temporárias, ou seja, crianças causadas por doenças, que requerem diferenciação e profissionalização da enfermagem escolar. Os hospitais têm a responsabilidade de encontrar métodos alternativos e qualificados para que os pacientes possam usar métodos educacionais por um período de tempo (SILVA, 2021).

Segundo os parâmetros curriculares nacionais, o educador deve tratar os problemas sociais como condição de cidadania. Para se construir como tal, deve participar criticamente da sua realidade, situando-se como cidadão e como educador, embora a formação dos professores não inclua aspectos políticos e sociais. “Ao contrário das tendências que prevalecem em cada época, esta formação voltou-se para o conceito de neutralidade do conhecimento e do trabalho educativo” (PCN, 2001, p. 52).

A escola não é um lugar de reprodução alienante, mas um espaço para construir relações de autonomia e permitir relações com o Estado, o aluno, a família e a comunidade, como educadores e cidadãos. Devendo os pais ser responsáveis por reconhecer e exigir o direito de continuar a educação dos filhos diante dos problemas sociais relacionados à saúde, mais especificamente às doenças (BELANCIEIRI e demais autores, 2018).

A autora supracitada define classe hospitalar como um espaço educativo de mediação entre a escola, o hospital e a sociedade. E ressalta que interrupções no tratamento da saúde da criança doente podem levar a agravos, por outro lado, o abandono escolar além de causar sérios prejuízos aos alunos hoje, pode aumentar o número de indivíduos sem alfabetização.

[...] existe uma nítida contradição entre o necessário tratamento hospitalar e a necessária frequência escolar, uma vez que ambos exigem o mesmo espaço temporal. Se por um lado o tratamento logra êxito, por outro o processo de escolaridade é quantitativa e qualitativamente prejudicado em situação contrária o tratamento entra em colapso, com envolvimento de gravidade muitas vezes irreversíveis. É o entrecruzamento de duas necessidades essenciais: ou a saúde, ou a educação, eis a contradição. (MATOS;

MUGIATTI, 2009, p. 60-61 *apud* BELANCIEIRI *et al.*, 2018).

De acordo com Da Silva (2019), essa interação entre a educação e outras organizações, além de ser necessária ao atendimento de todo o ser humano, preserva o conhecimento e a realidade, como constata-se nos parâmetros do currículo nacional, o contato com instituições e organizações envolvidas nas questões apresentadas por temas transversais, desenvolvendo atividades interessantes para o trabalho pedagógico, é um benefício rico, principalmente pela conexão que se cria com a realidade em questão.

A doença sempre existiu em nossa realidade e o significado atribuído a essa doença ou saúde depende do conceito de natureza humana e desenvolvimento científico. Inicialmente, esse conceito foi associado à religião e à filosofia, depois às mudanças no meio ambiente, até que houve avanço científico e tecnológico na compreensão biológica e fisiológica do homem. Este tema é concebido de forma abrangente e está relacionado à cultura e às condições materiais. A enfermidade deve ser vista como a capacidade de detectar doenças sociais decorrentes de situações de vida precárias e de relatar dificuldades ou distúrbios emocionais por meio de sintomas psicossomáticos (DE SOUZA e demais autores, 2018).

Sendo assim, a pedagogia hospitalar atua para garantir que a criança e/ou adolescente continue com suas atividades escolares sem que haja prejuízos a sua formação. A implementação deste serviço faz parte de uma modalidade pedagógica especial que atende crianças e jovens matriculados na escola com necessidades educacionais decorrentes de problemas físicos, psicológicos e sociais. Desde então, a educação hospitalar tem sido valorizada por abordar a realidade da criança hospitalizada e varia de acordo com a doença desenvolvida; seja cardiológica, oncológica, ortopédica, nefrológica ou outra, bem como em diversos momentos de internação ou atendimento ambulatorial, necessitando de auxílio de equipe médica especializada, inclusive do educador, para conciliar tratamento e evolução escolar nos termos da legislação (DE SOUZA e demais autores, 2018).

O PAPEL DO EDUCADOR NA HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE

Há muito sucesso na área de saúde e educação, especialmente quando levamos em consideração as perspectivas cada vez mais humanísticas de profissionais e comunidades preocupados. Apesar dos avanços notáveis, ao nível da cultura da assistência hospitalar e da qualidade das relações, ainda há muito a ser conquistado. A cultura humana em saúde está associada à sua promoção, focalizando um processo social “dependente de políticas públicas, programas sociais, paradigmas de saúde, intervenção ambiental, movimento humano e interação social” (SILVA; SCHWAMBACH, 2019).

A humanização é responsável por facilitar a inclusão de especialistas ao lado da equipe médica no hospital e por colocar as emoções neste contexto e trazer as emoções para a atividade cognitiva. “A afetividade não está excluída da previsibilidade” (FREIRE, 1997, p. 160). Quando hospitais e escolas estão abertos ao afeto, eles selam seu compromisso com as pessoas, dedicando-se ao seu cuidado. Este preâmbulo fornece ações para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar (SILVA; SCHWAMBACH, 2019).

Neste contexto, o compromisso com a qualidade nas relações humanas nos hospitais brasileiros é urgente. Esta relação, que fala a linguagem do amor, do apoio e da segurança entre as partes, vai apoiar e fortalecer os serviços integrais de saúde dos laços de amizade. Sabe-se que são mudanças complexas que, devido ao caráter conservador da organização, podem resistir e exigir investimento de longo prazo e comprometimento dos profissionais de saúde. Da mesma forma que existe uma necessidade de uma nova formação de educadores para atuarem em hospitais e até fora destes, que mantenham seus valores e respeito pela cultura humana (MATHEUS; GUERRA, 2019).

Os hospitais infantis são ambientes por excelência repletos de emoções e transformações que não podem ser postergadas se considerar a qualidade de vida do estudante hospitalizado, pois quando chega à doença, ela exclui a criança de seu ambiente, pleno de movimento, convívio social e liberdade; imobilizá-lo social e intelectualmente. Portanto, quando se pensa na combinação saúde e educação para o cuidado do estudante, deve-se pensar em estratégias comprometidas em prol do desenvolvimento e do potencial humano, a fim de estabelecer uma verdadeira parceria que facilite o processo de inclusão social. Portanto, o professor que deseja se dedicar ao ensino hospitalar deve estar preparado para despertar e desenvolver a criança (MATHEUS; GUERRA, 2019).

Paulo Freire (1997, p. 161) relata que:

É preciso por outro lado, reinsistir em que não se pense que a prática educativa vivida com afetividade e alegria, prescindida de formação científica séria e da clareza política dos educadores ou educadoras. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, de permanência do hoje.

É de extrema importância este encontro de promoção do bem-estar, que valoriza a saúde e a educação, que proporciona aos cidadãos tratamento e condições para o desenvolvimento da educação. A integração entre o pedagógico e o clínico, entre a subjetividade e a objetividade, estabelece a concretização da humanização da assistência hospitalar e instaura o sonho do cuidado arraigado na totalidade do homem. O processo, que garante a integridade entre saúde e educação, dá suporte às ações e preserva a importância dos aspectos humanos relacionados às competências mútuas,

além do respaldo científico, no respeito e na valorização da vida humana (BARBOSA, 2017).

METODOLOGIAS DE ENSINO RECORRENTES PARA A PEDAGOGIA HOSPITALAR HUMANIZADA

O ambiente hospitalar amplia o campo de atuação do pedagogo para fora dos limites da escola, levando-o para diferentes lugares em que a educação se faz necessária e ao mesmo tempo, exigindo dele maior preparo e melhor informação com certas metodologias a serem aplicadas dentro da realidade e limitação das crianças hospitalizadas (APOLINÁRIO; SILVA, 2010). Dentro de um ambiente hospitalar há uma mistura de sentimento nas, mas diversas pessoas que frequentam. Sabe-se que o brincar é essencial na vida das crianças desde o seu nascimento, traz momentos de ludicidade para a criança e ela desenvolve suas potencialidades, se socializa, faz amigos e prepara-se para o mundo (DE OLIVEIRA e demais autores, 2016).

A brinquedoteca é um espaço em que as crianças podem ir para brincarem, se divertirem, onde possam se expressar através dos espaços que contêm dentro do ambiente da brinquedoteca. Dentro de um hospital onde crianças estão debilitadas esse tipo de ambiente já se torna de grande importância para que as crianças possam interagir com outras, realizando algumas atividades como o cantinho da leitura, teatrinho, estantes com brinquedos, entre outros (MUNDIM e demais autores, 2018).

As tecnologias da informação e comunicação tem demonstrado, ao longo dos anos, sua importância na vida das pessoas, de modo que seu uso tem permitido que se realizem diversas tarefas sem sair de um lugar a outro, o que possibilita que pessoas afastadas do seu convívio familiar e social por motivos de saúde, crianças e adolescentes hospitalizados, possam vir a ter contato e também dar continuidade aos estudos (FONTES, 2016).

METODOLOGIA

Caracteriza-se por uma pesquisa exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa. Para a busca de material foi utilizado a pesquisa em periódicos acadêmico como Google Acadêmico, Scielo, Science utilizando os seguintes descritores: pedagogia hospitalar, metodologia, história da pedagogia e práticas pedagógicas.

Encontrou-se diversos periódicos científicos, mais filtrou-se apenas aqueles que estavam relacionados a temática num total de 185 artigos e desses foram escolhidos os mais recentes. Alguns não estavam publicados no período em que pretendíamos e alguns estavam na língua inglesa. Os artigos que não se adequaram nos critérios estabelecidos não abordaram especificamente o assunto proposto pela temática.

O foco da pesquisa são artigos do período de 2010 a 2021. Sem usar nenhuma estratégia de busca foram encontrados aproximadamente 15.600 resultados. Ao sistematizar foram encontradas algumas duplicações,

algumas versões traduzidas não estavam disponíveis, foram encontrados alguns artigos que não tratavam da mesma temática e alguns foram analisados.

Não foi necessário submeter a pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa por não envolver contato direto com seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da pesquisa realizada observou que a Pedagogia hospitalar é uma área de atuação pedagógica que atua fora no ambiente escolar, garantindo o direito de crianças e adolescentes hospitalizados que necessitam se ausentar da escola em decorrência de alguma enfermidade, tornando o papel do pedagogo hospitalar de suma importância.

No entanto ainda é uma área que necessita de uma maior atenção, para que possa ser criado um ambiente adequado dentro dos hospitais, para realizar diferentes atividades voltadas para a educação, pois esses profissionais lidam com crianças e adolescentes hospitalizados, recuperando a criança em um processo de inclusão e mesmo assim oferecendo condições de aprendizagem.

A modalidade de ensino hospitalar é uma modalidade de ensino de educação especial, sua finalidade é a atuação dos educadores dentro do ambiente hospitalar no atendimento às crianças com necessidades temporárias de educação especial. Os hospitais têm a responsabilidade de encontrar métodos alternativos e qualificados para que os pacientes possam usar métodos educacionais por um período de tempo, esse aspecto está inserido na LDB 9.394/96 como educação especial, em uma visão de educação inclusiva.

O novo espaço do pedagogo está sendo estudado como uma visão de ensino que oferece oportunidades para crianças que se ausenta da escola por motivos de saúde. Portanto também ajuda a tratar distúrbios emocionais causados pela hospitalização, como raiva, insegurança, incapacidade e depressão, sendo que isso prejudica a recuperação do paciente.

Fundamentado nos estudos até aqui realizados, observou que o educador que atua em ambiente hospitalar possui um papel importante na sociedade, por ser considerado um novo espaço para sua atuação, ele deve ter clareza sobre sua atuação neste espaço que envolve muito cuidado e dedicação, pois é preciso atenção e compreensão para que os pacientes participem do processo de aprendizagem.

As crianças e adolescentes que estão dentro dos hospitais precisam de muito suporte físico e emocional, o educador pode ajudar o paciente a obter uma melhora satisfatória, pois é possível aliviar a ansiedade da criança por meio de práticas pedagógicas. Nesta fase também envolve a família, que é muito importante na recuperação da criança, porém, para ter um trabalho de qualidade, faz se necessário avançar na execução do trabalho, exemplo disso, é a falta de ensino dos cursos de graduação voltados para o trabalho hospitalar.

Uma das práticas pedagógicas é a utilização de atividades nas áreas de linguagem (narrativa de histórias, problematizações, leitura de imagem, entre outras), estas atividades auxiliam na prática humanizada do atendimento escolar/hospitalar. Só de estar doente é uma forma de ser diferente, e ficar de fora é muito doloroso, superar as dificuldades provocadas pela doença, é uma forma de vitória, aprendizagem e desenvolvimento, os hospitais podem conseguir esse mérito.

Embora a temática deste trabalho ainda seja considerada muitas das vezes desconhecida perante a sociedade brasileira, muitos são os educadores e pesquisadores que buscam contemplar a educação em ambientes hospitalares, justificando a necessidade desses espaços educativos para o desenvolvimento integral da criança em tratamento.

Sabe-se que atualmente o campo da educação especial e inclusiva tem no seu discurso o desafio de manter um ensino de qualidade que alcance todos os alunos que estão em processo de internação, seja por qualquer período. Faz-se necessário que a educação especial e o professor pudessem dispor de um rico e diferenciado repertório de estratégias e metodologias que fossem capazes de responder à diversidade e as necessidades educacionais apresentadas pelos alunos.

CONSIDERAÇÕES

Com a realização desta pesquisa concluiu-se que a pedagogia hospitalar leva o ensino e a aprendizagem a crianças e adolescentes impedidos de frequentar a escola por motivos de saúde. Tendo como objetivo que os alunos não sejam prejudicados nos estudos.

Essa área da pedagogia traz benefícios para os alunos hospitalizados, tornando a aula uma atividade bem-vinda, pois as atividades pedagógicas envolvidas neste processo geram momentos de alegria, aumenta a autoestima das crianças e adolescentes, proporcionam uma segurança aos pais, entre outros.

O atendimento pedagógico é importante e traz muitas contribuições para as crianças, adolescentes, jovens e adultos hospitalizados, tanto no processo de escolarização, como no tempo de internação e na recuperação, além de contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem. Ainda são necessárias mais pesquisas de campo sobre o assunto, pois sabemos que muitos municípios não possuem esse tipo de metodologias aplicadas nos hospitais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. L. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil. 3 ed. rev e ampl. SP: Moderna, 2006.

BARBOSA, A. S. Desafios e conquistas da pedagogia hospitalar: **a contribuição pedagógica no processo de aprendizagem da criança hospitalizada em tratamento oncológico**. *Nucleus*, v. 14, n. 2, 2017.

BELANCIERI, M. F et al. Pedagogia hospitalar: intervenções na unidade pediátrica a partir da contação de histórias. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 39, n. 1, p. 53-64, 2018.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm Acesso: mai. 2021.

DA SILVA, M. C. M. **Pedagogia hospitalar e formação docente: a arte de ensinar, amar e se encantar**. Paco e Littera, 2019.

DE OLIVEIRA, É. F; DA SILVA, V. M; FANTACINI, R. A. F. Pedagogia hospitalar: a brinquedoteca em ambientes hospitalares. **Research, Society and Development**, v. 1, n. 1, p. 88-104, 2016.

DE SOUZA, L. M. et al. Pedagogia hospitalar: conceito e importância frente aos direitos da criança hospitalizada. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 18, n. 1, 2018.

FONTES, A. R. A inclusão das mídias como estratégia da pedagogia hospitalar. **Simpósio Internacional de Educação e Comunicação-SIMEDUC**, n. 7, 2016.

GIL, J. D; DE PAULA, E. M. A. Teixeira. Pedagogia hospitalar. **Olhar de professor**, v. 2, n. 1, 2009.

MATHEUS, L. É. P. S; GUERRA, V. L. Pedagogia hospitalar. **ANAIS DO EGRAD**, v. 6, n. 9, 2019.

MATOS, E. L. M; FREITAS MUGIATTI, M. M. T. **Pedagogia Hospitalar: a humanização integrando educação e saúde**. Editora Vozes Limitada, 2017.

MUNDIM, J. S. M; BORGES, I. C; DE OLIVEIRA, G. S. Pedagogia hospitalar: um estudo teórico-prático sobre as contribuições, práticas pedagógicas e metodologias. **Cadernos da FUCAMP**, v. 17, n. 31, 2018.

SILVA, A. **O Papel do Pedagogo Hospitalar**. Meu artigo Brasil escola, s/d. Disponível: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-papel-pedagogo-hospitalar.htm>. Acesso: 25 jun. 2021.

SILVA, J. L; SCHWAMBACH, A. Pedagogia hospitalar: a humanização da educação em ambientes de saúde. **Revista Acadêmica Licenciaturas**, v. 7, n. 1, p. 56-71, 2019.

SOUZA, Z. S; ROLIM, C. L. A. As vozes das Professoras na Pedagogia hospitalar: descortinando Possibilidades e enfrentamentos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, p. 403-420, 2019.

WOLF, R. A. P. Pedagogia hospitalar: a prática do pedagogo em instituição não-escolar. **Revista Conexão UEPG**, v. 3, n. 1, 2007.

Bianca Ascencio Silva

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Patricia Batista

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Ângela Cristina C. B. Carlotto

Professora Especialista

RESUMO

A Consciência Fonológica estimulada na Educação Infantil, como uma competência metalinguística não só é capaz de prevenir as dificuldades relacionadas à leitura e à escrita, mas também por ser capaz de desempenhar um papel facilitador para o processo de alfabetização que tão logo terá início. Neste artigo propõe-se descrever sobre a estimulação da consciência fonológica no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA) na Educação Infantil. A Educação Infantil pode ser o espaço para o desenvolvimento de habilidades que favoreceriam a aquisição e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, para isso necessita-se trabalhar com a estimulação da consciência fonológica para apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA) desde a Educação Infantil.

Palavras-Chave: consciência fonológica; educação infantil; estimulação; leitura; escrita.

INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios da vida moderna reside na necessidade de o indivíduo ter de expressar suas ideias e dar ao seu semelhante a capacidade de compreendê-las. Uma mensagem no celular, uma receita, um decreto, uma bula, uma notícia, um e-mail são apenas algumas situações de comunicação corriqueiras, fundamentais em uma sociedade letrada, em que tudo orbita entre fonemas e grafemas. Nesse sentido, a Educação Básica tem como um dos seus principais objetivos possibilitar ao aluno, ao longo de sua permanência na escola, o desenvolvimento da habilidade de ler e escrever. Sabe-se que o domínio de tais habilidades apresenta-se intimamente ligado à condição de fracasso ou sucesso escolar e que aí reside um dos principais gargalos do sistema educacional brasileiro.

Como a escrita é uma habilidade criativa, construída a partir do alicerce alfabético, ela exige algumas habilidades precedentes que facilitarão

essa complexa criação. Uma dessas habilidades é a consciência fonológica, que é o conhecimento que cada um de nós tem sobre os sons da língua materna, ou seja, é uma competência que permite identificar, manipular e refletir sobre os sons da fala. Por outras palavras, é a capacidade de perceber que a linguagem é formada por palavras, as palavras por sílabas, e as sílabas por fonemas (sons). Desta forma, o desenvolvimento da consciência fonológica tem sido frequente e consistentemente relacionado ao sucesso da aprendizagem da leitura e da escrita. A Educação Infantil e a ludicidade que essa etapa demanda contribuem de forma prévia para que o educando desenvolva em um curto espaço de tempo atividades mais complexas envolvendo o desenvolvimento da leitura e da escrita.

O desenvolvimento da Consciência Fonológica nos primeiros anos pode ser gerador de intenso desenvolvimento na representação fonológica das palavras tanto para crianças que possuem dificuldades específicas, como a dislexia, quanto para crianças que possuem facilidade inerente na área da linguagem. A Consciência Fonológica estimulada na Educação Infantil, como uma competência metalinguística não só é capaz de prevenir as dificuldades relacionadas à leitura e à escrita, mas também por ser capaz de desempenhar um papel facilitador para o processo de alfabetização que tão logo terá início.

Observa-se que o domínio de habilidades como leitura e escrita apresenta-se intimamente ligado à condição de fracasso ou sucesso escolar e que muitos professores não conhecem ou apresentam dificuldades ao trabalhar à estimulação da Consciência Fonológica, que é antecedente à leitura e escrita. O desconhecimento por parte de alguns educadores do que é Consciência Fonológica e de sua relação com a alfabetização pode comprometer o desenvolvimento e a evolução dessa habilidade na criança. Diante da necessidade de aprofundar sobre essa problemática, a pesquisa busca descrever sobre a estimulação da consciência fonológica no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA) na Educação Infantil.

A escolha da temática partiu da observação nos estágios realizados nas escolas o que gerou uma preocupação pessoal e profissional acerca das crianças que possuem dificuldades gritantes na aquisição e no domínio da leitura e da escrita e que, infelizmente, seguem por sua trajetória escolar desmotivada, sem dominar o Sistema de Escrita Alfabética (SEA). A pesquisa justifica-se diante do desafio de apontar-se soluções e alternativas para problemas historicamente determinados, como o fracasso escolar e o analfabetismo. Acredita-se que a criança estimulada desde a Educação Infantil pode ter um maior sucesso na vida escolar. Diantedisso, teve-se como hipóteses: Compreender como a criança aprende e como ela deve ser estimulada para a aprendizagem na Educação Infantil; Descrever sobre a importância da estimulação da Consciência Fonológica na Educação Infantil; Compreender sobre a Consciência Fonológica e seus pressupostos.

A pesquisa utilizou-se de técnicas de análises qualitativas, analisando os conteúdos explorados, a abordagem dos autores e buscando comprovar a veracidade dos fatos citados por meio de diversas pesquisas

em outros artigos que apresentem temas semelhantes. A pesquisa tem como autores principais: Adams (2006); Soares (2001; 2004), Morais (2004), Ferreira e Teberosky (1999). Diante do exposto tem-se como objetivo descrever sobre a estimulação da consciência fonológica no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA) na Educação Infantil.

UMA DISCUSSÃO DE COMO A CRIANÇA APRENDE

Aprender é uma função cognitiva que sempre implica em modificações neurológicas celulares, elétricas e químicas. As sinapses estão relacionadas à capacidade de aprender interagindo com o ambiente. Assim, estruturas do sistema nervoso processam novas informações criando, fortalecendo e também enfraquecendo sinapses. O aperfeiçoamento de uma habilidade com treino e memorização, aprender a ler e escrever, por exemplo, implica no fortalecimento de algumas sinapses e no aumento da velocidade do processamento e execução. Nascermos com 110 a 120 bilhões de neurônios e vários morrem nos primeiros meses por morte programada. Suas principais funções são receber, processar e transmitir informações. Os estudos da neurociência ligados à educação começaram com o desenvolvimento do recurso das neuroimagens, que oferecem informações sobre o desenvolvimento cerebral dentro do campo da cognição.

Muitas crianças podem aprender a ler e a escrever se receberem estímulos para isso. Porém, precisam-se ficar atentos para uma questão: receber muitos estímulos pode ser tão prejudicial quanto não receber estímulos, isso porque existe a necessidade de estimular outras áreas. Estimular o processo de alfabetização e deixar de estimular outros, que são característicos para serem estimulados antes dos 6/ 7 anos, pode ser um problema. Estimular é o segredo, mas precisa-se ter cuidado com a dose do estímulo: o quanto e em que momento. Para isso os professores precisam conhecer seus alunos, é importante saber se eles estão preparados para desenvolver tal habilidade, se existe uma dificuldade, o que deve ser estimulado e como. De acordo com Morais (2004) para que uma criança aprenda é preciso passar pelo que é significativo, sensações, vivências e experiências. Portanto é fundamental usar estratégias que tornam o ensino prazeroso tirando a criança de uma determinada condição levando-a a um novo patamar de aprendizagem, uma aprendizagem mais avançada.

A IMPORTÂNCIA DE ESTIMULAÇÃO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para Capovilla e Capovilla (1998) a Consciência Fonológica é uma habilidade importante na aquisição da escrita de uma língua alfabética. Trabalhar com a Consciência Fonológica é auxiliar a criança a aprender a reconhecer as palavras. Por meio da decodificação fonológica, a criança desenvolve a habilidade de traduzir sons em letras, quando lê, e fazer o inverso, quando escreve. São habilidades desenvolvidas pela consciência

fonológica: rimas, aliterações, consciência sintática, silábica e fonêmica. Os autores como Soares (2001; 2004), Ferreiro e Teberosky (1999) ressaltam que uma intervenção pedagógica favorece a aquisição da linguagem escrita devendo promover também o desenvolvimento da Consciência Fonológica, isto é, habilidade da criança para perceber as palavras enquanto sequência sonora, por meio de atividades que possibilitem a análise e síntese dos sons que compõem a fala.

Para Adams (2006) é importante que a criança possa perceber a dimensão sonora das palavras, que são formadas por sílabas e fonemas, e esta habilidade pode ser desenvolvidos em atividades que facilitem a consciência fonológica. Para as crianças devem ser bem clara o entendimento, o professor não pode deixar dúvidas na cabeça dos mesmos, sempre repetir várias vezes como dizer as palavras. De Paula (2008) disse que a consciência fonológica se insere no fato de preparar a criança para o processo de decodificação da língua por meio do estudo e grafemas, sons, sílabas e palavras, a partir de uma concepção mais dialógica e aberta sempre a novas descobertas e reflexões. Neste sentido, o sucesso dos primeiros passos da leitura e da escrita, depende inclusive, de um determinado nível de consciência fonológica adquirido anteriormente pela criança, seja de maneira formal ou informal e que inicia com a oralidade. Nesse sentido, Soares (2001, p. 53) salienta que:

A criança aprende a escrever agindo e interagindo com a língua, experimentando escrever, ousando escrever, fazendo uso de seus conhecimentos prévios sobre a escrita, levantando e testando hipóteses sobre as correspondências entre o oral e os escritos, independentemente de uma sequência e progressão dessas correspondências que até então eram impostas a ela, como controle do que ela podia escrever, porque só podia escrever depois de já ter "aprendido".

Para Capovilla e Capovilla (1998) a habilidade, quando desenvolvida desde cedo, pode facilitar o processo da escrita. Permitindo fazer da língua um objeto de pensamento, e assim possibilitando a reflexão sobre os sons da fala, o julgamento e a manipulação da estrutura sonora das palavras. Adams (2006) ressalta que a consciência fonológica é um dos fatores fundamentais para a aprendizagem da leitura e da escrita alfabética, é necessário que os professores deem lugar a sua instrução. De acordo com Adams (2006, p. 89)

O desempenho das crianças em Consciência Fonológica aumenta de acordo com o nível de escolaridade da criança, e essa habilidade é desenvolvida gradativamente conforme ela experimenta situações lúdicas como cantigas de roda, jogos de rima, identificação de sons iniciais de palavras e também quando é instruída formalmente em atividades grafo-fonêmicas, porém o nível de Consciência Fonológica

adquirido anteriormente a esse processo de instrução formal pode desempenhar um papel facilitador para o processo de alfabetização.

Para o mesmo autor, o sistema linguístico é operável em torno dos 4 a 5 anos, época em que a criança domina o essencial do sistema fonológico, assim conhece o sentido e as condições de uso de muitas palavras em sua cultura e utiliza corretamente a maior parte das formas morfológicas e sintáticas da língua.

CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E SEUS PRESSUPOSTOS

Definido como sendo a consciência de que as palavras são constituídas por diversos sons ou grupos de sons e que elas podem ser segmentadas em unidades menores. As habilidades metalinguísticas de tomada de consciência das características formais da linguagem são compreendidas em dois níveis, sendo eles: a consciência de que a língua falada pode ser segmentada em unidades distintas, a frase pode ser segmentada em palavras, as palavras em sílabas e as sílabas em fonemas e que as palavras são constituídas por sequências de sons e fonemas representados por grafemas. Assim, a criança só conseguirá estabelecer a relação grafo-fonêmica se tiver desenvolvido a Consciência Fonológica.

Para Lopes (2004) a consciência fonológica pode ser entendida como um conjunto de habilidades que vão desde a simples percepção global do tamanho da palavra e de semelhanças fonológicas entre as palavras até a segmentação e manipulação de sílabas e fonemas. Com a capacidade de refletir sobre os sons da fala e identificar seus correspondentes gráficos é extremamente necessária no período inicial do desenvolvimento da leitura e da escrita, ou seja, a consciência fonológica pode ser encarada como um facilitador para aquisição da escrita e precisa ser contemplada em diferentes atividades (jogos, leitura e exploração de textos rimados, etc.) desde a Educação Infantil.

Cielo (2000) ressalta que a consciência fonológica está englobada as habilidades em reconhecimento e produção de rimas, análise, síntese, reversões e outras manipulações silábicas e fonêmicas, além de habilidades em realizar a correspondência entre fonema e grafema e vice-versa. A consciência fonológica contribui para o desenvolvimento dos estágios iniciais do processo de leitura e estes, por sua vez, contribuem para o desenvolvimento de habilidades de consciência fonológica mais complexa. Atividades como dizer quais ou quantos fonemas formam uma palavra; descobrir qual a palavra está sendo dita por outra pessoa unindo os fonemas para completar a junção das letras.

De acordo com Ferreiro (2003) a Consciência Fonológica associada ao conhecimento das regras de correspondência entre grafemas e fonemas permite à criança uma aquisição da escrita com maior facilidade, uma vez que possibilita a generalização e memorização destas relações som-letra. Ferreiro (2003) ressalta como a consciência fonológica é adquirida:

Desde pequenos, participamos naturalmente de jogos em que cada sílaba corresponde a uma palma, por exemplo. A única divisão que não surge naturalmente no desenvolvimento é em unidades menores que uma sílaba, ou seja, em fonemas. Um adulto analfabeto e uma criança analfabeta não conseguem fazer isso de maneira espontânea. Quando eu adiro a linguagem oral, tenho uma certa capacidade de distinção fônica, senão não distinguiria pata de bata (FERREIRO, 2003, p. 28).

O autor acima, ressalta o desenvolvimento das habilidades fonológicas ocorre normalmente ao longo dos primeiros anos da infância, desde pequeno que entendemos que cada batida da mão corresponde uma sílaba. Por meio do ensinamento das palavras e do próprio nome da criança eles veem a grande diferença quando são soletradas, a partir desse momento tudo eles usam as palmas para melhor compreensão. O autor ressalta ainda que a Consciência Fonológica poderia ser avaliada de muitas maneiras diferentes. Embora existam inúmeras tarefas diferentes umas das outras, elas ainda mediriam à mesma coisa e obviamente tarefas diferentes não apresentariam o mesmo nível de dificuldade, necessariamente. Para o autor que a Consciência Fonológica é fundamental para a alfabetização, já que os sons associados às letras são os mesmos sons da fala e é através do treino dessa habilidade que as crianças ganham essa sensibilidade.

A capacidade de pensar conscientemente sobre os sons da fala e suas combinações assumem especial relevo para a aprendizagem da leitura e escrita, que é a aquisição mais importante nos primeiros anos de escolaridade da criança. Podendo dizer que esta complexa tarefa resulta da relação entre a escrita das palavras e a oralidade, o que implica a capacidade de identificar os sons da fala (fonemas) e manipulá-los, de forma a estabelecer a relação necessária entre eles e a sua representação ortográfica. O mesmo diz que neste sentido, as crianças em início de escolaridade adquirem conhecimento adicional sobre a estrutura linguística à medida que decorre a aprendizagem da leitura o que favorece o desenvolvimento da consciência fonológica. É essencial que as crianças recebam instruções formais que explicitem as regras de manipulação dos sons da fala na escrita alfabética (relações fonema – grafema), para promover maior desenvolvimento da consciência fonêmica. Assim permitindo analisar e refletir, de forma consciente, sobre a estrutura fonológica da linguagem oral. A consciência fonológica envolve a capacidade de identificar, isolar, manipular, combinar e segmentar mentalmente, e de forma deliberada, os segmentos fonológicos da língua.

METODOLOGIA

Caracteriza-se por uma pesquisa exploratória-descritiva, de abordagem qualitativa. Para a busca de material foi utilizado a pesquisa em

periódicos acadêmico como Scielo, Sites utilizando os seguintes descritores: Consciência fonológica, educação infantil, estimulação, leitura, escrita e outros termos que envolvem esta área, em que encontrou diversos periódicos científicos, mais filtrou-se apenas aqueles que estavam relacionados a temática num total de 185 artigos e desses foram escolhidos os mais recentes. Alguns não estavam publicados no período em que pretendíamos e alguns estavam na inglesa. Os artigos que não se adequaram no critério estabelecidos não abordaram especificamente o assunto proposto pela temática, o tema é pedagogia hospitalar. O foco da pesquisa são artigos do período de 2000 a 2021. Sem usar nenhuma estratégia de busca foram encontrados aproximadamente 15.600 resultados. Ao sistematizar foram encontradas algumas duplicações, algumas versões traduzidas não estavam disponíveis, foram encontrados alguns artigos que não tratavam da mesma temática e dois artigos para serem analisados. Não foi necessário submeter a pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa por não envolver contato direto com seres humanos. A partir dos estudos feitos considerando os trabalhos encontrados, passou-se a organização da discussão teórica.

UMA DISCUSSÃO DE RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

De acordo com Relvas (2011), aprender é um ato cerebral de plasticidade cerebral, modulado por fatores intrínsecos (genéticos) e extrínsecos (experiências) e quando se fala de aprendizagem fala-se em receber, integrar e organizar informações sejam elas vindas pela audição, visão, paladar e emoções. Se uma criança aprende muito bem é porque ela tem o processo de receber, integrar e organizar informações funcionando bem. Portanto, entender que a criança aprende pelas sensações, através do que é significativo, através de vivências e experiências, através da imitação e conhecer cada estudante é de fundamental importância para saber que estímulo é preciso dar, saber por onde começar para que tudo nesse processo de ensino e aprendizagem vá bem.

Soares (2004) ressalta que com a ansiedade de ensinar a criança muitas vezes a ler e escrever o professor pula algumas etapas importantes esquecendo que existem estímulos a serem realizados desde a Educação Infantil. A autora ressalta também que o Sistema de Escrita Alfabética se diferencia dos demais sistemas de escrita por sua relação com a fala e para ler e escrever o sujeito precisa fazer a relação com os sons da fala, precisa ainda tomar consciência das relações existentes entre estes e sua representação gráfica. A criança só avança no processo de leitura e escrita quando ela entende a relação entre os sons e a fala, que é a consciência fonológica e isso exige:

1. **Cognição:** habilidade cognitiva boa para que a criança possa perceber esses sons;
2. **Avançar a etapa do realismo nominal:** Realismo nominal denominado por Piaget (1962) para descrever uma etapa do desenvolvimento da criança

onde ela fica presa aquilo que é real;

3. Refletir sobre os sons da fala.

É importante salientar que para o professor conseguir ajudar a criança a avançar no Sistema de Escrita Alfabética, ele precisa conhecer além dos níveis de escrita que de acordo com Ferreiro e Teberosky (1999) são:

- Pré-silábica: não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada;
- Silábica: interpreta a letra a sua maneira, atribuindo valor de sílaba a cada uma;
- Silábico-alfabética: mistura a lógica da fase anterior com a identificação de algumas sílabas;
- Alfabética: domina, enfim, o valor das letras e sílabas.

O professor também precisa compreender que a consciência fonológica divide-se em dois níveis muito complexos: a consciência silábica e a consciência fonêmica, sendo esta a ordem de trabalho durante a aquisição da leitura e escrita. As etapas de aquisição da consciência fonológica dependem das experiências linguísticas, do desenvolvimento cognitivo da criança, e da exposição ao sistema alfabético para aquisição da leitura e escrita.

Níveis da consciência fonológica:

- Noção de palavra (capacidade de segmentar a frase em palavras, organizá-las e dar-lhes sentido);
- Noção de rima (capacidade de identificar rimas);
- Aliteração (capacidade de identificar ou repetir a sílaba ou fonema no início da palavra);
- Consciência silábica (capacidade de segmentar palavras em sílabas, a criança tem de identificar e discriminar as sílabas);
- Consciência fonêmica (capacidade de manipular e isolar os fonemas que compõem a palavra). O desenvolvimento da Consciência Fonológica

O seu desenvolvimento processa-se praticamente desde que a criança nasce e depende de alguns fatores:

- Desenvolvimento cognitivo e intelectual da criança;
- Exposição a experiências linguísticas;
- Aprendizagem da leitura e escrita.

Nem sempre a consciência fonológica se processa da mesma forma em todas as crianças, mas geralmente segue os seguintes passos:

- 1 – 3 Meses: a criança consegue detectar o som da voz materna;
- 3 – 6 Meses: orienta a cabeça em direção de uma fonte sonora;
- 9 – 13 Meses: a criança começa a perceber o processo de produção de fala consiste numa sequência de sons da voz humana, tentando imitar o adulto. É neste período que a criança começa a dizer as primeiras palavras;
- 30 – 36 Meses: distingue todos os sons da sua língua, faz autocorreções aquando a produção do seu discurso, percebendo o encadeamento sonoro correto;
- 3 – 4 Anos: divide palavras simples em sílabas. Identifica rimas;
- 5 Anos: identifica sons em palavras;
- 6 Anos: adquiriu as capacidades anteriores mas apresenta lacunas na consciência fonêmica (capacidade adquirida que consiste na manipulação e substituição de unidades sonoras que constituem as palavras), uma vez que ainda não iniciou o processo de aprendizagem da leitura e escrita;
- A partir dos 6 anos: domina todos os níveis da consciência fonológica.

O professor precisa compreender ainda que para ajudar uma criança a avançar no Sistema de Escrita Alfabética é importante saber que além de se trabalhar com estímulos, jogos ou brincadeiras, é importante também conhecer como por exemplo que, se uma criança está na fase pré-silábica, ela está presa ao realismo nominal e que para essa criança sair do pré-silábico, sair do realismo nominal é importante desenvolver a consciência fonológica em todos os seus níveis. Para o desenvolvimento da Consciência Fonológica na Educação Infantil, segue algumas sugestões de atividades:

- Os professores e podem trabalhar a consciência da palavra (dizer uma frase à criança e esta tem que bater as palmas consoante o número de palavras que tenha a frase, nomear uma frase e pedir à criança que substitua uma palavra da frase, dando sempre a hipótese de substituição), a discriminação auditiva (nomear duas palavras e pedir à criança que diga se são iguais ou diferentes), as rimas (contos rimados, identificar duas palavras que rimam e nomear palavras que rimem com uma palavra alvo) e a segmentação silábica (bater as palmas, consoante cada sílaba da palavra, palavra escondida dentro da palavra).
- Realizar atividades de discriminação auditiva: utilizar instrumentos musicais e, sem ver, nomear o instrumento através do seu som; identificar animais pelo som que produzem e distinguir os sons produzidos por cada animal, por exemplo, perceber que a cobra faz /sss/ e a abelha /zzz/ e concluir que são sons diferentes colocando a mão na garganta, o /z/ treme (som vozeado) e /s/ não treme (som surdo).
- Identificação e evocação de rimas: cantar canções infantis e ler contos rimados para nomear palavras que rimam e identificar o “bocadinho” que rima, procurar que a criança evoque outras rimas que conheça.
- Segmentação silábica: ler uma história e pedir à criança que a recontar, selecionar palavras e pedir que divida “em bocadinhos” batendo palmas, a

criança deverá contar o número de sílabas.

Em 1970, iniciaram os estudos ingleses e publicações acerca da necessidade do desenvolvimento de habilidades fonológica para a aprendizagem do SEA (Sistema de escritaalfabética). No Brasil os primeiros estudos e publicações científicas datam de 1986, por Artur Gomes de Moraes e, atualmente, seguem comprovando tal importância. As pesquisas mostram que:

- A consciência fonológica desenvolvida em idade na Educação Infantil, prevê, um sucessomaior na aquisição da leitura e escrita (ADAMS 1990).

O estímulo ao reconhecimento de sons infantis é muito importante para o processo de alfabetização, pois promoverá outras etapas que as crianças deverão percorrer na construção da leitura e da escrita. Deste modo, as crianças que são incentivadas para esse fim na escola e em casa podem achar mais fácil de ler. Após esse período de reconhecimento dos sons do cotidiano, as crianças poderão participar do jogo de rima e separação de palavras (MARTINS; GUIDOTTI, 2016).

Nesse sentido, Soares (2001) aponta que a criança aprende a escrever agindo e interagindo com a linguagem, tentando escrever, ousando escrever, utilizando seus conhecimentos prévios da escrita, formulando e testando hipóteses sobre a relação entre o oral e a escrita, independentemente da sequência e percurso da correspondência que lhe foi imposta até então, como controle sobre o que ela poderia escrever, pois ela só poderia escrever depois de "aprender".

De acordo com Adams (2006), a consciência fonológica das crianças melhora de acordo com o nível educacional das crianças, e essa habilidade aumentará gradualmente à medida que elas vivenciarem situações interessantes, como canções de ninar, jogos de rima e reconhecimento dos sons iniciais da fala. Palavras, também quando recebem instrução formal em atividades fonéticas, mas o nível de consciência fonológica obtido antes do processo de ensino formal pode favorecer o processo de alfabetização. A capacidade de refletir sobre os sons da fala e identificar seus correspondentes gráficos é necessário no desenvolvimento da leitura e da escrita. Alguns níveis de consciência fonológica, inclusive, procedem a aquisição da linguagem escrita. Assim, a consciência fonológica pode ser encarada como facilitadora na aquisição da escrita. Por isso, deve ser contemplada em diversas atividades no processo de aprendizagem. Portanto, é de fundamental importância que os professores conheçam um pouco da estrutura da língua. Adams (2006) destaca que, uma consciência fonológica mal desenvolvida acarreta sérias dificuldades para o professor futuro dessas crianças na aprendizagem da leitura e da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A capacidade de refletir sobre a fala e reconhecer os gráficos correspondentes é extremamente necessária nos estágios iniciais do desenvolvimento da alfabetização, ou seja, a consciência fonológica pode ser considerada um fator facilitador da aquisição da escrita, que requer diferentes atividades (jogos) desde a educação infantil até a vida adulta. A capacidade de pensar conscientemente sobre os sons e suas combinações é especialmente importante para aprender a ler e escrever. Esta é a aquisição mais importante para as crianças no primeiro ano de escola. Pode-se dizer que essa tarefa complexa decorre da relação entre palavras escritas e faladas, o que significa a habilidade de reconhecer a fala (fonemas) e manipulá-los para estabelecer a relação necessária entre eles e sua grafia. Portanto, é de extrema importância a utilização de atividades voltadas para a consciência fonológica na fase de alfabetização, não devendo ser esta a única estratégia do professor, devendo ser utilizada em ambiente de sala de aula para orientar os alunos a refletir sobre a linguagem falada e escrita, e treinar os alunos explicam por meio de atividades, capacidade de estrutura de palavras e textos torna esses objetos de análise e reflexão.

É imprescindível que o professor trate a leitura e a escrita como parte do currículo, mas não de forma isolada, mas integrada às atividades culturais, rotina do meio em que a criança está inserida. Assim, proporcionando jogos de palavras em atividades lúdicas de exploração, canções infantis, jogos, canções e muito mais que promovam o desenvolvimento das habilidades de consciência fonológica. Diante desse contexto a consciência fonológica contribui para a aprendizagem do Sistema de Escrita Alfabética e a consciência fonológica das crianças melhora de acordo com o nível educacional das crianças, e essa habilidade aumentará gradualmente à medida que elas forem estimuladas, vivenciarem situações interessantes, como canções de ninar, jogos de rima e reconhecimento dos sons iniciais da fala desde a educação infantil. Através da presente pesquisa foi possível constatar que existiu uma relação causal entre a consciência fonológica e desempenho em leitura e escrita na fase de alfabetização. Com isso existem diferentes níveis de consciência fonológica, primeiro desenvolve-se a consciência da sílaba e em seguida a consciência do fonema. A Educação Infantil pode ser o espaço para o desenvolvimento de habilidades que favoreceriam a aquisição e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, para isso necessita-se trabalhar com a estimulação da consciência fonológica. Diante disto, o presente trabalho cumpriu com o objetivo proposto de a estimulação da consciência fonológica no processo de apropriação do sistema de escrita alfabética (SEA) na Educação Infantil. Contudo, novas pesquisas ainda se fazem necessárias para melhor elucidar a temática, especialmente para entender quais são as metodologias mais específicas para sua utilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, M. J. **Consciência fonológica em crianças pequenas**. Porto Alegre. 2006.

CAPOVILLA, A.G.S, & CAPOVILLA, F.C. Treino de consciência fonológica de pré a segunda série: efeitos sobre habilidades fonológicas, leitura e escrita. **Temas sobre Desenvolvimento**, 1998; 7(40), 5-15.

CIELO, C.A. **Habilidades em Consciência Fonológica em crianças de 4 a 8 anos de idade**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS. Porto Alegre, 2000.

DE PAULA, B. R. **A importância da consciência fonológica na educação infantil**. São Paulo; v.1. 2008.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

LOPES, F. O desenvolvimento da consciência fonológica e sua importância para o processo de alfabetização. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.), Campinas, v.8, n. 2, p. 241-243, dez. 2004.

MARTINS, C. A. M. S.; GUIDOTTI, V. Contribuições da consciência fonológica no processo de alfabetização. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, p. 41-58, ago. 2016.

MORAIS, A. G. **Sistema de Escrita Alfabética**. 1.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2012. SOARES, M. B. **Alfabetização e letramento**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOARES, M. B. **Alfabetização e letramento**: caminhos e descaminhos. Pátio (Porto Alegre), v. 8, p. 18-22, 2004.

Maria Luana Muniz

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Maria Natachya Mendes

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Dálcio Rosário Alves

Mestre em Educação - Políticas Públicas e Gestão Educacional PPGE – UNB
Técnico Pedagógico da Gerência da Educação Profissional – SEDUC- TO

Especialista Inspeção Escolar – FERLAGOS

Especialista em Orientação Educacional – FAFIMA – MG

Especialista em Supervisão Escolar – FIJ

Especialista em Pedagogia Empresarial – FIJ

Membro do Grupo de Pesquisa em Materialismo Histórico-dialético - Consciência

Membro do Programa de Extensão da UnB Pós-Populares

RESUMO

O presente trabalho lida com o caso de menores infratores. As instituições que possuem estudantes em conflito com a lei precisam zelar para que os adolescentes não sofram preconceito e assim possa ser reinseridos na sociedade. As infrações na adolescência possuem vários aspectos e múltiplos motivos. Normalmente estão associados à economia, às políticas públicas, até mesmo aos aspectos pessoais. Garantir a educação é uma das principais dificuldades da escola, diversos são os fatores que contribuem para essa não garantia, entre elas podemos destacar a falta de acolhimento do menor infrator, problemas na infraestrutura, ordens disciplinares entre outros. Este estudo tem como objetivo geral compreender qual é o papel do pedagogo quando vemos o desenvolvimento do processo educativo oferecido a adolescentes infratores. Por meio de um estudo bibliográfico, através de pesquisa em artigos, livro e teses, entre 2015 e 2021. A violência que se move dentro de uma escola é tão assustadora que se torna muito difícil à sua contenção ou a resolução por parte dos gestores e demais membros pertencentes da comunidade escolar. Sendo assim buscam-se diversos recursos para a garantia dessa integração do adolescente ao meio social e sua permanência no ambiente escolar, nesse contexto surge oportunidades de aprendizagem para contribuir nesse sentido. O pedagogo é um profissional o qual tem por função auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, compreendendo as dificuldades de aprendizado e intervindo junto a elas, por meio de diversas ferramentas pedagógicas.

Palavras-Chave: educação; menores infratores; pedagogo.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera o jovem até 18 anos como imputável, ou seja, todo adolescente que porventura pratica um ato infracional não pode ser condenado como se fosse adulto, segundo doutrina que estabelece a criança e o adolescente como sujeitos de direito à proteção integral. Assim sendo, elimina-se a culpabilidade do jovem, o que não implica deixar o autor de ato infracional isenta das consequências, mas submetê-lo às normas de legislação especial (CUNHA; DAZZANI, 2016). Silva e Bazon complementam que:

Os problemas associados à educação formal tornam-se bastante visíveis e evidentes quando do atendimento por parte do Estado aos adolescentes que cometem atos infracionais, estes muito vezes mais vítimas do que “responsáveis” pelas contingências sociais a que estão submetidos, mas quase sempre responsabilizados pela situação de vulnerabilidade em que se encontram (SILVA; BAZON, 2016).

O novo paradigma socioeducativo se faz associar a instituições educacionais que estejam realmente alinhadas com os propósitos estabelecidos, que construam e atualizem seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), que elaborem estratégias dentro de uma política socioeducativa que tenha por referência o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (SOUZA, 2017).

A exclusão escolar não significa apenas estar fora da escola, uma vez que há escolas de baixa qualidade, que produzem a exclusão por meio da reprovação e da repetência contínua, ampliando as desigualdades sociais. Diante desta problemática surge o questionamento: qual o papel do pedagogo no desenvolvimento do processo educativo oferecido a adolescentes infratores?

O ECA é um instrumento de grande importância para a sociedade, o estudante e o pedagogo, pois mostram de forma clara quais são as atribuições que defendem os estudantes também passam a conhecer seus direitos e deveres, e começam a possuir consciência do que é certo ou errado quanto as situações que vivenciavam no dia a dia, pois muitos não tinham conhecimento do que constava no documento, e a sociedade passou a perceber que as crianças e os adolescentes não têm apenas deveres, e sim direitos.

Compreender o papel do pedagogo no desenvolvimento do processo educativo oferecido a adolescentes infratores. Também por meio deste estudo iremos investigar o contexto histórico e atual, e as medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei; apontar aspectos teórico-conceituais referentes ao processo educativo, por meio de um estudo bibliográfico; Analisar o processo de escolarização nas escolas que recebem menores infratores, por meio de pesquisa em artigos científicos.

Assim, o que se almeja é que os pedagogos dessas instituições atentem para a política socioeducativa e que se alcance o objetivo do desenvolvimento de uma instituição que realmente seja entendida como um espaço/aprendizagem que cumpra as determinações legais, ao mesmo tempo em que respeite as características, peculiaridades do estudante, constituindo-se efetivamente em uma escola que almeje desenvolver, por meio de propostas pedagógicas diferenciadas, as especificidades socioeducativas.

REVISÃO DE LITERATURA

A educação, em sentido amplo, constitui o processo de socialização dos novos membros de uma sociedade - as crianças e os jovens, conduzido pelas gerações mais velhas. Tal processo é imprescindível para qualquer sociedade, na medida em que somente através dele os indivíduos se tornam parte de uma cultura. Na sociedade, esse processo se dá, primeiramente, no ambiente doméstico e, em seguida, na escola. A escola é, portanto, a instituição responsável pela transmissão de tudo àquilo que é considerado necessário - em termos de conhecimento e habilidades - para que o indivíduo se torne um membro produtivo da sociedade. Além disso, em termos normativos (padrões e valores) e estruturais (recursos), a escola compreende um elemento crucial de controle social na medida em que transmite também o exercício da autorregulação comportamental (HUNTER, 1985). Sendo assim, a educação, processo amplo e multifacetado, recebe contornos e funções específicas sob a forma da instituição “escola” (BOURDIEU, 1998).

Todavia, faz-se necessário ressaltar que a escola opera sobre as bases do privilégio cultural: não somente pela rede de relações sociais, mas pela capacidade de transmissão da herança cultural que as classes desfavorecidas não possuem, ou seja, de um capital cultural e um ethos familiar que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes em face do capital cultural e da instituição escolar (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Embora a análise de Bourdieu tenha como referência a sociedade francesa, os capitais econômico e cultural constituem elementos estruturantes de qualquer sociedade moderna (SOUZA, 2017). Na sociedade brasileira, como na francesa, é o acesso ao capital cultural que distingue a classe média da classe trabalhadora, ou seja, sua distribuição em relação ao trabalho “intelectual” e ao trabalho “manual”.

Souza (2016a, 2016b) identifica também na sociedade brasileira a emergência de uma classe - a meio caminho entre a ralé e a classe média - por ele denominada como “classe batalhadora”. O autor distingue a ralé dos batalhadores, evidenciando as hierarquias que servem de base à legitimação da desigualdade e a maneira como as instituições mantêm a condição de modernidade periférica (SOUZA, 2016a, p. 163). Nesse sentido, ele percebe a constituição não de uma “nova classe média”, mas de uma “nova classe trabalhadora” no Brasil.

Souza (2016) marca a distinção da classe “batalhadora” em relação à ralé e à classe média, especialmente quanto ao modo de aquisição de habilidades que não passam pela escola formal, mas sim pela chamada “escola da vida”. Os batalhadores, entre a prisão da necessidade cotidiana da ralé e o privilégio do estudo, como tempo de preparação para a vida futura, das classes médias e alta, vão constituir, pela experiência de vida, um trabalho mais pragmático e ligado a necessidades econômicas diretas, sem o “privilégio da escolha” ou o acúmulo institucional do capital escolar e cultural.

Ainda que não se desconheça que, nos dois últimos decênios no Brasil, obtivemos avanços no sentido da garantia do acesso universalizado à escola, pelo menos até o 9º ano do Ensino Fundamental (e nos maiores centros urbanos até o final do Ensino Médio), esses dados sobre os “batalhadores” parecem quase imóveis. Na realidade, hoje convivemos mais agudamente com outro tipo de exclusão: a exclusão dentro da escola. Há a exclusão pelas letras não aprendidas adequadamente; pelos números não operados além do elementar; pela falta de ofertas de equipamentos públicos que desenvolvam o gosto pelo letramento e práticas culturais; pela precariedade da formação dos educadores e desvalorização contínua do magistério. Isso parece se agravar ao lidarmos com aquela que é considerada a mais delicada das transições, a adolescência, presente nas escolas do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio e na modalidade Jovens e Adultos. Não é de se surpreender que os níveis de delinquência juvenil, por exemplo, mostrem-se resistentes a ceder. Essa famigerada realidade brasileira ainda não é enfrentada com o máximo de decisão pelas diferentes esferas do Estado - fato que acreditamos contribuir severamente para o efeito de conservação das posições sociais que encontramos em nosso entorno (SILVA; BAZON, 2016).

CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

De acordo com ECA, as crianças e os adolescentes, ao cometerem alguma infração, devem ser encaminhados às medidas socioeducativas que lhes sejam mais adequadas, podendo ser punidos através de uma simples advertência, ou até mesmo sendo encaminhados à internação em estabelecimento educacional, onde serão afastados do convívio com a sociedade. Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

- I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei.

No caso de aplicação de medidas mais severas, o adolescente deve receber orientações pedagógicas e profissionais para que, concluído o período de reestruturação, tenha obtido alguma formação que o ajude na sua inserção na sociedade novamente. Dentro da entidade de internação, os adolescentes devem ser separados de acordo com critérios como idade, condições físicas e gravidade do ato infracional. Apesar de todas essas medidas serem exigidas por lei e de existirem diretrizes que devem nortear a execução das medidas socioeducativas, a prática nas instituições de internação ainda se mostra distante da teoria e traz como consequência o retorno do jovem à criminalidade (CUNHA; DAZZANI, 2016).

O ECA enfatiza direitos integrais para crianças e adolescentes:

Art. 3º: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento [...] (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 9ª edição, p. 11)

As diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo, a partir do SINASE, partem da concepção de que as Medidas Socioeducativas, priorizam a municipalização dos programas em meio aberto, visando garantir o direito à convivência familiar e social (CURITIBA, 2014).

PAPÉIS DO PEDAGOGO SOCIAL

A Pedagogia Social tem reflexos positivos na educação. No entanto não basta apenas a teoria, mas sim à prática, a partir de certo momento nota-se, ser necessário o desenvolvimento de reflexões dessa prática, e ligarem suas teorias pedagógicas para que possam fundamentar e alimentar o “que fazer” e o “como fazer” dos educadores sociais (SILVA; BAZON, 2016).

Logo, pedagogia social é uma ciência enquanto se propõe o estudo de um setor ou dimensão da realidade que apresente problemas e necessite de soluções para que ocorra uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, particularmente dos grupos em situação de risco (ZANELLA, 2020).

Libâneo (1998) destaca que Pedagogia: “é o campo do conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana”. (1998, p.22)

Portanto é por meio da Pedagogia Social e de suas metodologias consegue-se transformar os espaços de educação não intencional (ou não

declaradamente intencional), em espaço de educação intencional (BECCEGATO, 2015, p. 13).

O olhar interdisciplinar do pedagogo social pode auxiliar contribuir e intervir na construção de uma nova aprendizagem do sujeito, sua família e com a equipe de trabalho, ao possibilitar uma reestrutura das formas de pensar e de agir dentro do contexto social, Munhoz (2016) defende a ideia de que a pedagogia vai além de uma interdisciplinaridade, ao analisá-la por uma ótica sistêmica inclui a família e a escola no desempenho do ato de ensinar, não restringindo a nenhum ser específico a incumbência de educar, e coloca pedagogia em uma posição de ciência dinâmica que muda de acordo com a contextualização vivida e que a cada processo interage com as bases de conhecimento e produz novo saberes.

A Educação é uma fase em que se apresenta diferentes formas de aprendizagens, e a escola precisa possuir o contexto facilitador destes saberes necessitam cada dia mais de um pedagogo social para auxiliar o professor neste grande desafio de ensinar a todos. Sua presença na instituição escolar possibilitará diferentes caminhos a serem seguidos, que vão dos vários métodos aos inúmeros olhares e escutas, que fazem desse profissional um especialista no desenvolvimento das aprendizagens (ZANELLA, 2020).

METODOLOGIA PROPOSTA

Para esse estudo, será realizado o uso da técnica da pesquisa bibliográfica, utilizando as fontes bibliográficas do tipo de publicações, encontradas em livros, artigos e publicações avulsas. Por meio de buscas nos sites Google Acadêmico e SciELO. Materiais pesquisados entre os anos de 2015 a 2021, todos publicados em revistas ou sites de estudo científicos. Os descritores de pesquisa serão: educação menores infratores; pedagogia, ECA e educação.

A pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Sobre pesquisa documental, vale-se de documentos, elaborados com finalidades diversas, ou recomenda-se que seja considerada fonte documental quando o material consultado é interno à organização (LAKATOS; MARCONI, 2017)

O presente estudo também trata-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, explicativa, que tem como principal finalidade o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chaves, utilizando para isto várias técnicas como pesquisas, leitura de formulários, entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Não necessitará ser submetido para aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a resolução CNS 466/2012, pois se trata de uma pesquisa cujas informações serão obtidas em materiais já publicados e

disponibilizados na literatura, não havendo, portanto, intervenção ou abordagem direta junto à seres humanos. Dessa forma, a pesquisa não implicará em riscos ao sujeito. Entretanto, é de grande importância evidenciar o fato que a educação é o direito de toda a criança e dever do Estado disponibilizar o acesso ao ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS CONSULTADOS

Quadro 1 – Descrição dos artigos selecionados

Nº	Base de dados	Autor	Título	Local e ano
1	FAUESP. UNIFICADA http://revista.faes.com.br/index.php/Unificada/article/view/40/49	PASSOS, Clóvis Dias dos	O papel do psicopedagogo na relação escola, família e menor infrator.	Brasil, Maio-Junho/2020
2	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro http://www.repositorio-rio-abc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11047/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PPG%20Edu%20-%20Paulo%20Fernando%20Lopes%20Ribeiro.pdf?sequence=1	RIBEIRO, Paulo Fernando Lopes	De menor a adolescente: o papel da escola na política socioeducativa do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, 2016
3	UNB. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2454/1/2011_AmandaCorreiaLima.pdf	LIMA, Amanda Correia	Inclusão do menor infrator em condições de liberdade assistida no trabalho sócio-cultural, pedagógico escolar e letramento	Brasília, 2020
4	UNB. https://bdm.unb.br/handle/10483/2642	COSTA, Arthur Trindade Maranhão	Menores infratores em ambiente escolar	Brasília, 2020

5	Educ. rev. https://www.scielo.br/j/edur/a/sYMstrTgsHSjnNjZZfKNKjr/?format=html&lang=pt	CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado	A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação	Brasil, Jan-Mar 2016
6	Esc. Educ. https://www.scielo.br/j/pee/a/MWYQRMy75HQRR3Nh7NBc3Km/?lang=pt&format=html	MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Maris Campos; PEREIRA, Marcelo Ricardo; MARINHO, Frederico Couto; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; WERMELINGER, Cláudia	Ambivalência da escola e adolescentes infratores	Brasil, 2020
7	Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE http://www.cescage.com.br/revistas/index.php/aporiajuridica/article/view/8/8	SANTANA, Franciane de; SILVA, Adriane Carla Pedroso da; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de	A ressocialização do menor infrator e as medidas sócio-educativas	Brasil, Jul – Dez / 2016
8	Faculdade de Rolim de Moura - FAROL https://www.researchgate.net/profile/Agnaldo-Garcia/publication/268278341_Relacoes_Interpessoais_e_Sociedade/links/54676fc00cf2f5eb18036a55/Relacoes-Interpessoais-e-Sociedade.pdf#page=70	BATISTA, Eraldo Carlos; FERREIRA, Dayane Fernandes; SIRQUEIRA, Alessandra Cardoso	Percepção de suporte familiar e violência na escola: um estudo com pais e/ou responsáveis por alunos infratores	Rolim de Moura - RO, 2020.
9	Universidade Federal da Grande Dourados https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/b	MILANI, Janaina Ohlweiler	A educação escolar como medida socioeducativa de adolescentes em conflito com a lei –	Dourados – MS, 2018

	itstream/prefix/1024/1/JanainaOHLweilerMilani.pdf		uma arqueogenealogia de suas condições de possibilidade	
10	Psicologia E Saúde Em Debate http://www.psicod debate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/50	SOARES, G. R.; MENDES, D. F	A atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medida socioeducativas	Brasil, 2016

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quadro 2 – Descrição dos Objetivos e Metodologias adotadas nas pesquisas

Nº	Autor	Objetivo	Metodologia
1	PASSOS, Clóvis Dias dos	Analisar sob uma ótica reflexiva qual o papel do psicopedagogo na relação escola, família e menor infrator.	A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos e artigos científicos que abordam esta temática.
2	RIBEIRO, Paulo Fernando Lopes	Compreender como vem se desenvolvendo o processo educativo oferecido a adolescentes em conflito com a lei, em duas unidades de internação do Degase, no Estado do Rio de Janeiro.	Por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa se imbricam, este trabalho tomou por referências as pesquisas bibliográfica, documental e de campo.
3	LIMA, Amanda Correia	Analisar a real situação inclusiva em sala de aula do adolescente que frequenta as escolas públicas da cidade satélite do Recanto das Emas que estão em condições de liberdade assistida e sua vivência social.	Teve como metodologia o modelo qualitativo, se realizou através de uma pesquisa bibliográfica e de campo. A metodologia usada é de predominância teórica descritiva de caráter qualitativo, tendo como instrumentos diários, memorial, questionário diário do professor e atividades.
4	COSTA, Arthur Trindade Maranhão	Analisar a relação desses adolescentes com o ambiente escolar percebemos a falta de estrutura dessas instituições de ensino em	Teve como metodologia o modelo qualitativo, se realizou através de uma pesquisa bibliográfica e de campo. A metodologia usada é de

		lidar com a ressocialização desses adolescentes.	predominância teórica descritiva de caráter qualitativo, tendo como instrumentos diários, memorial, questionário diário do professor e atividades.
5	CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado	Discutir possíveis razões da inamistosidade que, de modo geral, caracteriza a interação entre a escola e o adolescente em conflito com a lei no Brasil, a partir da análise crítica dos processos histórico-sociais dos quais é tributária.	A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos e artigos científicos que abordam esta temática.
6	MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Maris Campos; PEREIRA, Marcelo Ricardo; MARINHO, Frederico Couto; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; WERMELINGER, Cláudia	Demonstrar o estado da arte nacional sobre o tema, analisar comparativamente os resultados das pesquisas identificadas como prévias à nossa investigação,	O método foi a revisão crítica da produção científica da psicologia e sociologia, usando como descritores “educação” e “adolescente em conflito com a lei” nas plataformas SciELO e Pepsic.
7	PASSOS, Clóvis Dias dos	Averiguar o perfil do menor infrator. Pretendeu também discutir a eficácia das medidas sócio-educativas e a ressocialização para combater a crescente marginalização dos menores infratores	A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos e artigos científicos que abordam esta temática.
8	BATISTA, Eraldo Carlos; FERREIRA, Dayane Fernandes; SIRQUEIRA, Alessandra Cardoso	Analisar a percepção das relações familiares em termos de afetividade, autonomia e adaptação entre membros da família de alunos considerados praticantes de atos de violência na escola.	O estudo foi delineado por uma abordagem quali-quantitativa e de natureza descritiva com a finalidade de caracterizar a população por meio das variáveis como: idade, gênero, número de filhos e membros da família, nível de escolaridade, nível de renda, modelo de família, estado civil, tipo de moradia e renda familiar.

9	MILANI, Janaina Ohlweiler	Analisar as condições de implementação da educação como medida socioeducativa.	A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos e artigos científicos que abordam esta temática.
10	SOARES, G. R.; MENDES, D. F	Discutir o papel do psicólogo nas medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei, sendo realizada por meio de revisão da literatura.	A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio de livros impressos e artigos científicos que abordam esta temática.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

DISCUSSÃO

Um dos principais entraves à efetiva aceitação dos jovens nas escolas de acordo com as medidas de educação social é a falta de formação prévia dos profissionais da educação para o atendimento ao público, o que ocorre na maioria das escolas. Muitos educadores não entendem o texto legal da Lei da Infância e da Juventude, não entendem que os alunos têm direito à educação formal garantida pelo Estado, e é difícil considerar a escola como uma das instituições que constituem um sistema integral para proteger os direitos dos jovens. Ofensores. Eles sabem muito pouco sobre esta política e seu papel em sua implementação (PASSOS, 2020) (RIBEIRO, 2016) (LIMA, 2020).

Além dessa mudança, há também os infortúnios tradicionais do cotidiano educacional, como salas de aula lotadas, condições instáveis e incompatibilidade com o desenvolvimento da prática docente; condições precárias, menor valorização do trabalho docente, baixa remuneração; espaço e A escassez e insuficiência de materiais de ensino, etc. Nesse caso, a ação educativa originalmente desafiadora e árdua torna-se mais árdua com a chegada dos alunos, exigindo do professor o domínio de algumas habilidades que não dominava na formação inicial, e não há condições objetivas e subjetivas (CUNHA; DAZZANI, 2016) (MOREIRA, et. al. 2020) (SANTANA; SILVA; ALMEIDA, 2016).

Na interação entre professores e jovens em consonância com medidas de educação social, duas modalidades se destacam. Em primeiro lugar, e mais intimamente, o professor tem medo dos alunos, medo de suas inseguranças quando chegam à escola e evita o contato com ele na aula. Esses educadores têm uma atitude cautelosa e intimidadora em relação aos jovens (COSTA, 2020) (BATISTA; FERREIRA; SIRQUEIRA, 2020). Por outro lado, as atitudes dos professores em relação aos educadores sociais são mais positivas e severas. Eles se sentem discriminados, isolados, agredidos, ameaçados, perseguidos, humilhados, ofendidos e prejudicados pelas aparências e os objetivos da discriminação, não apenas por causa das

violações cometidas, mas também são frequentemente citadas, mas também por sua aparência e modo de se vestir, da periferia e dos negros. Além disso, muitas vezes são rotulados como agressivos, moradores de favelas, problemáticos, criminosos e outros estereótipos estigmatizantes (PASSOS, 2020) (LIMA, 2020) (MILANI, 2018).

A integração entre escola, comunidade e família é vista como um meio muito eficaz de combate à violência, não necessariamente o exagero, mas o diálogo e o respeito. A escola, a sociedade e as famílias devem estar preparadas e estruturadas para receber, acompanhar e ajudar os jovens envolvidos na violência. As medidas de educação social também devem incluir as famílias dos jovens, a fim de se reintegrarem na sociedade de forma mais eficaz (PASSOS, 2020) (SOARES; MENDES, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que estes jovens em liberdade assistida, que cumprem sua pena em instituições escolares, são vistos por muitos como um caso sem solução, mesmo sem realmente conhecerem o problema de perto. Privar jovens infratores da liberdade é na maioria dos casos a pior das hipóteses. Não é eficiente e continua a perpetuar o problema. Há também o fato de serem muito escassas as políticas públicas em comunidades carentes e não oferecerem oportunidades para os adolescentes propiciando um ambiente de risco social.

Há sim um problema social, a violência nas escolas. Como em outros tipos de violência atinge também a todos que os cercam, atrapalham totalmente o desenvolvimento dos alunos e a qualidade das aulas dos professores. A violência é um fator presente em toda sociedade, deve ser devidamente analisada e combatida, expandindo esta responsabilidade à todas as esferas sociais.

Adolescentes são pessoas que estão sofrendo com mudanças hormonais e corporais, onde começam a querer ter voz e tomarem suas decisões. Estão passando do encantamento do mundo que lhes era apresentado quando crianças para o mundo real, ainda formando o que julgam certo ou errado, o que é ou não prioridade em suas vidas. Não é os misturando ao convívio de adultos infratores que a situação será revertida, mas sim, se buscar com a educação apresentar as normas necessárias para que estes jovens infratores não mais sejam um problema social, mas sim uma solução. Por fim, há uma boa legislação que trata desses jovens, porém a teoria é muito diferente da prática. Jovens que são enviados às instituições de ensino sem nenhum apoio assistencial, não veem a escola como uma forma de melhorar de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Eraldo Carlos; FERREIRA, Dayane Fernandes; SIRQUEIRA, Alessandra Cardoso. **Percepção de suporte familiar e violência na escola:**

um estudo com pais e/ou responsáveis por alunos infratores. Faculdade de Rolim de Moura - FAROL. Rolim de Moura - RO, 2020. Disponível: https://www.researchgate.net/profile/AginaldoGarcia/publication/268278341_Relacoes_Interpessoais_e_Sociedade/links/54676fc00cf2f5eb18036a55/Relacoes-Interpessoais-e-Sociedade.pdf#page=70 Acesso: 10 out 2021.

BOURDIEU, P. (1998). **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. (1970). **La reproduction. Eléments pour une théorie du système d'enseignement.** Paris: Editions de Minuit.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990, 13 de julho).** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso: 28 abr. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível: http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2017/03/03/17_49_45_295_Plano_NACIONAL_Socioeducativo.pdf. Acesso: 28 abr. 2021.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Menores infratores em ambiente escolar.** UNB Brasília, 2020. Disponível: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2642> Acesso: 10 out 2021.

CUNHA, E. O.; DAZZANI, M. V. M. (2016). A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. **Educação em Revista**, 32(1), 235-259.

CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A escola e o adolescente em conflito com a lei: desvelando as tramas de uma difícil relação. **Educ. rev.** Brasil, Jan-Mar 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/sYMstrTgsHSjnNjZZfKKNKjr/?format=html&lang=pt> Acesso em: 10 out 2021.

CURITIBA. Programa do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE. **Prefeitura Municipal de Curitiba**, Fundação de Ação Social. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso.** 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos: para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, Amanda Correia. **Inclusão do menor infrator em condições de liberdade assistida no trabalho sócio-cultural, pedagógico escolar e letramento.** UNB. 2020. Disponível: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2454/1/2011_AmandaCorreiaLima.pdf Acesso: 10 out 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MILANI, Janaina Ohlweiler. **A educação escolar como medida socioeducativa de adolescentes em conflito com a lei – uma arqueogenealogia de suas condições de possibilidade.** Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS, 2018. Disponível: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1024/1/JanainaOhlweilerMilani.pdf> Acesso: 10 out 2021.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Maris Campos; PEREIRA, Marcelo Ricardo; MARINHO, Frederico Couto; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; WERMELINGER, Cláudia. **Ambivalência da escola e adolescentes infratores. Esc. Educ.** Brasil, 2020. Disponível: <https://www.scielo.br/j/pee/a/MWYQRMy75HQR3Nh7NBc3Km/?lang=pt&format=html> Acesso: 10 out 2021.

MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi. Complexidade e sistema na psicopedagogia. **Rev. Psicopedagogia** 2016; 20(62): 179-188 Disponível: <http://revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/462/complexidade-e-sistema-na-psicopedagogia>. Acesso: 28 abr. 2021.

PASSOS, Clóvis Dias dos. O papel do psicopedago na relação escola, família e menor infrator. FAUESP. **UNIFICADA.** 2020. Disponível: <http://revista.faesp.com.br/index.php/Unificada/article/view/40/49> Acesso: 10 out 2021.

RIBEIRO, Paulo Fernando Lopes. **De menor a adolescente: o papel da escola na política socioeducativa do Rio de Janeiro.** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2016. Disponível: <http://www.repositoriobc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11047/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PPGEdu%20-%20Paulo%20Fernando%20Lopes%20Ribeiro.pdf?sequence=1> Acesso: 10 out 2021.

SANTANA, Franciane de; SILVA, Adriane Carla Pedroso da; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de. **A ressocialização do menor infrator e as medidas sócio-educativas.** Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Brasil, Jul – Dez / 2016. Disponível: <http://www.cescage.com.br/revistas/index.php/aporiajuridica/article/view/8/8> Acesso: 10 out 2021.

SILVA, I. R. O.; SALLES, L. M. F. (2016). Adolescente em liberdade assistida e a escola. **Estudos de Psicologia**, 28 (3), 353-362.

SILVA, J. L.; BAZON, M. R. (2015). Revisão sistemática de estudos sobre os aspectos escolares relacionados ao cometimento de delitos. **Psicologia em Revista**, 21 (2), 273-292.

SILVA, J. L.; BAZON, M. R. (2016). Educação escolar e conduta infracional em adolescentes: revisão integrativa da literatura. **Estudos de Psicologia**, 19 (4), 278-287.

SOARES, G. R.; MENDES, D. F. A atuação do psicólogo com adolescentes infratores em medida socioeducativas. **Psicologia E Saúde Em Debate**. Brasil, 2016 Disponível: <http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/50> Acesso: 10 out 2021.

SOUZA, J. (2016a). **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da subjetividade periférica**. Belo Horizonte: UFMG.

SOUZA, J. (2016b). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG.

SOUZA, J. (2017). **Para além de Bourdieu? Passos para uma teoria crítica da modernização**. In Souza, J.; Bittlingmayer, U. (Eds.), Dossiê - Pierre Bourdieu (pp. 139-160). Belo Horizonte: UFMG.

VELOSO, A. C. (2016). **Como a escola é vista pelos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ZANELLA, M. N. (2020). Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível? **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, 3, 4-22.

Ana Paula Constantino da Silva

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Brenda Ferreira Lima

Graduanda de Pedagogia pela
Universidade de Gurupi/TO – UNIRG

Jussara Resende Costa Santos

Professora Doutora

RESUMO

O presente estudo abordou o tema Educação Social com ênfase na educação prisional a fim de pesquisar a educação social no sistema prisional e o processo de ressocialização. A pesquisa teve por objetivo verificar como a educação social no sistema prisional pode contribuir no processo de ressocialização dos presos, conhecer as aproximações da Educação social e a Pedagogia Social, a educação social no sistema prisional, a Lei de execução Penal no Brasil e sua relação com a educação e ressocialização, os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana. É um estudo de abordagem qualitativa, exploratório e procedimentos de revisão narrativa (RN). Para a seleção dos artigos, foram consultadas base de dados científicas tais como: Portal de periódicos -CAPES, Plataforma *Educ@*, *Scientific Electronic Library Online*- SciELO, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD, entre outras. Utilizou-se para buscas de publicações as palavras-chave Educação Social, Pedagogia Social, Sistema Prisional, Ressocialização e Pandemia nas Prisões. Como foi delimitado para a análise de 2016 a 2021, ressalta-se que o tema em relação a pandemia nas prisões também foi inserido, por se tratar de um momento em que todos os segmentos da sociedade passaram por adaptações e transformações. Foram encontradas quinze (15) pesquisas sobre o tema e de acordo com o interesse do estudo, excluiu-se seis (6) e analisou-se nove (9). Concluiu-se que existem as aproximações da pedagogia social e a educação social, que o processo de ressocialização é fundamental e que a Lei de Execução Penal busca atender os direitos dos presos e a dignidade da pessoa humana. Também identificou questões relacionadas a pandemia nas prisões, e que o coronavírus, em si, não discrimina, não escolhe entre a melhor vida apta ao salvamento ou aquela não passível de luto. Sobre as questões de gênero, ainda que a Constituição tenha previsto igualdade e proibiu qualquer forma de discriminação e desrespeito, na prática isso não acontece.

Palavras-Chave: educação social; pedagogia social; sistema prisional; ressocialização; pandemia nas prisões.

INTRODUÇÃO

O presente estudo abordou o tema Educação Social com ênfase na educação prisional a fim de pesquisar a educação social no sistema prisional e o processo de ressocialização. O projeto de pesquisa teve por objetivo verificar como a educação social no sistema prisional pode contribuir no processo de ressocialização dos presos, conhecer as aproximações da Educação social e a Pedagogia Social, a educação social no sistema prisional, a Lei de execução Penal no Brasil e sua relação com a educação e ressocialização, os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

O estudo foi de abordagem qualitativa, exploratório e procedimentos de revisão narrativa (RN). Para a seleção dos artigos, foram consultadas base de dados científicas tais como: Portal de periódicos -CAPES, Plataforma Educ@, *Scientific Electronic Library Online*- SciELO, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD, entre outras. Utilizou-se para buscas de publicações as palavras-chave Educação Social, Pedagogia Social, Sistema Prisional, Ressocialização. Pandemia nas prisões. Como delimitou-se para a análise de 2016 a 2021, ressalta-se que o tema em relação a pandemia nas prisões também foi inserido, por se tratar de um momento em que todos os segmentos da sociedade passaram por adaptações e transformações. Foram encontradas quinze (15) pesquisas sobre o tema e de acordo com o interesse do estudo, excluiu-se seis (6) e analisou-se nove (9).

Por meio da pesquisa verificou-se que as ações utilizadas no campo da educação social objetivam a socialização das pessoas, fazendo com que elas consigam superar as diversas situações conflituosas. São inúmeras as possibilidades de atuação da educação social, e essa se torna uma ciência sistemática, uma vez que suas teorias organizam o trabalho dos diversos profissionais, sejam em instituições socioeducativas, ONG's (Organização não Governamentais) e sistema prisional (PIMENTA, 2002). A educação social emerge das necessidades da sociedade, no que se refere a exclusão social, situações de risco e vulnerabilidade dos indivíduos. Em se tratando da exclusão social faz-se necessário ressaltar que esta consiste de vários fatores sociais: etnia, religião, cultura, gênero, condições sociais e econômicas, sendo assim, os menos favorecidos possuem seus direitos limitados pela sociedade (PIMENTA 2002). Como o foco do estudo foi a educação prisional, enfatiza-se que esta pode contribuir para a prevenção de novos delitos após a saída do preso do sistema prisional. Nesse contexto, o sistema prisional brasileiro está regulamentado pela Lei de execução penal (LEP nº 210 de 11/07/1984) que estabelece como deve ser cumprida e executada a pena de privação da liberdade e restrições de direito. Compete ao estado assegurar à reinserção desses indivíduos na sociedade. A prestação de assistência aos egressos ao sistema prisional é prevista desde 1995 pela Organização das Nações Unidas (ONU) promovendo os direitos

humanos. (BRASIL, 1984) 5 De acordo com os autores Português (2001 e Filgueiras (2004) a maioria dos estudos aborda a prisão considerando-a apenas como um espaço de criminalidade, entretanto, o processo educativo dentro nas prisões tem uma grande contribuição no processo de ressocialização possibilitando a volta desses indivíduos à sociedade por meio de políticas humanísticas. Percebe-se dessa forma, que a ressocialização é de suma importância para uma nova oportunidade de reinserção social dos presos. Em relação à ressocialização dos egressos do sistema prisional algumas pesquisas do Banco de teses e dissertações da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e outros estudos contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO SOCIAL E SUAS APROXIMAÇÕES

Zucchetti (2008) ressalta no que diz respeito à Pedagogia Social ela é um saber fazer, que surgiu a partir das emergências das práticas educacionais, tendo como exemplos moradores de rua, pessoas que vivem em um contexto familiar desestruturado e que vivem em situação de risco.

Caliman (2011) considera a Pedagogia Social como uma ciência de práxis social, e instrutiva, não formal, que defende e percebe em termos mais amplos a função da socialização, de maneira especial. Buscando compreender em definições mais amplas o trabalho da socialização. A pedagogia social procura a realização da prática da educabilidade humana apontada para pessoas que se deparam em situações sociais desfavoráveis.

Serrano (2003) corrobora ao afirmar que a educação social tem como objetivo, não só incluir o sujeito nos diferentes grupos sociais, bem como auxiliar o crescimento da modificação da sociedade. Através das ações de um educador social por meio da Pedagogia social pode-se compreender melhor sobre a educação social no sistema prisional, e possíveis contribuições para esses indivíduos privados de liberdade.

EDUCAÇÃO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL

A educação em espaços de privação de liberdade em diversos países no mundo, em linhas gerais, tem sido considerada como um dos meios de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos que permitam aos reclusos assegurar um futuro melhor quando recuperar a liberdade. Entretanto, antes de abordar a educação nos sistemas prisionais faz-se necessário repensar a educação ou educações em seus diversos contextos.

Nesse sentido, Brandão (2007) enfatiza que envolvemos pedaços da vida com a educação ou com várias educações e que esta ação não se limita à escola: ela se estende à família, à igreja, a outras tantas associações, ONGS e entidades e pessoas que vêm desenvolvendo um trabalho de

extrema relevância no cenário educacional contribuindo significativamente para a transformação social.

Nesse contexto existe a educação formal e não formal em que Gohn (2010) refere a educação formal como aquela realizada diretamente nas escolas, com conteúdo previamente estabelecidos, na qual são os professores que ministram as aulas cujos espaços utilizados são os do território das escolas. Quanto a educação não formal a autora estabelece as seguintes características de práxis pedagógica: é aquela em que se aprende via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas carregadas de valores e culturas próprias.

Em relação a Educação Social no sistema prisional não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de bom comportamento. Educação é direito previsto na legislação brasileira (TEIXEIRA, 2007, p. 14).

A educação nos presídios deverá estar sempre preocupada com a promoção humana, procurando sempre “[...] tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para interferir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e da colaboração entre os homens” (SAVIANI, 1987, p. 41).

Freire (1987) afirma que não há outro caminho senão o da prática de uma pedagogia humanizadora estabelecendo uma relação dialógica e permanente.

E nesse sentido a educação social no sistema prisional torna-se essencial para que possa acontecer o processo de ressocialização dos presos.

LEI DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL: EDUCAÇÃO E RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS

O Sistema Prisional Brasileiro é regulamentado pela Lei de Execução Penal - LEP Lei de N.º. 210 de 11/07/1984. Explicita a LEP em seu art.10 “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1988).

A lei objetiva garantir uma série de apoio aos presos, expandido o rol dos beneficiados, incluindo também os egressos do sistema penitenciário, ou seja, aquelas pessoas que já cumpriram sua pena, e saíram das prisões, e que ainda dependem da tutela do Estado para conseguir se manter e sobreviver tal extensão dos benefícios dos presos aos egressos é assegurada pelo art. 10 parágrafo único da LEP (BRASIL, 1988).

A LEP também determina em seu art. 1º as finalidades às disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

Zanin (2008) ressalta também sobre o direito à educação como uma política pública na ressocialização carcerária.

A educação dos presos tem por objetivo capacitá-los e prepará-los para possibilitar uma volta digna a sociedade.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A declaração dos Direitos fundamentais do Homem e do Cidadão, proclamado pela organização das Nações Unidas de 1948, traz em seu art. 1º que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e de direitos” (KUMAGAI, MARTA, 2010).

Segundo Soares (2010) a dignidade da pessoa humana é vista hoje como o centro conduzido de um novo modelo de compreensão e aplicação da ordem jurídica, que provoca diuturnamente o esforço doutrinário e a aplicação jurisprudencial dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Brasil (1988) traz em seu preâmbulo o exercício dos direitos sociais e individuais, sendo esses a liberdade, o bem-estar, o desenvolvimento a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem.

No atual sistema jurídico, a doutrina tem mostrado que o mais importante princípio de direito fundamental constitucionalmente garantido é o da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). Dignidade da pessoa humana é um princípio construído pela história. Consagra um valor que visa proteger o ser humano contra tudo que lhe possa levar ao menosprezo (BARCELLOS, 2002).

Nesse sentido verifica-se a relevância dos direitos humanos no processo de ressocialização dos presos.

METODOLOGIA

O estudo é de abordagem qualitativa, exploratório e procedimentos de revisão narrativa (RN). Para a seleção dos artigos, foram consultadas base de dados científicas tais como: Portal de periódicos -CAPES, Plataforma Educ@, *Scientific Electronic Library Online*- SciELO, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações- BDTD, entre outras. Utilizou-se para buscas de publicações as palavras-chave Educação Social, Pedagogia Social, Sistema Prisional, Ressocialização e Pandemia nas prisões. Como delimitou-se para a análise de 2016 a 2021, ressalta-se que o tema em relação a pandemia nas prisões também foi inserido, por se tratar de um momento em que todos os segmentos da sociedade passaram por adaptações e transformações. Foram encontradas quinze (15) pesquisas sobre o tema e de acordo com o interesse do estudo, excluiu-se seis (6) e analisou-se nove (9).

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão da literatura, foram incluídas: publicações dos últimos cinco anos, em língua portuguesa e de acesso gratuito por meio de bases de dados. Foram excluídos estudos de publicações anteriores ao ano de 2016 e publicações em língua estrangeira

e que não tinham relevância para o estudo. O método para a análise dos dados baseia-se em diagnóstico comparativo dos resultados e conclusões dos artigos selecionados, apresentados em quadros descritivos que evidenciam os objetivos, metodologias e conclusões dos estudos relacionados com as seguintes categorias: 1- A Pedagogia Social e a Educação Social; 2- Lei de Educação Penal e Direitos Humanos; 3- Ressocialização, 4- Pandemia nas prisões.

RESULTADOS

CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS CONSULTADOS

Quadro 1 – Descrição dos artigos selecionados

Nº	Base de dados	Autor	Título	Local e ano
1	http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/H2L6X2FvkezChmx_2021-6-14-19-25-9.pdf	SANTOS, Abner J. L. Ribeiro dos RUSSI, Leonardo Mariozi	A Ressocialização dos presos no Sistema Carcerário brasileiro.	Itapeva – FAIT 2021
2	file:///C:/Users/Poder%20Legislativo/Downloads/11-o-sistema-prisional-em-2020-2021-entre-a-covid-19-o-atraso-na-vacinacao-e-a-continuidade-dos-problemas-estruturais%20(4).pdf	BARROS, Betina warmling	O sistema prisional em 2020-2021: entre a Covid-19, o atraso na vacinação e a continuidade dos problemas estruturais	2021
3	https://www.unicerp.edu.br/ensino/cursos/direito/monografias/20172/ACRISENOSISTEMAPRISIONAL.pdf	LACERDA, Danielly de Oliveira.	A crise no Sistema Prisional brasileiro	Patrocínio-MG 2017

4	http://186.236.83.17/jspui/bitstream/20.500.11874/412/1/Gersonilda%20Suene%20Ode%20Sousa%20Marques_seg.pdf	MARQUES, Gersonilda Suene de Sousa	Contribuição da prática educativa no processo de ressocialização no contexto do sistema prisional	Taubaté – SP 2016
5	file:///C:/Users/Poder%20Legislativo/Downloads/covid%2019%20sistema%20prisional%202020%20(4).pdf	COSTA, Jaqueline Sério da. SILVA, Johnny Clayton Fonseca da. Brandão, Eric Scapim Cunha. e BICALHO, Pedro Paulo Gastalho.	COVID-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte – COVID-19 EN EL SISTEMA PENITENCIARIO BRASILEÑO	2020
6	http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18248/1/Layhanne%20Fernandes.pdf	SILVA, Layhanne Fernandes da.	A ressocialização do preso frente à Lei de Execução Penal e o Sistema Penitenciário brasileiro	Curso de Direito – UniEVANGÉLICA - 2021
7	file:///C:/Users/Poder%20Legislativo/Downloads/fale%CC%82ncia%20do%20sistema%20prisional%202019%20(3).pdf	KALLAS, Matheus Rodrigues	A falência do Sistema Prisional brasileiro: um olhar sobre o encarceramento feminino	Direito em Movimento, Rio de Janeiro, v. 17 - n. 1, p. 62-89, 1º sem. 2019
8	https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_cientifico_-_ambito_2_0.pdf	SOARES, Samuel silva Basilio	A execução penal e a ressocialização	2016

9	file:///C:/Users/Poder%20Legislativo/Downloads/artigo%20O sistema%20prisional%20brasileiro%202016%20(3).pdf	VIEIRA, Thiago de Andrade	Identidade de gênero no sistema prisional brasileiro: à luz da dignidade da pessoa humana	Anápolis–2018
---	---	---------------------------	---	---------------

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quadro 2 – Descrição dos Objetivos e Metodologias adotadas nas pesquisas

Nº	Autor	Objetivo do estudo	Metodologia
1	SANTOS, Abner J. L. Ribeiro dos RUSSI, Leonardo Mariozi	Analisar a eficiência do sistema atual em termos de ressocialização e reintegração dos presos, assim como as problemáticas que apresentam na atualidade no país.	O método foi dedutivo, abordando conceitos teóricos e legislações em vigor.
2	BARROS, Betina Warmling.	Analisar sobre a COVID-19 nas prisões.	Pesquisa foi bibliográfica com análise e comparação de dados pesquisados.
3	LACERDA, Danielly de Oliveira	Tratar sobre o sistema penitenciário em si, como sua estrutura, os regimes de pena, o sistema adotado, dentre outros, e principalmente evidenciar as causas da crise no sistema penitenciário, bem como expor soluções para a resolução desse problema.	Pesquisa bibliográfica com busca na internet de artigos e matérias a respeito do tema. Foi utilizado o método de abordagem dedutivo.
4	MARQUES, Gersonilda Suene de Sousa.	Verificar a contribuição da prática educativa no processo de ressocialização no	A pesquisa de campo foi de caráter exploratório

		contexto do sistema prisional.	com abordagens qualitativa e quantitativa. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o formulário, aplicado a 135 internos, e 17 entrevistas semiestruturadas aplicadas aos gestores, professores e demais funcionários da equipe técnica da unidade prisional.
5	COSTA, Jaqueline Séri da, SILVA, Johnny Clayton Fonseca da, BRANDÃO, Eric Scapim Cunha e Pedro Paulo Gastalho	Analisar a proposição do Departamento Penitenciário Nacional de utilização de contêineres para abrigamento de pessoas presas, na contramão da resolução 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que pautou pela necessidade de redução da população privada de liberdade.	Pesquisa documental. foi
6	SILVA, Layhanna Fernandes da	Analisar o funcionalismo da ressocialização dos presos no Brasil, conforme a Lei de Execução Penal e a realidade do sistema penitenciário.	A metodologia foi a descritiva observacional em relação a autores renomados acerca do tema, bem como leituras de artigos científicos.

7	KALLAS, Matheus Rodrigues	Demonstrar os problemas encontrados no sistema prisional brasileiro, como a má aplicação das leis penais gera efeitos diretos nos presos do Brasil, e analisar a extrema precariedade em que são deixados os seres humanos dentro das prisões, indivíduos esses que são munidos de direitos fundamentais, intrínsecos aos seres humanos. Tem como objetivo demonstrar também, além da situação caótica geral, o problema específico sofrido pelas mulheres que sofrem com a pena privativa de liberdade e são obrigadas desenvolver, todos os dias, novas estratégias de enfrentamento do cárcere.	Foi utilizado o método dedutivo-bibliográfico.
8	SOARES, Samuel silva Basilio	Perceber se a pena está cumprindo a sua função social ou não, se a ressocialização daquele que está em cárcere pela prática de um delito de fato ocorre no Brasil.	Pesquisa bibliográfica.
9	VIEIRA, Thiago de Andrade	Argumentar e compreender a dimensão da identidade de gênero no sistema prisional brasileiro, e analisar o respeito à dignidade humana de transexuais e repúdio à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros)	A metodologia utilizada foi a de compilação bibliográfica e estudo dos posicionamentos doutrinários, artigos e notícias.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quadro 3 – Alguns trechos das Conclusões obtidas

1	SANTOS, Abner J. L. Ribeiro dos RUSSI, Leonardo Mariozi	Concluiu-se que, apesar da existência da Constituição Federal, do Direito Penal e dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, o país não garante os direitos inerentes aos presos, violando direitos básicos como da educação, da saúde, e da dignidade humana, entre outros.
2	BARROS, Betina Warmling	Para além das particularidades impostas pela pandemia de coronavírus, as demais questões que caracterizam o sistema prisional, como a superlotação, o alto índice de presos provisórios e o perfil da população carcerária, persistem, devendo ser novamente destacadas pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública.
3	LACERDA, Danielly de Oliveira.	Através da pesquisa bibliográfica o entendimento mais viável para que tenha um fim à crise no sistema, seria a construção de novos presídios, contratação de agentes e de pessoas capacitadas para que haja a ressocialização.
4	MARQUES, Gersonilda Suene de Sousa	A pesquisa realizada na unidade prisional possibilitou uma visão da situação e como os internos estão como sujeitos de direitos. Conclui-se que a assistência à educação existe no âmbito da unidade, mas ainda com necessidades de articulação, devendo ser pensada não mais como uma ocupação para o reeducando cumprir seu tempo de reclusão, mas como parte de um projeto consistente de resgate da dignidade da pessoa humana, possibilitando a construção da autonomia.
5	COSTA, Jaqueline Sérgio da. SILVA, Johnny Clayton Fonseca da. Brandão, Eric Scapim Cunha. e BICALHO, Pedro Paulo Gastalho.	O ponto que, em que pese tenha melhorado nos últimos anos, ainda carece de um maior investimento por parte do Sistema de Justiça Criminal do país é a porcentagem de presos provisórios em relação ao total de pessoas privadas de liberdade.
6	SILVA, Layhanne Fernandes da.	Foi possível constatar que, há a aplicação da Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984 aos estabelecimentos prisionais brasileiros e que o objetivo da Lei de Execução Penal é a de buscar a harmonia social e a recuperação daqueles que por algum motivo desviaram do comportamento adequado, adotado pela sociedade.

7	KALLAS, Matheus Rodrigues	Pôde-se constatar que o problema exposto em relação ao sistema penitenciário brasileiro está longe de ser solucionado, uma vez que a sociedade atual é controlada por uma mídia que não expõe toda a verdade, e ainda insere nessa sociedade características machistas e preconceituosas a respeito dos encarcerados, principalmente quanto às mulheres; porém, não é impossível. Percebe-se que não existe um número suficiente de penitenciárias exclusivamente femininas. Portanto, a maioria das mulheres que são presas hoje no Brasil submetem-se a prisões mistas que não possuem estrutura nem mesmo para os homens, que não tem necessidades específicas como as mulheres.
8	SOARES, Samuel silva Basilio	Verificou-se que o que se busca é a humanização na aplicação das penas, transformação no e do sistema prisional para que este atinja sua finalidade de ressocialização do preso, pois o acréscimo de sofrimento não previsto em lei não se justifica no cumprimento da pena e nem acrescenta nada ao preso.
9	VIEIRA, Thiago de Andrade	O apenado com sua identidade de gênero, diferente daquela normalizada pela sociedade é perceptível, o quão eles são marginalizados e excluídos dos padrões da sociedade, na maior parte das situações, como machista e preconceituosa, tendo em vista os diferentes gêneros.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

DISCUSSÃO

O método para a análise dos dados baseia-se em diagnóstico comparativo dos resultados e conclusões dos artigos selecionados, apresentados em quadros descritivos que evidenciam os objetivos, metodologias e conclusões dos estudos relacionados com as seguintes categorias: 1- A Pedagogia Social e a Educação Social; 2- Lei de Educação Penal e Direitos Humanos; 3- Ressocialização, 4- Pandemia nas prisões.

Foi possível fazer uma análise das nove (9) pesquisas, sendo que mesmo tendo como tema central a educação nas prisões, quatro destacam a especificidade da ressocialização, uma relacionava mais a questão de gênero nas prisões e duas enfatizavam a crise e falência do sistema prisional brasileiro e duas ressaltavam a questão da pandemia e o COVID-19 nas prisões.

Mesmo que apenas duas pesquisas tragam como título a falência e a crise no sistema prisional, os resultados de todas as pesquisas retratam essa realidade nos presídios, bem como a importância dos direitos a dignidade da pessoa humana e a LEP como importante nesse processo.

Nas discussões dividir-se-á os temas trazendo os principais aspectos

encontrados nas pesquisas: ressocialização, questões de gênero, a crise e falência do sistema prisional e a questão da pandemia e o COVID-19 nas prisões.

Quanto a ressocialização é possível perceber que há a necessidade de projeto político pedagógico que articule e integre os saberes existentes na prisão e o trabalho dos diferentes profissionais, sobretudo em virtude da mudança do perfil da população atendida e do entendimento de que todos os saberes são úteis e necessários à educação da pessoa privada da liberdade.

Também verifica-se a ineficiência do Estado sobre serviços que devem ser oferecido aos presos dentro do estabelecimento onde estes cumprem suas sentenças como assistência médica, jurídica, social, alimentação, higiene acrescidos de carência de vagas, nas unidades, é um dos fatores geradores da não reabilitação dentro e fora do período de cumprimento de pena.

Ainda desta-se de extrema relevância para situação atual que se encontra o sistema prisional brasileiro a questão da super lotação, a ausência de projetos sociais ou um sistema de ressocialização, mostrando com isso que a falta de oportunidades junto a sociedade fazem com que muitos voltem a delinquir.

As pesquisas trazem apontamentos sobre a importância da ressocialização não apenas para o ex-detento, mas para a sociedade de forma geral, para a segurança da população, a economia do país, a fim de garantir que seja cumprida a Lei de execução Penal em todos seus preceitos. As leis de execução penal são muito belas na sua formação, nos seus conceitos e nos seus objetivos, porém, é necessário que sejam colocadas em prática para que a mais pura forma de justiça seja feita, pois não é somente a vítima que se vale da justiça. O condenado também tem direito à justiça, uma vez que tem direito ao cumprimento da sua pena de forma adequada e condizente com os direitos do homem.

Quanto a questão de gênero nas prisões foi possível verificar por meio das pesquisas da importância da compreensão da identidade de gênero no sistema prisional. Aqueles que tem uma identidade diferente, que independente dessa sexualidade, quando se identificada com um gênero. Ao olhar eles, é necessário buscar a diminuição dos riscos a que estão expostos, consequentemente evitando o extremo da vulnerabilidade em que os LGBT'S se encontram atualmente, já que essa condição não condiz com a intenção maior das prisões, a de devolver pessoas corrigidas para a sociedade.

Por meio da pesquisa percebe-se que discutir essa problemática, não é criar direitos para alguns presos em diferentes aos outros presos. Nenhum preso heterossexual terá menos direitos que outro. Compreenda-se que é preciso diminuir a violência aos que estão expostos, protegendo os LGBT da situação de vulnerabilidade na qual se encontram atualmente. Para tanto, necessitam de uma estrutura justa e igualitária na medida de suas desigualdades, para que, ao viverem privados de liberdade, vivam dignamente necessitam de maior estrutura em relação aos demais para que possam viver privados de liberdade de maneira digna e respeitosa.

Ao se tratar de mulheres presas, estas já sofrem constantemente, enquanto em liberdade, desigualdades e desrespeito unicamente pelo seu gênero.

Em relação a questão da pandemia nas prisões e o COVID-19, as pesquisas demonstram a existência de taxas altíssimas de óbitos no sistema prisional permite concluir, portanto, que mesmo antes do coronavírus adentrar as grades prisionais, muitas vidas já eram perdidas dentro das prisões. Somando todos os óbitos dentro do sistema, chegou-se em 2020 a uma taxa de 173,6 mortes por 100 mil presos, o que é quase três vezes o valor da maior taxa de Mortes Violentas Intencionais já observada no país. Ou seja, o que os dados indicam é que, no caso dos presos, nem mesmo a garantia à vida, bem jurídico inviolável, é um direito totalmente assegurado pelo Estado.

Também percebeu-se que a desconsideração por medidas de desencarceramento e a demanda por proposições ainda mais violadoras de direitos apontam para a ratificação de uma política de morte para as pessoas presas. A pandemia de *Covid-19* veio escancarar a histórica existência da desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo verificar como a educação social no sistema prisional pode contribuir no processo de ressocialização dos presos, conhecer as aproximações da Educação social e a Pedagogia Social, a educação social no sistema prisional, a Lei de execução Penal no Brasil e sua relação com a educação e ressocialização, os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

Por meio da pesquisa verificou-se que as ações utilizadas no campo da educação social objetivam a socialização das pessoas, fazendo com que elas consigam superar as diversas situações conflituosas. A educação social emerge das necessidades da sociedade, no que se refere a exclusão social, situações de risco e vulnerabilidade dos indivíduos.

Através das ações de um educador social por meio da Pedagogia social pode-se compreender melhor sobre a educação social no sistema prisional, e possíveis contribuições para esses indivíduos privados de liberdade. E nesse sentido a educação social no sistema prisional torna-se essencial para que possa acontecer o processo de ressocialização dos presos.

Como o foco do estudo foi a educação prisional, enfatiza-se que esta pode contribuir para a prevenção de novos delitos após a saída do preso do sistema prisional. O processo educativo dentro nas prisões tem uma grande contribuição no processo de ressocialização possibilitando a volta desses indivíduos à sociedade por meio de políticas humanísticas sobre o direito à educação como uma política pública na ressocialização prisional. A educação dos presos tem por objetivo capacitá-los e prepara-los para possibilitar uma volta digna a sociedade.

Quanto ao processo de ressocialização dos presos foi possível

compreender que a Lei de Execução Penal é importante porque é uma assistência ao preso e dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Concluiu-se que existem as aproximações da pedagogia social e a educação social, que o processo de ressocialização é fundamental e que a Lei de Execução Penal busca atender os direitos dos presos e a dignidade da pessoa humana. Também identificou questões relacionadas a pandemia nas prisões e que o coronavírus, em si, não discrimina, não escolhe entre a melhor vida apta ao salvamento ou aquela não passível de luto. Somos nós que estabelecemos linhas de corte e distinguimos quais frentes de atuação servem a determinadas populações e territórios. Sobre as questões de gênero verificou-se ainda que a Constituição previu igualdade e proibiu qualquer forma de discriminação e desrespeito, mas que na prática isso não acontece. Também foi possível compreender que a dignidade da pessoa humana é vista hoje como o centro conduzido de um novo modelo de aplicação da ordem jurídica. Nesse sentido verifica-se a relevância dos direitos humanos no processo de ressocialização dos presos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo. Brasiliense, 2007.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 1984. Seção 1, p. 80.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 1984. Seção 1, p. 80.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

CALIMAN, Geraldo: **Paradigmas da exclusão 2011**. Editora Universa e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001622/162290por.pdf>. Acesso: 05.mai.2020.

COSTA,Jaqueline Sérgio da. SILVA, Johnny Clayton Fonseca da. Brandão Eric Scapim Cunha. e BICALHO, Pedro Paulo Gastalho, **COVID-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte – COVID-19 EN EL SISTEMA PENITENCIARIO BRASILEÑO 2020**. Disponível:file:///C:/Users/Poder%20Legislativo/Downloads/covid%2019%20sistema%20prisional%202020%20(4).pdf. Acesso: 08.out.2021

FILGUEIRAS, C. A. C. Exclusão, **risco e vulnerabilidade: desafios para a**

política social. In: BRONZO, Carla Ladeira Carneiro; COSTA, Bruno; LAZZAROTTI, Diniz (Org.). *Gestão social: o que há de novo?* Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010. 104p.

KUMAGAI, Cibele; MARTA, Taís Nader. **Princípio da dignidade da pessoa humana.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 77, jun 2010. Disponível: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?artigo_id=7830&n_link=revista_artigos_leitura. Acesso: out 2020.

KALLAS, Matheus Rodrigues, **A falência do Sistema Prisional brasileiro: um olhar sobre o encarceramento feminino**, *Direito em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 17 - n. 1, p. 62-89, 1º sem. 2019. Disponível: [file:///C:/Users/Poder%20Legislativo/Downloads/fale%CC%82ncia%20do%20sistema%20prisional%202019%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Poder%20Legislativo/Downloads/fale%CC%82ncia%20do%20sistema%20prisional%202019%20(3).pdf). Acesso: 1.set. 2021.

LACERDA, Danielly de Oliveira, **A crise no Sistema Prisional brasileiro**, Patrocínio- MG 2017 Disponível: <https://www.unicerp.edu.br/ensino/cursos/direito/monografias/20172/ACRIS ENOSISTEMAPRISIONAL.pdf>. Acesso: 13. out.2021.

MARQUES, Gersonilda Suene de Sousa, **Contribuição da prática educativa no processo de ressocialização no contexto do sistema prisional**, Taubaté – SP 2016. Disponível: http://186.236.83.17/jspui/bitstream/20.500.11874/412/1/Gersonilda%20Suene%20de%20Sousa%20Marques_seg.pdf. Acesso: 15 set.2021

OLIVEIRA, Odete M. **Prisão: um paradoxo social.** 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido(org.) **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas.** São Paulo: Cortez, 2002.

PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. **Educação de adultos presos. Revista de Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 355-374, jul/dez 2001.

SANTOS, Abner J. L. Ribeiro dos RUSSEI, Leonardo Mariozi. **A Ressocialização dos presos no Sistema Carcerário brasileiro.** Itapeva – FAIT 2021. Disponível:

http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/H2L6X2FvkezChmx_2021-6-14-19-25-9.pdf. Acesso: 05 ago. 2021.

SANTOS, M.S **Ressocialização Através da Educação**, 2005 disponível. Em:<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2231/Ressocializacaoatraves-daeducacao>. Acesso: nov. 2020.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 8 ed. São Paulo, Cortez, 1987.

SERRANO, Glória Pérez. **Pedagogia Social, Educación Social** – construcción científica e intervención práctica. Madrid, Narcea, S.A. de ediciones, 2003.

SILVA, Layhanne Fernandes da, **A ressocialização do preso frente à Lei de Execução Penal e o Sistema Penitenciário**, Curso de Direito – UniEVANGÉLICA 2021. Disponível: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18248/1/Layhanne%20Fernandes.pdf>. Acesso: 25 out 2021.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2010

SOARES, Samuel silva Basilio, **A execução penal e a ressocialização**, 2016. Disponível: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_cientifico__ambito_2_0.pdf. Acesso:14 out 2021.

TEIXEIRA, José Carlos Pinheiro. **O papel da educação como programa de reinserção social, para jovens e adultos privados de liberdade**. Perspectiva e avanços. Salto Para o Futuro-TV Escola. Boletim 06 maio. 2007.

VIEIRA, Thiago de Andrade, **Identidade de gênero no sistema prisional brasileiro: à luz da dignidade da pessoa humana**. Anápolis– 2018. Disponível:file:///C:/Users/Poder%20Legislativo/Downloads/artigo%20sistema%20prisional%20brasileiro%202016%20(3).pdf. Acesso: 22 set 2021.

ZANIN, Joslene Eidam. **Direito à Educação: políticas públicas para a ressocialização através da educação carcerária na penitenciária estadual de Ponta Grossa-PR**. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG-PR. Ponta Grossa. 2008.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Projetos Socioeducativos e Forma de Socialização Escolar. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: lugares,**

memórias e culturas. [Recurso Eletrônico] /14. ENDIPE. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Camila Caroba De Sousa

Graduanda em Enfermagem, Estagiária de Enfermagem - FAMINAS
Belo Horizonte

Gisele Da Silva Soares

Graduanda em enfermagem - FAMINAS
Belo Horizonte

Willian Emanuel Alves Correa

Graduando em enfermagem - FAMINAS
Belo Horizonte

Erivelton Leandro Claudino

Graduando em enfermagem - FAMINAS
Belo Horizonte

RESUMO

O novo coronavírus, identificado em 2019 se apresenta clinicamente de diversas maneiras, sendo sintomatologia parecida com as formas da gripe, dentre eles hipertermia e acometimento respiratório, há casos assintomáticos e os que apresentam forma grave da doença, podendo inclusive evoluir a piora do quadro clínico e óbito. Identificando, por meio de revisão bibliográfica de literatura evidências científicas que possam ampliar horizontes quanto a perspectiva sobre abortamentos fetais em mães acometidas pelo SARS-Cov-2 e a relação entre as gestações e o acometimento severo da doença.

Material e métodos: Para a busca de estudos, foi utilizada a base de dados Portal Regional da Biblioteca Virtual da Saúde. Na seleção dos textos foram aplicados os seguintes critérios de elegibilidade: estudos publicados com linguagem em português e inglês, sendo a linguagem francesa descartada para esse estudo. **Resultados:** Houve um apontamento referente mulheres que apresentaram aborto e foram testadas e não tiveram em seus exames células de defesa contra o COVID-19. Gestações em mulheres com fatores de risco prévios, como a obesidade, asma e hipertensão arterial se destacam em casos graves da manifestação, necessitando cuidados e atenção redobrados, também retorna-se o fato de que fatores de risco pré-existentes fizeram com que duas das quatorze mulheres que integraram o estudo desenvolvessem sintomas graves da doença, tendo em vista o fator deficitário do sistema imunológico nesse período. Quando o vírus é adquirido na fase inicial gestacional o desfecho desfavorável tende a ser de maior possibilidade. Esse fato também é narrado por Golden et al. (2020)

Conclusão: É possível afirmar que gestantes com fatores de risco prévio, tendem a desenvolver a forma grave da doença em seu organismo, podendo

assim chegar ao aborto e que, o fato de adquirir SARS-COV-2 no início da gestação aumenta as chances de desfechos desfavoráveis.

Palavras-Chave: aborto; COVID-19; perda precoce da gravidez.

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia de Coronavírus, o aspecto gestacional esteve e se mantém em foco para ser possível identificar possíveis riscos, maiores que o geral, às gestantes. Uma das dúvidas nesse contexto se faz na relação entre maiores taxas de aborto relacionadas à doença. O processo de aborto consiste em interrupção gestacional ocorrida até 20^a ou 22^a semana de tempo de gestação, sendo eliminado produto menor de 500 gramas, podendo ser acarretado por diversas circunstâncias. (Ministério da Saúde)

No contexto profissional, Estrela et al. trás ideias em que é vinculado ao cenário atual pandêmico, adversidades que trazem a necessidade de elaboração e prática de novas estratégias de aplicar os cuidados necessários, para que as mulheres grávidas consigam ter a disposição o amparo de assistência à saúde adequado. Sendo, para isso, preciso que a equipe multiprofissional entenda sinais e sintomas vinculados ao COVID-19.

Na Síndrome Respiratória causada pelo novo coronavírus (COVID-19), a sintomatologia apresentada vai desde prejuízo gustativo e olfativo, entupimento do nariz, dores na garganta, na cabeça e no corpo a sinais mais comuns como febre, sensação de cansaço e tosse (frequentemente seca), podendo haver reduções nos padrões de consciência, dentre outras. O SARS-COV-2, em acometimentos mais graves, causa também sensação de falta de ar e febre. (OPAS)

Se tratando de números, 80% dos doentes – aproximadamente, tem a recuperação adequada e não carecem de atenção hospitalar, 15% precisam de oxigenoterapia e apenas 5% necessitam passar por leitos intensivos. Além disso, a Organização Pan-Americana da Saúde, destaca que entre o público que evolui com piora, são destacados achados clínicos como insuficiência respiratória, desconforto respiratório agudo, sepse, choque séptico, tromboembolismo e até mesmo lesão de múltiplos órgãos.

A partir do entendimento desses dados e da identificação da carência de estudos científicos na língua portuguesa que relacionem a ocorrência de abortos e o acometimento pela COVID-19, foi construída a questão norteadora **“Gestantes acometidas pelo novo coronavírus apresentam maiores chances de evolução ao abortamento?”**

O objetivo geral é identificar, por meio de revisão bibliográfica de literatura evidências científicas que possam ampliar horizontes quanto a perspectiva sobre abortamentos fetais em mães acometidas pelo SARS-Cov-2.

O objetivo específico é identificar a relação entre as gestações e o acometimento severo da SARS- Cov-2.

MATERIAL E MÉTODOS

A busca de estudos para análise se deu de julho a setembro de 2021, sendo utilizada a base de dados Portal Regional da Biblioteca Virtual da Saúde (BVSaúde) que retornou textos da MEDLINE, CUMED e LILACS, bases de dados indexadas.

Para a seleção dos textos científicos foram aplicados os seguintes critérios de elegibilidade: estudos publicados com linguagem em português e inglês, sendo a linguagem francesa descartada para esse estudo. Além disso, foi realizada a exclusão de textos duplicados e que não tragam de fato a dissertação sobre a temática de relação entre a perda precoce da gravidez e o COVID-19.

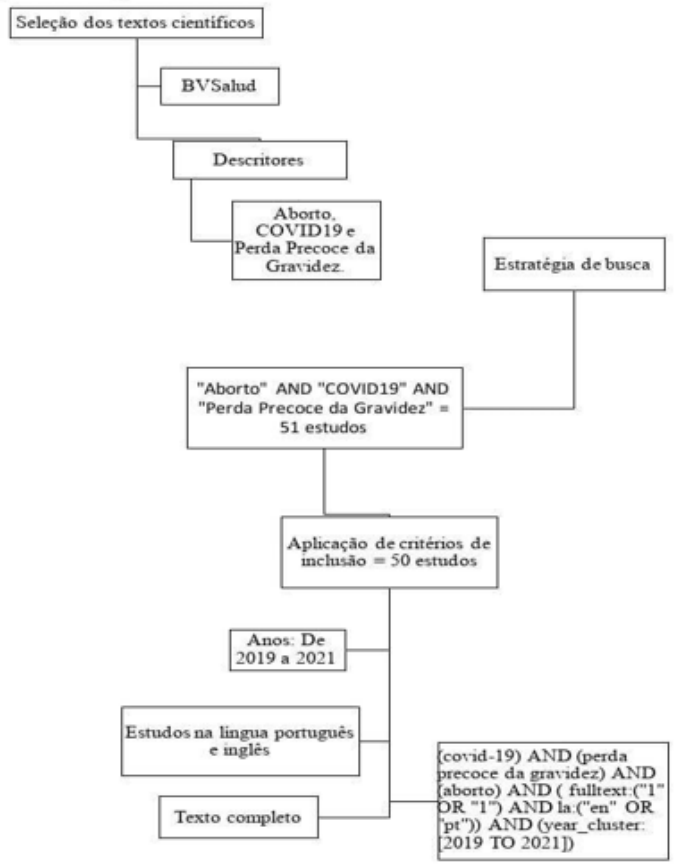
Na busca, os seguintes descritores foram utilizados: Abortos, COVID19 e Perda Precoce da Gravidez, conforme listagem na base de dados DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). O operador booleano AND foi utilizado, sendo o texto de pesquisa formado por: “Abortos” AND “COVID19” AND “Perda Precoce da Gravidez”, a figura 1 traz a exemplificação, apresentando os critérios utilizados, facilitando o olhar amplo para esta pesquisa. Após a seleção por meio dos passos descritos, foi realizada leitura e avaliação criteriosa de cada publicação, em busca de respostas a pergunta norteadora do presente artigo.

Primeiramente, a partir da leitura exploratória foram excluídos os textos que não abordam o novo coronavírus e a perda precoce gestacional e, com auxílio da leitura seletiva, apenas trabalhos que se enquadram à temática se mantiveram selecionados. Após a seleção, houve análise via leitura analítica, identificando título da publicação, ano em que foi publicada, além dos objetivos dispostos e suas respectivas considerações finais.

Utilizando-se da leitura interpretativa, foram analisados cautelosamente cada texto selecionado, e a partir dos dados apresentados e ideais dos pesquisadores, foi elaborado uma discussão norteadora pela questão apresentada como tema central dessa pesquisa, realizando uma relação entre dados e fatos apresentados por cada um dos autores, visando responder de forma fidedigna o tema aqui proposto.

Para ser possível identificar o ponto de vista sobre o que cada autor visou abordar em seu estudo, foi elaborado um segundo quadro com a informação de título do artigo e de seu respectivo objetivo.

Figura 1: Fluxograma de busca dos dados na BVSaLud:



Fonte: Elaborado pelo Autor. 2021.

Leitura criteriosa, trabalhos selecionados a partir do conteúdo abordado = 05 estudos

Quadro 1 – Quadro sinóptico contendo título e autoria dos estudos selecionados.

Título do artigo	Autoria
1 O nascimento prematuro não está associado à infecção assintomática / leve por SARS-CoV-2 <i>per se</i> : o estado pré-gravidez é o que importa. (Tradução própria)	Cosma et al. 2021
2 SARS-CoV-2 na gravidez de primeiro trimestre: um estudo de coorte. (Tradução própria)	Freiesleben et al. 2020
3 Resultados da gravidez em COVID-19: Um estudo de coorte prospectivo em Cingapura. (Tradução própria)	Mattar et al. 2020
4 Fatores de risco associados a resultados fetais adversos em gestações afetadas pela doença por coronavírus 2019 (COVID-19): uma análise secundária do estudo WAPM em COVID-19 (Tradução própria)	Mascio et al. 2020
5 Resposta materna e neonatal ao COVID-19. (Tradução própria)	Thea N. Golden and Rebecca A. Simmons 2020

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2021.

Quadro 2 – Quadro contendo títulos e objetivos dos estudos selecionados.

Título do artigo	Objetivos
1 O nascimento prematuro não está associado à infecção assintomática / leve por SARS-CoV-2 <i>per se</i> : o estado pré-gravidez é o que importa. (Tradução própria)	O objetivo da pesquisa foi determinar o real impacto da infecção assintomática / leve por SARS-CoV-2 no nascimento prematuro, não devido à insuficiência respiratória materna.
2 SARS-CoV-2 na gravidez de primeiro trimestre: um estudo de coorte. (Tradução própria)	Pergunta de estudo: A infecção materna com síndrome respiratória aguda grave Coronavirus-2 (SARS-CoV-2) na gravidez de primeiro trimestre tem impacto no desenvolvimento fetal medido pela espessura da translucência nual e perda da gravidez?

3	Resultados da gravidez em COVID-19: Um estudo de coorte prospectivo em Cingapura. (Tradução própria)	Descrever e avaliar os resultados em mulheres grávidas com COVID-19 em Cingapura.
4	Fatores de risco associados a resultados fetais adversos em gestações afetadas pela doença por coronavírus 2019 (COVID-19): uma análise secundária do estudo WAPM em COVID-19 (Tradução própria)	Avaliar a força da associação entre as características maternas e da gravidez e o risco de resultados perinatais em gestações com COVID-19 confirmado laboratorialmente.
5	Resposta materna e neonatal ao COVID-19. (Tradução própria)	Não foi possível identificar explicitamente no texto o objetivo desse trabalho.

Fonte: Elaborado pelo Autor, 2021.

RESULTADOS

A gestação é um período de desafios e mudanças e, conforme Freiesleben et al. (2020), a figura feminina quando em período de gestação apresenta maior predisposição a ser acometida por doenças advindas de vírus, em seu respectivo estudo, 1039 participaram do Coorte 1 (gestantes testadas duas vezes) e outras 36 que apresentaram aborto durante a fase inicial gestacional, sem antes realizar a testagem dupla, integraram a listagem de participantes para o Coorte 2.

Nenhuma entre as 36 gestantes que evoluíram para decesso fetal no estudo de Freiesleben et al. (2020), obtiveram em resultados de exames positivos para células de defesa contra a COVID-19. Já em totalidade, apenas 53% das grávidas que positivaram para células de defesa contra o Coronavírus desenvolveram sintomas compatíveis com a comorbidade, porém destacam que o trabalho científico por ele elaborado não anula que sejam capazes a ocorrência de acometimento severo pela doença e dificuldades e problemas no desenvolver da gravidez.

Freiesleben et al. (2020) aponta que não houve diferenciação de translucência nucal em pacientes que foram diagnosticadas com coronavírus anteriormente à gestação, no comparativo às mulheres que adquiriram os vírus já gestantes. Destacam também que, não houve fatores suficientes para que se possa afirmar que a possibilidade de aborto nos três primeiros meses de gestação foi aumentada devido ao SARS-COV-2.

Paralelo ao primeiro estudo descrito, gestações em mulheres com fatores de risco prévios, como a obesidade, asma e hipertensão arterial se destacam em casos graves da manifestação da SARS-COV-2, necessitando portando, cuidados, atenção e orientação redobradas, conforme Cosma et al. (2021). Foram utilizadas na amostragem 102 partos pré-termo e 127 partos termo como grupo de controle.

Gestantes que não apresentem comorbidades prévias necessitam receber a informação de que o fato de contrair o vírus da COVID-19 e apresentar sintomatologia leve ou até mesmo nenhuma, não incide em acréscimo de possibilidade da ocorrência de parto pré-termo. (Cosma et al. 2021)

Mattar et al. (2020) retorna o fato de que os fatores de risco pré-existentz fizeram com que duas das quatorze mulheres que integraram o estudo desenvolvessem sintomas graves da doença e que gestantes em geral apresentam risco aumentado da forma grave do SARS-Cov-2, tendo em vista o fator deficitário do sistema imunológico nesse período.

Quando o vírus é adquirido na fase inicial gestacional o desfecho desfavorável tende a ser de maior possibilidade, entretanto a transmissão realizada verticalmente é tida como “insignificante”, segundo Mascio et al. (2020). Esse fato também é narrado por Golden et al. (2020), o qual destaca que são poucos relatos de transmissão vertical e infecção viral placentária por COVID-19 até então.

Há muito a se estudar e a divulgar na comunidade científica, sendo os próprios estudos afirmativas disso. Os resultados obtidos por Mascio et al. (2020) correlacionam os desfechos gestacionais negativos como majoritariamente acontecidos na parte inicial da gestação (primeiro trimestre), sendo quase nulos a relacionada a etapa média e final – no comparativo com gestações habituais.

Golden et al. (2020) relata que estão sendo relatadas mudanças nas características morfológicas placentárias, destaca que ainda não há medida determinada sobre o Coronavírus atual e risco para a mãe e o feto. Durante a gestação, o feto é favorecido pela barreira placentária, entretanto, o estudo traz evidências de que é possível que haja prejuízo nas características placentárias e no desenvolver intraútero, porém que é preciso estudo sistêmico que avalie essa questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SARS-COV-2 trouxe apreensão e dúvidas não só ao público em geral, mas também aos pesquisadores e profissionais atuantes da saúde. Sendo por esse motivo, necessárias apresentações de estudos científicos que tragam ao cenário informações à medida que elas forem obtidas.

Foi constatado através dessa revisão integrativa de literatura que mulheres grávidas que trazem fatores de risco prévio, tais como obesidade, diabetes mellitus e pressão arterial alta compõe grupo com maior possibilidade de acometimento pela forma grave do coronavírus, sendo por isso possível caso de abortos e perdas precoces da gravidez.

A falta de estudos na língua portuguesa dificulta a compreensão dos fatos e correlação com a atualidade, sendo a questão norteadora desse trabalho respondida, porém com lacunas que ainda carecem de estudos e olhar crítico. É possível afirmar que gestantes com fatores de risco prévio, tendem a desenvolver a forma grave da doença em seu organismo, podendo

assim chegar ao aborto e que, o fato de adquirir SARS-COV-2 no início da gestação aumenta as chances de desfechos desfavoráveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **NORMA TÉCNICA. ATENÇÃO HUMANIZADA AO ABORTAMENTO**. Brasília, 2005. Disponível: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf>. Acesso: 01 ago. 2021.

COSMA, Stefano. *et al.* Preterm birth is not associated with asymptomatic/mild SARS-CoV-2 infection per se: Pre-pregnancy state is what matters. **PLOS ONE**, v. 16, n. 8, p. e0254875, 2021. Disponível: <<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0254875>>. Acesso: 03 ago. 2021.

DI MASCIO, DANIELE. *et al.* Risk factors associated with adverse fetal outcomes in pregnancies affected by Coronavirus disease 2019 (COVID-19): a secondary analysis of the WAPM study on COVID-19. **J Perinat Med**, p. [950–958], 2020. Disponível: <<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/md1-32975205>>. Acesso: 03 ago. 2021.

ESTRELA, FERNANDA MATHEUS *et al.* Gestantes no contexto da pandemia da Covid-19: reflexões e desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**, v. 30, n. 02 Disponível: <<https://www.scielo.org/article/physis/2020.v30n2/e300215#>>. Acesso: 01 ago 2021.

GOLDEN, Thea N; SIMMONS, Rebecca A. Maternal and neonatal response to COVID-19. **Am J Physiol Endocrinol Metab**, p. [E315–E319], 2020. Disponível: <<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/md1-32574110>>. Acesso: 03 ago. 2021.

LA COUR FREIESLEBEN, N. *et al.* SARS-CoV-2 in first trimester pregnancy: a cohort study. **Human Reproduction**, v. 36, n. 1: p. [40-47], 2021. Disponível: <<https://academic.oup.com/humrep/article/36/1/40/5952683>>. Acesso: 03 ago. 2021.

MATTAR, CITRA NZ. *et al.* Pregnancy Outcomes in COVID-19: A Prospective Cohort Study in Singapore. **Ann Acad Med Singap**, p. [857–869], 2020. Disponível: <<https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/md1-33381779>>. Acesso: 03 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa sobre COVID-19**. Disponível: < <https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso: 01 ago. 2021.

Gabriela Lidianny Soares Fernandes

Advogada. Especialista em direito e Processo do Trabalho e
Direito Previdenciário pela Universidade Estácio de Sá – UNESA – Natal/RN
Graduada em Direito pela Universidade Potiguar – UNP – Natal/RN

RESUMO

O trabalho visa refletir sobre o processo de terceirização dos serviços no âmbito da atividade privada e no âmbito da administração pública. A lei nº Lei 13.429/2017 trouxe relevantes mudanças no direito do trabalho, a qual inovou o instituto da terceirização no ordenamento jurídico, prevendo a possibilidade da contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços independente da natureza da atividade, ou seja, podendo ser utilizada tanto para atividade-meio quanto para atividade-fim. Diante dessa nova modalidade de terceirização, pretendemos mostrar seus possíveis efeitos, sejam eles positivos e negativos e a conseqüente flexibilidade nas relações laborais com a nova legislação. Na produção do presente artigo foi adotada a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de procedimentos técnicos e materiais já publicados, especialmente de livros, artigos periódicos, legislação e materiais atualmente disponibilizados na internet. Com base nos dados coletados, percebe-se que há divergência doutrinária e jurisprudencial quanto ao tema da terceirização na atividade-fim. Nesse contexto, verifica-se que a terceirização concentra seus pontos positivos no empregador e os pontos negativos no empregado com a precarização das relações de trabalho e a diminuição de alguns direitos sociais em comparação com os outros trabalhadores. Entretanto, a legislação precisa se manter atualizada para atender as novas relações trabalhistas que vão surgindo com a modificação do mundo comercial, entretanto, todos os princípios, que regem o direito do trabalho, devem ser preservados.

Palavras-Chave: terceirização; atividade-fim; empresas privadas; administração pública.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade estudar e debater da legislação trabalhista com relação ao tema da terceirização em relação aos reflexos trazidos com a nova legislação que trouxe importantes modificações no âmbito laboral, vez que numa interpretação literal houve a permissão da lei para contratação de terceirizados para prestação de serviços relacionados

na atividade-fim da empresa, o que antes era vedado tanto na legislação quanto pela jurisprudência dos tribunais.

Compreende-se a terceirização como a contratação de mão de obra por meio de empresa interposta, atualmente, encontra-se regulamentada na Lei 13.429/2017, antigo PL 4.302/98. Assim, no decorrer deste artigo serão estudados os possíveis reflexos da terceirização da atividade-fim, sendo necessária a distinção entre atividade-fim e atividade-meio para uma melhor compreensão do fenômeno da terceirização, dessa forma, podemos dizer que a atividade-meio é aquela que está relacionada às funções acessórias ao bom funcionamento da empresa e atividade-fim aquela que está relacionada às funções essenciais da empresa. Daí, a importância de fazermos um estudo reflexivo acerca dos aspectos presentes na prática dessa evolução legislativas e seus efeitos práticos no ambiente de trabalho.

Face ao exposto, levantaremos questões relativas à aprovação do projeto de lei 4.302/98 e consequente promulgação da Lei 13.429/2017 que prevê a terceirização da atividade-fim da empresa, faz-se necessário o esclarecimento dos possíveis reflexos gerados por esta nas relações de emprego, suas formas e a maneira como a Lei 13.429/2017 irá atingir a classe trabalhadora. Sendo assim, espera-se que o presente artigo possa ampliar os conhecimentos da terceirização no âmbito do Direito do Trabalho.

O referido artigo será composto por duas sessões. Na primeira sessão, faremos uma contextualização sobre a evolução histórica da legislação sobre a terceirização no Brasil, a fim de demonstrar a evolução do ordenamento jurídico para acompanhar as realidades sociais. Na segunda sessão, discorreremos sobre os efeitos positivos e negativos da terceirização na atividade-fim dos contratantes, tanto no âmbito privado quanto no âmbito da administração pública.

Queremos deixar claro que não temos a pretensão de esgotar a discussão acerca da polêmica do assunto em questão, em que o legislador procurou flexibilizar ainda mais as relações trabalhistas nas hipóteses previstas na lei que permitem essa espécie de contratação.

METODOLOGIA

A metodologia de estudo utilizada é a pesquisa bibliográfica, com abordagem conceitual e valorativa do tema: opinião de teóricos; artigos online de periódicos ou revistas acadêmicas; livros; e sites que permitam a elucidação do problema proposto e a abordagem é realizada numa perspectiva qualitativa e expositiva, para o alcance dos objetivos propostos.

RESULTADOS:

PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

As relações trabalhistas são perseguidas por constantes mudanças com o fito de acompanhar e atender às diversas atividades que surgem no mundo do mercado econômico.

E no Brasil não foi diferente, verifica-se, atualmente, sucessivas alterações na legislação trabalhista brasileira. Nesse sentido, cumpre destacar um dos temas relevantes que sofreu recente alteração, foi a terceirização no âmbito da atividade privada quando no âmbito da administração pública, especialmente, no que diz respeito à polêmica possibilidade desse tipo de contratação para realização da atividade-fim.

A terceirização tem sido reproduzida no Brasil desde meados da década de 1960, segundo a doutrina. Alguns doutrinadores defendem que a terceirização surgiu, primeiramente, no setor público, mas logo migrou também para o setor privado.

Na época da produção da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em 1940, a terceirização ainda não constituía fenômeno nas relações trabalhista, como ocupa hoje em dia, motivo pelo qual a CLT não fez menção a esse instituto de relação trabalhista.

Sobre a falta de regulamentação, ensina Goldinho Delgado em sua obra “Curso de Direito do Trabalho”, o seguinte:

“Isto ocorre pela circunstância de o fato da Terceirização não ter tido, efetivamente, grande significado socioeconômico nos impulsos de industrialização experimentados pelos países nas distintas décadas que se seguiram à acentuação industrializante iniciada nos anos de 1930/40.” (DELGADO, 2005, p. 429).

Como prevê Neto:

[...] a terceirização no Brasil acompanha a tendência internacional, estando, via de regra, associada a: diminuição de custos; aumento do número de micro/pequenas empresas; enxugamento de estruturas organizacionais, ocasionando demissões; menores salários; perdas de benefícios e vantagens salariais constantes dos acordos coletivos sindicais; precarização dos vínculos empregatícios, das condições de trabalho e de segurança; crescimento do trabalho temporário. (NETO, 1997, p. 6).

Importante frisar, que a terceirização se inseriu na legislação brasileira sob a forma de trabalho temporário. Acompanhada de perfectórias concepções dos serviços prestados por terceiros, presentes nas chamadas “atividades-meio” das empresas tomadoras de serviços.

No Brasil, conforme ensina Queiroz (1998, p.63), a terceirização, paulatinamente, implementada com a vinda das primeiras empresas multinacionais, especialmente, empresas automobilísticas, uma vez que guardavam para si apenas a atividade de montagem dos veículos, adquirindo as peças com outras empresas.

Nesse período, a terceirização era conhecida como contratação de serviço de terceiros, sendo aplicada com o objetivo de reduzir custo de mão-

de-obra, assim como para obter algumas economias em gerar ganho de qualidade, eficiência e produtividade.

Dessa forma, faz-se necessário, para que o estudo da terceirização, analisar os conceitos de empregado e empregador a fim de se averiguar os limites jurídicos trabalhistas desta relação laboral.

Conforme dispõe o art. 2º da CLT “considera-se empregador a empresa individual ou coletiva que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal do serviço”.

Segundo o art. 3º da CLT “considera-se empregada toda pessoa física que prestar serviço de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste mediante salário”.

Dessa definição legal depreende-se quatro requisitos para caracterização do empregado: ser pessoa física, não eventualidade, subordinação e pessoalidade.

Já no caso da terceirização, observa-se um processo de transferência de atividades delegadas para terceiros, ficando a empresa contratada adstrita às atividades que não constituem o objeto principal da empresa.

Nos dias atuais, é possível observar que os Poderes Executivo e Legislativo têm estimulado a terceirização. No sentido oposto o Poder Judiciário juntamente com o Ministério Público do Trabalho tem buscado moderar a aplicação desse instituto de relação trabalhista, editando jurisprudência sobre o assunto.

OS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA TERCEIRIZAÇÃO NA ATIVIDADE-FIM DOS CONTRATANTES

Inicialmente, observa-se no contexto histórico e jurídico que o instituto da terceirização foi ganhando significativo espaço nas relações laborais, á princípio apenas sendo aceitável no exercício de atividade-meio da empresa contratante, não se aplicando a terceirização na atividade-fim da empresa, muito menos quando esta é realizada na esfera do serviço do poder público.

De acordo com Martins (2001, p. 42), a principal vantagem com enfoque na visão administrativa, seria o da possibilidade de melhorar a qualidade do produto ou serviço, com a conseqüente diminuição dos encargos trabalhistas e previdenciários.

Tomando com base essa visão, a terceirização pode propiciar a empresa a concentrar seus recursos e espaços na sua própria área produtiva, na sua atividade-fim, melhorando a qualidade do produto e sua competitividade o mercado.

Por outro lado, as desvantagens estão mais presentes para o empregado, isso porque a terceirização pode indicar perda do emprego, remuneração incerta, além da possibilidade de perda ou redução de benefícios sociais decorrentes do contrato de trabalho e das normas coletivas da categoria.

Ademais, cumpre frisar um dos principais riscos da terceirização é a contratação de empresas inadequadas para a realização dos serviços, sem competência e idoneidade financeira, ocasionando, em certos casos, problemas e responsabilização da tomadora dos serviços pelas obrigações de natureza trabalhista (Martins, 2001, p. 46).

Os efeitos da terceirização na atividade-fim

De início, faz-se necessário uma melhor análise da nova legislação dos conceitos dos termos atividade-fim e atividade-meio, isto é, quando se caracteriza cada uma delas. Conforme os ensinamentos de Delgado (2016, p. 503 apud HURST, 2017, p. 10):

Atividades-fim podem ser conceituadas com as funções e tarefas empresariais e laborais que se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador de serviços, compondo a essência desta dinâmica e contribuindo inclusive para a definição do seu posicionamento e classificação no contexto empresarial e econômico. São, portanto, atividades nucleares e definitórias da essência da dinâmica empresarial do tomador dos serviços.

No que diz respeito a atividade-meio, ocorre quando são contratados trabalhadores para prestar serviços em funções acessórias visando o bom funcionamento da empresa. Vejamos:

Por outro lado, atividades-meio são aquelas funções e tarefas empresariais e laborais que não se ajustam ao núcleo da dinâmica empresarial do tomador dos serviços, nem compõe a essência desta dinâmica ou contribuem para a definição de seu posicionamento no contexto empresarial e econômico mais amplo. São, portanto, atividades periféricas à essência da dinâmica empresarial do tomador de serviços, são ilustrativamente, as „transportes, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas “. São também outras atividades meramente instrumentais, de estrito apoio logístico ao empreendimento (serviços de alimentação aos empregados do estabelecimento, etc.). (DELGADO, 2016, p. 503 apud HURST, 2017, p. 10).

No Brasil, a interpretação do instituto terceirização era feita com base na análise da súmula 331 do TST, onde a terceirização de atividade-fim era considerada ilegal, permitindo-se que fosse exercida apenas a terceirização da atividade-meio da empresa, como por exemplo, nos serviços prestados na área de limpeza. A partir da promulgação da nova lei, com a aprovação do projeto Lei 4.302/98 e posterior sanção feita pelo Presidente Michel Temer, o referido projeto transformou-se na Lei 13.429/2017, chamada de Lei da Terceirização e do Trabalho Temporário, fazendo com que a interpretação da

terceirização deixasse de ser analisada apenas com base nas súmulas e jurisprudências.

Sabemos que a nova regulamentação trouxe consigo uma infinidade de opiniões divergentes, com relação às vantagens e desvantagens da mesma, de um lado temos os empregadores que adquiriram maior segurança e, de outro os empregados, que terão suas relações trabalhistas, de certo modo, precarizadas. (HURST, 2017)

Aprovado e transformado na Lei nº. 13.429/2017, esse projeto começou a gerar uma série de controvérsias. E não apenas a respeito dos dispositivos que dizem especificamente respeito à utilização de trabalho temporário. Mas, também, controvérsias a respeito da possibilidade de terceirização de quaisquer tipos de serviços, instrumentais ou finalísticos.

Muitos doutrinadores e estudiosos têm entendido que a lei normatiza a terceirização irrestrita, enquanto outros entendem que a terceirização da atividade-fim só é permitida nos contratos de trabalho temporário. Para um melhor entendimento faz-se necessário definir o que é trabalho temporário.

Com a promulgação da Lei 13.429/2017 a redação do artigo foi alterada passando a ser considerado trabalho temporário:

[...] aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços. (CONGRESSO NACIONAL, 2017, p. 01)

Tal definição é a mesma apresentada no art. 2º da Lei da Terceirização. Diante do acima exposto faz-se necessária a análise do art. 9º, § 3º da referida lei que traz em sua redação a regulamentação da terceirização da atividade-fim, qual seja “o contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços.” (CONGRESSO NACIONAL, 2017, p. 02).

Nesse contexto, o doutrinador Maciel (2017, p. 03) analisa o assunto dizendo que:

[...] a subcontratação de serviços nas atividades-fim da empresa contratante somente pode se dar no âmbito dos contratos de trabalho temporário, inexistindo disciplina normativa no que tange à possibilidade de a contratação de serviços de terceiros (terceirização) alcançar as atividades-fim das empresas tomadoras de serviços.

O doutrinador cassar também avalia sobre o assunto (2017, p. 02) e ressalta que:

Interpreto que o legislador não autorizou a terceirização geral para as atividades-fim da empresa, mas tão somente para as atividades-meio desta, pois, quando quis ser expresso na autorização de terceirização de

atividade-fim, o fez, como foi o caso do trabalho temporário. [...] Aliás, terceirizar atividade-fim pode colocar em risco a qualidade dos serviços oferecidos pelo tomador, pois executados por trabalhadores que não são subordinados ao tomador. Quando o tomador não dirige e não comanda o trabalho executado por seus trabalhadores o serviço final não sai com a qualidade que deveria ter, principalmente se esses estiverem relacionados com sua atividade-fim. Sofre o trabalhador, o consumidor e a sociedade em geral.

Entretanto, cumpre frisar o novo entendimento sobre a terceirização na atividade fim pelo Tribunal Superior do Trabalho após o julgamento da ADPF Nº 324 e do Recurso Extraordinário nº. 958.252. Vejamos:

RECURSO DE REVISTA. TELECOMUNICAÇÕES. **ATIVIDADE-FIM. LICITUDE DA TERCEIRIZAÇÃO.** 1. Nos termos da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral nº. 958252/MG e ADPF 324/DF: “**é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante**”. 2. Ao contrário do entendimento anteriormente sumulado por esta Corte (Súmula 331, I), conclui-se, com base nas decisões proferidas pela Suprema Corte na ADPF 324 e no RE 958.252, ser plenamente possível a terceirização de serviço afeto à atividade-fim das concessionárias de telecomunicações, de modo que é irrelevante aferir se as funções a serem desempenhadas pela contratada estariam inseridas nas atividades essenciais ou acessórias da contratante. 3. No caso concreto, a Corte Regional reconheceu a ilicitude da terceirização e, conseqüentemente, o vínculo empregatício, por entender que a atividade de instalação e reparação de redes se enquadra no conceito da atividade-fim da tomadora de serviços. 4. Tal decisão destoa do entendimento do Supremo Tribunal Federal e do novo entendimento desta Corte Superior, merecendo reforma. 5. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.

(TST – RR: 102705220165030022, Data de Julgamento: 09/04/2019, Data de Publicação: DEJT 12/04/2019).

RECURSO DE REVISTA. **TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES. LABOR EM ATIVIDADE-FIM. LICITUDE.** Ante a possível contrariedade à súmula de jurisprudência dessa Corte (Súmula 331), nos termos exigidos no artigo 896 da CLT, provê-se o agravo de instrumento para determinar o

processamento do recurso de revista. RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES. LABOR EM ATIVIDADE-FIM. LICITUDE. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO COM A TOMADORA. POSSIBILIDADE APENAS DE CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. DECISÃO DO STF NOS TEMAS 725 E 739 DA TABELA DE REPERCUSSÃO GERAL E ADPF 324, RE 958.252 E ARE 791.932. O Supremo Tribunal Federal, **ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e o Recurso Extraordinário (RE) 958.252, com repercussão geral reconhecida, decidiu pela licitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo. Naquele recurso, o STF firmou tese de repercussão geral, com efeito vinculante, no sentido de que “ é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão de trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante”.** No julgamento do ARE 791.932/DF, ocorrido em 11/10/2018 e transitado em julgado em 14/03/2019, representativo da controvérsia e com repercussão geral (Tema 739), o Supremo Tribunal Federal firmou tese jurídica vinculante, na qual ficou redigido que “é nula a decisão de órgão fracionário que se recusa a aplicar o art. 94, II, da Lei 9472/97, sem observar a cláusula de reserva de Plenário (CF, art. 97), observado o artigo 949 do CPC”. Assim, não havendo alusão no acórdão regional acerca da efetiva existência de pessoalidade e subordinação jurídica com a tomadora de serviços, não há como reconhecer o vínculo direto com a empresa de telecomunicações, à luz do entendimento do STF e do art. 94, II, da Lei 9.472/97. Recurso de Revista conhecido e provido.

(TST – RR: 997120135030109, Relator: Augusto César Leite de Carvalho, Data de Julgamento: 11/12/2019, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT: 13/12/2019). *Grifo nosso.*

Com efeito, observa-se que o STF, ao julgar a ADPF 324 e o RE 958.252, com repercussão geral reconhecida, decidiu pela ilicitude da terceirização em todas as etapas do processo produtivo.

Destaca-se que no recurso, o STF firmou tese de repercussão geral com efeito vinculante, no sentido de que é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de trabalho entre pessoas jurídicas distintas, não importando o objeto fim das empresas envolvidas.

Regulamentado pela Lei 13.429/2017 o fenômeno da quarteirização tem sua previsão legal no artigo 4º-A, §1º da Lei, senão vejamos:

Art. 4º-A. Empresa prestadora de serviços a terceiros é a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos. § 1º A empresa prestadora de serviços contrata, remunera e dirige o trabalho realizado por seus trabalhadores, ou subcontrata outras empresas para realização desses serviços. (BRASIL, 2017, p. 04)

Mesmo diante da nova tese e jurisprudência da corte superior do trabalho e do Supremo Tribunal Federal, que decidiram pela licitude de terceirização de atividade-fim das tomadoras de serviço, o tema ainda se mostra bastante controverso, devendo haver uma análise mais aprofundada de toda essa nova relação laboral e seus possíveis reflexos para o trabalhador.

Com base nesse tema, alguns críticos afirmam que a contratação de trabalhadores por meio de terceiros para desenvolver atividades finalísticas da contratante pode implicar diminuição de custos da contratada, podendo não investir em prevenção de acidentes e em equipamentos de proteção coletiva e individual, pagar salários menores, não pagar horas extras, não depositar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), deixar de conceder os intervalos para descanso para que o trabalhador labore mais etc. sabe-se que a tomadora de serviços arca com o lucro da terceirizada, mas, com a redução de salários e benefícios, a contratação finda sendo vantajosa para ela. Do contrário, a conta não fecharia, uma vez que não haveria vantagem o tomador contratar um trabalhador por meio de terceiros para fazer o serviço que ela sabe como deve ser feito, se não lhes fosse mais rendoso.

Desse modo, considerando tais aspectos, é possível visualizar os efeitos práticos que a terceirização na prestação das atividades-fim da empresa pode causar para o empregado, a parte mais afetada sob o ponto de vista negativo, como a possibilidade de sonegação de direitos e precarização do trabalho, fatos que já são constatados pelo MPT nas suas inúmeras investigações e que são veiculados nas redes de computadores e televisivas com frequência, em que fica evidente a contratação de trabalhadores através de empresas interpostas para o desenvolvimento de atividades essenciais da tomadora de serviços de forma mais precária se em comparação com os empregados contratados com vínculo direto com o tomador de serviços.

As consequências da intermediação de mão de obra podem ser as mais nefastas possíveis. Iniciam-se pela redução de salários e benefícios, posto que as tomadoras de serviço que repassam a terceiros a contratação de trabalhadores é aquela que têm de obedecer às normas coletivas que estabelecem patamares salariais e benefícios maiores. Podemos citar o caso de uma instituição financeira, atrelada à convenção coletiva.

Destarte, tais práticas de redução de direitos aos empregados, parte mais vulnerável da relação de trabalho, devem ser combatidas pelas autoridades responsáveis pela produção da legislação e pelo poder judiciário,

jamais serem tratadas como necessárias ou justificadas para enfrentar a crise e o alto número de desempregados no Brasil, com o fito de preservar a dignidade da pessoa humana e todos os princípios do direito do trabalho.

Com efeito, a ampliação da terceirização pode gerar a precarização das relações de emprego, ferindo não só o princípio da dignidade da pessoa humana, como também os direitos fundamentais do trabalhador (HURST, 2017). Segundo Hurst (2017, p. 13):

Os trabalhadores terceirizados sofrem inúmeras desvantagens com a terceirização que violam, sobretudo, os direitos fundamentais da igualdade e da segurança, e daí surge a maior preocupação com a flexibilização da terceirização, de modo a abarcar não só as atividades-meio como também as atividades-fim de uma empresa.

Diante disto, podemos dizer que terceirizar a atividade-fim da empresa é suscetível de redução dos direitos arduamente conquistados ao logo dos anos pelo empregado, expondo os empregados às mais adversas situações, fazendo com que, futuramente, o Estado torne-se o principal responsável por amparar estes trabalhadores (GONZAGA; NAZAR, 2017).

Infelizmente, podemos concluir que a precarização das relações de trabalho é própria da terceirização, já que as empresas fornecedoras de mão de obra precisam oferecer seus serviços a um preço mais acessível, sendo necessário reduzir certas garantias nas relações de trabalho, já que ao deixarem de investir nas condições de produção, o custo das obras se torna mais baixo e, conseqüentemente, estas empresas tomam lugar de destaque no mercado. A hipótese de trabalho de que um dos possíveis reflexos da terceirização da atividade-fim da empresa é a precarização das relações de trabalho. Sobre tal efeito se pronunciou o doutrinador cassar dizendo o seguinte (2013, p. 482):

A intermediação de mão de obra fere de morte os princípios: da proteção do empregado; da norma mais favorável; da condição mais benéfica; do tratamento isonômico entre trabalhadores que prestam serviço a uma mesma empresa; do único enquadramento sindical; do único empregador; do mesmo enquadramento legal etc. Isso porque os empregados terceirizados possuem direitos inferiores e diversos dos empregados do tomador de serviços.

Isso ocorreria devido à flexibilização dos direitos do empregado que é caracterizada quando se observa a possibilidade de redução salarial, o não fornecimento de benefícios concedidos aos empregados não terceirizados, como, por exemplo, a não concessão de plano de saúde, a não equiparação salarial em razão da função exercida e, também, o prejuízo à segurança do trabalhador decorrente da falta de investimento em cursos de capacitação.

No entanto, é importante observar que, no mesmo sentido da já consolidada interpretação jurisprudencial acerca do parágrafo único do art.

442 da CLT, não foram revogados os arts. 2º e 3º da CLT, tampouco o art. 9º do mesmo diploma legal, o que faz que a terceirização só seja legítima se não estiverem presentes os pressupostos da relação de emprego e se a prestadora de serviços contratar, remunerar e dirigir os trabalhos desenvolvidos, nos termos do art. 4º-A, §1º da Lei nº.6.019/1974.

Resta saber como será possível a contratação de terceiros para prestarem serviços finalísticos da tomadora sem que esta dirija, ainda que indiretamente, os trabalhos; sem que, portanto, ocorra algum tipo de subordinação a sua dinâmica estrutural.

Por outro lado, ainda que se tenha propagado intensamente que o PL mencionado abarcava a prestação de serviços na administração pública, o texto convertido na Lei nº.13.429/2017 também não traz qualquer dispositivo que autorize a prestação de serviços em contraposição à regra do concurso público, preceituada pelo art. 37, inciso II da CF/1988. Aliás, sequer há menção ao termo administração pública em todo o texto legal.

Terceirizações na Administração Pública

No quadro atual de transformações do trabalho, em que a terceirização ocupa lugar central, faz-se necessário analisar como os processos de globalização, de reestruturação produtiva e de hegemonia neoliberal se manifestaram no âmbito do trabalho do servidor público. Para isso, é necessário fazer referência, mesmo que este não seja objeto principal deste capítulo, às transformações pelas quais o Estado passou.

No Brasil, a introdução da terceirização no serviço público se dá no governo militar, que, em 1967, fez uma reforma administrativa do aparelho de Estado, tendo por objetivo impedir “o crescimento desmesurado da máquina administrativa”. Nesse período, definia-se a descentralização da administração pública, mediante a contratação ou concessão de execução indireta de serviços pelo setor privado.

Conforme Amorim (2009), até então não havia exigência constitucional de concurso público para a contratação de funcionários públicos, que eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), podendo ser admitidos e demitidos facilmente, o que se alterou radicalmente com a Constituição Federal de 1988, segundo a qual o concurso público se tornou exigência para cargo e emprego público.

Entretanto, o crescimento desenfreado da terceirização no serviço público mostrou que a limitação da terceirização nas funções que pertencem à estrutura de cargos do funcionalismo foi esvaziada, à medida que, na reforma do aparelho de Estado, houve uma reestruturação nas carreiras, com a extinção de cargos públicos, permitindo-se, dessa forma, a ampliação da terceirização.

Ademais, cumpre destacar que União editou o Decreto Federal 9.507/18, revogando o Decreto 2.271/97, estabelecendo, primeira vez, a distinção entre o cabimento da terceirização na administração direta, autarquias e fundações públicas e nas empresas estatais e subsidiárias.

Com efeito, de acordo com o artigo 3º do Decreto 9.507/2018, não serão objeto de execução indireta (terceirização) na *administração direta, autárquica e fundacional*, os serviços:

- que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle (atividades-fim);
- que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias (atividades estratégicas);
- que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção (atividade-fim);
- que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal (atividades meios, porém com superposição do plano de cargos e salários, configurando “terceirização de mão de obra”)

Verifica-se, que a Lei nº. 13.429/17 e da reforma trabalhista foi a regulamentação do trabalho temporário e da terceirização nas empresas. Portanto, as leis não foram criadas para aplicação na administração direta, autarquias e fundações públicas por não se equipararem às empresas privadas. Para uma melhor compreensão colaciona alguns julgados dos tribunais brasileiros sobre a impossibilidade de terceirização na atividade-fim no âmbito da administração pública. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. ATIVIDADE-FIM. VÍNCULO DE EMPREGO DIRETO COM O TOMADOR. IMPOSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO. PRINCÍPIO DA SONOMIA. APLICAÇÃO DA OJ 383 DA SDI – 1/TST. O Tribunal Regional, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, manteve a responsabilidade subsidiária da tomadora de serviços (CEF), assinalando que a Reclamante desenvolvia atividades idênticas àquelas realizadas do contrato de prestação de serviços firmados com a primeira Reclamada. Apesar da impossibilidade de se reconhecer o vínculo de emprego, nos casos de contratação irregular por ente público (Súmula 332, II, do TST), a jurisprudência desta Corte já assentou o

entendimento de que não poderá a Administração Pública enriquecer-se ilicitamente por meio da substituição de seus servidores por terceirizados na atividade-fim, reconhecendo, nesses casos, a responsabilidade solidária do ente público (artigo 9º, da CLT, 265 e 942 do Código Civil). Na hipótese, contudo, o Regional condenou a segunda Reclamada, ora Agravante, apenas de forma subsidiária. Assim, em respeito ao princípio da “non reformatio in pejus”, impõe-se manter a decisão recorrida no particular, sendo certo ainda que, quanto à isonomia salarial, encontrando-se a decisão do Tribunal Regional de acordo com a diretriz consubstanciada na OJ nº. 383 da SDI -1 desta Corte Superior, inviável o processamento da revista (Súmula 333/TST). Agravo de instrumento a que se nega provimento.

(TST – AIRR: 10009620105060000, Relator: Douglas Alencar Rodrigues, Data de Julgamento: 07/10/2015, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 16/10/2015).

TERCEIRIZAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ATIVIDADE-FIM. IMPOSSIBILIDADE. À luz da axiologia constitucional (art. 1º, III e IV, 3º, I e II, e 7º, caput, 170, II, III e VIII, e 186, 200, VIII, todos da CF) e internacional, o Direito do Trabalho é construído sob o viés progressista, evolutivo, de recrudescimento dispõe o “caput” do art. 7º da CF e o art. 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José da Costa Rica), o que a doutrina de Canotilho denomina de efeito “cliquet” ou, para outros, como princípio da vedação do retrocesso. A análise do ser humano (incluindo o trabalhador) no centro do ordenamento jurídico igualmente impacta a percepção jurídica da relação de emprego. É apenas com o respeito aos preceitos constitucionais que a empresa cumprirá a função social interna (endógena) e externa (exógena), ou seja, a valorização dos seus trabalhadores e os reflexos dessa relação na comunidade social. Exemplo do cumprimento exógeno é a preservação do regime constitucional do concurso público, ditado pelo art. 37, II, da CF, o qual é exigido à administração Pública direta e indireta e decorre dos princípios da impessoalidade e moralidade, de igual estatura constitucional. Nesse prisma, imperioso exercer a interpretação conforme ao art. 4º-A da Lei 6.019/1974, delimitando-o e o inserindo na moldura constitucional, considerando a axiologia e as normas (normas-regras e norma-princípio) do texto maior. Dito isso, não há como cancelar a terceirização na atividade-fim na Administração Pública sem que ocorra lesão à regra

moralizadora do concurso público. A prestação por pessoa jurídica diversa da Administração concorrentemente a atividades acessórias se amolda aos preceitos constitucionais, contudo, a suposta permissão em sua atividade central ensejaria a desnecessidade ou burla ao certame público, já que sequer necessitaria possuir mais empregados públicos. Evidente que essa perspectiva não se coaduna à imperatividade normativa e principiológica expressa da Constituição. Cabe deixar claro que a norma é constitucional, mas a leitura realizada conferiu os contornos, os seus limites, nos termos da Carta Magna. Diferentemente seria o caso do setor privado, o qual não possui o fundamento de validade de seus atos nos termos do art. 37 da CF. Ilícitude da terceirização mantida.

(TRT-4 – RO: 00206480220145040025, Data de Julgamento: 13/04/2018, 3ª Turma).

Ademais, há previsão constitucional estabelecendo a necessidade de concurso público para provimento dos cargos e empregos públicos criados:

Art. 37, da Constituição Federal: A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Tendo em vista que a Constituição Federal é hierarquicamente superior à legislação ordinária, seja na forma quanto no seu conteúdo, as disposições da nova legislação do trabalho temporário e terceirizado não excluirá a necessidade de concurso público para a investidura em cargo ou emprego público.

Além disso, as atividades típicas e centrais do Estado não podem ser terceirizadas, como a segurança pública, cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, cargos de fiscalização, Tribunal de Contas e de agências reguladoras. Nesses casos, permanece, sem dúvidas, a exigência do concurso público e da relação direta com a Administração

Pública. Em resumo, se já existe cargo ou emprego público criado por lei, não é possível a terceirização pela Administração Pública.

Deve-se ressaltar que, se a empresa intermediadora não pagar aos trabalhadores terceirizados, a Administração contratante não responde, em regra, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, ou seja, a Administração não será a responsável subsidiária. Somente responderá caso demonstrada a ausência de fiscalização das obrigações decorrentes do contrato celebrado.

O novo entendimento do TST exige que a Administração, como tomadora, deva se atentar para qualquer irregularidade que ocorra no contrato de trabalho existente entre a prestadora e seus empregados. Assim, sendo verificado, que a empresa não registrou os empregados ou vem atrasando o pagamento da folha salarial, deverá ser instaurado procedimento administrativo para apuração do caso e, se necessário, se proceder à rescisão contratual, a fim de evitar a responsabilização da administração pública pelos encargos trabalhistas (JUSTEN FILHO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das colocações apresentadas constatamos que, com o aumento da contratação de trabalhadores terceirizados pode haver a precarização das relações de trabalho devido à falta de investimento das empresas fornecedoras que, quase sempre, não possuem capital necessário para proporcionar aos empregados cursos de capacitação, equipamentos de segurança, dentre outros benefícios que os empregados da empresa tomadora de serviço possuem.

Cabe ressaltar, que o presente trabalho não tem como objetivo justificar o fato de que a terceirização é de todo prejudicial, mas sim que deve ser tratada com cuidado pelos poderes competentes, procurando sempre resguardar e garantir o cumprimento dos direitos dos trabalhadores a um trabalho digno.

Ademais, foi possível concluir que essa modalidade de contrato – terceirização na atividade-fim, não pode ser aplicada na administração pública, sob pena de violar o regime constitucional do concurso público, ditado pelo art. 37, II, da CF, o qual exige que a administração Pública direta e indireta e aplique os princípios da impessoalidade e moralidade, de igual estatura constitucional na realização de seleção para o serviço público.

Constatamos, também que a prestação por pessoa jurídica diversa da Administração concorrentemente a atividades acessórias se amolda aos preceitos constitucionais, contudo, a suposta permissão em sua atividade central ensejaria a desnecessidade ou burla ao certame público, o que é diferido pela Carta Magna.

Observamos, portanto, que a consolidação do estudo dessa temática foi de grande valia para compreendermos a necessidade de se fazer uma análise sistemática da nova legislação sobre a terceirização no direito do

trabalho. O objetivo do artigo foi alcançado, visto que foi possível analisar os possíveis reflexos da terceirização da atividade-fim no direito do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 24a. ed. São Paulo: Editora Método, 2016.

AMORIM, Helder Santos. **Terceirização no Serviço Público: à luz da nova hermenêutica constitucional**. São Paulo: Editora LTR, 2009.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmula nº 331**. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. [2011a]. Disponível em: . Acesso em: 25 janeiro de 2020.

CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. **O Estado Concorrencial e as mudanças na natureza do trabalho no setor público**. Rev. adm. contemp. [online]. 1997, vol.1, n.2,

CASSAR, Vólia Bonfim. Terceirização. In: _____. **Direito do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Método, 2013. cap. 15, p 479-513. v. 1.

CONGRESSO NACIONAL, **Lei 13429/17**. Altera dispositivos da Lei nº6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm>. Acesso em: 15 janeiro de 2020.

CONGRESSO NACIONAL, **Lei 6019/74**. Dispõe sobre o Trabalho Temporário nas Empresas Urbanas, e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm>. Acesso em: 15 janeiro de 2020.

_____. Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997. **Dispõe sobre a contratação de serviços pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências**. Disponível em: <<https://goo.gl/jSbhAr>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

DELGADO, Maurício Goldinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2005, p.429.

GONZAGA, Alvaro Luiz Travassos de Azevedo; NAZAR, Victor Hugo. **10 motivos para combater a terceirização e a precarização de direitos do trabalhador**. Justificando, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/12/01/10-motivos-para-combater-terceirizacao-e-precarizacao-de-direitos-do-trabalhador>>. Acesso em: 15 janeiro de 2020.

HURST, Taís Lima. **A terceirização da atividade-fim da empresa**. Jus Navigandi, [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/56330/a-terceirizacao-da-atividade-fim-da-empresa>>. Acesso em: CONGRESSO NACIONAL, 2017, p. 02).

MACIEL, Fernando. **Projeto permite terceirização irrestrita apenas no trabalho temporário**. Conjur, [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-mar-29/pl-permite-terceirizacao-irrestrita- apenas-trabalho-temporario>>. Acesso em: 15 janeiro 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. **A Terceirização e o direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 15 a. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2012.

Sobre a Organizadora

Prof^ª MSc. Helena Portes Sava de Farias



Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação, Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube.

Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

Publicação em capítulo de livro


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System)


Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial


Para maiores informações, entre em contato!

contato@epitaya.com.br 

www.epitaya.com.br 

@epitaya 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E
MEIO AMBIENTE:
PRÁTICAS, POLÍTICAS E
INOVAÇÃO

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS
(ORGANIZADORA)


Editora

